

Claudia Baeta Leal

Luciano dos Santos Teixeira

Márcia Chuva

Volume 2

Patrimônio Cultural



Fundação
CECIERJ
Consórcio cederj



Fundação

CECIERJ

Consórcio **cederj**

Centro de Educação Superior a Distância do Estado do Rio de Janeiro

Patrimônio Cultural

Volume 2

Claudia Baeta Leal
Luciano dos Santos Teixeira
Márcia Chuva



SECRETARIA DE
CIÊNCIA E TECNOLOGIA

**UNIVERSIDADE
ABERTA DO BRASIL**

Ministério da
Educação

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
PAÍS RICO É PAÍS SEM POBREZA

Apoio:



Fundação Cecierj / Consórcio Cederj

Rua da Ajuda, 5 – Centro – Rio de Janeiro, RJ – CEP 20040-000

Tel.: (21) 2333-1112 Fax: (21) 2333-1116

Presidente

Carlos Eduardo Bielschowsky

Vice-presidente

Masako Oya Masuda

Coordenação do Curso de História

UNIRIO – Claudia Rodrigues

Material Didático

ELABORAÇÃO DE CONTEÚDO

Claudia Baeta Leal

Luciano dos Santos Teixeira

Márcia Chuva

COORDENAÇÃO DE

DESENVOLVIMENTO INSTRUCIONAL

Cristine Costa Barreto

SUPERVISÃO DE

DESENVOLVIMENTO INSTRUCIONAL

Flávia Busnardo

DESENVOLVIMENTO INSTRUCIONAL

E REVISÃO

Gabriel Ramos

Henrique Oliveira

Paulo Alves

AVALIAÇÃO DO MATERIAL DIDÁTICO

Thaís de Siervi

Departamento de Produção

EDITOR

Fábio Rapello Alencar

COORDENAÇÃO DE

REVISÃO

Cristina Freixinho

REVISÃO TIPOGRÁFICA

Beatriz Fontes

Carolina Godoi

Elaine Bayma

Patrícia Sotello

Thelenayce Ribeiro

COORDENAÇÃO DE

PRODUÇÃO

Bianca Giacomelli

Ronaldo d'Aguir Silva

PROGRAMAÇÃO VISUAL

Carlos Cordeiro

Juliana Fernandes

ILUSTRAÇÃO

Bianca Giacomelli

CAPA

Clara Gomes

PRODUÇÃO GRÁFICA

Patrícia Esteves

Ulisses Schnaider

Copyright © 2014, Fundação Cecierj / Consórcio Cederj

Nenhuma parte deste material poderá ser reproduzida, transmitida e gravada, por qualquer meio eletrônico, mecânico, por fotocópia e outros, sem a prévia autorização, por escrito, da Fundação.

L435p

Leal, Claudia Baeta.

Patrimônio Cultural. v. 2. Claudia Baeta Leal, Luciano dos Santos Teixeira, Márcia Chuva. - Rio de Janeiro: Cecierj, 2014.

322 p.; 19 x 26,5 cm.

ISBN: 978-85-7648-959-7

I. Patrimônio Cultural. II. Museus - Arquivos. III. Patrimônio Cultural - Turismo. IV. Patrimônio Cultural - Globalização. 1. Leal, Claudia Baeta. 2. Teixeira, Luciano dos Santos. 3. Chuva, Márcia. I. Título.

CDD: 363.69

Governo do Estado do Rio de Janeiro

Governador
Luiz Fernando de Souza Pezão

Secretário de Estado de Ciência e Tecnologia
Alexandre Vieira

Universidades Consorciadas

CEFET/RJ - CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO
TECNOLÓGICA CELSO SUCKOW DA FONSECA
Diretor-geral: Carlos Henrique Figueiredo Alves

IFF - INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO,
CIÊNCIA E TECNOLOGIA FLUMINENSE
Reitor: Luiz Augusto Caldas Pereira

UENF - UNIVERSIDADE ESTADUAL DO
NORTE FLUMINENSE DARCY RIBEIRO
Reitor: Silvério de Paiva Freitas

UERJ - UNIVERSIDADE DO ESTADO DO
RIO DE JANEIRO
Reitor: Ricardo Vieiralves de Castro

UFF - UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
Reitor: Roberto de Souza Salles

UFRJ - UNIVERSIDADE FEDERAL DO
RIO DE JANEIRO
Reitor: Carlos Levi

UFRRJ - UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL
DO RIO DE JANEIRO
Reitora: Ana Maria Dantas Soares

UNIRIO - UNIVERSIDADE FEDERAL DO
ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Reitor: Luiz Pedro San Gil Jutuca

Aula 8 – Museus e arquivos: interfaces com o patrimônio cultural _____ 7

Luciano dos Santos Teixeira

Aula 9 – O que são os bens móveis e integrados? Inventário e pesquisa _____ 65

Claudia Baeta Leal

Aula 10 – O que é patrimônio imaterial? _____ 97

Márcia Chuva

Aula 11 – O historiador em campo: inventários do patrimônio cultural _____ 135

Márcia Chuva

Aula 12 – Turismo e patrimônio cultural _____ 191

Claudia Baeta Leal

Aula 13 – Patrimônio cultural e história regional: o exemplo do Vale do Paraíba do Sul (RJ) ____ 229

Luciano dos Santos Teixeira

Aula 14 – Patrimônio cultural e globalização: entre o local, o nacional e o universal ____ 269

Claudia Baeta Leal

Referências _____ 309

Aula 8

Museus e arquivos: interfaces com o patrimônio cultural

Luciano dos Santos Teixeira

Meta da aula

Apresentar as características principais dos museus e arquivos, enquanto organismos de preservação do patrimônio cultural, destacando suas trajetórias históricas até os dias atuais.

Objetivos

Esperamos que, ao final desta aula, você seja capaz de:

1. relacionar a visão contemporânea dos museus com o contexto de mudanças culturais ocorridas nos últimos 40 anos;
2. descrever a trajetória histórica dos museus, suas principais transformações e características, com ênfase na ação dos museus no Brasil;
3. indicar o papel dos museus na preservação dos bens móveis, dentro da história da preservação do patrimônio cultural no Brasil;
4. identificar algumas transformações tecnológicas e conceituais nas últimas décadas que redefiniram os procedimentos relacionados à guarda, conservação e classificação dos acervos documentais;
5. indicar a importância dos suportes documentais para a preservação da memória, destacando as diferenças entre documento e informação;
6. estabelecer a relação entre o acesso aos arquivos documentais e o direito à informação e à memória da população em geral.

Pré-requisito

Para que você compreenda melhor esta aula, é importante que relembre a Aula 1, "O que é o patrimônio cultural".

INTRODUÇÃO

Nas aulas anteriores, apresentamos a conceituação de patrimônio cultural, seus diferentes aspectos, destacando sua história no Brasil e no mundo. Vimos que, na segunda metade do século XX, houve uma ampliação dessa noção, principalmente com a entrada em cena de novos atores sociais.

No entanto, existem muitas outras modalidades e pontos de vista sobre a questão da preservação que ainda não foram abordados. Entre esses, podemos destacar a relação dos museus e arquivos com a questão da preservação. A relação de ambos com a preservação do patrimônio é, ao mesmo tempo, quase imediata e bastante complexa. Tentaremos nesta aula destrinchar essas relações, apontando sua importância para se pensar o patrimônio cultural.

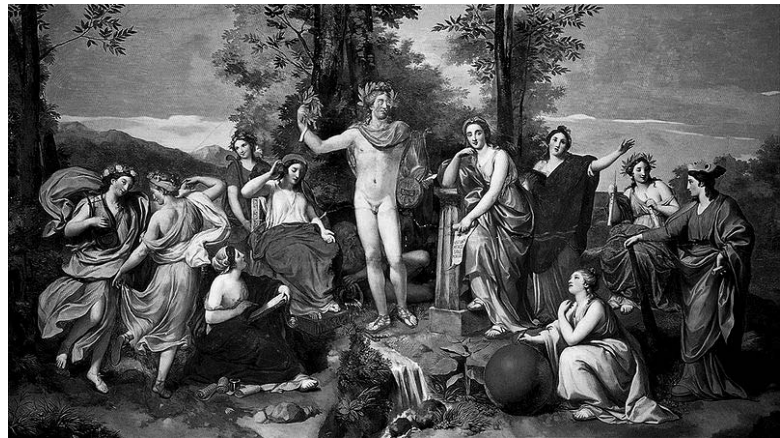
Começemos com uma categoria que é, simultaneamente, um bem cultural e um agente de proteção do patrimônio: o *museu*. Intimamente ligados aos *bens móveis*, por motivos que explicaremos a seguir, os museus representam uma forma bastante particular de preservação.

Museus

A palavra "museu" vem de grego *museion*, o templo das ***musas***. Esse termo designava os locais onde, na Grécia Antiga, eram cultivadas e preservadas as artes e as ciências. Daí derivou o termo latino *museum*.

Musas

As musas eram entidades mitológicas femininas que inspiravam as manifestações da arte e do conhecimento. Eram filhas da deusa Mnemosine (deusa da memória) com Zeus. O culto a essas entidades era feito nos *museions*, onde se desenvolviam o saber e o gosto pela arte e pelo conhecimento.



James Steakley

Figura 8.1: *Apollo, Mnemosyne e as nove musas*, afresco de Anton Raphael Mengs (Galeria da Villa Albani-Torlonia, Roma), de 1750-61.

Fonte: http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/thumb/2/23/Mengs_-_Apollo_Mnemosyne_und_die_neun_Musen.jpg/800px-Mengs_-_Apollo_Mnemosyne_und_die_neun_Musen.jpg

Criados, em sua feição moderna, durante a Revolução Francesa e sob impacto direto dela, os museus compartilham com os monumentos históricos e as obras de arte a mesma origem histórica e o mesmo propósito de proteger os bens culturais *nacionais* ameaçados. A intenção que presidiu sua proliferação, ao longo dos séculos XIX e XX, era de serem lugares onde se guardariam as obras de arte, ameaçadas pela pilhagem e pelo contrabando. Inicialmente, eram situados em prédios que por si sós estavam sob a mesma ameaça e que eram de, alguma maneira, reconhecidos por possuírem valor cultural. Os primeiros museus, como o do Louvre, em Paris, eram assim: simultaneamente, depósitos de acervos valiosos, espaços de exposição desses acervos e locais de reconhecida beleza artística.



Hal Goodtree

Figura 8.2: Entrada atual do Louvre, abaixo da “pirâmide de vidro”.

Fonte: http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/thumb/5/5a/Louvre_%28460943456%29.jpg/800px-Louvre_%28460943456%29.jpg

Ao contrário dos monumentos históricos, situados em logradouros públicos, tinham a vantagem de oferecer maior segurança e contar com pessoal técnico especialmente voltado para sua conservação e proteção. Com o tempo, desenvolveram leis e normas próprias, além de formarem uma nova categoria profissional, que seria reconhecida no século XX: os *museólogos* – técnicos especializados para atuarem nos museus.

Antes disso, porém, os museus viveram uma longa história de legitimação e consolidação de suas feições, do século XVIII ao século XIX, até se ampliarem e reinventarem-se a partir dos anos 1970.

A partir dessa década, em grande parte sob o impacto dos acontecimentos de *maio de 1968*, os museus viram sua autoridade e suas tradições serem duramente questionadas. O discurso sobre o passado e a sociedade que apresentavam tornou-se objeto de críticas cada vez mais intensas, denunciando seu eurocentrismo (visão de mundo que tende a colocar a Europa como protagonista na constituição da sociedade moderna e da história da humanidade), a ideologia do progresso por detrás

de muitas exposições (as sociedades partiam de um estado primitivo – na maior parte das vezes representado pelos povos não europeus – para um estado de civilização – cujo ápice seria a sociedade europeia) e a ausência de uma representação legítima da sociedade em toda sua diversidade (a história e a cultura das classes mais pobres, dos grupos sociais marginalizados e de povos não europeus não tinham uma representação nos museus a partir de seu olhar próprio).



Maior de 1968



Figura 8.3: No pôster, que traz o espírito de protesto de maio de 1968, uma sombra, com a silhueta do presidente Charles de Gaulle, cala um estudante. Nele está escrito em francês “Seja jovem e cale-se”.

Fonte: http://upload.wikimedia.org/wikipedia/en/d/db/May_68_poster_1.png

O famoso mês de maio de 1968 ficou marcado por uma série de revoltas estudantis, greves e manifestações de rua, que ocorreram na França e tiveram impacto em todo o mundo, tendo reflexos inclusive no Brasil. Teve início com uma greve estudantil, mas logo ganhou a

adesão dos trabalhadores franceses, mobilizando cerca de dois terços da força de trabalho na França, em combate às políticas educacional e trabalhista do governo De Gaulle. Sem contar com o apoio das organizações sindicais e do Partido Comunista francês, que viam com desconfiança a aparente falta de direção do movimento, ele se esvaziou rapidamente, principalmente devido ao retorno dos trabalhadores para as fábricas.

A curta duração dos protestos foi inversamente proporcional à longevidade de seu impacto na história do século XX. No mesmo ano, outras manifestações, não diretamente relacionadas aos conflitos franceses, motivaram-se com a ousadia dos estudantes e operários da França e adquiriram novo impulso, na Alemanha, na Espanha, na Itália e mesmo na Europa Oriental, onde a repressão política era mais intensa.

Mais que o momento, porém, “maio de 68” permaneceu como símbolo e síntese de uma época, canalizando as aspirações, sonhos e desejos de toda uma geração que tentou mudar o mundo.

O jornal *A Folha de S.Paulo*, em sua versão online, organizou uma interessante e muito útil cronologia dos acontecimentos desse período em www1.folha.uol.com.br/folha/mundo/ult94u397160.shtml (acesso em 06/12/2010). Uma leitura prazerosa e bastante informativa desse ano, focado na realidade brasileira, é o livro *68 – o ano que não terminou*, de Zuenir Ventura, que faz uma crônica abrangente dos comportamentos e dos impasses políticos daquele momento.



Atende ao Objetivo 1

1. A atividade de museólogo é uma profissão relativamente recente, fruto das transformações recentes na área de museus, ocorrida em todo o mundo. Aponte algumas dessas transformações, trazendo exemplos de alguns museus criados recentemente que expressem essas mudanças.

Resposta Comentada

O questionamento da autoridade e das tradições representadas pelos museus, ocorridas, principalmente a partir da década de 1970, colaboraram para se contestar o eurocentrismo dos museus tradicionais, assim como para se valorizar a diversidade cultural dos povos (grupos sociais anteriormente excluídos, povos não europeus etc.). Exemplos de museus criados por essa nova perspectiva são: o Museu da Língua Portuguesa (em São Paulo), o Museu da Maré (no Rio de Janeiro) e o Museu da Pessoa (virtual).

Museus e coleções

Os museus, em sua origem, estão ligados ao colecionismo, ou seja, às práticas de colecionar que proliferaram na Europa, a partir do século XVIII, sob a influência do **enciclopedismo iluminista**.

Essas práticas, por sua vez, remontam às transformações da memória que marcaram as sociedades europeias desde a Renascença. Nesse período, as práticas mnemônicas orais que caracterizavam as culturas não baseadas na escrita perdem espaço em prol da difusão e ampliação da memória escrita e figurada. A invenção da imprensa por Gutenberg, no século XIV, e sua difusão nos séculos seguintes coloca pela primeira vez a escrita ao alcance de grande parte da população, proporcionando uma nova relação com o conhecimento e com as formas pelas quais as sociedades recordavam seu passado.



Figura 8.4: Na ilustração, de 1568, vemos o trabalho em uma gráfica nos seus primórdios. Autor: Jost Amman (1539-1591).

Fonte: http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/thumb/f/f8/Printer_in_1568-ce.png/465px-Printer_in_1568-ce.png

Enciclopedismo iluminista

O Iluminismo teve como uma de suas características principais a crença no valor universal do conhecimento. A expressão maior dessa crença foi a publicação da famosa *Enciclopédia*, organizada por Diderot e D'Alembert. Nela, pretendia-se reunir *todo* o conhecimento acumulado pela humanidade, de maneira crítica e sintética. Chama-se enciclopedismo iluminista a essa ambição de abarcar os mais diversos conhecimentos humanos – Botânica, Matemática, Física, Astronomia, Zoologia, História etc. –, demonstrando a crença iluminista no poder libertador da razão sobre as trevas da ignorância.

Essas transformações incidem na possibilidade de se acumular saber com muita mais facilidade do que jamais se teve – graças à publicação dos impressos. Ao mesmo tempo, transferem para os chamados *suportes de memória* (livros, jornais, folhetos) a função de armazenarem e transmitirem às gerações futuras esse saber acumulado. Não por acaso, os séculos XVII e XVIII, tempo de gestação e sistematização do pensamento iluminista, é também o tempo do colecionismo e da multiplicação das classificações e dos sistemas classificatórios. As nascentes Ciências Naturais – da Biologia à Astronomia – passam a produzir inumeráveis tipos de classificação, com a intenção de ordenar e domesticar a realidade. Entre outros exemplos, temos Lineu (1707-1778), considerado o “pai da taxonomia moderna”, dividindo os seres vivos em reinos, e Newton (1643-1727), Kepler (1571-1630) e outros buscando criar modelos de funcionamento da “mecânica do universo”. Da mesma forma, os antiquários procuram acumular e guardar obras de arte, objetos raros e livros antigos (vide Aula 3).

Todo esse movimento de apropriação e controle do conhecimento, e da cultura – que passa, então, a ser tratada cada vez mais como *objeto* – desemboca, por outro lado, na preocupação em colecionar *objetos culturais*. O que antes era tarefa individual dos antiquários passa a despertar o interesse cada vez maior das camadas mais “cultas” da sociedade. Surgem as primeiras coleções de particulares – ligados à nobreza –, com a finalidade de guardar, mas também de expor esses objetos que simbolizam a riqueza e o bom gosto dessa elite. Relíquias familiares e obras raras, compradas a altos valores, formavam verdadeiros tesouros, acumulados por gerações, e agora destinados a exhibir perante seus pares todo o requinte e toda a tradição da nobreza.



Figura 8.5: Mobiliário luxuoso exposto no Museu do Louvre.

Fonte: http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/d/d9/Room_of_the_Louvre_museum.jpg

Os museus, em seu início, foram formados por essas coleções e tinham um papel ao mesmo tempo comunicativo, transmitindo ao público os valores artísticos e culturais então valorizados pela elite que, dessa maneira, ostentava aquilo que a tornava distinta da população em geral. Frutos da opulência da nobreza, serviam à perpetuação de seu *status*, eternizando os objetos que atestavam sua glória.

Com a eclosão da Revolução Francesa, conforme vimos nas Aulas 2 e 3, o Estado nacional francês assume o papel de guarda dos ricos acervos das famílias nobres francesas, que desde então passam a ser vistos como parte da riqueza e da identidade da nação. Os monumentos históricos e os tesouros artísticos, armazenados nos museus, adquirem uma nova posição: não são apenas espelhos de uma classe social, mas representam toda a sociedade de um país. E por representarem a nação, representam toda uma concepção de história que coloca a Europa como centro da civilização. Uma civilização que se manifesta e retrata-se nos patrimônios e museus nacionais.



Montrealais

Figura 8.6: Fachada do Museu do Prado, em Madri, Espanha.

Fonte: <http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/7/7f/Madrid-prado.jpg>

Museus e patrimônio

Esses primeiros museus modernos eram então vistos como gabinetes de curiosidade. O Museu do Louvre, em Paris, e o Museu do Prado, em Madri, são exemplos de importantes museus nacionais que estavam em formação, entre o final do século XVIII e o início do século XIX. Voltados para a representação da nação e de sua identidade coletiva, estavam, no entanto, pela própria natureza da concepção que os embasava, constituídos sob o signo da universalidade, ou seja, possuíam a ambição de representar a beleza acumulada por *toda a humanidade*, ao longo do tempo.

No decorrer do século XIX, desenvolveram-se outros tipos de museu, voltados para objetos mais específicos, como os museus etnográficos – voltados para objetos “antropológicos”, colhidos de povos considerados “exóticos” – e os museus históricos. Entre o final daquele século e o início do XX, o mundo ocidental viveu

a chamada *Era dos Museus*, quando houve um grande movimento de institucionalização, com todo o aparato de normas próprias, organização administrativa e treinamento de pessoal especializado. Vale ressaltar que esse processo ocorre concomitantemente à proliferação das leis e normas reguladoras da proteção dos monumentos históricos, em um amplo movimento de fortalecimento e legitimação dos Estados Nacionais, ocorrido ao longo do século XIX.

Dessa forma, a expansão dos museus e a consolidação da ideia de patrimônio caminham lado a lado na tarefa de afirmarem identidades coletivas nacionais e oferecerem representações estáveis do passado, num mundo marcado cada vez mais pela industrialização, pela instabilidade social e política, e pela ruptura dos laços com a tradição.

Acusando o golpe, os museus passaram por um momento de profunda reavaliação, praticamente sendo obrigados a se reinventarem, principalmente em sua relação com a sociedade. Novas narrativas foram criadas, novos enfoques surgiram, buscando reaproximar esses locais, tidos como ultrapassados, com o público. O resultado foi recompensador. Nas últimas décadas, os museus viveram um amplo processo de reconstrução – de seus objetivos, práticas e procedimentos. Atualmente, vemos experiências inovadoras, como o Museu da Língua Portuguesa, em São Paulo, e o Museu da Pessoa – um museu virtual. Mesmo os museus mais tradicionais sofreram reformulações, rompendo com sua sisudez e principalmente com certa visão do mundo e do passado que ainda carregavam.



Figura 8.7: Museu da Língua Portuguesa: Salão de Exposições Temporárias, localizado no primeiro andar da Estação da Luz, em São Paulo.

Fonte: http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/thumb/b/b5/MPL_026.jpg/796px-MPL_026.jpg



Naldinho Lourenço

Figura 8.8: Reprodução de uma palafita, exposta no Museu da Maré (RJ), que tem como objetivo registrar, preservar e divulgar a história das comunidades da Maré (Complexo da Maré), na cidade do Rio de Janeiro, em seus diversos aspectos, sejam eles culturais, sociais ou econômicos.

Fonte: <http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/thumb/0/07/Palafita-MuseudaMare.jpg/800px-Palafita-MuseudaMare.jpg>

Como resultado dessas reformulações, podemos citar duas definições de museu que marcam dois momentos e concepções distintas. O primeiro é a definição de 1956, dada pelo Icom (Comitê Internacional de Museus):

Museu é um estabelecimento de caráter permanente, administrado para interesse geral, com a finalidade de conservar, estudar, valorizar de diversas maneiras o conjunto de elementos de valor cultural: coleções de objetos artísticos, históricos, científicos e técnicos, jardins botânicos, zoológicos e aquários.

A segunda definição foi aprovada pela 20ª Assembleia Geral do Icom, ocorrida em Barcelona, em julho de 2001:

Instituição permanente, sem fins lucrativos, a serviço da sociedade e do seu desenvolvimento, aberta ao público e que adquire, conserva, investiga, difunde e expõe os testemunhos materiais do homem e de seu entorno, para educação e deleite da sociedade.

Além das instituições designadas como “Museus”, podem se considerar incluídas nesta definição:

- Os sítios e monumentos naturais, arqueológicos e etnográficos.
- Os sítios e monumentos históricos de caráter museológico, que adquirem, conservam e difundem a prova material dos povos e de seu entorno.
- As instituições que conservam coleções e exibem exemplares vivos de vegetais e animais – como os jardins zoológicos, botânicos, aquários e vivários.
- Os centros de ciência e planetários.

- As galerias de exposição não comerciais.
- Os institutos de conservação e galerias de exposição, que dependam de bibliotecas e centros arquivísticos.
- Os parques naturais.
- As organizações internacionais, nacionais, regionais e locais de museus.
- Os ministérios ou as administrações sem fins lucrativos, que realizem atividades de pesquisa, educação, formação, documentação e de outro tipo, relacionadas aos museus e à museologia.
- Os centros culturais e demais entidades que facilitem a conservação e a continuação e gestão de bens patrimoniais, materiais ou imateriais.
- Qualquer outra instituição que reúna algumas ou todas as características do museu, ou que ofereça aos museus e aos profissionais de museus os meios para realizar pesquisas nos campos da Museologia, da Educação ou da Formação.

(http://www.museus.gov.br/sbm/oqueemuseu_museusicom.htm)

Como se pode notar, a definição mais recente esforça-se em ser mais abrangente, especialmente em seu último item, quando incorpora “qualquer outra instituição que reúna algumas ou todas as características do museu...”. Essa direção espelha toda a trajetória de diversificação e complexificação vivida pelos museus.



A Biblioteca Real de Alexandria era um museu?



Figura 8.9: Ilustração da antiga Biblioteca de Alexandria.

Fonte: <http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/archive/6/64/20101219092019%21Ancientlibraryalex.jpg>

Uma curiosidade sobre esses *museions* era que um dos mais importantes da Antiguidade é atualmente pouco reconhecido enquanto tal. A famosa Biblioteca Real de Alexandria, considerada a mais extensa e importante do mundo antigo, e que foi destruída no início da Era Cristã, era parte, na verdade, de um *templo das musas*, construído pelo faraó Ptolomeu I, no século III a.C., na cidade de Alexandria, situada no norte do Egito, à semelhança dos templos gregos, e construída com a mesma finalidade. A trágica destruição da biblioteca, que privou a humanidade de um dos maiores acervos de livros (papiros) da Antiguidade, ofuscou o fato de ela pertencer a um verdadeiro *centro de conhecimento*, onde se reuniam sábios do mundo inteiro para consultar as obras existentes e produzir novos papiros.

Pela intensa circulação de pessoas e ideias, o *museion* de Alexandria tornou-se também um lugar de grande produção e comercialização de papiros. O filme *Ágora* (2009), do diretor espanhol Alejandro Amenábar, retrata muito bem esse ambiente de sabedoria e a constante ameaça obscurantista dos que desejavam destruí-lo.



Atende ao Objetivo 2

2. As transformações sofridas pelos museus nas últimas décadas têm se refletido em vários documentos produzidos e nos encontros de museólogos. Um exemplo de documento importante nessa direção foi *Mesa-redonda de Santiago do Chile*, ocorrida em 1972. Refletindo essas mutações no cenário da América Latina, o texto, que traz como subtítulo “Princípios de base de um museu integral”, relata uma série de considerações relevantes e propõe novas diretrizes de ação. Entre as considerações iniciais, destacamos as seguintes:

Que o museu é uma instituição a serviço da sociedade, da qual é parte integrante e que possui nele mesmo os elementos que lhe permitem participar na formação da consciência das comunidades que ele serve; que ele pode contribuir para o engajamento destas comunidades na ação, situando suas atividades em um quadro histórico que permita esclarecer os problemas atuais, isto é, ligando o passado ao presente, engajando-se nas mudanças de estrutura em curso e provocando outras mudanças no interior de suas respectivas realidades nacionais;

(...)

Que a transformação das atividades dos museus exige a mudança progressiva da mentalidade dos conservadores e dos responsáveis pelos museus, assim como das estruturas das quais eles dependem; que, de outro lado, o museu integral necessitará, a título permanente ou provisório, da ajuda de especialistas de diferentes disciplinas e de especialistas de ciências sociais (http://www.revistamuseu.com.br/legislacao/museologia/ mesa_chile.asp, acesso em 06/12/2010).

Com base nesse trecho, relacione essa nova visão dos museus com o contexto de mudanças culturais ocorridas no mesmo período (em torno da década de 1970).

Resposta Comentada

A nova relação com a sociedade, defendida no documento, está diretamente relacionada às críticas que os movimentos sociais faziam e intensificaram, a partir de *maio de 1968*. Os museus representavam, para esses grupos contestadores, toda uma visão da sociedade e do passado, marcados por uma caduca ideologia do progresso, por uma visão eurocêntrica do mundo e cega à diversidade social e cultural da humanidade. O momento de produção do documento – a década de 1970 – foi justamente o da tentativa dos museus em reagir a essas críticas, buscando superar as limitações e o ranço que ainda persistia na maior parte das instituições museológicas.



Museus e patrimônio no Brasil

Vimos anteriormente a relação indissociável entre o aparecimento dos museus e o desenvolvimento das práticas de preservação do patrimônio, a partir da Revolução Francesa, no final do século XVIII. O Brasil, sob inspiração do mesmo ideário iluminista, e ainda sob as ordens do governo português, vê surgirem seus primeiros museus no início do século XIX. O Museu Nacional é fundado no contexto das inovações proporcionadas pela chegada da família real no Rio de Janeiro, em 1808. Em 1824, é criado o Museu Paulista. Ambas as instituições, apesar de todas as modificações que sofreram, existem até hoje.



Figura 8.10: Imagem aérea do Museu do Ipiranga (SP).

Fonte: http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/5/5c/Museu_Ipiranga.jpg



Figura 8.11: *Desembarque da princesa Leopoldina.* Obra de 1817, de autoria de Debret. Na obra, está retratado, no alto do morro, o Paço de São Cristóvão, para onde foi transferido o Museu Nacional, no final do século XIX. A obra atualmente se encontra no Museu da Chácara do Céu (RJ).

Fonte: <http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/9/90/Debret-desembarque.jpg>

A partir da década de 1890, enquanto a Europa vivia sua *era dos museus*, o Brasil experimentou um processo semelhante de expansão, desta feita sob o impacto dos ideais evolucionistas e darwinistas sociais. Buscando um maior profissionalismo, adotando critérios classificatórios mais rígidos, segundo os padrões científicos da época, os novos museus surgidos nesse período, bem como os antigos, procuraram se adequar a essa nova realidade.

É importante ressaltar, porém, que no Brasil, enquanto as iniciativas de preservação dos monumentos praticamente inexistiam até a década de 1920, no mesmo período os museus sofreram uma notável expansão. Por esse motivo, até a criação do Sphan, em 1937, quase todas as ações efetivas de preservação realizadas no Brasil deram-se nas práticas de coleta e conservação dos museus.

Se pensarmos na definição mais ampliada de patrimônio, hoje adotada, a qual considera o patrimônio como o conjunto de bens e manifestações culturais de um país, podemos afirmar que, até 1937,

cabia aos museus a tarefa de proteção de nosso patrimônio, através de seus acervos cada vez mais amplos. Um exemplo da importância obtida pelos museus naquele momento foi a criação do Museu Histórico Nacional, em 1922, sob a direção de Gustavo Barroso.

O Museu Histórico Nacional e a preservação do patrimônio



Carlos Luis M C da Cruz

Figura 8.12: Museu Histórico Nacional, Rio de Janeiro.

Fonte: http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/thumb/c/cd/2005_f_santiago_rj.jpg/800px-2005_f_santiago_rj.jpg

O ano de 1922 foi assinalado pela comemoração do centenário da Independência do Brasil. Como parte das comemorações, foi lançado o projeto de uma Exposição Internacional Comemorativa do Centenário da Independência. A data escolhida para a inauguração da exposição foi o dia sete de setembro e o local foi o antigo Arsenal de Guerra do Rio de Janeiro, na região do centro histórico do Rio de Janeiro. Mais tarde, a exposição temporária deu lugar a um espaço permanente de guarda de um precioso acervo de objetos ligados à história do Brasil, particularmente do período imperial. Surgia, assim, o Museu Histórico Nacional.

Tendo como idealizador e fundador o intelectual integralista Gustavo Barroso, o museu representou o primeiro do gênero no Brasil, construído dentro de uma proposta pedagógica definida de se ensinar a história nacional, segundo a ótica do “culto à saudade”, ou seja, do culto à memória histórica brasileira. Barroso dirigiu o MHN até 1959, quando faleceu. Durante todo esse tempo, manteve-se fiel à sua proposta inicial, em uma perspectiva que valorizava uma visão linear e contínua de história. Marcado inicialmente por seu caráter comemorativo, o Museu Histórico Nacional continuou, em suas primeiras décadas de história, privilegiando os feitos e personagens heroicos.



Figura 8.13: Obra (óleo sobre tela) *Batalha do Riachuelo*, de Eduardo de Martino (1838-1912). Acervo do Museu Histórico Nacional, Rio de Janeiro.

Fonte: <http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/6/64/Martino-riachuelo-MHN.jpg>



Figura 8.14: Obra (óleo sobre tela) *D. Pedro I*, de 1826. Autor: Manoel de Araújo Porto-Alegre (1806-1879). Acervo do Museu Histórico Nacional, Rio de Janeiro.
Fonte: <http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/1/10/Araujo-dpedro1-MHN.jpg>



Figura 8.15: Trono imperial de D. Pedro II. Acervo do Museu Histórico Nacional, Rio de Janeiro.
Fonte: <http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/0/0e/MHN07.jpg> autor Limongi

Em 1934, um decreto federal criou a *Inspetoria dos Monumentos Históricos*, nos mesmos moldes da sua matriz francesa (vide Aulas 3 e 5). Foi o primeiro órgão de preservação, criado pelo Estado brasileiro. Suas funções, porém, eram bem mais limitadas do que as que o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Sphan) viria a ter depois. À inspetoria, cabia um papel meramente fiscalizador dos bens já considerados “monumentos”, sem a atribuição de inventariar e selecionar tais bens.

Com a Lei 378, de janeiro de 1937, a Inspetoria foi extinta e em seu lugar passou a funcionar o Sphan. Na raiz dessa transformação, aparentemente apenas administrativa, estava uma intensa luta política que se travava no interior da elite político-cultural brasileira na sua busca por espaços de poder dentro do Estado.

De um lado, havia o grupo dos intelectuais, ligado ao movimento modernista de 1922, gravitando em torno da figura de Rodrigo Melo Franco de Andrade. De outro, havia Gustavo Barroso, intelectual integralista, representante de uma outra visão de cultura, antagônica aos modernistas. No campo do patrimônio, esta disputa expressava-se na oposição entre distintas visões do passado. No lado do grupo que formou o Sphan, havia a preocupação de se encontrar as raízes de um “verdadeiro” Brasil – sua profunda identidade histórica, calcada no período colonial. No outro lado, a valorização da continuidade histórica, pelo culto passado imperial. No primeiro caso, predominava uma rejeição de um passado imperial ainda recente – simbolizado pela arquitetura eclética do século XIX. No segundo, a tentativa de preservação desse passado recente que ameaçava desaparecer.

A criação do Serviço do Patrimônio marcou a vitória do primeiro projeto, mas as tensões entre o Museu Histórico Nacional e o Sphan permaneceriam, mesmo o primeiro tendo, por lei, assento vitalício no Conselho Consultivo do Sphan. A gestão de Gustavo Capanema à frente do então Ministério da Educação e Saúde

foi norteadada pela incorporação das propostas de Rodrigo M. F. Andrade, contribuindo para a invenção de uma nova área do saber: a preservação do patrimônio cultural.

Essa vitória não significou, entretanto, a extinção do projeto de Gustavo Barroso. À frente do MHN, manteve sua trajetória de defesa de sua visão do patrimônio, na qual os museus teriam um papel fundamental. Por outro lado, embora a gestão dos museus fosse uma atividade secundária para os técnicos do Sphan, este deixou de criar novos museus, como o Museu da Inconfidência, em Ouro Preto, o Museu do Ouro, em Sabará, e o Museu das Missões, no Rio Grande do Sul, todos criados com a manifesta intenção de impedir a perda de preciosas obras de arte do período colonial brasileiro.



Figura 8.16: Teto da igreja de São Francisco de Assis (Ouro Preto – MG), de autoria de Mestre Ataíde (1762-1830).

Fonte: <http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/b/bd/MestreAtaide4.jpg>

Contudo, essa separação e mesmo o antagonismo entre ambos os projetos marcaram um relativo distanciamento entre o campo da preservação do patrimônio e o campo da museologia no Brasil. Ainda quando se travavam importantes diálogos, como na década de 1950 (período em que Rodrigo M. F. de Andrade tornou-se presidente do Instituto Brasileiro de História da Arte e do comitê brasileiro do International Council of Museum (Icom), e, ainda, organizou o 1º Congresso Nacional de Museus, em 1956), o Sphan jamais desenvolveu uma política clara em relação aos museus brasileiros.

Por outro lado, o modelo de museu histórico, desenvolvido pelo MHN, tornou-se influente na configuração dos demais museus brasileiros, traduzindo uma representação do passado e uma memória de cunho mais afetivo.

Os museus e o Sphan

O Decreto-Lei 25/1937, que organizou o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, assim definia o papel dos museus na preservação do patrimônio cultural e do Sphan perante os museus:

A União manterá, para conservação e exposição de obras históricas e artísticas de sua propriedade, além do Museu Histórico Nacional e do Museu Nacional de Belas Artes, tantos outros museus nacionais quantos se tornarem necessário, devendo, outrossim, providenciar no sentido a favorecer a instituição de museus estaduais e municipais com finalidades similares (capítulo V – disposições gerais; artigo 24).

Se, por um lado, ficava claro o papel de fomentador e mantenedor do Estado brasileiro (a “União”) em relação aos museus, por outro lado, não havia uma definição explícita a quem cabia a gestão e organização desses museus. Assim, ao mesmo tempo em que se reconhecia a necessidade da existência e mesmo da ampliação do campo museológico no país, deixava-se em aberto as questões relativas à sua administração.

Antes dele, porém, a Lei 378/37, que fundou o Sphan, estabelecia que o Museu Histórico Nacional, o Museu Nacional de Belas Artes e outros que viessem a ser criados participassem das atividades do Sphan e que os diretores desses dois museus atuassem em seu conselho consultivo.

Atendendo às determinações previstas no Decreto-Lei 25, o Sphan criou alguns museus importantes durante a gestão de Rodrigo de Melo Franco Andrade (1937-1967): o Museu das Missões, no Rio Grande do Sul, ainda em 1937, o Museu da Inconfidência, em Ouro Preto e o Museu do Ouro, em Sabará. Mas essas iniciativas permaneceram isoladas, sem apresentar uma relação de continuidade.



Figura 8.17: Estátua de Santo Antônio de Pádua. Acervo do Museu das Missões (RS).

Fonte: <http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/thumb/f/f9/Ruinas-saomiguel11.jpg/800px-Ruinas-saomiguel11.jpg>

Seria preciso, no entanto, esperar o século XXI para que houvesse uma nova e mais eficiente articulação entre a área dos museus e da preservação do patrimônio, com a criação do Departamento dos Museus, em 2004, e posteriormente a fundação do Instituto Brasileiro de Museus (Ibram), em 2009.

Museus e bens móveis

Esse descompasso entre as duas áreas contribuiu para que os chamados bens móveis (vide Aulas 1 e 8), cuja guarda caberia prioritariamente aos museus, não tivessem o investimento e a proteção necessários, ao menos na mesma proporção que os monumentos arquitetônicos tiveram.

Lygia Martins Costa, uma das mais importantes museólogas a atuarem no Iphan, argumenta que o Brasil não testemunhou, até a década de 1980, uma modificação substancial na maneira pela qual os bens móveis e integrados foram tratados no Brasil, atribuindo a esse fato a pouca importância dada aos museus pelos órgãos de preservação.

Nesse sentido, foram os próprios museus que desenvolveram, ao longo do tempo, práticas específicas de proteção e ampliação de seus acervos, arcando com a responsabilidade da preservação dessa vasta parcela do patrimônio cultural brasileiro.

Exemplificando, podemos citar dois momentos em que essas novas atribuições foram assumidas mais explicitamente pelos museus. Em nível internacional, a “Mesa-redonda de Santiago do Chile”, promovida pelo Icomos, em 1972, que representou uma etapa decisiva para a redefinição do papel dos museus, não somente na América Latina, mas em todo o mundo, entre suas resoluções, decidia: “que os museus devem intensificar seus esforços na recuperação do patrimônio cultural, para fazê-lo desempenhar um papel social e evitar que ele seja disperso fora dos países latino-americanos” (item 2) (http://www.revistamuseu.com.br/legislacao/museologia/mesa_chile.htm, acesso em 03/02/2012).

No Brasil, por seu turno, o decreto 91.775/1984, que regulamentou a profissão de museólogo, previa entre suas atribuições, além das diversas atividades específicas dentro dos museus:

- solicitar o tombamento de bens culturais e o seu registro em instrumento específico (item IV);
- planejar e executar serviços de identificação, classificação e cadastramento de bens culturais (item VI);
- informar os órgãos competentes sobre o deslocamento irregular de bens culturais, dentro e fora do país (item IX).

Como se podem perceber, essas três atividades abrangem aspectos mais amplos do que os estritamente ligados aos museus, atingindo também a proteção dos bens patrimoniais.

Assim, percebe-se a importância que os museus adquiriram na preservação do patrimônio cultural brasileiro, particularmente de seus bens móveis, suprimindo parcialmente as lacunas deixadas pela ação dos órgãos de preservação no Brasil, nesse campo de atuação.



Atende ao Objetivo 3

3. A Lei 11.906, de janeiro de 2009, criou o Instituto Brasileiro de Museus. Entre as finalidades do Ibram, definidas em seu artigo 3º, estão:

V – promover o estudo, a preservação, a valorização e a divulgação do patrimônio cultural sob a guarda das instituições museológicas, como fundamento de memória e identidade social, fonte de investigação científica e de fruição estética e simbólica. (...)

VIII – desenvolver processos de comunicação, educação e ação cultural, relativos ao patrimônio cultural sob a guarda das instituições museológicas para o reconhecimento dos diferentes processos identitários, sejam eles de caráter nacional, regional ou local, e o respeito à diferença e à diversidade cultural do povo brasileiro e

IX – garantir os direitos das comunidades organizadas de opinar sobre os processos de identificação e definição do patrimônio a ser musealizado (http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Lei/L11906.htm, acesso em 06/12/2010).

Nesses itens, fica evidente a importância dos museus na preservação do patrimônio cultural brasileiro. Destaque os tipos de bens patrimoniais que caberiam aos museus proteger, relacionando-os com a definição clássica de museu apresentada pelo Icom, mencionada nesta aula.

Resposta Comentada

O Icom, em 1956, atribuía aos museus “a finalidade de conservar, estudar e valorizar de diversas maneiras o conjunto de elementos de valor cultural: *coleções de objetos artísticos, históricos, científicos e técnicos*, jardins botânicos, zoológicos e aquários” (grifos meus). Nesse sentido, fica claro que o papel dos museus em relação ao patrimônio cultural era de proteger os bens móveis, incluídos em seus acervos. Embora existam outros órgãos e entidades que cuidam da proteção do patrimônio cultural, o decreto de fundação do Ibram reafirma o papel dos museus na guarda e proteção dos seus acervos de bens móveis.

Arquivos

Vimos de que maneira a relação dos povos com suas memórias coletivas foi modificada com a invenção da escrita, o que transformou o lugar e a importância dos suportes de memória. Se esse processo assinalou o desenvolvimento dos museus como espaço de guarda da memória, esse processo foi ainda mais decisivo em relação aos arquivos, que se projetaram como espaços por excelência de coleta e conservação do material escrito, produzido pelas sociedades.

A história dos arquivos e da disciplina que o estuda – a Arquivística ou Arquivologia – somente pode ser compreendida pela extrema valorização que o documento passou a ter nas sociedades ocidentais modernas. A partir do momento em que a transmissão oral das memórias deixa de ser a principal forma de as sociedades preservarem sua cultura, o registro escrito torna-se a principal fonte de informação, conhecimento e construção de identidade de uma sociedade.

Nesse sentido, os documentos não representam apenas a fonte na qual a História e outras disciplinas irão beber, para produzir suas interpretações do passado. Os documentos, reunidos em arquivos, são eles mesmos a materialização da memória de povos, sociedades e Estados.



Diff

Figura 8.18: O grande hall interior da Biblioteca do Congresso (Washington D.C. – EUA), a maior biblioteca do mundo em espaço de armazenagem e número de livros da atualidade.

Fonte: http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/thumb/0/06/Library_of_Congress_Great_Hall_-_Jan_2006.jpg/705px-Library_of_Congress_Great_Hall_-_Jan_2006.jpg

Em relação ao patrimônio cultural, a documentação reunida e armazenada nas instituições de preservação será essencial para atestar a *autenticidade* dos processos de patrimonialização dos bens culturais. Os arquivos serão o local onde se comprovará a veracidade das informações a respeito de determinado bem, atestando ou condenando sua pretensão de ser preservado.

Por outro lado, nos arquivos se concentrarão tão importantes documentos relativos à história das nações, que eles mesmos se tornarão objeto de preservação. Dessa maneira, os arquivos podem ser simultaneamente sujeito e objeto das ações de preservação. Mas como surgiram os arquivos e como chegaram a assumir esse papel que hoje possuem?

Arquivos e documentos

O historiador francês Jacques LeGoff afirma que

a escrita permite à memória coletiva um duplo progresso, o desenvolvimento de duas formas de memória. A primeira é a comemoração, a celebração através de um monumento comemorativo de um acontecimento memorável. A memória assume então a forma de inscrição... (LEGOFF, 1990, p. 432).

A segunda forma de memória seria “o documento escrito num suporte especialmente destinado à escrita” (idem, p. 433). Mas alerta que “todo documento tem em si um caráter de monumento e não existe memória coletiva bruta”. Portanto, não é possível separar essa duas formas de maneira absoluta.

O importante é ressaltar que o documento não é apenas uma fonte de informação, mas também um *suporte de memória*, ou seja, é a base material na qual se registra a memória. Em um período histórico no qual o ato de lembrar por meio de rituais e manifestações amparados na tradição oral tornava-se cada vez menos importante, a escrita promovia novos valores e atitudes perante a memória e a cultura.



Berthold Werner

Figura 8.19: Fragmento dos *Manuscritos do Mar Morto*, que é uma coleção de 972 documentos, incluindo textos da Bíblia hebraica, descobertos entre 1946 e 1956 em onze cavernas e perto das ruínas de Khirbet Qumran, na costa noroeste do mar Morto. Estima-se que estes manuscritos são do período entre 150 a.C. e 70 d.C.

Fonte: http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/thumb/e/ef/Amman_BW_10.JPG/410px-Amman_BW_10.JPG

Mas não foi apenas o passado que precisou ser conservado, através dos documentos escritos. O próprio presente precisava fundar sua legitimidade nesses documentos. A administração dos Estados modernos, a partir do século XVI, fundamentou-se na manutenção de minuciosos registros escritos de atividades cada vez mais amplas. O controle tributário, fiscal, os dados administrativos, as estatísticas, os acordos diplomáticos, todo o processo de gestão, enfim, baseiam-se na impressão, circulação e guarda de registros *autênticos* dessas ações.

Aos poucos, já no século XIX, surgiram técnicas, metodologias e normas que visavam padronizar, organizar e facilitar esses procedimentos. Os documentos foram agrupados e reagrupados em séries, fundos, acervos, coleções, aos quais se procurava emprestar uma lógica racional de funcionamento, segundo princípios pretensamente científicos.

Desenvolveu-se, então, a Arquivística como a ciência dos arquivos, que atingiu no século XX novas concepções, acompanhando tanto a evolução dos suportes quanto o crescimento espantoso da massa documental, verificado principalmente após a criação dos Estados Nacionais no século XIX. Na busca pelo ordenamento do território nacional, do controle populacional e da organização dos serviços públicos, esses Estados começaram a gerar um volume de documentos sem precedentes, exigindo novos esforços para sistematizar e tornar mais eficientes essa matéria bruta.

O século XX assistiu ao esforço coletivo de técnicos e autoridades em enfrentar essa situação, levando a Arquivística a inaugurar novos procedimentos, visando racionalizar a guarda, conservação e o acesso ao crescente volume de acervos documentais, criados pelas burocracias estatais. Ao mesmo tempo, sobretudo a partir da segunda metade do século, o desenvolvimento das chamadas *ciências da informação* permitiu ir além da incorporação de novos procedimentos, levando a uma reformulação do próprio lugar da Arquivística enquanto área do conhecimento, que se afastou do ramo das Ciências Humanas, aproximando-se da Informática. A revolução tecnológica interferiu diretamente na maneira pela qual

os documentos passaram a ser pensados: não mais como objetos isolados, mas como dados, como elementos informativos dentro de séries maiores de documentos. Para a História, essa revolução levou a uma outra: a chamada *revolução quantitativa* dos anos 1960 e 1970 (LE GOFF, 1990), quando a adoção dos métodos estatísticos na pesquisa histórica tornou-se praxe para os historiadores profissionais.

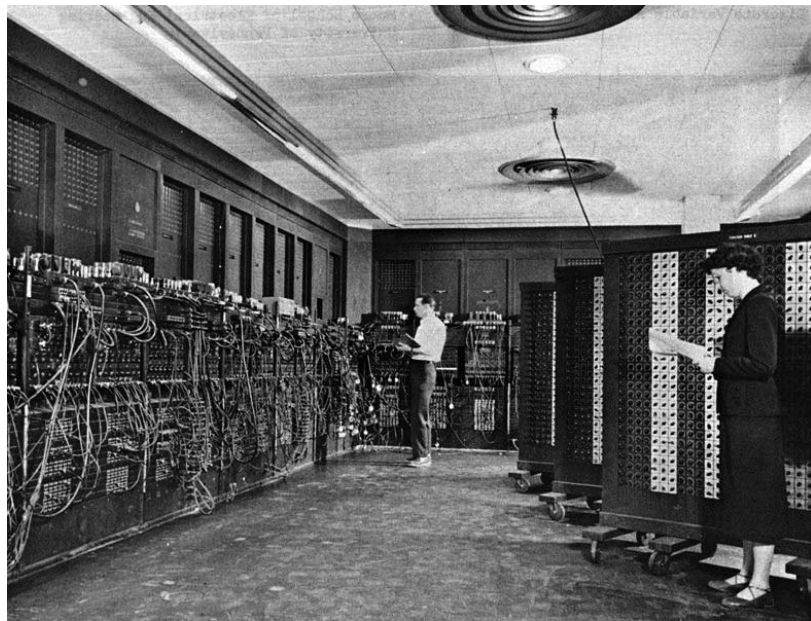


Figura 8.20: Foto do Eniac, primeiro computador desenvolvido pelo exército americano, em 1946.

Fonte: <http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/thumb/4/4e/Eniac.jpg/785px-Eniac.jpg>



Figura 8.21: Hoje, temos acesso a uma base quase infinita de dados a partir de um computador pessoal, conectado à internet, como este *laptop* ou *notebook*.

Fonte: http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/6/64/Tt2_laptop.jpg

O resultado de todo esse processo de transformação foi a necessidade da criação de parâmetros universalmente aceitos de tratamento de toda a massa documental produzida.

Na atualidade, diversas normas internacionais têm procurado aperfeiçoar e padronizar a nomenclatura específica dessa área. A Isad(G) – Norma Geral Internacional de Descrição Arquivística (1999) –, a ISDF – Norma Internacional para Descrição de Funções (2007) – e a ISDIAH – Norma Internacional para Descrição de Instituições de Acervo Arquivístico (2008) estão entre as principais normatizações adotadas internacionalmente.

No Brasil, desde a década de 1970, tem havido iniciativas importantes de se sistematizar práticas e normas a respeito dos arquivos. A Constituição de 1988, em seu artigo 5º, trata da questão do acesso e da guarda dos documentos públicos, criando as bases legais para uma proteção mais efetiva do patrimônio documental. A Lei 8.159, de 1991, estabeleceu as bases para

uma política nacional de arquivos públicos e privados, mais tarde implementada e aprofundada por outras leis, portarias e medidas provisórias. Entre outras inovações, a lei previa a criação do Conselho Nacional de Arquivos (Conarq), que foi finalmente instalado em 1994. Regulamentado pelo Decreto 4.073, de 2002, o Conarq é o órgão responsável pela elaboração da política nacional de arquivos (públicos e privados).

Outra transformação significativa em relação aos documentos e acervos está na ampliação da própria noção de documento. Enquanto até o século XIX os documentos eram pensados quase que exclusivamente como documentos escritos, no século XX foram incorporadas outras formas de documentação: registros visuais (filmes, fotografias e outros tipos de imagem, estática ou em movimento) e sonoros (gravações em fita e disco) e digitais (nos mais variados formatos). Esse processo resultou em novos desafios tanto na questão da conservação (exigindo a contribuição de conhecimentos inclusive da química para o combate à corrosão e aos processos de degradação dos suportes) quanto nas opções de acesso ao público – microfilmagem ou digitalização? Gravação em CD, DVD ou outra mídia?

Tudo isso teve incidência na maneira pela qual os acervos documentais têm sido preservados.



Atende ao Objetivo 4

4. O projeto Resgate da Documentação Histórica Barão do Rio Branco, criado em 1995 por iniciativa e patrocínio do Ministério da Cultura do Brasil, representou um dos mais importantes esforços para a recuperação de significativo acervo documental sobre a histórica colonial brasileira presente no Arquivo Ultramarino de Lisboa. Suas atividades previam, segundo Heloísa Bellotto, "o levantamento, a identificação, a referenciação, a leitura dos documentos e a elaboração de verbetes para catálogos ou para guias de fontes, tendo esse trabalho como sequência, a microfilmagem e a digitalização dos documentos" (2006, p. 287), contando ainda "com a colaboração do Ministério das Relações Exteriores, de várias universidades, fundações e instituições culturais e de apoio à pesquisa" (idem).

Aproveitando esse exemplo, relacione algumas das transformações sofridas pela área de arquivos, especialmente no último século, que possibilitaram projetos dessa envergadura e utilidade pública.

Resposta Comentada

Entre as muitas transformações, ocorridas ao longo do século XX, para a área de arquivos foi particularmente relevante o desenvolvimento das Ciências da Informação, que acabaram por incorporar a Arquivística como um dos seus ramos. Em projetos como o *Resgate*, esse desenvolvimento possibilitou a utilização de novas técnicas como a microfilmagem e a digitalização. Outro desenvolvimento importante foi a adoção de normas e parâmetros internacionais no tratamento documental. Sem essa padronização seria inviável o sucesso de projetos como o citado.

Arquivos e acervos documentais – questões contemporâneas

O documento e a informação

As transformações socioeconômicas e a revolução tecnológica, que tanto contribuíram para a criação das normas mencionadas acima, colocaram também para os arquivos novos desafios cujos desdobramentos fazem-se sentir de maneira cada vez mais intensa. Tais desafios iriam além da questão do tratamento e da conservação documental, e podem ser incluídos naquilo que Ulpiano Bezerra de Menezes caracterizou como *crise da memória* nas sociedades ocidentais.

Sem aprofundarmos as questões que envolvem essa crise, iremos nos concentrar, nesta aula, nas suas principais implicações para os arquivos. Essencialmente, temos a *diminuição da importância e da eficácia dos suportes documentais* e a perda da *contextualização das condições de produção dos documentos*. Expliquemos melhor esses dois processos e por que eles afetam diretamente a preservação dos acervos documentais em geral.

Com a ênfase cada vez maior na informação, o documento, principalmente o documento de texto, tem sido muitas vezes relegado à condição de mero acessório da informação, tomada como algo abstrato. O documento em si passa então a ser visto como simples recipiente formal para o conteúdo (a informação). Essa posição tem levado a uma ampla tentativa de eliminação de documentos, na medida em que se desenvolvem as técnicas de reprodução digital. Contudo, uma das funções dos arquivos é fornecer aos pesquisadores o acesso àquilo que os historiadores chamam de *fontes primárias* – a documentação original produzida em diferentes contextos históricos. A perda desse material pode ser irreparável, na medida em que retira do pesquisador a oportunidade de consultar suportes que estão diretamente relacionados à produção daqueles documentos. Nesse caso, a forma material é indissociável de seu conteúdo: por exemplo, um documento em papiro é completamente diferente de um documento produzido em papel; um manuscrito de um autor tem caráter distinto de um texto datilografado por este para uma publicação, ainda que o conteúdo seja rigorosamente idêntico.

Isso remete ao segundo processo acima mencionado: a *descontextualização das condições de produção dos documentos*. Com a informatização crescente dos arquivos, muitas vezes a noção de *proveniência* (o local de onde procede o documento ou acervo documental) se torna imprecisa, na medida em que, sem o suporte documental, a informação perde sua marca histórica, cronológica, do tempo em que foi produzida. Isso cria uma ilusão de objetividade, como se a informação fosse neutra, “pura” e eterna. Mais ainda, perde-se de vista um dos principais aspectos para se compreender a importância dos acervos arquivísticos: o caráter de *construção* do documento e, por extensão, da informação.

Em outras palavras, o documento é o produto de uma série de condições sociais, econômicas, culturais e políticas, cuja *materialidade* traduz todo o contexto de sua formação. Desde a tinta utilizada (no caso de manuscritos) até as marcas das anotações feitas em cima do texto original (por revisores ou eventuais leitores),

passando pelo fundo ou série a qual pertence (cuja lógica traduz uma certa organização do poder), enfim, *tudo* é relevante para quem acessa as fontes arquivísticas. E é justamente essa riqueza de *informações* e *referências* que se perde quando se privilegia a informação supostamente pura.



Atende ao Objetivo 5

5. Uma das questões decisivas da patrimonialização dos arquivos está no cuidado com os documentos originais, pertencentes a estes arquivos. Entre os princípios da preservação do patrimônio documental, estabelecidos pelo Programa Memória do Mundo da Unesco, encontramos o seguinte:

Conservar um documento original e preservar sua integridade significa que nenhuma informação é perdida, e que não se fecha nenhuma opção futura de preservação e acesso. Os documentos originais possuem, frequentemente, um valor intrínseco que uma cópia jamais terá. Várias instituições lamentaram a destruição prematura de originais depois de fazer cópias que resultaram de qualidade inferior. Independentemente do número de cópias que tenham sido feitas, jamais se deveria eliminar levemente os originais (Diretrizes para a Salvaguarda do Patrimônio Documental, item 3.3.5).

Com base nesse texto e nas questões expostas nesta aula, aponte a importância dos suportes documentais para a preservação da memória, destacando as diferenças entre "documento" e "informação".

Resposta Comentada

A “informação” seria o conteúdo existente nos documentos. Porém, um dos dados mais relevantes na questão da preservação do patrimônio documental está no fato de que os documentos não são apenas suportes (forma) das informações (conteúdo). O próprio documento traz uma série de marcas e características que são também informativas, complementando e contextualizando as informações nele contidas. Portanto, o documento, enquanto suporte documental, é fundamental para a preservação do patrimônio documental, garantindo à instituição que o guarda e àqueles que o consultarem no futuro, mais amplas opções de acesso e utilização.

O acesso à documentação

Outra consequência importante das discussões sobre o documento e a informação está relacionada à possibilidade de acesso e aos graus em que esse acesso se dá.

Desde a constituição dos primeiros acervos documentais, ainda na Antiguidade, existiram políticas de sigilo, que limitavam o acesso a certas informações de interesse dos Estados. A própria escrita, em um período quando ainda predominavam as culturas orais, era um fator altamente seletivo para o acesso aos documentos armazenados. Os escribas constituíam uma classe à parte, exclusivamente voltada para a elaboração e guarda dos textos escritos. Na Idade Média, o latim, língua culta, dominada por poucos (particularmente, o clero), representava também um elemento de exclusão. Em todos esses momentos, a própria escrita atuava como uma forma de saber/poder, restrita a poucos privilegiados.

O advento da imprensa e o declínio progressivo da oralidade coincidiram com a formação dos chamados Estados modernos, entre os séculos XIV e XVI. A expansão da escrita, que teve como um de seus marcos principais a tradução da Bíblia do latim para o alemão (uma língua vulgar) por Martinho Lutero, passou a exigir medidas mais rígidas de controle das informações. Nos séculos XIX e XX, com a criação dos Estados Nacionais e a instalação de arquivos públicos, onde se guardavam os documentos produzidos pelos Estados, começaram a ser elaboradas normas mais explícitas de controle do acesso aos documentos. O processo de democratização das sociedades ocidentais tornou a questão do acesso a esses documentos um direito básico para qualquer ser humano: o *direito à informação*.

Os artigos XIX e XXI da Declaração Universal dos Direitos Humanos (proclamada pela Assembleia Geral da ONU, em 10 de dezembro de 1948) consagram indiretamente esse direito à informação ao afirmarem que:

- “Toda pessoa tem direito à liberdade de opinião e expressão; este direito inclui a liberdade de, sem interferência, ter opiniões e de *procurar, receber e transmitir informações* e ideias por quaisquer meios e independentemente de fronteiras” (grifos meus) e
- “Toda pessoa tem igual direito de *acesso ao serviço público* do seu país” (alínea 2, grifos meus).

Embora visando a objetivos distintos, ambos as citações convergem na garantia ao cidadão de acessar “informações e ideias”, sem excluí-lo do atendimento que o serviço público deve lhe propiciar.

No Brasil, a Constituição de 1988 consagra mais explicitamente esse direito quando, no capítulo dos direitos e garantias fundamentais, em seu artigo 5º, garante, que “*é assegurado a todos o acesso à informação* e resguardado o sigilo da fonte, quando necessário ao exercício profissional” (item XIV, grifos meus).

Vale salientar que a nossa Constituição não consagra apenas o acesso à informação produzida pelo poder público, mas, de maneira ampliada, o acesso a qualquer informação.

Na área dos arquivos públicos, esses direitos interferem na relação do cidadão com o Estado ao proporcionarem ao primeiro uma base legal para suas reivindicações. Em tese, qualquer cidadão pode ter acesso a qualquer informação produzida pelo Estado, especialmente quando está relacionada a ele. As exceções dizem respeito àqueles documentos que são considerados sigilosos pela Administração Pública e representam justamente o ponto crítico da questão da acessibilidade, como trataremos a seguir.

O ciclo dos documentos – consulta e acesso

Uma primeira questão, relativa ao acesso aos documentos, liga-se àquilo que os arquivistas chamam de vocação dos arquivos. Por vocação, entende-se a destinação e a função principal de cada tipo de documento armazenado. Por exemplo: um processo judicial tem como função principal a de servir como base para determinada ação legal. Findo o processo, a documentação nele presente poderá servir a outras finalidades, tais como: subsidiar estatísticas do Poder Judiciário, permitir uma futura revisão do processo (dentro dos prazos estipulados pela lei) e fornecer material de pesquisa para historiadores e demais interessados em estudos sobre a área judicial.

Os arquivistas costumam dividir os documentos presentes nos arquivos públicos em três períodos, dentro do que se chama “ciclo vital dos documentos”:

- 1) *arquivos correntes*, categoria que abrange os documentos em vigência e, portanto, ainda servindo aos propósitos para os quais foram criados;
- 2) *arquivos intermediários*, categoria em que os documentos ultrapassaram seu prazo de utilização, mas podem ainda ser usados por quem os produziu;

- 3) *arquivos permanentes*, categoria em que os acervos documentais são finalmente enviados para um local onde serão definitivamente custodiados e poderão ser consultados pelos pesquisadores.

Por convenção, o prazo para um arquivo corrente tornar-se intermediário é de vinte anos e deste para arquivo permanente é de mais cinco ou dez anos. Porém, esses prazos podem variar de acordo com a legislação em vigor em cada país ou lugar.

O importante é perceber que aquilo que separa os diferentes tipos de arquivo público diz respeito tão somente ao tempo de atividade de cada um, contado a partir da data de produção dos documentos ou do fim de sua tramitação. Portanto, todo arquivo público se tornará inevitavelmente permanente. E a preservação desses acervos atuará exatamente nessa última fase.

Importa notar que os arquivos permanentes (como os demais arquivos) não são fechados. Por resultar de um processo temporal, esses arquivos são sempre abastecidos por novos documentos, que são recolhidos e incorporados ao acervo já existente.

Evidentemente, esses prazos, por serem convencionais, não implicam restrições absolutas ao acesso dos pesquisadores, que podem necessitar consultar informações mais recentes do que os vinte e cinco ou trinta anos adotados pelas instituições de guarda dos acervos permanentes. Assim, embora os arquivos permanentes sejam, por vocação, aqueles mais apropriados para a pesquisa histórica, os demais tipos também podem ser objetos de pesquisas e/ou consultas.

Da mesma forma, durante todo o *ciclo vital*, o cidadão comum pode requisitar o acesso a essa documentação, principalmente nos casos que envolverem assuntos de seu interesse pessoal (processos legais, inquéritos administrativos etc.). O que irá limitar e, em alguns casos, impedir esse acesso é a política de sigilo adotada pelo poder público de cada país.

Sigilo, informação e documentação

O tema da política de sigilo é amplo, complexo e sempre polêmico, pois envolve discussões sérias sobre cidadania e democracia. Isso explica as constantes revisões da legislação que trata do assunto, no caso do Brasil, e o frequente atraso na adoção de leis nessa área, em muitos outros países. Um relatório da ONU, de 2008, apontava que, em 1990, apenas treze países haviam regulamentado o acesso à informação. E que, entre 1990 e 2008, outros 70 países haviam adotado algum tipo de legislação nessa área. Um número pequeno frente ao universo de países existentes no mundo.

Apresentaremos, a seguir, um breve resumo das etapas mais recentes da legislação atinente a esse tema no Brasil.

A Constituição de 1988 tratou da questão em três passagens: o inciso XXXIII do artigo 5º; o inciso II do parágrafo 3º do artigo 37 e o parágrafo 2º do item V do artigo 216. Em 1991, esses itens foram modificados pela Lei 8.159, de 1991, que regulamentava a criação de uma Política Nacional de Arquivos, conforme visto anteriormente. Essa lei reservava um capítulo inteiro (o capítulo V – "Do acesso e do sigilo dos documentos públicos", contendo os artigos 22, 23 e 24) para tratar do tema. Em 1997, a Lei 2134 foi criada especificamente pra rever e aprofundar o artigo 23 da Lei de 1991, regulamentando o direito de acesso a informações e disciplinando o rito processual do *habeas data*. Por fim, a Lei 11.111, de maio de 2005, regulamentou a parte final do inciso XXX do caput do artigo 5º da Constituição Federal de 1988, que trata do direito de acesso a informações obtidas junto ao poder público. A Lei 8.159 estipula, entre outros prazos, que:

§ 2º O acesso aos documentos sigilosos referentes à segurança da sociedade e do Estado será restrito por um prazo máximo de 30 (trinta) anos, a contar da data de sua produção, podendo esse prazo ser prorrogado, por uma única vez, por igual período.

§ 3º O acesso aos documentos sigilosos, referente à honra e à imagem das pessoas, será restrito por um prazo máximo de 100 (cem) anos, a contar da sua data de produção.

Em 18 de novembro de 2011, sancionou-se a Lei 12.527, "Lei de Acesso a Informações Públicas", a qual garante aos cidadãos brasileiros o acesso a documentos públicos de órgãos federais, estaduais, distritais e municipais dos três Poderes e diminui as restrições de sigilo impostas pelos arquivos a seus acervos documentais.



José Cruz/ABr

Figura 8.22: O plenário da Câmara dos Deputados do Congresso Nacional do Brasil.

Fonte: http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/thumb/6/66/Chamber_of_Deputies_of_Brazil_2.jpg/800px-Chamber_of_Deputies_of_Brazil_2.jpg

Todas essas modificações devem ser compreendidas como tentativas de se aprofundar o processo democrático brasileiro, garantindo maior transparência e criando maiores condições de combate à corrupção no setor público. Nesse sentido, a guarda adequada dos documentos produzidos pelo poder público é essencial para se garantir, independente da legislação vigente, o acesso do público a informações de seu interesse.

Um dado elementar, mas que precisa ser lembrado, é que não pode haver acesso pleno, como um direito do cidadão, se não houver uma política responsável de preservação documental e que a maior restrição ao acesso à informação está na desorganização, ou pior, na destruição dos acervos documentais. O que vale tanto para o poder público quanto para as entidades privadas.

Uma última observação neste item se refere a outro direito nem sempre devidamente contemplado quando se trata do direito à informação: o *direito à memória*.

O direito à memória e os arquivos

Os artigos 215 e 216 da Constituição Federal, que tratam da cultura, remetem textualmente ao “pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional” (art. 215) e definem o patrimônio cultural brasileiro como formado pelos “bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação e à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira” (art. 216).

Não por acaso, em um dos incisos (V) desse último artigo, aparece um parágrafo voltado especificamente para o acesso documental: “cabem à administração pública, na forma da lei, a gestão da documentação governamental e as providências para franquear sua consulta a quantos dela necessitem”.

O *direito à memória* surge, assim, implicitamente, como um dos direitos culturais garantidos pela Constituição. E a “gestão da documentação documental” como um dos instrumentos que garantem o usufruto desse direito.

No caso da política de sigilo em relação aos documentos públicos, quanto maiores os prazos legais de restrição do acesso, maior a limitação do público a informações que contribuam para o conhecimento de sua história. Portanto, maiores as restrições ao direito à memória.

A pesquisa histórica, em particular, fundamenta-se na consulta a documentos de toda ordem. Os acervos documentais são a matéria-prima dos historiadores. Quanto maiores os impedimentos desse tipo de acesso, mais difíceis se tornam a pesquisa e, por conseguinte, a elaboração de um conhecimento qualificado sobre nossa história ou, nos termos constitucionais, da “identidade”, da “ação” e da “memória” dos “diferentes grupos formadores da sociedade brasileira”.

Mas para que esse conhecimento crítico qualificado possa ser construído, não basta o acesso mais amplo aos documentos. É preciso também que, da mesma forma como foi lembrado em relação ao público em geral, os acervos estejam bem organizados e protegidos, com instalações adequadas, pessoal qualificado e políticas definidas de tratamento desses acervos.

É necessário, portanto, que haja ações de preservação dos documentos que contemplem todas essas variáveis e outras mais, as quais somente o conhecimento especializado pode oferecer. É necessária a patrimonialização dos acervos documentais.



Atende ao Objetivo 6

6. “O grande desafio do direito à memória é que é o direito ao futuro, mas também ao passado e ao presente”. Com essa frase, o sociólogo português Boaventura Sousa dos Santos resumiu em debate recente (www.cartamaior.com.br/templates/materiaMostrar.cfm?materia_id=19492, acesso em 10/02/2012) a importância que atribui à questão do *direito à memória* para em seguida explicar o que entendia por direito à memória: “é o direito a vivências e experiências pessoais que constituíram a subjetividade (de indivíduos),

e que eles têm de lembrar e serem respeitados por isso” (idem). Com base nessa afirmação, comente de que maneira o direito à memória pode servir ao passado, ao presente e ao futuro dos indivíduos e como o acesso às informações contidas nos arquivos pode contribuir para o pleno exercício desse direito.

Resposta Comentada

Como a memória se relaciona com o processo de construção das identidades dos grupos sociais e, por conseguinte, dos indivíduos, respeitar o direito dos indivíduos de se lembrar de seu passado é uma forma de se garantir a preservação e o fortalecimento de suas identidades culturais (ou nas palavras do sociólogo citado, de “constituir suas subjetividades”). Dessa maneira, é a garantia da continuidade das tradições e valores que vêm do passado, mas permanecem no presente e poderão prosseguir no futuro.

O acesso aos arquivos contribui para esse processo na medida em que permite que os cidadãos tenham conhecimento integral das informações neles contidos, que podem servir para esclarecer, ampliar e aprofundar as lembranças dos indivíduos. Somente ampliando esse acesso é possível a construção de um conhecimento histórico crítico e qualificado capaz de proporcionar maior respeito pelas memórias coletivas de uma sociedade.



Patrimonialização das fontes arquivísticas

Mundialmente, diversas ações têm sido empreendidas, principalmente pela Unesco, para proteger os arquivos e seus acervos. Em 1992, a Unesco lançou o programa Memória do Mundo, com o objetivo de identificar e preservar documentos individuais, arquivos e coleções de livros considerados de grande valor para a humanidade e que estejam em situação de risco. Por meio de representações nacionais, a Unesco tem atuado na coordenação e sistematização de ações de preservação de acervos arquivísticos e bibliográficos das mais variadas culturas e regiões, dentro do princípio da diversidade cultural que rege a instituição.

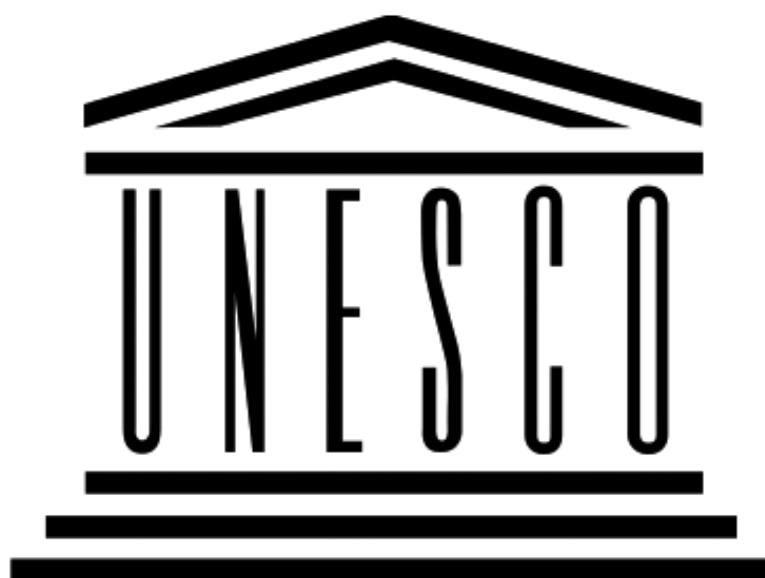
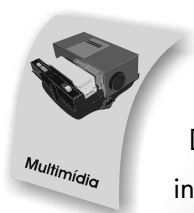


Figura 8.23: Logomarca da Unesco.

Fonte: <http://upload.wikimedia.org/wikipedia/en/thumb/2/25/UNESCO.svg/196px-UNESCO.svg.png>

Os documentos e acervos escolhidos são inscritos no Registro Internacional de Patrimônio Documental, a partir da aprovação, por comitê internacional de especialistas, da candidatura encaminhada pela instituição detentora do acervo.

No Brasil, em 2004, foi instituído o Comitê Nacional do Brasil do Programa Memória do Mundo, tendo sua regulamentação finalmente ocorrido em 2007.



Em 2005, o Registro do Patrimônio Documental do Programa Memória do Mundo incluiu, entre seus documentos protegidos, a *Carta de Pero Vaz de Caminha* sobre o Descobrimento do Brasil. Por sua vez, o Comitê Nacional do Brasil já havia registrado, até 2010, 38 bens do patrimônio documental brasileiro. Mais informações podem ser obtidas no site do Arquivo Nacional: www.arquivonacional.gov.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?sid=91 (acesso em 1º/12/2010) ou diretamente no site da Unesco – www.unesco.org/webworld/en/mow (acesso em 1º/12/2010).

O Decreto-Lei 25/37, embora não tratasse claramente do patrimônio documental, concedia à documentação um papel fundamental nas ações de preservação por parte do Estado brasileiro. Basta lembrar que se previa o registro dos bens tombados em “Livros” próprios – os Livros de Tombo – e que o conjunto desses livros constituía a documentação comprobatória de todo o processo que conduzia (e ainda conduz) ao tombamento. Logo, a proteção legal, ainda hoje vigente, faz-se mediante esse registro documental.

Além disso, o registro do patrimônio imaterial, criado em 2000, parte do mesmo princípio e delega à documentação escrita o mesmo valor comprobatório. Dessa forma, ambos os acervos, do patrimônio material e do patrimônio imaterial, partilham a necessidade da constituição e manutenção de acervos documentais para efetivarem suas ações. Trata-se de um dos casos em que um

arquivo representa uma das atividades-fim da instituição que o gera.

Porém, todas as instituições de preservação do patrimônio – públicas e privadas – compartilham dessa mesma especificidade, o que as torna depositárias de significativo acervo da memória nacional. Desse modo, constituem-se em privilegiados *lugares de memória* (PIERRE NORA, 1993) por atenderem às três determinações que o historiador francês atribuiu a esses lugares: são lugares de memória no sentido *funcional, material e simbólico*. Funcional, por conterem documentação administrativa que permite ações legais de preservação por parte dos agentes públicos. Material, por terem existência física e serem geograficamente localizados. E simbólico por reunirem dados de referência dos bens culturais nacionais.

Concluindo, pode-se afirmar que toda fonte arquivística, ou seja, qualquer documento guardado em um acervo é patrimonializável, pois pode se tornar uma referência para o conhecimento dos mais diversos aspectos da cultura de seu país. Tudo isso demonstra a importância fundamental de sua preservação.

CONCLUSÃO

Vimos nesta aula como os museus e os arquivos transformaram-se de instituições de preservação de objetos e documentos dos Estados europeus e, portanto, das elites que eles representavam, em instrumentos que as sociedades encontram para guardar e expor suas memórias coletivas. O uso e o cuidado que se tem com essas instituições permite-nos avaliar o quanto um país realmente se preocupa com sua memória e sua história. O maior ou menor acesso que se permite a seus acervos – documentais ou museológicos – diz muito a respeito da maneira pela qual os Estados relacionam-se com seus cidadãos. Daí, a necessidade de se permanentemente conservar, proteger e promover essas instituições, garantindo de forma cada vez mais ampla a circulação de informações por seu intermédio. Por fim,

pode-se dizer que museus e arquivos não tratam, como geralmente se pensa, de papéis e objetos *velhos*, do passado, mas dos valores que eles representam para nós *hoje*, no presente. E que a maior ou menor atenção que se dê a eles dirá como pretendemos nos ver no *futuro*.

Atividade Final

Atende aos Objetivos 1 e 4

Elabore uma pequena dissertação (com no máximo 10 linhas) em que se discutam as seguintes questões:

- 1) O que são museus e arquivos?
- 2) Que tipos de bens eles guardam?
- 3) Qual sua importância para a preservação do patrimônio cultural?

Resposta Comentada

Os arquivos e os museus históricos são espaços de preservação da memória, onde se conservam bens culturais de diferentes tipos para que as pessoas possam visitar e pesquisar, aprendendo sobre uma determinada cidade, grupo social ou mesmo uma pessoa. Nos museus, são preservadas, principalmente, fontes materiais e imagéticas que ficam expostas para a visitação.

Nos arquivos, são preservadas, principalmente, fontes escritas, imagéticas e orais que ficam guardadas em estantes para a consulta dos pesquisadores. Ambos compartilham o fato de serem instituições de preservação e ao mesmo tempo serem bens culturais, portanto passíveis de também serem preservados.

RESUMO

Museus e arquivos representam duas categorias bastante particulares de patrimônio cultural. Ambos são, simultaneamente, bens culturais e instituições de guarda desses bens.

Os museus, em sua forma moderna, surgiram no final do século XVIII, ligados à prática do colecionismo, ou seja, da coleção de objetos culturais (artísticos) considerados de grande valor. Com o tempo, sofreram profundas transformações, até serem totalmente reformulados, a partir da década de 1970, ampliando seu enfoque, abrindo para a incorporação de práticas e manifestações culturais, para além do seu elitismo de origem. No Brasil, os museus foram os primeiros órgãos de preservação do patrimônio cultural, reunindo acervos de obras de arte e coleções naturais. Ao longo do tempo, acumularam bens móveis cada vez mais variados, até praticamente serem os únicos responsáveis pela preservação desse tipo de bem cultural.

Os arquivos, por sua vez, são responsáveis pela guarda de documentos dos mais variados tipos: dos textuais até os registros sonoros e visuais. Em relação ao patrimônio cultural, têm-se os arquivos permanentes, onde se guarda a documentação que perdeu sua função de origem (administrativa, legal). Nesse tipo de arquivo é que se concentram as pesquisas históricas e aquelas relacionadas à memória coletiva. Uma das questões fundamentais dos arquivos diz respeito ao acesso aos documentos. Numerosa legislação nacional e

internacional busca disciplinar o acesso a esses documentos, muitas vezes dificultando o acesso do cidadão comum e do pesquisador, alegando-se questões de segurança dos Estados. Independentemente disso, as fontes arquivísticas são elementos essenciais para se garantir o direito à informação e à memória.

Aula 9

O que são os
bens móveis
e integrados?
Inventário e
pesquisa

Claudia Baeta Leal

Metas da aula

Apresentar e historicizar os conceitos de bens móveis e integrados, e a importância dos inventários no processo de identificação e proteção desse patrimônio.

Objetivos

Esperamos que, ao final desta aula, você seja capaz de:

1. definir o que são bens móveis e integrados, e descrever os sentidos atribuídos a esses bens no processo de constituição do patrimônio cultural no Brasil;
2. identificar a importância dos inventários de bens culturais para a proteção dessa tipologia de bens.

Pré-requisitos

Para que você compreenda melhor esta aula, é importante que você revise a Aula 4, sobre o Sistema Internacional de Patrimônio Cultural, assim como as Aulas 6 a 8, que tratam de diferentes tipologias de bens culturais protegidos – as cidades, o patrimônio arqueológico, museus e arquivos, respectivamente.

INTRODUÇÃO

Neste curso, já nos dedicamos a estudar algumas tipologias de bens que vêm sendo consagradas pelas políticas públicas de preservação do patrimônio cultural, notadamente no Brasil, mas que são também foco de políticas em diversos outros países e mesmo de propostas internacionais – como as cidades (Aula 6), o patrimônio arqueológico (Aula 7) e mesmo o patrimônio documental, com o estudo dos arquivos (Aula 8). Nesta aula, vamos nos concentrar em um outro conjunto de bens culturais, analisando suas especificidades, o histórico de preservação dedicadas a eles e sua importância no conjunto dos bens culturais protegidos: os bens móveis e os bens integrados.

A noção de bens imóveis é normalmente de fácil reconhecimento e entendimento. Trata-se dos bens que compõem o acervo arquitetônico, urbanístico, paisagístico ou natural de um lugar, protegidos ou não, mas que, por sua natureza e tipologia, são facilmente adequados aos procedimentos previstos no instrumento do tombamento. É certo que, atualmente, com o advento da figura do **Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial** e do **Livro de Registro dos Lugares**, a discussão sobre os tipos de proteção aplicáveis aos bens pode ganhar vulto, mas com enfoque nos sentidos e valores atribuídos aos bens, e não quanto às medidas a serem tomadas para preservá-los.

No que diz respeito aos bens móveis, porém, a variedade de tipologia, origens e usos contribui para tornar mais complexa a discussão sobre como protegê-los, além dos riscos advindos da própria natureza dos bens, que podem ser furtados, exportados, destruídos com maior facilidade. São considerados bens móveis objetos de arte e de culto, equipamentos domésticos e profissionais, documentação escrita e iconográfica, guardados por indivíduos ou instituições; enfim, são “aqueles que criados para todo tipo de mister a despeito de seu peso podiam ser transferidos de um a outro local sem problemas maiores” (COSTA, 1981, p. 317).

Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial

É o instrumento legal de reconhecimento e valorização do patrimônio cultural brasileiro de natureza imaterial. Foi instituído em 2000, por meio do Decreto 3.551, de 4 de agosto daquele ano, o qual também criou o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial. O Registro dos bens é realizado por meio de sua inscrição nos Livros de Registro de Saberes, das Celebrações, das Formas de Expressão e dos Lugares

O Livro de Registro dos Lugares

Nele podem ser inscritos os espaços onde ocorrem práticas ou atividades de naturezas variadas, tanto cotidianas quanto excepcionais, que constituem referência para a população, como mercados, feiras, santuários, praças e demais espaços onde se concentram e reproduzem práticas culturais coletivas. Para mais informações sobre o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial, o Livro de Registro dos Lugares e os demais Livros de Registro, ver o Decreto nº 3.551/2000 - http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D3551.htm, acesso em 10 jan. 2012. Ver também as informações disponíveis sobre esse decreto e sobre o Programa Nacional de Patrimônio Imaterial no portal do Iphan – <http://portal.iphan.gov.br/portal/montarDetalheConteudo.do?id=12689&sigla=lnstitucional&retorno=detalheInstitucional>.

A capacidade de serem “transferidos de um a outro local” aparece aqui, na definição da museóloga Lygia Martins Costa, como uma característica que distingue bens móveis de imóveis, mas também aponta para a definição de outro grupo de bens, bastante tratados por Costa: os bens integrados. Estes seriam os bens que, como indica sua denominação, estariam, em sua própria concepção, integrados a bens arquitetônicos, visando ao ornamento ou a usos específicos. Em outras palavras, seriam “aqueles que de tal modo se acham vinculados à superfície construída – interna ou externa – que dela só podem ser destacados, com sucesso, mediante esforço planejado e cuidadoso, assim mesmo deixando em seu lugar a marca da violência sofrida” (COSTA, 1981, p. 318). Uma vez retirados de seu local de origem, podem até, conforme indica Costa, ser apresentados como peças autônomas que compõem coleções e acervos museológicos, mas sem terem sido criados com esse fim (COSTA, 1980, p. 297).

Essas particularidades dos bens móveis e integrados trazem implicações não só para seu estudo, mas também para sua proteção. Nesse sentido, é de fundamental importância determo-nos no histórico dessas noções, não somente no âmbito das políticas públicas brasileiras, mas na história do patrimônio cultural do Ocidente, de forma mais geral. No estudo desses bens, é central também pensar a importância dos inventários, não somente como forma de identificação desses bens e consequente difusão e reconhecimento, mas também como uma forma de proteção em si mesmo, na medida em que alia a produção de conhecimento sobre o bem à possibilidade de proteção e preservação de sua integridade e características.

Bens móveis e integrados

O sentido com que os bens móveis e integrados foram assimilados à noção de patrimônio não se distingue fundamentalmente daquele que orientou as políticas públicas na preservação dos bens imóveis no Brasil, a partir da década de 1920; ou seja, conforme se lê no Decreto-lei que organizou a proteção do patrimônio cultural,

esse sentido era dado pela vinculação dos bens “a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico” (Art. 1º, Decreto-lei 25/1937). Os projetos elaborados anteriormente a esse Decreto-Lei, inclusive o famoso Anteprojeto redigido por Mario de Andrade a pedido do então ministro Gustavo Capanema, em 1936, também faziam menção a esses bens como constitutivos do patrimônio que se identificava como histórico e artístico nacional e cuja proteção estavam buscando sistematizar (SPHAN/FNPM, 1980).

É certo, porém, que os legisladores e intelectuais preocupados com a preservação do patrimônio histórico e artístico nacional, nesse período, não estavam inaugurando uma prática inédita ao se debruçarem sobre bens móveis. Antes, aproximavam-se da lógica do colecionismo, do saber antiquário, que influenciava as práticas antigas de preservação de bens históricos e artísticos, como as “coleções principescas, os gabinetes de curiosidade e as coleções científicas que proliferaram a partir do século XV” na Europa (SENA, 2009, p. 9). Nesse momento, o colecionismo estava restrito ao deleite dos colecionadores, que eram principalmente membros da aristocracia europeia e estavam influenciados pelo movimento renascentista (idem, p. 10). Um sentido mais público dessas coleções foi identificado por François Choay em 1471, com a abertura, uma vez ao ano, das coleções pontificiais do capitólio italiano (CHOAY, 2001, p. 52) e com a transformação de coleções formadas entre os séculos XV e XVIII em museus nacionais (CHOAY, 2001, pp. 52, 93-125), como já foi mais detalhadamente discutido nas Aulas 2 e 3 deste curso.

Já se começava a firmar um sentido de projeto e interesse públicos, voltados para a construção dos Estados Nacionais, para a difusão do passado e de uma história que contribuísse para esse projeto. Com as devidas diferenças, dado o transcurso de alguns séculos entre o momento de formação dos Estados Nacionais europeus e o projeto de construção nacional, encampado pelo governo do Estado Novo (1937-1945) no Brasil, notamos uma forma de aproximação daquele sentido com a noção de interesse

público que viríamos a encontrar durante esse regime e também especificamente no Decreto-lei 25/37, em que estavam evidentes referências à construção da identidade nacional por meio, entre outros, da proteção do patrimônio histórico e artístico nacional (MEC/SPHAN/FNPM, 1980, p. 109-110). O que podemos notar, tanto na iniciativa encampada pelo ministro Gustavo Capanema, por Rodrigo Melo Franco de Andrade e por outros intelectuais modernistas, como Carlos Drummond de Andrade e Mario de Andrade, quanto na criação de museus nacionais já nos séculos XVIII e XIX é o culto a monumentos, artefatos arqueológicos e etnográficos, objetos históricos, obras de arte, enfim, bens que denotassem o passado formador da nação que estavam construindo (SENA, p. 12) Esses bens também corriam sérios riscos: muitos estavam ameaçados de serem destruídos, descaracterizados, alienados, separados (no caso de conjuntos de bens), quando não constituintes de acervos de museus e encontrados na posse de particulares, em sítios arqueológicos, no interior de determinadas edificações com livre visitação pública, nas lojas de antiquários ou pregões de leiloeiros.

Imaginária

Termo utilizado para se referir ao conjunto de imagens, especialmente imagens religiosas, de santos. Também por ser usada para indicar a arte de fazer imagens.

Fontes: CUNHA, Almir Paredes. *Dicionário de Artes Plásticas*. Rio de Janeiro: EBA/UFRJ, 2005, vol. I; REAL, Regina M. *Dicionário de Belas Artes – Termos Técnicos e Matérias afins*. Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura, 1962.

Clero

O conjunto dos clérigos ou eclesiásticos – padres, sacerdotes, bispos, cardeais etc. – que compõem o corpo social das igrejas, regiões, países etc.

Fonte: *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2004.

Desde a década de 1920, já se identificava o interesse desses comerciantes, notadamente estrangeiros, pelo valor comercial dos bens móveis, principalmente os religiosos. Entre estes, podemos destacar as alfaias, que eram feitas de “ouro, prata dourada ou mesmo prata branca, muitas vezes incrustadas de pedraria e sempre do melhor lavor” e para as quais havia grande procura (COSTA, 1980, p. 303). Os anos 1930 e 1940 testemunhariam o aumento do valor comercial e da procura por esses bens, entre os quais podemos incluir também o mobiliário e a **imaginária**, e até a participação do **clero**, se não nesse comércio, então na viabilização da alienação dos bens (idem, p. 304). Assim, medidas que coibissem essas ações predatórias contra o patrimônio móvel mostravam-se cada vez mais urgentes.

É certo que, antes da própria fundação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Sphan), alguns museus já chamavam para si a responsabilidade de reunir, estudar e difundir muitos desses bens, como “grandes museus enciclopédicos, (...) IHGB (Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro) e (...) Academia Imperial de Belas Artes, que conservava quadros, esculturas de artistas brasileiros e estrangeiros” (SENA, 2009, p. 13). A museóloga Lygia Martins Costa, técnica do Iphan por várias décadas e considerada pioneira no desenvolvimento de medidas e políticas concernentes aos bens móveis (idem, p. 23), chegou mesmo a afirmar que a proteção dos bens móveis esteve normalmente vinculada de “modo íntimo à existência de museus” (COSTA, 1980, p. 300).



Academia Imperial de Belas Artes – Aiba

A fundação da Academia Imperial de Belas Artes, em 1826, inaugurou o ensino artístico acadêmico no Brasil, nos moldes das academias europeias. Correspondeu, de forma geral, ao conjunto de esforços de D. João VI (1767-1826) em aparelhar e civilizar a colônia, que havia sido elevada à categoria de Reino Unido de Portugal e Algarves, em 1815, mas está fortemente relacionada com a própria afirmação do Brasil como nação recém-independente.

Nesse sentido, é possível destacar, por exemplo, a constituição de uma arte acadêmica nacional, devotada à pintura histórica que contribuísse para a construção de uma memória nacional; a valorização das paisagens brasileiras nas pinturas e a eleição de temas considerados autenticamente nacionais, como o índio.

Fontes: SQUEFF, Letícia Coelho. A Reforma Pedreira na Academia de Belas Artes (1854-1857) e a constituição do espaço social do artista. *Caderno CEDES*, Campinas, v. 20, n. 51, nov. 2000. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-32622000000200008, acesso em 02 dez 2011; http://www.itaucultural.org.br/aplicexternas/enciclopedia_ic/index.

Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro – IHGB

Fundado em 1838, pouco após a Independência do Brasil (1822), o IHGB surgiu como uma entidade que representasse a nação brasileira. Essa representação dar-se-ia por meio da escrita de sua história, a qual deveria solucionar diversos problemas e questões – como as rupturas políticas, as diversidade regionais, a heterogeneidade étnica e social da população – enfrentados por esse povo e esse território que acabava de se firmar como nação. Nessa sua tarefa, incentivou a criação de institutos históricos regionais e a coleta e publicação de documentos relevantes para a história do Brasil, encontrados em território nacional e em arquivos estrangeiros. Seu principal objetivo está indicado no artigo 1º de seus estatutos:

“Coligir, metodizar, publicar ou arquivar os documentos necessários para a História e Geografia do Brasil”, abrangendo, nos dias de hoje, de forma mais ampla, as Ciências Sociais.

Fontes: Guimarães, Manoel Luís Salgado. “Nação e civilização nos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Projeto de uma história nacional”. *Estudos Históricos* 1, 1988; <http://www.ihgb.org.br/>, acesso em 25 nov. 2011.

Porém, com a criação do Sphan, por meio da Lei nº 378 de janeiro de 1937, e mais especificamente com a proposição do instrumento legal do tombamento meses mais tarde, surgiram novas possibilidades às ações preservacionistas, ainda que não se tenha alterado, fundamentalmente, o tratamento dado aos bens móveis. Em relação a estes, foram, de forma geral, adotadas basicamente duas medidas:

primeiro reconhecendo a instituição museológica como local específico para preservação dos bens culturais móveis, e segundo aplicando o tombamento, na maioria dos casos, sobre bens ameaçados, seja de dispersão ou destituição. (SENA, op. cit., p. 27).

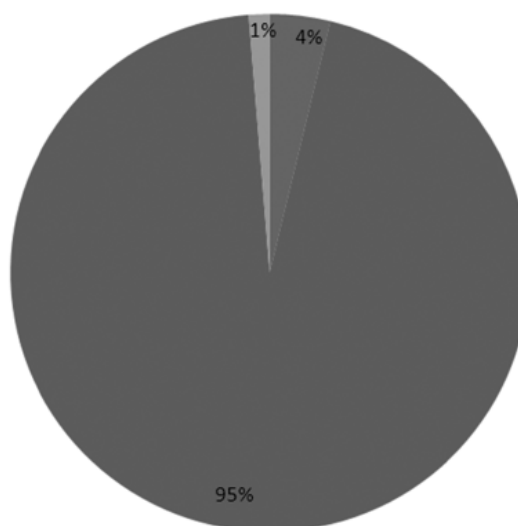
Ou seja: se, por um lado, o tombamento, que se estendia tanto a bens imóveis como a bens móveis, criou uma nova via de proteção para estes bens, por outro, continuou-se a estimular a criação de museus e vincular a proteção dos bens móveis a essas instituições (COSTA, 1980, pp. 300-301). Vale mencionar, porém, que vários casos buscavam conjugar a proteção a bens culturais móveis, com a formação de um determinado acervo, à defesa de “um monumento tombado, restaurado e sem utilização determinada ou apropriada” (idem, p. 301), o que se daria por meio da conversão desses edifícios em museus, como o Museu do Ouro, em Sabará, o Museu da Inconfidência, em Ouro Preto, o Museu do Diamante, em Diamantina, entre outros.

No que diz respeito ao tombamento propriamente dito de bens móveis, é patente a defasagem entre a proteção destes e dos bens arquitetônicos, como podemos ver na tabela e gráfico a seguir, referentes ao período de maior número de tombamentos realizados pelo atual Iphan – período este que corresponde à gestão de seu primeiro diretor, Rodrigo Melo Franco de Andrade:

Tabela 9.1: Tombamentos Iphan – 1937-1968

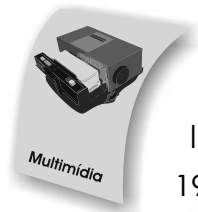
Bens móveis e integrados	Objetos e bens integrados	22	29
	Coleções e acervos de bens móveis	7	
Bens imóveis	Conjunto urbano	27	731
	Edificação	649	
	Equipamento urbano e infraestrutura	34	
	Jardins históricos e parques	7	
	Paisagem natural	7	
	Ruínas	7	
Bens arqueológicos	Coleções e acervos arqueológicos	6	10
	Sítios arqueológicos	4	
Total			770

■ BENS MÓVEIS E INTEGRADOS ■ BENS IMÓVEIS ■ BENS ARQUEOLÓGICOS

**Figura 9.1:** Bens tombados: listagem por tipologia.

Fonte: Rio de Janeiro: Iphan - Coordenação de Pesquisa, Documentação e Referência - Gerência de Documentação Arquivística e Bibliográfica, 2005.

O estudo de Silvana Rubino (1996) sobre os resultados desses 31 anos de gestão de Rodrigo Melo Franco de Andrade trabalha com números semelhantes e a autora aponta o fato de que os bens móveis, tombados individualmente, e os conjuntos de bens móveis constituíram uma parcela mínima do total de tombamentos realizados entre 1938 e 1967, enquanto o patrimônio arquitetônico, em suas diversas tipologias, representou a grande maioria das ações. Entre esses conjuntos, em que se incluem coleções e acervos, 12 teriam sido tombados logo em 1938, “sendo a maioria de valor etnográfico e arqueológico, como o Museu de Magia Negra, Museu Paranaense (PR), Museu Emílio Goeldi (PA), Museu do Ipiranga (SP) e Museu Júlio de Castilho (RS)” (SENA, op. cit., p. 16). Até os dias atuais, em levantamento do próprio Iphan, de 2009, entre coleções, acervos, objetos e bens integrados, temos 60 tombamentos realizados nos quatro Livros do Tombo – incluindo as únicas inscrições do Livro do Tombo das Artes Aplicadas (IPHAN/COPEDOC/GEDAB, 2005).



Por meio do portal do Iphan, é possível acessar a listagem dos bens tombados pela instituição entre 1938 e 2009, na quinta edição, revista e atualizada, do guia de *Bens Móveis e Imóveis Inscritos nos Livros do Tombo do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – 1938-2009* (2009) <<http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=1356>>. Nesse guia, além de uma lista dos bens tombados, em que se informa o nome atribuído ao bem, número do processo e Livro(s) do Tombo em que se encontra inscrito, encontramos também a legislação federal e as normas internas que regulam o instituto do tombamento, além de um fluxograma dos processos de tombamento, desde a solicitação até a inscrição e o arquivamento do processo no Arquivo Central do Iphan. Ainda nesse mesmo portal, é também possível consultar os bens tombados, com descrições mais detalhadas das características de cada um, por meio do Arquivo Central do Iphan, antes Arquivo Noronha Santos (ANS) <<http://www.iphan.gov.br/ans/inicial.htm>>.

No entanto, o tombamento dos bens móveis tem suscitado discussões ao longo de toda a história das ações do Iphan. Um grande problema, pela própria natureza dos bens móveis, é sua circulação. Formas de limitação a esta podem ser encontradas já no século XVII, quando foi expedido um decreto pelo grão-duque Fernando dos Médici, no qual se listavam dezoito famosos pintores do passado que não poderiam ser vendidos no exterior (CHOAY, op. cit., p. 95-123). A limitação também podia se estender à sua compra ou alienação do local de produção, explicitando o esforço de vinculação entre as obras de arte e a própria identidade

nacional. Já em 1924, no Brasil, com o anteprojeto de lei em prol do patrimônio artístico e nacional, elaborado pelo poeta Augusto de Lima, previa-se “a proteção de monumentos, peças arqueológicas, e também, o combate ao comércio de obras de arte e antiguidades”, com vistas explicitamente a “proibir a saída para o estrangeiro de obras de arte brasileiras” (SENA, op. cit., p. 14). Também em 1924, temos o anteprojeto de Jair Lins para uma lei sobre a proteção do patrimônio, de 1924, o qual previa a notificação sobre a exportação de objetos catalogados. Pouco tempo depois, em 1930, o projeto de lei do deputado José Wanderley de Araújo Pinho para a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional proibia a exportação de coisas móveis, catalogadas ou de seus fragmentos; e o próprio Decreto-lei 25/1937 estabelecia que a coisa tombada não poderia sair do país por longos períodos e a autorização estaria restrita a fins de intercâmbio cultural (SPHAN/PRÓ-MEMÓRIA, 1980).

Em 1965, tivemos a promulgação da Lei nº 4.845, de 19 de novembro, que explicitava de forma evidente a preocupação com a circulação desses bem, proibindo a saída, para o exterior, de obras de arte produzidas no país até o fim do período monárquico:

Lei nº 4.845, de 19 de novembro de 1965

“O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

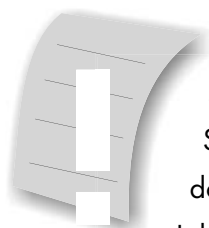
Art. 1º: Fica proibida a saída do País de quaisquer obras de artes e ofícios tradicionais, produzidas no Brasil até o fim do período monárquico, abrangendo não só pinturas, desenhos, esculturas, gravuras e elementos de arquitetura, como também obra de talha, imaginária, ourivesaria, mobiliário e outras modalidades.

Art. 2º: Fica igualmente proibida a saída para o estrangeiro de obras da mesma espécie oriundas de Portugal e incorporadas ao meio nacional durante os regimes colonial e imperial.

Art. 3º: Fica vedada, outrossim, a saída de obras de pintura, escultura e artes gráficas que, embora produzidas no estrangeiro no decurso do período mencionado nos artigos antecedentes, representem personalidades brasileiras ou relacionadas com a História do Brasil, bem como paisagens e costumes do País.

Já a Portaria nº 262 do então Instituto Brasileiro de Patrimônio Cultural – IBPC, de 14 de agosto de 1992, retomava a questão da saída das obras de artes e bens culturais tombados, conforme indicado nos artigos 1º, 2º e 3º da Lei 4.845/1965 (transcritos acima), buscando, porém, normatizar sua saída para fins de intercâmbio cultural. A Portaria determinou que os bens culturais e obras de arte só poderiam sair com autorização do IBPC, por um período máximo de seis meses, e com a produção de documentação detalhada sobre a obra ou bem cultural.

Internacionalmente, deu-se a campanha promovida pela Unesco contra o tráfico ilícito de bens culturais, com a promulgação, em 1970, da Convenção Relativa às Medidas a Serem Adotadas para Proibir a Importação, Exportação e Transferência Ilícitas de Propriedade dos Bens Culturais – ratificada pelo Brasil em 1973, por meio do Decreto nº 72.312, de 31 de maio –; a criação do Comitê Intergovernamental para a Promoção do Retorno dos Bens Culturais ao seu País de Origem ou a sua Restituição em Caso de Apropriação Ilegal, em 1978; e a Convenção do Unodroit (Instituto Internacional pela Unificação do Direito Privado) sobre Bens Culturais Furtados ou Illicitamente Exportados, concluída em Roma em 1995 e ratificada pelo governo brasileiro em 1999, pelo Decreto nº 3.166, de 14 de setembro.



Siglas do patrimônio

Sphan, Dphan, IBCP, Iphan: o atual Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – Iphan passou por várias mudanças em relação ao tipo de instituição que representava, o que significou mudanças de nome e, conseqüentemente, de siglas. A seguir, uma tabela com os nomes e as respectivas siglas que a instituição adotou ao longo dos seus quase 80 anos de atuação:

Período	Sigla	Nome
1937-1946	Sphan	Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
1946-1970	Dphan	Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
1970-1979	Iphan	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
1979-1981	Sphan	Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
1981-1985	Sphan	Subsecretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
1985-1990	Sphan	Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
1990-1994	IBPC	Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural
1994	Iphan	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

Uma outra providência foi a prática do tombamento de acervos e coleções inteiras, o que buscava “impedir que fragmentos, obras de arte, objetos e relíquias antigas, que reportavam a um passado nacional, se dispersassem” (SENA, op. cit., p. 14). O que

se aplicava aos bens móveis, porém, não cabia exatamente para os bens integrados, cuja forte relação com bens imóveis, por um lado, impossibilitava o tratamento como coleção, e, por outro, suscitava dúvidas e discussões sobre se o tombamento do imóvel estendia-se ao seu conteúdo e, mais especificamente, aos bens integrados. Para a jurista Sonia Rabelo, não haveria dúvida quanto aos bens integrados, “pois estes, uma vez fixados ao prédio, a ele aderem materialmente” (RABELO, 1991, p. 72) e o tombamento envolveria mesmo aos bens móveis, quando são colocados no imóvel “de modo permanente, a serviço de seu destino de sua utilidade específica” (idem, p. 73).

Opiniões divergentes, porém, apontam para o desamparo em que tais bens encontravam-se, por serem descritos simplesmente como “acervo ou recheio”, quando não sofrem nenhuma ação de arrolamento, descrição ou inventário (COSTA, 1980, p. 304). Daí a aprovação de uma Resolução do Conselho Consultivo do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional que autorizava a averbação dos acervos dos diversos monumentos religiosos tombados pelo Serviço à margem de sua inscrição nos Livros do Tombo:

O tombamento de um bem religioso de valor histórico ou artístico deve implicar necessariamente no dos seus acessórios, paramentos antigos, pluviais, dalmáticas, candelabros, campainhas, âmbulas, andores, arcazes, baixelas, sinos e sinetas, cibórios, patenas, navetas etc., *sem os quais os edifícios religiosos não teriam função ativa.* (...)

A ideia contida neste processo consiste na ratificação desse entendimento, com evidentes efeitos retroativos, de que os acessórios dos edifícios religiosos estão igualmente tombados. Sugerimos para isso a averbação dos acervos, ainda que genericamente, à margem das inscrições de tombamento já feitas, referentes aos edifícios amparados pelo D.L. 25/37 (LACOMBE, 1985, grifos nossos).

O parecer do conselheiro Américo Jacobina Lacombe, então presidente da Fundação Casa de Rui Barbosa, sobre a questão baseava-se na relação não apenas material, mas principalmente funcional entre bens contidos nos edifícios religiosos e o próprio bem: sem os acessórios litúrgicos, igrejas, capelas, conventos, mosteiros perderiam parte de sua função e isso por si só já deveria justificar a inclusão dos bens no tombamento. Assim, frente ao risco de alienação que muitos desses bens corriam – tanto de roubo como de venda – e também diante das dificuldades de emissão de certidões de tombamento aos interessados, sem informações sobre o acervo, o Conselho Consultivo do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional deliberou pela extensão do instrumento de proteção aos bens contidos nesses edifícios religiosos. Durante reunião desse Conselho, em agosto de 1985, o parecer de Lacombe foi aprovado por unanimidade, determinando que a decisão tivesse efeitos retroativos e que nas certidões de tombamento passasse a figurar “a Igreja (ou qual seja o edifício religioso) e seu acervo” (PROCESSO ADMINISTRATIVO nº 13/85-Sphan).



Atende ao Objetivo 1

1. Nas tabelas a seguir apresentamos a lista de bens tombados pelo Iphan em dois momentos importantes do processo de patrimonialização de bens culturais: os primeiros anos de implantação e fortalecimento do órgão federal de preservação (1937-1968) e as décadas mais recentes, em que a instituição passou a trabalhar com uma noção mais ampla de cultura (a partir da década de 1980). Com base no que foi discutido nesta aula e também na Aula 5, sobre o patrimônio cultural no Brasil, compare as duas tabelas, levando em conta os seguintes itens:

- a) Tipos de bens tombados.
- b) Livros em que foram inscritos.

Tabela 9.2: Tombamentos de bens móveis e integrados pelo Sphan/Dphan – 1937-1968

UF	Município	Nome atribuído	Livro do Tombo e data de inscrição		
			Belas Artes	Histórico	Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico
BA	Cachoeira	Jarras de louça, 2/Fábrica de Santo Antônio do Porto	Bens inscritos no Livro do Tombo de Artes Aplicadas -1939		
		Jarras de louça, 3/Fábrica de Santo Antônio do Porto	Bens inscritos no Livro do Tombo de Artes Aplicadas – 1939		
	Salvador	Azulejos da Reitoria da Universidade Federal da Bahia	27/8/1958		
		Casa à avenida Sete de Setembro, 59: elementos decorativos	12/8/1949	12/8/1949	
		Oratório público da Cruz do Pascoal	17/6/1938		
		Portada de Solar		16/10/1941	
ES	Juiz de Fora	Coleções do Museu Mariano Procópio	16/2/1939	16/2/1939	
	Viana	Imagens de Nossa Senhora da Conceição, 2 e alfaías	20/3/1950		
	Vila Velha	Imagem de Nossa Senhora da Penha	20/3/1950		
GO	Goiás	Imagem de Nossa Senhora do Rosário	13/4/1950		
MA	São Luís	Retábulo da Igreja Nossa Senhora da Vitória	23/8/1954		
MG	Belo Horizonte	Lavatório da Igreja de Nossa Senhora da Boa Viagem	1/7/1960		
	Conceição do Mato Dentro	Obras de talha do Santuário do Bom Jesus de Matozinhos	3/10/1962		
	Nova Lima	Obras de talha da Capela da Fazenda da Jaguará: retábulos e púlpitos	19/6/1950	19/6/1950	
	Ouro Preto	Oratório da Rua Barão de Ouro Branco	8/9/1939		
PE	Recife	Marco divisório da Capitania de Itamaracá	20/4/1938		
	Recife	Museu do Estado de Pernambuco: acervo	20/4/1938		

RJ	Rio de Janeiro	Fortaleza de São José: portão e frontispício da Capela de São José		7/11/1952	
		Imagem de Santana/Aleijadinho	16/12/1969		
		Lápide tumular de Estácio de Sá		20/9/1951	
		Marco da Fundação da Cidade do Rio de Janeiro		15/7/1938	
		Museu de Magia Negra			5/5/1938
RN	Caicó	Imagens, 2: Santana e Nossa Senhora do Rosário		23/8/1962	
	Canguaretama	Imagens, 16, representando a morte de Nossa Senhora	Bens inscritos no Livro do Tombo de Artes Aplicadas – 1964		
	Natal	Imagens, 13: Nossa Senhora das Candeias (2), Santos Reis Magos (2 conjuntos), Senhor Morto (2), Nossa Senhora das Dores e Nossa Senhora da Conceição (2)		23/8/1962	
	São José de Mipibu	Imagens, 8: Nossa Senhora das Dores, São Pedro, Santana Mestra, São Joaquim, Nossa Senhora da Conceição, Jesus ressuscitado, Nossa Senhora do Rosário com menino Jesus, São Sebastião e lavabo	Bens inscritos no Livro do Tombo de Artes Aplicadas – 1964		
RS	Santa Maria	Museu da União dos Caixeiros Viajantes: acervo	25/3/1938		
	Tramandaí	Coleção de armas e apetrechos militares do Museu de Armas General Osório	15/6/1942	15/6/1942	
SP	São Roque	Sítio Querubim: forro da capela		15/2/1950	
	São Paulo	Coleções arqueológicas, etnográficas, artísticas e históricas do Museu Paulista da Universidade de São Paulo	15/4/1938		

Tabela 9.3: Tombamentos de bens móveis e integrados pelo Sphan/IBPC/ Iphan – 1980-2005

UF	Município	Nome atribuído	Livro do Tombo e data de inscrição		
			Belas Artes	Histórico	Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico

DF	Brasília	Placa comemorativa oferecida a Rui Barbosa/ Senado Federal		14/8/1986	
MG	Belo Horizonte	Presépio de Pipiripau			19/7/1984
	Ouro Preto	Imagem de Santana/ Aleijadinho	14/10/1987		
	Congonhas	Coleção de ex-votos do Santuário de Bom Jesus de Matozinhos	29/1/1981	29/1/1981	
	Ibiá	Quilombo Ambrósio: documentação		11/7/2002	
RJ	Rio de Janeiro	Torah		4/3/1999	
		Partituras de Heitor Villa-Lobos, depositadas no Museu Villa-Lobos, na Rua Sorocaba, 200		07/07/2004	
		Acervo do Museu de Imagens do Inconsciente	04/02/2005	02/02/2005	
RS	São Luiz Gonzaga	Imagens Missioneiras, 13	20/2/1984	20/2/1984	
SC	Florianópolis	Pintura " Vista da Baía Sul"/ Victor Meirelles	16/4/1986		
SP	Barueri	Imagem de Nossa Senhora da Escada	28/4/1980	28/4/1980	
	Itu	Painéis, 8/padre Jesuíno do Monte Carmelo	17/5/1999	17/5/1999	
	Santos	Retábulo da Capela da Venerável Ordem Terceira de São Francisco da Penitência	5/5/2003		
	São Paulo	Imagem de Nossa Senhora do Rosário	5/2/2003		
		Coleção Mário de Andrade do acervo do IEB-USP	26/9/1996	26/9/1996	26/9/1996
		Museu de Arte Contemporânea: acervo	8/7/1980	8/7/1980	
		Acervo Histórico da Discoteca Oneyda Alvarenga, acautelado no Centro Cultural São Paulo		14/02/2008	14/02/2008

This image shows a blank sheet of white paper with horizontal ruling lines. The lines are evenly spaced and run across the width of the page. There are no margins, text, or other markings on the paper.

Resposta Comentada

Assim como os bens imóveis, os bens móveis também estiveram e estão submetidos às diferentes concepções de patrimônio que formam o campo da preservação dos bens culturais. Foram inseridos na própria concepção de patrimônio histórico e artístico nacional, por meio do Decreto-lei 25/1937 a partir da mesma perspectiva: bens vinculados “a fatos memoráveis da história do Brasil” ou ainda de “excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico”, “cuja conservação seja de interesse público”, ou seja: naquele momento, e ao longo de boa parte da história da instituição responsável pela proteção desses bens em nível federal, pensou-se patrimônio histórico e artístico nacional móvel como aquele que contribuisse para a consolidação da ideia de nação.

Assim, no que diz respeito aos tipos de bens tombados, podemos notar, entre os primeiros tombamentos de bens móveis, a seleção de bens que se relacionassem à ocupação do território nacional, como marcos divisórios ou de fundação de cidades, e até mesmo a lápide tumular de Estácio de Sá, fundador da então capital do país. Daí também a grande quantidade de bens móveis tombados que se relacionam aos bens imóveis mais consagrados pelo tombamento desde o começo da atuação do Sphan – a arquitetura colonial religiosa: acessórios vinculados às funções dos edifícios religiosos, como imagens, talhas, retábulos, oratórios, o forro de uma capela, o portão e o frontispício de outra.

Com o passar do tempo, porém, nota-se que a patrimonialização dos bens móveis acompanhou as mudanças sofridas pelas concepções de patrimônio em vigor, atendendo, cada vez mais, à valorização da diversidade e da noção de referência cultural. Analisando os bens tombados nos anos mais recentes incluídos na tabela anterior, nota-se a comprovação dessa diversificação dos bens móveis tombados, com a patrimonialização de bens de tipologias diversas – como documentos, partituras e até o acervo de uma discoteca, com registros sonoros, além de impressos e históricos –; de referências religiosas diversificadas – o Torah –; e também de marcos históricos paralelos aos ditos “fatos memoráveis da história do Brasil”, como a documentação do Quilombo Ambrósio e o acervo do Museu do Inconsciente, com a produção dos internos de um hospital psiquiátrico.

Uma continuidade que podemos notar nas tabelas anteriores é a incidência proporcionalmente alta de acervos e coleções de museus tombados – seis, na primeira, e a mesma quantidade (6) no período mais recente –, o que indica uma forma como era e continua sendo entendida a proteção possível para os bens móveis e integrados.

Quanto à inscrição dos bens nos diferentes Livros do Tombo, ainda que notemos a prevalência de inscrições nos Livros do Tombo Histórico e de Belas Artes, é interessante notar a presença de bens móveis e integrados nos quatro Livros existentes, com atenção para o fato de que as únicas inscrições do Livro do Tombo de Artes Aplicadas é de bens móveis e integrados. É certo que a própria diversidade dos bens móveis e integrados, potencialmente mais ampla do que os bens arquitetônicos, propiciava que eles fossem divididos entre os Livros; mas é possível também levantar a hipótese de que a seleção dos bens a serem tombados nos primeiros anos atendia ao interesse de estabelecer um procedimento de inscrição que abarcasse os quatro livros – daí a escolha de uma certa diversidade, nesse primeiro momento, entre os bens móveis patrimonializados.

Inventários

Os inventários de bens culturais vêm se mostrando, ao longo da história da preservação do patrimônio cultural, como uma importante ferramenta não apenas de identificação e conhecimento dos bens, mas de proteção e salvaguarda propriamente ditas. Isso

se aplica não somente para os bens móveis e integrados, mas para o patrimônio cultural como um todo e são várias as iniciativas promovidas pelo Iphan nesse sentido. São exemplos disso:

- o próprio Inventário Nacional de Bens Móveis e Integrados – INBMI, que teve início em 1986;
- o Inventário Nacional de Bens Imóveis e Sítios Urbanos – INBI-SU, também criado na década de 1980;
- o Inventário de Configuração de Espaços Urbanos – Inceu;
- o Inventário de Bens Arquitetônicos – IBA;
- o Inventário Nacional de Referências Culturais – INRC, em vigor desde 2000, com a promulgação do Decreto nº 3.551/2000, que instituiu o instrumento do Registro do patrimônio imaterial;
- o Inventário Nacional da Diversidade Linguística – INDL, instituído pelo Decreto nº 7.387, de 9 de dezembro de 2010;
- e, mais recentemente, o Sistema Integrado de Conhecimento e Gestão – SICG, desenvolvido pelo Departamento de Patrimônio Material e Fiscalização (Depam), do Iphan.

Percebe-se que a sistematização dos inventários como instrumento para a preservação do patrimônio cultural no Brasil deu-se principalmente a partir da década de 1980, mas antes disso o assunto já repercutia no campo da preservação. Um importante documento do campo da preservação do patrimônio cultural já defendia a realização de inventários no início da década de 1930. É o caso da Carta de Atenas, de 1931, já apresentada na Aula 4 deste curso, sobre o Sistema Internacional de Patrimônio Cultural. Redigida durante o I Congresso Internacional de Arquitetos e Técnicos em Monumentos Históricos, que ocorreu sob os auspícios do Escritório Internacional de Museus, organização criada pela Sociedade das Nações, essa Carta apostava na elaboração e guarda de uma documentação internacional para tornar mais eficaz e colaborativa a conservação dos monumentos.

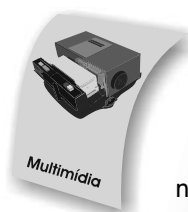
Dentre essa documentação, ao lado de “artigos relativos aos procedimentos e aos métodos gerais de conservação dos monumentos históricos”, encontrava-se o estímulo à realização e publicação de inventários dos monumentos históricos nacionais, que deveriam vir acompanhados de fotografias e outras informações pertinentes (CURY, 2001).

Além disso, incentivava a constituição de arquivos em que fossem reunidos todos os documentos relativos aos monumentos históricos de cada país. Essa mesma postura foi reforçada anos mais tarde, na 13ª Sessão da Conferência Geral da Unesco, que aconteceu em Paris, em 1964, em que foi deliberada a Recomendação sobre medidas destinadas a proibir e impedir a exportação, a importação e a transferência de propriedades ilícitas de bens culturais. Nesse documento, foi sublinhada a importância da realização de inventários nacionais de bens culturais e incentivada a criação de instituições de proteção de bens culturais – entre as quais os museus. (NAKAMUTA, 2006, p. 18)

O Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – Sphan sofreu influência dessas discussões internacionais desde sua criação, o que pode ser notado já no Anteprojeto, elaborado por Mário de Andrade, em 1936, no qual estaria previsto o arrolamento de uma série de informações sobre “cada obra de arte a ser tombada”, como: fotografias; características gerais da obra; autor e biografia deste; datas referentes ao bem; justificativa do seu valor, fosse este arqueológico, etnográfico ou histórico; reprodução exata no caso de ser uma obra folclórica e filmagem científica da manufatura de arte aplicada popular (SPHAN/FNPM, op. cit., p. 64). Por sua vez, entre as primeiras atividades oficiais levadas a cabo pelo Serviço, ainda em 1936, encontramos a realização de “um inventário sistemático de bens de valor cultural com o objetivo de, posteriormente, aplicar o tombamento” (SENA, op. cit., pp. 38-39).

Esse inventário incluía os museus nacionais, indo novamente ao encontro das propostas da Carta de Atenas de 1931, de valorização dos inventários de acervos de museus ou coleções

particulares. As iniciativas do Sphan incluíam publicar alguns desses inventários, como se deu com o catálogo do Museu David Carneiro, de Curitiba, Paraná, editado em 1940, e o catálogo da coleção de Manoel Gomes Moreira, já em 1957 (SENA, op. cit., pp. 39, 40) ou ainda trazê-los a lume com sua inserção em suas edições. É o que ocorreu principalmente nos primeiros números da *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, nos quais encontramos inventários propriamente ditos dos museus, como em “Museu Regional de Olinda”, “Museu Mariano Procópio, de Juiz de Fora” e “Museu Coronel David Carneiro” (nº 1, 1938); apresentação de alguns outros, com detalhamento de seus acervos – “Resumo Histórico do Museu Paraense Emilio Goeldi”, do etnólogo Carlos Estevão (nº 2, 1939); ou ainda o estudo de coleções de instituições museológicas, como em “A cerâmica de Santarém”, também de Estevão (nº 3, 1940).



A *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional* tem seus 34 números publicados disponíveis online no portal do Iphan. Visite <http://portal.iphan.gov.br/portal/montarPaginaSecao.do?id=17881&sigla=Institucional&retorno=paginaInstitucional>, acesso em 10 fev.2014, e confira!

Embora o inventário realizado nesses primeiros anos de atuação do Sphan fosse muito simples, voltados principalmente para fundamentação de sua inscrição nos Livros do Tombo (AZEVEDO, 1998, p. 64) – consistindo da planta dos bens para os imóveis; levantamento fotográfico para bens móveis; e simples arrolamento de objetos no caso de coleções (SENA, op. cit., p. 41) –, o inventário era, ainda assim, entendido como um importante instrumento de pesquisa, envolvendo “classificação, catalogação, levantamento,

arrolamento, identificação, enfim, conhecimento, visando uma proteção futura” (idem). Sua prática, porém, nas primeiras décadas de atuação do serviço, “restringiu essa tarefa ao registro da feição estético-estilística, dos bens de ‘flagrante valor’” (MOTTA e SILVA, 1998, p. 15), sempre tendo o tombamento – regular ou emergencial – como objetivo principal.

Na década de 1970, os inventários voltaram a constar de forma mais evidente entre as recomendações para a proteção do patrimônio cultural. Uma mudança importante desse momento foi o processo de descentralização das ações de preservação, bastante evidentes nos encontros promovidos pelo governo federal nos anos 1970 e 1971, que ficaram conhecidos como Compromisso de Brasília e Compromisso de Salvador, respectivamente (idem, p. 16). Nesses encontros, especificamente sobre a proteção de bens móveis, foi recomendada a “adoção de convênios entre o Iphan e as universidades, com o objetivo de proceder ao inventário sistemático dos bens móveis de valor cultural, inclusive dos arquivos notoriais” (SPHAN/FNPM, op. cit.). Apesar de aprovada, a resolução a respeito dos inventários não entrou em vigor naquele momento (NAKAMUTA, op. cit., p. 20) e datam apenas da década de 1980 os primeiros trabalhos de pesquisa sobre bens não tombados, notadamente por iniciativa das então Coordenações Regionais (hoje Superintendências Estaduais) (MOTTA e SILVA, op. cit., p. 17).

Alguns exemplos que valem ser mencionados são os Cursos de Inventários, realizados em Campo Grande – MS e Rio de Janeiro – RJ, nos anos de 1980 e 1982, respectivamente, como iniciativas pioneiras dessa fase (NAKAMUTA, op. cit., pp.7-8). Seguiram-se cursos voltados para o estudo de obras de arte e bens móveis em diversas cidades brasileiras, concomitantemente à realização efetiva de inventários já a partir de 1983, que teve início com o Inventário de Bens Culturais de Roraima, entre 1983 e 1984 (idem). Foi, porém, em 1986, que se chegou à primeira versão do Inventário Nacional de Bens Móveis e Integrados – INBMI, que vem sendo utilizado até os dias de hoje pelo Iphan.



Inventário Nacional de Bens Móveis e Integrados

As fichas do INBMI são compostas pelos campos abaixo:

Localização: com detalhamento da Unidade da Federação, município, cidade ou localidade; endereço completo; acervo ao qual pertence; local que ocupa no prédio; nome do proprietário; assim como nome e endereço do responsável imediato pelo bem. Em seguida, tem-se o campo da *Identificação:* nesse, são pedidos o nome pelo qual o objeto é conhecido, seu título, subclasse, classe, época, autoria, material de que é feito, técnica utilizada para sua produção, número de série que o classifica, origem, procedência, modo e data de aquisição, legendas, dimensões e sua descrição.

Documentação fotográfica/localização: além da própria fotografia do bem, são pedidos contato, negativo, operador e data da fotografia.

Proteção: a quais cuidados o bem está submetido, com campos para definição do instrumento de proteção legal que incide sobre ele, as condições de segurança sob as quais se encontra e o estado de conservação.

Análise histórico-artística: os últimos campos, por sua vez, são destinados à análise do bem – pede-se a especificação do estado de conservação; as restaurações que sofreu, os restauradores responsáveis por essas e a data das intervenções; características técnicas, estilísticas e iconográficas ornamentais do bem; dados históricos referentes a este; as referências bibliográficas e arquivísticas utilizadas para as pesquisas realizadas; e mais observações necessárias. Por fim, o(s) nome(s) do(s) técnico(s) responsável(is) pelo preenchimento da ficha, pela revisão técnica desta e pela execução do inventário.

Esse projeto baseou-se nas iniciativas tomadas pela Coordenação Regional de Minas Gerais e visava “sistematizar e agilizar o inventário de bens móveis e integrados que já estavam sendo executados”, partindo da experiência mineira como piloto (idem, p. 9). Inicialmente, procuraram-se contemplar 36 cidades e abranger 135 monumentos tombados, o que indicava a previsão de 10.000 bens móveis a serem inventariados durante 40 meses (idem).

O Programa de Inventário Nacional de Bens Móveis e Integrados – INBMI foi realizado em diversos estados brasileiros entre os anos de 1980 e 2000: o projeto teve início, como já foi dito, em Minas Gerais, entre os anos de 1986 e 1999; entre 1993 e 2005, o programa esteve na Bahia e, quase simultaneamente, entre 1997 e 2004, no Maranhão. Sergipe e Alagoas foram contemplados pelo INBMI entre 2000 e 2005, anos em que o programa também esteve em atuação no Rio de Janeiro (2001-2005). Os estados do Pará e Pernambuco também foram alvo do programa – 2005 e 2003-2005, respectivamente (RIBEIRO, s/d). O objetivo do trabalho era, então, identificar quais peças compunham o acervo dos monumentos tombados pelo Iphan; padronizar as informações referentes aos bens móveis e integrados; avaliar o estado de conservação e condições de segurança em que se encontravam; disponibilizar dados e subsídios para facilitar a identificação da peça.

A coordenadora do projeto foi a historiadora Myriam Ribeiro, responsável pela elaboração da ficha utilizada, que, além de fotografias, contava com “dados técnicos de identificação e informações relativas ao histórico, à iconografia, às características estilísticas e ornamentais e ao estado de conservação de cada peça” (DID, 2000). É interessante sublinhar que o vocabulário controlado de classificação dos objetos inventariados, elaborado paralelamente ao Inventário e para dar suporte a este, estava sendo proposto em aberto, para ser “permanentemente complementado com novos termos sugeridos pelos responsáveis pelas ações de inventário”(idem).

A década de 1980, ao menos no âmbito da preservação do patrimônio cultural e da fusão entre a Secretaria de Patrimônio

Histórico e Artístico Nacional e a Fundação Nacional Pró-Memória (Sphan/FNPM), trouxe inovações não somente para o inventário como instrumento, sua aplicação e formato, mas para o sentido que essa ferramenta passou a ter. Com o registro de bens não tombados em diversos trabalhos de pesquisa desenvolvidos nessa década pelas várias unidades do Sphan/Pró-Memória, foi possível discutir os critérios de seleção do patrimônio então em vigor, aproximar-se dos valores e sentido das comunidades com que estavam trabalhando, além de poder responder às demandas pela proteção de “outros patrimônios” (MOTTA e SILVA, op. cit., p. 17). Os inventários realizados a partir dos anos 1980 contaram com uma grande diversidade de métodos, mas também com “a tendência de abordar num mesmo inventário diversos tipos de bens – móveis, imóveis, fazeres culturais etc.” – o que reforçava a “visão plural de patrimônio” que ia se constituindo dentro da Secretaria por meio da ação de Aloísio Magalhães, presidente da instituição entre 1979 e 1982, e da incorporação do Centro Nacional de Referência Cultural – CNRC e do Programa Cidades Históricas – PCH em 1979 (idem).

Nesse sentido, temos a afirmação, na Constituição Federal de 1988, do dever do Estado de assegurar o acesso às fontes de cultura nacional, sua valorização, difusão e proteção (idem, p. 12), no que os inventários têm historicamente contribuído. Para além disso, o texto da Constituição gerou um grande debate sobre os inventários, bastante em voga atualmente no campo da preservação do patrimônio cultural, ao apresentá-lo, no parágrafo 1º do Art. 216, como uma forma de “acautelamento e preservação”:

Art. 216, § 1º – O Poder Público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação.

Com isso, criou-se o entendimento entre alguns juristas, pesquisadores e gestores de que o inventário teria sido efetivamente alçado a “instrumento jurídico de preservação do patrimônio cultural”, ao lado de outros instrumentos, como o próprio tombamento (MIRANDA, 2008).

Atividade Final

Atende ao Objetivo 2

O Inventário Nacional de Bens Móveis e Integrados (INBMI) do Iphan tem entre seus objetivos identificar quais peças compõem o acervo de bens tombados por essa instituição e avaliar seu estado de conservação, e segurança, com vistas ao planejamento de projetos de conservação e restauração. Com isso, possibilita reforçar a proteção desses bens, já efetivada por meio do instituto do tombamento. No entanto, tendo em vista a variedade de dados abarcados pelo INBMI e outras metodologias de inventário existentes, discuta a importância dos inventários de identificação na proteção dos bens móveis e integrados.

Resposta Comentada

Os campos propostos na ficha do INB/MI, além de visarem à identificação dos bens e à sistematização das informações sobre eles, também contribuem para o planejamento de projetos de conservação e restauração necessários, assim como servem como instrumento de combate para evitar falsificações, roubos, comércio ilegal e depredação. No caso dos bens tombados, como posto no enunciado, tais informações contribuem para medidas que reforcem a proteção a esses bens, ou seja, o tombamento. No entanto, as informações que um inventário como o INB/MI levanta e disponibiliza poderiam também contribuir para a preservação de bens não tombados, na medida em que promovem a identificação e descrição dos bens, estimulam a pesquisa sobre eles e viabilizam um espaço para a documentação a seu respeito – seja esta descritiva, fotográfica ou histórico-artística. Esse trabalho de documentação detalhada sobre os bens, mesmo aqueles sobre os quais não recai nenhum instrumento legal ou oficial de proteção, pode e deve, portanto, ser considerado como uma forma de ampliação do acervo conhecido, identificado e até protegido; como um trabalho de valorização da diversidade representada por esses bens e também como uma medida de preservação em si mesma, por produzir a documentação referida.

RESUMO

Nesta aula, iniciamos a discussão, apresentando as definições de bens móveis e bens integrados, a partir da literatura produzida sobre eles. Em relação aos primeiros, destacamos sua mobilidade como característica mais marcante; em relação aos seguintes, de definição um pouco mais complexa, enfatizamos o fato de estarem física e materialmente integrados a bens arquitetônicos.

Discutimos também as especificidades de sua natureza e as conseqüentes questões concernentes à sua proteção, dados os perigos de alienação e transferência ilícita de propriedade, além de

seu alto valor comercial. Nesse sentido, procuramos apresentar como essas preocupações foram levantadas e resolvidas historicamente, desde o período do colecionismo, no século XV, na Europa, até o presente. Daí as discussões sobre as formas mais usuais de proteção a esses bens, tanto em nível nacional como internacional: sua guarda por museus, defendida também no Brasil; a utilização de instrumentos legais de proteção, como o tombamento de bens móveis e integrados praticado nacionalmente desde a criação do Sphan; e também a produção de conhecimento sobre esses bens, organizado principalmente na forma de inventários.

Dedicamos também espaço para discutir os inventários, entendidos aqui como um instrumento bastante caro para a pesquisa, identificação e valorização dos bens culturais e em especial para os bens móveis e integrados. Além de apresentarmos um histórico sobre a defesa e aplicação desses instrumentos, identificando a Carta de Atenas de 1931 como um importante marco desse processo em nível internacional, destacamos a década de 1980 como o momento de sistematização dos inventários no âmbito da instituição federal brasileira de proteção ao patrimônio cultural e apresentamos os tipos de inventários realizados por esta, tais como o INBMI, o INBI-SU, o Inceu, o IBA, o INRC, o INDL e o SICG.

Aula 10

O que é patrimônio imaterial?

Márcia Chuva

Meta da aula

Apresentar a noção de patrimônio imaterial no contexto das práticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil, considerando as políticas públicas e os dispositivos legais existentes para a preservação de bens dessa natureza.

Objetivos

Esperamos que, após o estudo do conteúdo desta aula, você seja capaz de:

1. analisar historicamente o surgimento e a consolidação da noção de patrimônio imaterial, no contexto brasileiro de preservação cultural;
2. descrever os dispositivos legais de salvaguarda do patrimônio cultural de natureza imaterial;
3. aplicar a prática do inventário como metodologia de conhecimento e gestão do patrimônio dessa natureza.

INTRODUÇÃO

Em nossa primeira aula, vimos que um bem cultural pode ser incluído na categoria de patrimônio quando são atribuídos a ele sentidos e significados que o tornam referência para um grupo, que se identifica com aquele bem, sendo um elo entre todos aqueles que compõem esse grupo. Com essa definição, constatamos que todo patrimônio constitui-se a partir de uma forte carga simbólica, que é imaterial ou intangível. Ao mesmo tempo, aquilo que é hoje reconhecido como patrimônio imaterial – as festas ou as celebrações, os modos de fazer, as formas de expressão e os lugares, conforme as categorias presentes no Decreto nº 3.551, de 4 de agosto de 2000, que regulamentou o Registro do patrimônio cultural de natureza imaterial – requer algum tipo de materialização para se concretizar, como, por exemplo, uma oficina de trabalho com suas ferramentas, os figurinos das festas ou mesmo os espaços físicos onde ocorrem feiras, na categoria de lugares.

A divisão, existente na atualidade, entre patrimônio material e imaterial não ocorre simplesmente em função do tipo de bem cultural, mas em função da transformação da noção de patrimônio, ao longo do tempo. Por um lado, essa transformação promoveu uma ampliação significativa daquilo que pode ser considerado patrimônio cultural. Por outro lado, isso somente foi possível em função da introdução de uma nova concepção de cultura, atenta não somente aos produtos, mas aos processos de produção e aos agentes produtores. Exatamente em função dessa nova perspectiva é que foram reconhecidos como patrimônio bens e práticas culturais, anteriormente reconhecidos pelas políticas públicas dirigidas ao folclore, à cultura popular, aos grupos indígenas, dentre outros, mas que não recorriam à sua patrimonialização para sua gestão.

Nesta aula, vamos compreender como surgiu a noção de patrimônio imaterial, até sua consagração, em termos legislativos no contexto brasileiro. Para isso, vamos recorrer a uma outra noção

– bastante importante na história da preservação de bens culturais no Brasil, a de referência cultural. Ela foi introduzida nas práticas de preservação cultural, nos anos 1970, antes mesmo de se falar em patrimônio imaterial e tem sido o principal vetor das mudanças de paradigma no campo do patrimônio.

Vamos analisar também algumas das formas existentes hoje para a gestão do patrimônio cultural de natureza imaterial, tais como os inventários e o Registro.

Sobre as noções de patrimônio imaterial e referência cultural

Maria Cecília Londres Fonseca é uma intelectual do campo do patrimônio, que tem refletido sistematicamente acerca da preservação cultural, ocupando espaços nos fóruns nacionais e internacionais, inclusive como representante brasileira em reuniões setoriais da Unesco. Em seu excelente artigo intitulado *Para além da pedra-e-cal: por uma concepção ampla de patrimônio* (2001), Fonseca coloca-nos algumas questões que podem servir como um roteiro de reflexão sobre o patrimônio cultural brasileiro, tentando driblar a perigosa divisão entre patrimônio material e imaterial, que tem se consolidado no senso comum e também nas instituições de preservação do patrimônio cultural. São elas:

O que se entende por 'patrimônio imaterial'?

Qual o objetivo de se criar um instrumento específico para preservar manifestações que não podem ser congeladas, sob o risco de, assim, interferir-se em seu processo espontâneo?

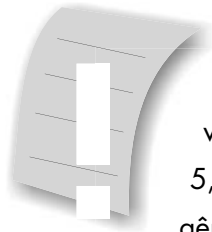
E como evitar que o Registro venha a constituir um instrumento de "segunda classe", destinado às culturas materialmente "pobres", porque a seus testemunhos não se reconhece o estatuto de monumento? (FONSECA, 2001, p. 189.)

Para Cecília Londres Fonseca:

A distinção que cabe fazer, no caso dos bens culturais, é entre aqueles bens que, uma vez produzidos, passam a apresentar relativa autonomia em relação ao seu processo de produção e aquelas manifestações que precisam ser constantemente atualizadas por meio da mobilização de suportes físicos – o corpo, instrumentos, indumentária, e outros recursos de caráter material – o que depende da ação de sujeitos capazes de atuar segundo determinados códigos (2001, p. 191).

Esse entendimento bastante mais abrangente de noção de patrimônio cultural, da atualidade, foi possível graças à pressão de países, como o Japão e outros, do Oriente e da África, expressa na Conferência da Nara, em 1994. Isso levou a Unesco a uma revisão dos seus critérios de inclusão de bens na Lista de Patrimônio Mundial, como, por exemplo, o Templo de Ise que é sistematicamente destruído e reconstruído no mesmo sítio e, em 1993, foi reconstruído pela 63ª vez. O que importa para esses grupos sociais é assegurar a continuidade de um processo de reprodução, preservando os modos de fazer e o respeito a valores como o do ritual religioso, no caso desse templo (FONSECA, op. cit., p. 195).

Outro documento internacional importante, a *Recomendação sobre a Salvaguarda da Cultura Tradicional e Popular*, fruto da 25ª Reunião da Conferência Geral da Unesco, de 1989, trouxe para a ordem do dia a preocupação com a preservação da cultura tradicional e popular. Tal preocupação deu-se por pressão de países periféricos, liderados pela Bolívia, que viam seu patrimônio sendo preterido por não se assemelhar ao patrimônio edificado, monumental europeu. Esse texto fundamentou as ações de preservação de bens dessa natureza em todo mundo, até a promulgação, pela Unesco, da Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Imaterial, em 2003. Esta última foi ratificada pelo governo brasileiro em 2006 (Iphan, 2006).



Para uma reflexão sobre a trajetória da noção de patrimônio cultural, vale a pena rever o que já estudamos sobre os anos 1930, na Aula 5, Patrimônio cultural no Brasil: práticas e instituições, a respeito da gênese das práticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil, momento em que o foco estava sobre o que chamavam então de patrimônio histórico e artístico nacional.

Vimos, em aulas anteriores, que o escritor paulista Mário de Andrade, ligado ao Modernismo, desde a organização da Semana de Arte Moderna de São Paulo, em 1922, participou ativamente da construção do campo do patrimônio no Brasil. Mário de Andrade não estava engajado somente na constituição de uma instituição voltada para a preservação do patrimônio, com a elaboração do Anteprojeto para criação do Sphan, a pedido do Ministro da Educação e Saúde, Gustavo Capanema. Mario de Andrade foi, também, um dos protagonistas do projeto de consolidação dos estudos folclóricos como um campo científico no Brasil. Na atualidade, as ações voltadas para a salvaguarda do patrimônio imaterial não podem desconsiderar a trajetória dos estudos folclóricos e dos estudos da cultura popular que se estruturaram naquele período também.

As suas viagens em missão ao Nordeste, seguidas da ação no Departamento de Cultura da Prefeitura de São Paulo, foram as suas principais fontes de experiência para a construção de uma metodologia de conhecimento da cultura brasileira de caráter *científico*. De acordo com Luiz Rodolfo Vilhena (1997), o caráter *científico*, conforme termo adotado na época, era considerado necessário às novas pesquisas, para se distinguirem dos textos literários que predominavam, nos estudos folclóricos até então.

A experiência de Mário de Andrade inspirou, dois anos depois da sua morte, ocorrida em 1945, a criação da Comissão Nacional de Folclore (CNF), em 1947 – uma das comissões temáticas

do Instituto Brasileiro de Educação, Ciência e Cultura (IBECC), organizada no Ministério das Relações Exteriores (MRE) para ser representante brasileira na Unesco (VILHENA, op. cit., 1997). Esse movimento em defesa do folclore foi ramificado em comissões estaduais, que promoveram congressos e viabilizaram, em 1958, a criação da Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro (CDFB), não mais vinculada ao MRE e sim ao Ministério da Educação e Cultura (MEC), mesmo ministério ao qual a Dphan (Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, antigo Sphan) estava vinculada. Com a criação da Funarte, dentro do MEC, foi criado o Instituto Nacional do Folclore (INF) a ela ligado, em substituição à CDFB.

Como vimos até aqui, as gêneses das políticas de patrimônio e de folclore são bastante distintas e essas diferenças de percurso mantiveram-se, até recentemente, marcando as relações entre esses dois campos da cultura no Brasil – o do patrimônio e o do folclore –, com trajetórias bastante distanciadas. As discussões e políticas em torno da proteção do patrimônio no Brasil surgem nos anos 1920-30, na mesma época que aquelas relacionadas aos estudos folclóricos com vistas a sua preservação. Contudo, distinguem-se porque são grupos de intelectuais bastante diferentes que atuam nos dois campos, predominando, no campo do patrimônio, arquitetos com preocupações estéticas sobre bens arquitetônicos e urbanos, bem como a necessidade de definição de instrumentos legais para a sua proteção física, como o tombamento. As políticas voltadas para o folclore priorizaram os estudos etnográficos descritivos, com registros documentais, contudo sem instrumentos legais específicos para a sua proteção.

A distância entre esses dois campos só será reduzida na atualidade, como veremos na aula de hoje.



CNFCP

O CNFCP – Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular é a instituição herdeira da Comissão Nacional do Folclore e da Campanha em defesa do Folclore Brasileiro, mantendo sob sua guarda a documentação dessas agências que a precederam. Em 1976, a Campanha foi incorporada à Fundação Nacional de Artes (Funarte), criada em 1975, como Instituto Nacional do Folclore (INF). Já com a denominação atual – Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular (CNFCP) –, a instituição passa, no fim de 2003, a integrar a estrutura do Iphan.

Hoje, o Centro é a instituição pública federal que desenvolve e executa programas e projetos de estudo, pesquisa, documentação, difusão e fomento de expressões dos saberes e fazeres do povo brasileiro. Suas atividades produziram um acervo museológico de 13 mil objetos, 130 mil documentos bibliográficos e cerca de 70 mil documentos audiovisuais. Está instalado no conjunto arquitetônico do Catete, tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan).

O CNFCP fica na cidade do Rio de Janeiro, na Rua do Catete, 179.

Consulte seu portal eletrônico: <http://www.cnfcp.gov.br/>

E também a página: <http://www.cultura.gov.br/site/2008/08/19/bodas-de-ouro/>



Em busca da tradição nacional

Recomendo que você assista ao documentário *Em busca da tradição nacional (1947-1964)*, lançado em 2008, disponível em:

http://www.cnfcp.gov.br/interna.php?ID_Materia=185

Na mesma página, encontra-se um livreto do documentário, que aborda o conteúdo da nossa aula.

Nos anos 1970, uma outra frente, relacionada à valorização da cultura, também foi formulada fora do campo do patrimônio e do MEC, em termos institucionais. Essa frente organizou-se no Centro Nacional de Referência Cultural (CNRC), criado junto ao Ministério da Indústria e Comércio, em 1975, sob a liderança do renomado pernambucano Aloísio Magalhães.

Nas suas matrizes conceituais, o CNRC preferia não adotar a noção de patrimônio, mas sim a de bem cultural; nem a ideia de folclore, mas de cultura popular, encarada enquanto conjunto de bens e práticas culturais, representativo dos grupos formadores da nacionalidade. A noção de *referência cultural* tornou-se a chave para o entendimento dessa nova concepção de cultura, em que as referências eram percebidas como indicadores da diversidade cultural brasileira. Na base dessas ideias, estava uma concepção de cultura como um processo dinâmico e capaz de alavancar o desenvolvimento de regiões ricas em um saber relacionado às condições locais sociais e naturais, cuja criatividade expressa-se em seus modos de vida, produção e arte, religiosidade etc. O CNRC buscava, então, alternativas à perspectiva universalista e europeia presente nos bens arquitetônicos e monumentais patrimonializados pelo Iphan e à perspectiva cristalizada e nostálgica acerca da cultura popular, presente nos estudos do folclore.

Vários trabalhos foram realizados pelo CNRC, cujo acervo documental encontra-se no Arquivo Central do Iphan – Seção Brasília.

Em 1979, Aloísio Magalhães assumiu a direção do Iphan, criando a Fundação Nacional Pró-Memória no ano seguinte, como agência executora das políticas culturais. Ela teve grande importância em toda a década de 1980, renovando quadros e modernizando instituições que ficaram sob sua alçada, como a Biblioteca Nacional, o Museu Histórico Nacional, o Museu Nacional de Belas Artes, além do próprio Iphan. A morte prematura de Aloísio Magalhães, em 1982, levou a uma desarticulação dos trabalhos do CNRC que havia sido incorporado ao Iphan.

Segundo Cecília Londres Fonseca (2003), os movimentos sociais em luta pela redemocratização no Brasil, no início dos anos 1980, tiveram também influência no contexto da prática preservacionista. Dois marcos dessa luta são o tombamento do Terreiro da Casa Branca, em Salvador, em 1984, e da Serra da Barriga, em Alagoas (República dos Palmares), em 1986, ambos signos marcantes da presença africana na cultura brasileira; ambos marcos de uma nova concepção de patrimônio cultural, que se traduzia na apropriação do tombamento por parte da população, da sociedade civil. Nos dois casos, os processos de tombamento foram encaminhados, junto ao Iphan, por representantes de instituições culturais e acadêmicas, representantes dos movimentos negros e por grupos locais.



Terreiro da Casa Branca

É considerado o primeiro terreiro de candomblé, criado no Brasil, em Salvador. Identificado à tradição nagô e visto por muitos como exemplo de pureza dessa tradição, teve seu tombamento pelo Iphan, concretizado em 1986. Essa foi uma importante tomada de posição do Instituto, que apoiou a luta do Terreiro e de toda aquela comunidade religiosa contra a sua expulsão da casa onde estava instalado, como pretendia o proprietário do imóvel. O pedido de tombamento demonstrou a apropriação política desse instrumento legal, permitindo que aquele grupo enfrentasse a força do poder econômico com um instrumento de valorização cultural, ganhando o merecido reconhecimento do poder público do valor da cultura afrodescendente para o Brasil e apontando, assim, para o novo paradigma de valorização da diversidade cultural brasileira, que se consagrou, na Constituição Federal de 1988. Sem dúvida, esse episódio sugere o começo de uma política de reparos

à violência histórica que marcou a comunidade religiosa afro-brasileira.

Informações sobre este caso exemplar podem ser facilmente encontradas em vários endereços eletrônicos, destacando-se aqueles orientados pelo antropólogo Ordep Serra, professor doutor do Departamento de Antropologia da Universidade Federal da Bahia e Ogã da Casa Branca, que participou ativamente desse processo, tendo importantes depoimentos e artigos sobre o assunto, como os encontrados nos endereços:

<http://terramagazine.terra.com.br/>

interna/0,,OI3056341-El6578,00.html

<http://ordepserra.wordpress.com>

A Wikipédia apresenta material consistente de pesquisa sobre o assunto:

http://pt.wikipedia.org/wiki/Casa_Branca_do_Engenho_Velho



Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Il%C3%A9_Ax%C3%A9_Iya_Nass%C3%B4_Ok%C3%A1_Casa_Branca.JPG

Para o historiador Antonio Gilberto Nogueira,

no conjunto das reivindicações que exigiam uma maior participação e o efetivo direito à cidadania, encontramos o

que Marilena Chauí denominou de "cidadania cultural", na qual o "direito à memória" tornou-se um substrato relevante no escopo das políticas inclusivas (NOGUEIRA, 2008, p. 242).

Essas ideias vão subsidiar as discussões travadas no momento da elaboração do capítulo da cultura na Constituinte. O grupo a ele vinculado teve uma participação ativa na Constituinte, em Brasília, fazendo parte dos **lobbies** de movimentos sociais e setores da sociedade civil, na elaboração do capítulo da Cultura.

Lobby

É uma palavra em inglês que a princípio significa antessala. Porém em certos contextos é utilizada para designar uma pressão feita por alguém ou um grupo em prol de seus interesses.

Na nova Constituição Federal Brasileira, a diversidade cultural é apontada como chave de entendimento da formação social brasileira e por isso deve ser conhecida, por meio de incentivo aos estudos e pesquisas, e protegida, por meio de instrumentos a serem criados, além do tombamento, cuja validade é confirmada pela nova Constituição.

Vale a pena citar na íntegra os dois artigos da Seção II – da Cultura (Constituição Federal Brasileira, Artigos 215 e 216, 1988) – sendo que o capítulo 216 já foi reproduzido na Aula 1. O Artigo 215, tratando de “direitos culturais”, com uma abordagem inclusiva dos grupos e setores até então pouco assistidos pelo Estado:

O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, apoiará e incentivará a valorização e difusão das manifestações culturais.

§ 1º. O Estado protegerá as manifestações das culturas populares, indígenas e afro-brasileiras e das de outros grupos participantes do processo civilizatório nacional.

§ 2º. A lei disporá sobre a fixação de datas comemorativas de alta significação para os diferentes segmentos étnicos nacionais.

E, a seguir, o Artigo 216, em que aparece a expressão *imaterial*, bem como as categorias e tipos que devem compor o universo de bens culturais e, no seu parágrafo 1º, sugestão do *Registro*, dentre outros como um dos instrumentos a serem criados, visando à preservação do patrimônio cultural:

Constituem patrimônio cultural brasileiro os *bens de natureza material ou imaterial*, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

I – as formas de expressão;

II – os modos de criar, fazer e viver;

III – as criações científicas, artísticas e tecnológicas;

IV – as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;

V – os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

§ 1º. O Poder Público, com a colaboração da comunidade, promoverá o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e preservação.

§ 2º. Cabem à administração pública, na forma da lei, a gestão da documentação governamental e as providências para franquear sua consulta a quantos dela necessitem.

§ 3º. A lei estabelecerá incentivos para a produção e o conhecimento de bens e valores culturais.

§ 4º. Os danos e ameaças ao patrimônio cultural serão punidos pela lei.

§ 5º. Ficam tombados todos os documentos e os sítios, detentores de reminiscências históricas dos antigos quilombos.

O incentivo ao desenvolvimento de pesquisa, à preservação de documentos, dando ênfase à temática afrodescendente, assim como as medidas reparadoras em relação aos afrodescendentes são também alguns dos aspectos inovadores da Constituinte, no âmbito da Cultura.

O texto constitucional consagra, ainda, a noção de *referência* à identidade – tão cara ao CNRC nos anos 1970. Por meio dela, foi possível a inclusão de novos bens na categoria de patrimônio cultural, principalmente porque ela institui um novo paradigma nas práticas de atribuição de valor de patrimônio aos bens culturais, sejam eles de natureza material ou imaterial. O antropólogo Antonio Augusto Arantes, que tem importante atuação intelectual e política no campo do patrimônio, tendo sido presidente do Iphan de 2003 a 2005, esclarece: a noção de *referência* deve ser compreendida como aquilo que baliza, isto é:

No caso do processo cultural, referências são as práticas e os objetos por meio dos quais os grupos representam, realimentam e modificam a sua identidade e localizam a sua territorialidade. São referências os marcos e monumentos edificadas ou naturais, assim como as artes, os ofícios, as festas e os lugares a que a vida social atribui reiteradamente sentido diferenciado e especial: são aqueles considerados os mais belos, os mais lembrados, os mais queridos, os mais executados. (...)

Referências, portanto, são sentidos atribuídos a suportes tangíveis ou não. Elas podem estar nos objetos, assim como nas práticas, nos espaços físicos, assim como nos lugares socialmente construídos (ARANTES, 2001, p.131).

Vale destacar que a noção de *referência cultural*, apesar de ser diretamente associada à noção de *patrimônio imaterial*, não se reduz a esse tipo de bem. Contudo, justamente porque essa noção surgiu nos trabalhos, voltados para bens dessa natureza, as duas noções têm sido bastante associadas. Por outro lado, ainda é bastante modesta a incorporação dessa noção no âmbito dos trabalhos relacionados ao patrimônio material, o que vem a reforçar, indevidamente, aquela associação restrita ao patrimônio imaterial.



Atende ao Objetivo 1

1. Para Cecília Londres Fonseca, “[...] a representatividade dos bens em termos de diversidade social e cultural do País é essencial para que a função de patrimônio se realize, no sentido de que os diferentes grupos sociais possam se reconhecer nesse repertório” (2001, p. 191).

Analise o que a autora está chamando de função de patrimônio, estabelecendo uma conexão com a noção de referência cultural, conforme foi tratada durante a aula.

Resposta Comentada

Segundo a própria Maria Cecília Londres Fonseca, para um bem cultural ser considerado patrimônio devem ser atribuídos a ele sentidos e significados que integrem o grupo de identidade ao qual está relacionado. Desse modo, a função de patrimônio concretiza-se. Por isso, há uma estreita relação entre a função de patrimônio e a noção de referência cultural, posto que esta última torna os próprios grupos envolvidos com as práticas culturais também sujeitos de atribuição de valor de patrimônio. Por meio do diálogo entre os técnicos de patrimônio e os

sujeitos praticantes, é que deve ser indicado aquilo que é referência de identidade para eles, ou seja, aquilo que é patrimônio cultural do grupo, por cumprir a sua função de patrimônio.

Ferramentas para conhecimento e salvaguarda do patrimônio imaterial: o Registro e o inventário

Passaram-se 12 anos entre a promulgação da Constituição Federal Brasileira e a criação do Decreto nº 3.551, criando as bases legais para a patrimonialização de bens de natureza imaterial.

Nesse percurso, uma iniciativa decisiva foi a realização do Seminário Internacional de Patrimônio Imaterial, em 1997, em Fortaleza, no qual estiveram presentes intelectuais, ligados ao campo da cultura popular, integrantes do Iphan, do antigo CNRC e também do Centro Nacional de Folclore, da Unesco e de setores acadêmicos nacionais e internacionais. Na Carta de Fortaleza, documento final do encontro, foram indicados os passos a serem dados: a necessidade de formulação de política pública, voltada para a salvaguarda do patrimônio imaterial, com a sua institucionalização por meio de um programa de trabalho e de uma legislação própria.



VIII Congresso Brasileiro de Folclore

A ideia de folclore, bastante discutida e fortemente criticada nos anos 1970, foi recuperando uma posição no campo acadêmico e cultural, que promoveu, em 1995, no VIII Congresso Brasileiro de Folclore, reunido em Salvador, uma releitura da Carta do Folclore Brasileiro, que havia sido aprovada

no I Congresso Brasileiro de Folclore, realizado no Rio de Janeiro, de 22 a 31 de agosto de 1951. Esta releitura foi ao encontro das reflexões de setores acadêmicos, fruto também das transformações da sociedade brasileira, e teve a participação ampla de estudiosos de folclore. Essas transformações atenderam às Recomendações da Unesco sobre Salvaguarda do Folclore, destacadas na 25ª Reunião da Conferência Geral da Unesco, realizada em Paris em 1989.

A nova concepção de folclore aproximou-se da noção de cultura popular, constituindo o mesmo campo de conhecimento, como se pode ver nesse trecho do documento final do VIII Congresso Brasileiro de Folclore, de 1995:

Capítulo I – CONCEITO

1. Folclore é o conjunto das criações culturais de uma comunidade, baseado nas suas tradições, expressas individual ou coletivamente, representativo de sua identidade social.

Constituem-se fatores de identificação da manifestação folclórica: aceitação coletiva, tradicionalidade, dinamicidade, funcionalidade. Ressaltamos que entendemos folclore e cultura popular como equivalentes, em sintonia com o que preconiza a Unesco. A expressão cultura popular manter-se-á no singular, embora se entendendo que existem tantas culturas quantos sejam os grupos que as produzem em contextos naturais e econômicos específicos.

O Ministério da Cultura criou, então, o Grupo de Trabalho Patrimônio Imaterial para proposição de um instrumento legal, assim como deu início, no Iphan, ao projeto-piloto para formulação da metodologia do Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC).

Do trabalho desse grupo, decorreu o texto do Decreto nº 3.551, que criou o instrumento do Registro do patrimônio de natureza imaterial e instituiu o Programa Nacional de Patrimônio Imaterial.

A professora Maria Cecília Londres Fonseca, mencionada no início da aula, fez parte do Grupo de Trabalho Patrimônio Imaterial. Ela vê no Decreto nº 3.551 “uma resposta a uma demanda não apenas do país como do contexto internacional por uma abordagem mais ampla e inclusiva no trato do patrimônio cultural” (2003, p. 9).

Para a historiadora Marta Abreu (2007), esse Decreto abre possibilidade para o surgimento de novos canais de expressão cultural e luta política para grupos da sociedade civil, antes silenciados, que são detentores de práticas culturais imateriais locais e tidas como tradicionais.

A ampla reprodução desse instrumento legal em níveis estaduais e municipais de poder tem demonstrado a demanda que havia, bem como o contexto favorável em que se instalou e consolidou essa nova ação de preservação cultural. Por meio desse instrumento, tem se dado, progressivamente, a transformação dos paradigmas de atribuição de valor de patrimônio, no sentido de se conquistar a valorização da diversidade cultural brasileira, expressa por uma pluralidade de manifestações e práticas culturais. Com os investimentos em estudos, inventários e produção sobre diversos bens e práticas culturais, têm se ampliado, significativamente, o conhecimento a seu respeito, bem como o seu reconhecimento como elemento representativo da cultura brasileira.

É fato, também, que essa avalanche de novas ações do poder público e da sociedade civil tem alterado o campo do patrimônio cultural, em que surgem novos problemas a serem enfrentados, tais como aqueles relacionados à propriedade intelectual, quando

se trata de saberes tradicionais e direitos coletivos; temas que a legislação brasileira ainda não é capaz de responder plenamente. Ou ainda, questões ambientais, que se colocam em confronto com práticas culturais tradicionais, exigindo negociações em busca de novos consensos, como por exemplo, em relação ao uso da tripa do macaco como corda da viola de cocho, no Mato Grosso, proibido pelo Ibama.



Figura 10.1: Viola de cocho.

Fonte: <http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/3/3c/Violadecocho.jpg>

Além disso, há questões relacionadas a políticas sanitárias que impõem padrões globais que alteram práticas locais tradicionais, como a exigência de pasteurização do leite na produção de queijos artesanais, aspecto que altera radicalmente a qualidade do queijo.

Os saberes coletivos sem um autor como titular impossibilita o uso da lei de direitos autorais para protegê-los: afinal, como atribuir, por exemplo, autoria a uma única pessoa do conhecimento acerca dos usos medicinais e/ou cosméticos das ervas vendidas no Mercado

Ver-o-Peso, em Belém? As respostas, portanto, a todas essas questões não estão prontas e a cada problema que surge, novos desafios colocam-se. Questões como a quem pertence o samba? Há somente um samba ou são muitos os ritmos e músicas que podem se enquadrar na classificação de samba, embora com suas singularidades regionais e de grupos? Algum deles será mais brasileiro que outro? O antropólogo Carlos Sandroni, responsável pelo Dossiê de Registro do samba de Roda da Bahia, não encontrou respostas fáceis a essas perguntas. Trata-se, evidentemente, de “memórias em disputa”, como tratou Nogueira, “*evidências concretas de conflitos e tensões marcam o campo da cultura e do patrimônio*” (2008, p. 250).

E essa gama de novas questões não é exclusividade brasileira e está sendo debatida nos fóruns internacionais de cultura e também de comércio. Há pelo menos duas convenções da Unesco recentemente instituídas que abordam esses problemas: as Convenções da Diversidade Cultural e do Patrimônio Imaterial, que serão apontadas na última aula da disciplina, a Aula 14, que reflete sobre os problemas da globalização no campo do patrimônio cultural.

O Registro – instrumento legal de salvaguarda

Registro é o instrumento legal, utilizado para a patrimonialização de um bem cultural de natureza imaterial, por meio da chancela do Estado. Até o momento, a aplicação do Registro tem sido priorizada para os bens identificados com a cultura tradicional e popular, indígena e afrodescendente.

Conforme determina o Decreto nº 3.551, para que um registro seja feito, é necessária a montagem de um dossiê, sob a orientação do Iphan, com estudo detalhado sobre a manifestação cultural em pauta. Destacamos os critérios de atribuição de valor, que se apresentam no parágrafo 2º do seu Artigo 1: “A inscrição num dos livros de registro terá sempre como referência a continuidade histórica do bem e sua relevância nacional para a memória, a identidade e a formação da sociedade brasileira.”

Mas, como as manifestações são dinâmicas e podem se transformar no tempo, o Decreto nº 3.551 previu a necessidade de ratificação do registro de 10 anos em 10 anos. Não se trata de “desclassificar” um patrimônio anteriormente reconhecido, mas de avaliar a nova realidade daquela manifestação cultural, observando, inclusive, a efetividade das políticas públicas.

Segundo Antonio Gilberto Nogueira (2008), a escolha de determinados bens culturais como representativos da identidade nacional ou de determinados grupos ou etnias é sempre uma operação política que se traduz igualmente na escolha por um passado histórico e cultural revelador da luta permanente pela representação da nação. A pergunta que se coloca então é: Quem decide o que deve ser Registrado?

Todo cidadão, organizado na sociedade civil, tem o direito de encaminhar um pedido de Registro. Cabe ao Conselho Consultivo do Iphan, como órgão deliberativo, a nomeação de bens culturais na categoria de Patrimônio Cultural Brasileiro, quer por meio do tombamento, no caso de bens de natureza material, quer por meio do Registro, no caso dos bens de natureza imaterial. O Registro é concretizado com a inscrição do bem em um dos quatro Livros de Registro existentes. São eles:

- Livro dos Saberes (conhecimento e modos de fazer, enraizados no cotidiano das comunidades);
- Livro dos Lugares (como feiras, mercados, santuários, praças e demais espaços onde se concentram e reproduzem-se práticas culturais coletivas);
- Livro das Celebrações (festas, rituais que marcam a vivência coletiva do trabalho, da religiosidade, do entretenimento e de outras práticas da vida cotidiana);
- Livro das Formas de Expressão (manifestações literárias, musicais, plásticas, cênicas e lúdicas).

O Decreto 3.551 indica também a possibilidade de criação de novos livros, pelo Conselho Consultivo do Iphan, conforme julgue necessário e pertinente, como vem sendo cogitado sobre a criação de um Livro de Línguas.

Nas reuniões do Conselho Consultivo, um conselheiro fica responsável por apresentar um parecer sobre a indicação, encaminhado por meio do Dossiê de Registro, montado de modo a informar ao membro do Conselho Consultivo sobre a história da manifestação cultural em questão, sua descrição detalhada e sua trajetória, a história dos bens associados àquele bem cultural principal no contexto da pesquisa e a rede de atores e relações sociais nas quais está envolvido e que garantem a sua existência. Deve expressar, ainda, o interesse no seu reconhecimento como patrimônio cultural pelo grupo social a ele relacionado, por meio de registros textuais argumentativos e de registros de imagens e sonoros, assim como um guia de fontes bibliográficas resultante da pesquisa realizada (para relembrar as atribuições do Conselho Consultivo, reveja a Aula 5).

Após o Registro, devem ser implementados os Planos de Salvaguarda. A sua finalidade é criar condições ou dar apoio às condições existentes de transmissão e reprodução das práticas culturais registradas, bem como reforçar ou consolidar sua sustentabilidade. Para tanto, muitas vezes, são necessárias ações não diretamente relacionadas à prática em si, mas a questões relativas à propriedade intelectual, direitos culturais, direitos difusos e direitos coletivos, dentre outras, conforme apontado anteriormente.

O caso do Registro do Modo de Fazer o queijo de Minas é interessante, por colocar em evidência um confronto de interesses entre políticas públicas e normas legais do Estado. Por um lado, a lei sanitária de 1952 (Decreto 30.691) define que todos os produtos de leite e derivados devem passar por um processo de pasteurização, por outro, o modo tradicional de fazer o queijo em Minas e que lhe confere sabor próprio exige que o mesmo seja feito com leite cru. Segundo o texto do Dossiê, que encaminhou o pedido de Registro para o Conselho Consultivo do Iphan:

O registro do modo artesanal de fazer queijo de Minas como patrimônio cultural brasileiro partiu de uma demanda dos produtores locais, quando, em 2001, saiu uma determinação de que o queijo artesanal se enquadrasse à legislação sanitária. No mesmo ano, o pedido de registro foi entregue ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) pela Secretaria de Cultura de Minas Gerais, em conjunto com a Associação de Amigos do Serro (AASER). (...) Com isso, produtores de queijo de diferentes regiões de Minas Gerais associaram-se e, contando com o apoio do poder público e de iniciativas privadas como o movimento Slow Food, conseguiram aprovar a Lei Estadual 14.185, de 31/01/2002. Essa legislação e as demais regulamentações subsequentes dispõem sobre o processo de produção do queijo artesanal, permitindo a manutenção da produção local.

Foi aplicado o inventário (INRC) nas regiões do Serro, Serra da Canastra e Serra do Salitre (Alto Paranaíba), onde se encontra o tipo de queijo mundialmente conhecido como “artesanal tipo Minas”. Há diferenças nos modos de fazer dessas regiões, como manipulação do leite, dos coalhos e das massas, na prensagem, na cura e até no comércio, mas há também aspectos em comum, como o uso do leite cru, com a adição de pingo, um fermento láctico natural, recolhido a partir do soro que drena do próprio queijo.

Após o Registro, foram implementadas algumas ações de salvaguarda da cultura queijeira, dentre elas, projetos de educação patrimonial e qualificação profissional dos agentes envolvidos com a sua produção e circulação. Além disso, houve um incentivo à cooperatividade dos produtores nessas e em outras regiões, favorecendo a promoção e valorização desse modo de fazer artesanal do queijo.



A arte kusiwa, pintura corporal e arte gráfica dos índios wajãpi do Amapá, inaugurou, em 2002, o Livro de Registro de Formas de Expressão. Logo em seguida, em 2003, ganharia o título de obra-prima do patrimônio oral e imaterial da humanidade, concedido pela Unesco, a partir da candidatura apresentada pelo governo brasileiro.

O Ofício das Paneleiras de Goiabeiras, no Espírito Santo, inaugurou o Registro no Livro dos Saberes, como patrimônio cultural brasileiro.

No caso do patrimônio cultural afro-brasileiro, o Samba de Roda do Recôncavo Baiano foi Registrado no Livro Formas de Expressão, em 2004; no ano seguinte, recebe da Unesco, também a Proclamação das Obra Primas do Patrimônio Oral e Imaterial da Humanidade.



Atende ao Objetivo 2

2. Vimos que o Registro é o principal dispositivo legal para a salvaguarda do patrimônio imaterial. Descreva pelo menos três aspectos a serem verificados, para que um bem cultural possa ser Registrado pelo poder público.

Resposta Comentada

O Registro só é feito após estudos densos sobre o bem cultural, com a organização de um dossiê, que reúne informações detalhadas sobre aquela prática ou bem cultural.

Para que um bem seja Registrado, é preciso que os grupos que o executam ou que estão envolvidos com a sua realização façam uma solicitação formal ao órgão competente do poder público, que em nível federal é o Iphan. Um bem cuja ocorrência não se dá mais, isto é, ocorreu somente no passado, não pode ser registrado. Por outro lado, a profundidade histórica da sua existência deve ser comprovada. Todo bem Registrado deve ser reavaliado de 10 em 10 anos, pois como o Registro refere-se a práticas culturais dinâmicas, elas podem se transformar ou deixar de ocorrer. Nesses casos, o Registro é cancelado, ficando apenas a documentação do bem arquivada.

O inventário – a metodologia do INRC (Inventário Nacional de Referências Culturais)

Conforme tratado na Aula 9, o inventário é uma prática tradicional na área de patrimônio. No caso da identificação de bens de natureza imaterial, tem sido amplamente utilizado, o Inventário Nacional de Referências Culturais – INRC, indicando aquela associação recorrentemente feita entre referência cultural e patrimônio imaterial. A metodologia do INRC, formulada pelo Iphan, embora proponha o inventário de bens de qualquer natureza (material e imaterial), pois seu foco está na identificação daquilo que é referência de identidade para os grupos sociais, tem sido majoritariamente adotada nos inventários que visam ao patrimônio imaterial. Essa metodologia teve como base experiências anteriores, realizadas no Iphan, na década de 1990, nas cidades do Serro e

Diamantina, em Minas Gerais, e na cidade de Goiás e foi testada no projeto-piloto, desenvolvido no Museu Aberto do Descobrimento, em Porto Seguro, na Bahia. A partir de 2001, ela passou a ser amplamente aplicada em todo o Brasil, subsidiando a elaboração de dossiês de Registro do patrimônio de natureza imaterial pelo Iphan ou por outros setores públicos ou privados sob sua orientação.

Antonio Augusto Arantes foi coordenador da equipe que formulou e consolidou a metodologia do INRC. As categorias de bens, tratadas pelo INRC por ele descritas (op. cit.), correspondem àquelas definidas no Decreto 3551. A metodologia propõe também uma associação com o patrimônio material ao indicar a observância das edificações e espaços construídos significativos para as práticas e manifestações, encontrando-se presente nas quatro categorias de bens, apresentadas abaixo, juntamente com o foco que deve ser dado a cada uma, de acordo com a metodologia do INRC:

1) Celebrações (festividades e rituais públicos, associados ao calendário religioso ou a outros aspectos da vida social de um grupo).

Aspectos focalizados no INRC: espaço (limites, características físicas e arquitetônicas, ornamentação); tempo (data, duração e periodicidade); descrição (origens e/ou motivos, transformações, recursos, programa de atividades, organizadores, participantes e público); narrativas e outros bens associados.

2) Formas de expressão (prática de modalidades não linguísticas de comunicação e expressão).

Aspectos focalizados no INRC: executantes (trajetória e posição atual na atividade); descrição (aspectos técnicos da atividade, lugar onde se realizam, organização do grupo de executantes, repertório e público); narrativas e outros bens associados.

3) Ofícios e modos de fazer (conhecimentos tradicionais e procedimentos utilizados no trabalho, na cura e em outras práticas sociais).

Aspectos focalizados: executantes (trajetória e posição atual na atividade); descrição (aspectos técnicos da atividade, lugar onde se realizam, organização social do trabalho, produtos e público); narrativas e outros bens associados.

4) Lugares (espaços apropriados para cerimônias e outras práticas coletivas).

Aspectos focalizados: espaço (delimitação, características físicas, arquitetônicas e agenciamento); atividades formadoras do lugar e seus usos cotidianos e rituais; descrição (origens e motivos, transformações, recursos e participantes das atividades formadoras do lugar); narrativas e outros bens associados.



Figura 10.2: Rei cristão e cavaleiros na Festa do Divino Espírito Santo de Pirenópolis, conhecida como as Cavalcadas.

Fonte: http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/7/72/2006_05_15_039.jpg

A metodologia do INRC está estruturada em três etapas, que correspondem a diferentes níveis de aproximação do pesquisador em relação ao seu objeto de investigação, isto é, ao objeto que está sendo inventariado. As etapas são as seguintes:

1) O levantamento preliminar

Nesta primeira etapa, é feito um levantamento de fontes bibliográficas e uma visita exploratória. O objetivo é delimitar o sítio e listar os grupos sociais envolvidos e os bens culturais a serem identificados, com produção de algumas entrevistas e registros sonoros e de imagem, para fazer um planejamento do trabalho de campo.

2) A identificação

Nesta segunda etapa, é realizada a pesquisa de campo com maior profundidade, com entrevistas mais longas e dirigidas, registros sonoros e de imagem. São feitas listagens e descrição dos bens inventariados. A coleta de material em campo (inclusive visando a um acervo museológico) é feita principalmente nessa etapa.

3) A documentação

Na terceira etapa, são feitas a sistematização dos dados e levantamentos e as recomendações (como tombamentos, registros, estudos etc.), sobre bens culturais identificados como referenciais pelos grupos e pelos pesquisadores, com vistas à sua patrimonialização.

O objeto a ser inventariado pode ser uma manifestação cultural específica e a partir dela vão sendo tecidas as conexões e redes de relações com as demais práticas, grupos sociais que estão a ela conectados e bens culturais associados. O Círio de N. Sr^a de Nazaré, em Belém, foi Registrado na categoria Celebrações e agrega diferentes celebrações e festividades antes e depois do evento principal. Há, por exemplo, a produção de brinquedos artesanais, comidas locais. Os festejos religiosos reúnem devotos, turistas e curiosos de todas as partes do Brasil e até de países estrangeiros.



Figura 10.3: O Círio de Nazaré foi Registrado na categoria Celebrações.

Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Cirio_2006_berlinda_1.jpg

A metodologia do INRC também pode recortar como objeto de investigação não um bem específico, mas um território, cuja abrangência é delimitada por aspectos históricos da sua ocupação. Nele serão identificados os fluxos das trocas sociais dos grupos envolvidos e que compartilham algum tipo de pertencimento, que a pesquisa deve colocar em evidência. O projeto Rotas da Alforria, realizado pelo Iphan em Cachoeira, na Bahia, trabalhou essa compreensão do território cultural da Cachoeira e nele foram identificadas manifestações culturais que se inter-relacionam em redes e concentram-se em nós. Nesse caso, foi feita a associação entre o sítio urbano tombado – a cidade de Cachoeira – e as várias manifestações que ocorrem na cidade e no território mais amplo, em torno dela.



Figura 10.4

Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:View_over_Cachoeira_and_Paraguacu_River_-_Sao_Felix_Visible_Across_the_River_-_Bahia_-_Brazil.JPG

O Mercado de Cachoeira é um ponto central para realização das trocas, onde são vendidos produtos de toda a região, como o óleo de dendê, produzido artesanalmente por moradores da região do Iguape, ou a farinha de mandioca, produzida no distrito de Belém da Cachoeira e em Nazaré, cidade vizinha.

Mas como decidir o que inventariar? Não é simples responder a essa pergunta, pois inúmeros fatores entram em jogo na hora de se definir o que privilegiar. É preciso ter em mente que toda escolha implica perdas. Portanto, no momento em que fazemos essas escolhas e decidimos o que inventariar, é preciso ter clareza das nossas motivações. O Inventário sistemático dos bens culturais visa à produção de conhecimento que oriente as políticas de salvaguarda, fundamentando critérios de seleção de bens para sua patrimonialização, por meio do Registro. Ainda segundo Arantes (op. cit.), na seleção de bens a serem inventariados, devem ser privilegiados aqueles que sejam destacados reiteradamente como referenciais para a vida social contemporânea naquela localidade/sítio, pela comunidade (isto é, atentando para critérios internos dos grupos) e/ou pelos pesquisadores (critérios externos ao grupo).

Em muitos casos, depois da realização do INRC, é feita a indicação de um bem para Registro. Sendo feito o Registro, são implantados planos de Salvaguarda, visando promover o patrimônio cultural e os grupos envolvidos, de modo a encontrarem ou reforçarem as estratégias de sustentabilidade associadas à proteção do patrimônio cultural.

Para Nogueira (op. cit.), a centralidade do inventário na reorientação e no fomento das políticas públicas do patrimônio tem rompido com a ideia que se cristalizou no imaginário social de que o tombamento era a única forma de preservação cultural, no Brasil. Amplamente apropriado por instituições culturais, associações comunitárias, universidades, escolas etc., o inventário como metodologia de conhecimento e identificação de manifestações culturais, vem potencializando o exercício da educação patrimonial e contribuindo para a valorização das memórias e histórias locais.



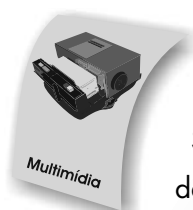
Atende ao Objetivo 3

3. O Mercado Ver-o-Peso, em Belém, foi Registrado como patrimônio cultural de natureza imaterial, no Livro dos Lugares, contudo bens culturais que pertencem a outras categorias foram identificados no Inventário realizado e estão a ele associados. Defina a categoria de Lugar, apontando as características que foram ressaltadas no Mercado Ver-o-Peso para que fosse inscrito neste Livro. Em seguida, analise um bem a ele associado que também poderia levar à inscrição do Mercado Ver-o-Peso em outra categoria, caso fossem destacadas outras características.

[illegible]

Resposta Comentada

A categoria de lugar foi criada com o objetivo de valorizar espaços significativos para a realização de práticas culturais, que se tornam referência para grupos de identidade. Há, portanto, lugares que se constituem como patrimônio em função das atividades que o conformam, em função dos seus usos cotidianos; ou ainda em função de seus usos rituais. No caso do Mercado Ver-o-Peso, que foi Registrado como patrimônio cultural brasileiro de natureza imaterial, na categoria de Lugar, pelo Iphan, há vários outros bens a ele associados. Podem ser destacados aqui, na categoria Saberes e Ofícios, o saber das erveiras, que vendem, em suas barracas, ervas extraídas da floresta, cujo uso é indicado para a cura de diversos males; e o saber fazer a farinha de mandioca de diferentes tipos.



Mercado Ver-o-Peso

Se você se interessou, pode visitar o Dossiê de Registro do Mercado Ver-o-Peso no portal do Iphan: www.iphan.gov.br



Figura 10.5

Fonte: <http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/4/47/Ver-o-Peso-Belem.jpg>

CONCLUSÃO

Vimos que a noção de patrimônio cultural transformou-se no tempo e que, portanto, não existem valores intrínsecos aos bens culturais que devem ser desvendados. Ao contrário, vimos que, em cada momento histórico, diferentes valores são atribuídos aos bens culturais, que passam a ser considerados como referenciais da cultura brasileira. Nessa perspectiva, a divisão entre patrimônio material e imaterial deu-se em função da ampliação do campo do patrimônio, que passou a abarcar práticas culturais, em boa medida relacionadas à cultura popular ou ao folclore, tratadas historicamente por outros campos de conhecimento e de ação política. Com as

transformações que ocorrem no Brasil e no mundo, a concepção de cultura transforma-se, passando a valorizar não apenas os produtos, mas especialmente os processos de produção e seus agentes produtores, que se tornam também sujeitos de atribuição de valor reconhecidamente pelas políticas públicas de preservação do patrimônio cultural.

O Decreto 3.551, criado em 2000, para salvaguarda do patrimônio cultural de natureza imaterial, tem aspectos em comum com o Decreto-lei 25 de 1937, que instituiu a proteção ao patrimônio cultural de natureza material. Mas ambos também diferem em vários aspectos, que podemos sintetizar na necessidade de haver uma solicitação de Registro pelo grupo praticante, não cabendo somente ao estado a definição do que é patrimônio cultural e a obrigatoriedade de uma avaliação após 10 anos de Registro, com vistas a sua revalidação ou não. Esses dois aspectos apontam para concepções novas: o primeiro revela uma democratização dos processos, na medida em que o saber técnico deve dialogar com outros saberes de igual importância, para afirmar o que deve ser Registrado, bem como o caráter político da ação de patrimonializar. O segundo remete à noção de cultura que se tornou predominante, voltada para a valorização dos processos dinâmicos de sua realização e não apenas para os produtos ou objetos resultantes. A gestão do patrimônio cultural de natureza imaterial é uma tarefa complexa, que envolve muitos agentes e que tem trazido à tona uma série de contradições desse processo de patrimonialização. A mercantilização desse patrimônio cultural, por exemplo, é um dos problemas a serem enfrentados, a fim de se evitar que a sua inclusão nas redes mercantis provoque a perda significativa dos sentidos de referência para o grupo. Por outro lado, essa mercantilização é, muitas vezes, demanda dos próprios grupos envolvidos, que veem nisso uma alternativa de sobrevivência.

Todas essas questões, vivenciadas na atualidade, não são exclusividade brasileira, mas de muitos países envolvidos com a preservação do patrimônio cultural, que participam do sistema internacional de patrimônio dominado hoje pela Unesco. Será dada continuidade a esse tema nas Aulas 13 e 14. Nas aulas seguintes (11 e 12), serão analisadas as relações históricas do mundo do patrimônio com outros dois temas afins: os museus e os bens móveis; os arquivos e os documentos.

Atividade Final

Atende aos Objetivos 1, 2 e 3

Uma difícil questão que se coloca para a preservação de bens culturais é o fato de se tratar de uma prática de caráter essencialmente seletivo. Portanto, alguns autores veem o risco de uma banalização nesse processo em que tudo pode se tornar patrimônio. Para outros, ao contrário, essa inclusão cada vez maior daquilo que pode vir a ser patrimônio cultural é, na verdade, um movimento de orientação democratizante.

Disserte sobre essa polêmica, descrevendo as duas posições e defendendo a sua visão em relação ao assunto.

Resposta Comentada

Sem dúvida, com a ampliação do espectro de bens passíveis de patrimonialização, em função da valorização da diversidade cultural brasileira, tem levando a um excesso de demandas de reconhecimento e registro de bens culturais. A banalização é um risco, especialmente se o registro for aplicado sem que sejam implementadas as políticas de salvaguarda necessárias, senão o registro tornar-se-á um mero título honorífico para o bem cultural. No bojo dessas contradições, encontra-se o processo de mercantilização que ocorre com a patrimonialização de práticas culturais, fazendo com que vários grupos almejem o registro para serem lançados no mercado com a chancela do Estado e entrem, por isso, em concorrências internas. Essas contradições colocam um problema para o poder público, pois o caráter seletivo da patrimonialização deve, necessariamente, ser mantido, não sendo possível abarcar todas as demandas feitas pelos grupos sociais. Portanto, a democratização desse processo não se deve dar pela inclusão infinita de bens na categoria de patrimônio cultural, mas sim na transparência das escolhas e no estabelecimento de critérios para tal.

RESUMO

Vimos nesta aula que a patrimonialização de bens culturais de natureza imaterial é uma prática recente, forjada após a Constituinte de 1988, e consolidada pelo decreto 3551 de 2000, que instituiu o registro. Foi apontada a historicidade da noção de patrimônio imaterial, bem como a sua estreita relação com a noção de referência cultural, tendo, contudo, destacada a importante distinção entre elas. A noção de referência cultural indica que na seleção de bens a serem patrimonializados sejam privilegiados aqueles que destacados como referenciais para a vida social contemporânea pela comunidade e não somente pelos pesquisadores, que também devem ser ouvidos.

Desse modo, não é a natureza do bem – material ou imaterial – que o torna referência cultural – mas sim a ampliação dos sujeitos que lhe atribuem valor de patrimônio. Essa noção foi amplamente adotada para a salvaguarda do patrimônio imaterial e por isso, muitas vezes, tratadas como similares. Contudo, na noção de patrimônio imaterial, o que deve ser destacado é a natureza do bem, isto é, trata-se de processos de produção que se repetem regularmente e não de produtos materiais resultantes desses processos.

Foram abordados os dispositivos legais existentes para a salvaguarda do patrimônio imaterial, como o registro e o Inventário Nacional de Referências Culturais. Este último, apresentado como recurso para produção de conhecimento sobre os bens culturais, com uma metodologia de levantamento e documentação de informações bastante detalhada e minuciosa, baseada nas perspectivas antropológicas e históricas.

Aula 11

O historiador em campo: inventários do patrimônio cultural

Márcia Chuva

Metas da aula

Apresentar como se deu historicamente a prática de inventário do patrimônio cultural e apresentar metodologias de inventário, baseadas no conceito de patrimônio cultural como documento histórico.

Objetivos

Esperamos que, ao final desta aula, você seja capaz de:

1. indicar os pontos mais significativos da história das práticas de inventário do patrimônio cultural no Brasil;
2. relacionar a prática do inventário com a pesquisa e gestão do patrimônio cultural;
3. identificar a metodologia do INBI-SU: Inventário Nacional de Bens Imóveis – Sítios Urbanos tombados, do Iphan;
4. apontar a importância e objetivos das práticas de inventário;
5. analisar o Inventário das Fazendas do Vale do Paraíba Fluminense, dentro das ações do Inepac de pesquisa, valorização e gestão do patrimônio da região.

INTRODUÇÃO

A prática de **inventário** está disseminada de tal forma na sociedade moderna, que nem paramos para refletir sobre os seus sentidos e significados sociais, tampouco a sua historicidade. Ela está presente em vários âmbitos do mundo social e político, na esfera da educação, da pesquisa, da justiça, dentre outros. No universo de trabalho dos museus e também dos arquivos, a prática de inventário é cotidiana e fundamental para o controle, a produção de conhecimento, os diagnósticos e para se garantir o acesso aos bens que constituem os acervos dessas instituições.

Para problematizar um pouco o conceito de inventário, vamos recorrer ao trabalho do antropólogo inglês Benedict Anderson, em seu livro *Comunidades imaginadas*. Nessa obra, o autor discute os censos populacionais (pesquisas exaustivas, com dados quantitativos e qualitativos, que descrevem diversas características de um determinado universo populacional) que se organizam a partir do século XIX, vistos como uma espécie de inventário moderno das populações, Anderson vê nesses censos uma nova gramática relacionada aos estados nacionais. De fato, para Anderson, três instituições, juntas, moldaram a maneira como os Estados Nacionais, que então se constituíam, imaginavam seu domínio. São elas: o censo (a natureza dos seres humanos por ele governados), o mapa (a geografia do seu território) e o museu (que confere a legitimidade ao seu passado) (ANDERSON, 2008).

A realização de um censo requer técnicas de levantamento sistemático e exaustivo, e de quantificação que transmitem a ideia fictícia de que todos os habitantes daquele lugar estão presentes naquele levantamento e de que esses habitantes só ocupam um único e determinado lugar. Sem dúvida, um levantamento censitário é uma maneira de criar imagens. Os inventários, que também levantam, catalogam e classificam, ou seja, são uma espécie de censo, não escapam disso. Portanto, se para a produção de conhecimento sobre

Inventário

Segundo o Dicionário Houaiss, a palavra inventário quer dizer, entre outras coisas, “levantamento minucioso dos elementos de um todo; rol, lista, relação”. Este é o sentido que mais se aproxima do tema desta aula.

o patrimônio cultural os inventários têm sido há anos uma ferramenta eficaz, cabe a ressalva de que qualquer que seja a metodologia adotada, todas elas estão marcadas por escolhas e recortes que limitam e delimitam o seu olhar sobre a realidade a ser analisada. Não existem metodologias isentas de valores, pois todas elas estão atreladas a concepções de patrimônio e a determinados valores e visão de mundo.

Nesta aula, buscamos promover uma reflexão sobre o papel e importância do inventário, visando à produção de conhecimento acerca do patrimônio cultural. Na primeira parte desta aula, analisaremos como se desenvolveu a prática de inventários no âmbito do patrimônio cultural. Na segunda parte, apresentaremos uma metodologia de inventário de sítios urbanos tombados, desenvolvida no Iphan (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional). Essa metodologia toma por base o conceito de cidade-documento. Na terceira parte da aula, apresentaremos, em linhas gerais, a experiência de inventários do Inepac (Instituto Estadual do Patrimônio Cultural – RJ), em especial, o inventário das fazendas de café do Vale do Paraíba Fluminense.

A prática de inventário do patrimônio cultural no Brasil: pesquisa, valorização e gestão

Os inventários constituem um tipo de trabalho tradicional, no âmbito da preservação do patrimônio cultural. Quando tratamos da matriz francesa da preservação do patrimônio, em aulas anteriores, vimos a sua importância: já no século XIX foi realizado o primeiro inventário do patrimônio nacional francês, o *Inventário geral de monumentos e obras de arte da França*, realizado pela Inspetoria Geral dos Monumentos Históricos, com a finalidade de conhecer o patrimônio histórico e artístico edificado da nação francesa.

Embora todo inventário proponha-se a “levantar tudo”, algumas decisões são tomadas previamente. Por exemplo, a França, no século

XIX, elegeu o período medieval como o marco de origem da nação. Por isso, os vestígios materiais desse período foram levantados no referido inventário. Assim, neste momento de “busca das origens” da nação francesa, a arte barroca acabou sendo renegada e, portanto, seus vestígios materiais foram suprimidos ou ignorados, não tendo sido priorizada no inventário realizado (CHOAY, 2001).



Figura 11.1: Museu de Cluny, conhecido como Museu Nacional da Idade Média, guarda em seu acervo importantes peças deste período, considerado a origem histórica da nação francesa.

Fonte: http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/0/00/Musee_de_Cluny_1.jpg



Marie lan Nguyen

Figura 11.2: Relicário de prata, representando a Virgem e o menino Jesus. Data: 1407. Originário da Igreja de Notre Dame de Vaux, Châlons-en-Champagne (França).
Fonte: http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/c/c2/Christ_umbilicus_MNMA_CI3307.jpg



Marsyas

Figura 11.3: Peça representando o batismo de Cristo, por volta de 1250-1260, retirada da Abadia de Saint-Denis.
Fonte: http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/8/8a/CLUNY-Retable_St_Denis_dt1.JPG



Harmonia Amanda

Figura 11.4: Coroamento da Virgem, início do século XVI.

Fonte: http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/thumb/2/22/Couronnement_de_la_Vierge_%28Cluny%29.JPG/800px-Couronnement_de_la_Vierge_%28Cluny%29.JPG

A preocupação com a realização de inventários também já fazia parte dos primeiros fóruns internacionais sobre preservação do patrimônio, como a reunião organizada pelo Escritório Internacional dos Museus, da Sociedade das Nações, em Atenas, em 1931. Essa reunião já defendia a necessidade de serem realizados levantamentos sistemáticos, visando ao conhecimento dos patrimônios nacionais e à preservação de bens que representavam obras de arte ou testemunhos históricos para a humanidade. Estes objetivos constam na Carta de Atenas, documento final do referido encontro, que já abordamos em aulas anteriores.

Dentro da nova ordem mundial constituída após a Segunda Guerra, no período da reconstrução europeia, a Unesco foi criada, apostando na ideia de que o conhecimento da contribuição dos diversos povos para a construção da civilização levaria à compreensão entre os povos, países e culturas diferentes, e, com esta, às condições para a construção da paz. É quando se decidiu pela elaboração de uma ampla pesquisa e pela orientação de

realização de inventários, conforme constava no programa de apresentação da nova instituição (Machado, 2008). Podemos afirmar que essa política da Unesco aprimorou-se ao longo dos anos, quando foram formuladas metodologias, com base nas experiências dos países-membros, próprias para situações diferentes e para bens de naturezas diversas também. Referindo-se apenas ao universo de patrimônio, foram desenvolvidas metodologias de inventários de *proteção* – para áreas já consagradas como patrimônio cultural e protegidas pelo tombamento ou instrumentos correlatos, sendo por isso mais detalhados. E também inventários de *conhecimento* ou de *identificação*, ou ainda de *varredura*, três termos que indicam um levantamento feito de modo mais rápido, buscando informações sucintas, em áreas ainda não preservadas. Ou, ainda, os inventários de bens de natureza imaterial, com metodologias próprias já desenvolvidas. Os inventários variam, ainda, na sua abrangência, podendo ser continentais, regionais ou locais, ou organizados a partir do tipo de objeto cultural abordado.

No Brasil, a preocupação com a realização de inventários, visando conhecer o patrimônio histórico e artístico nacional, aparece pela primeira vez nas ações do Iphan, no Plano de Trabalho, apresentado por Lucio Costa, em 1949.



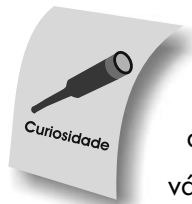
O Plano de Trabalho foi produzido por Lucio Costa quando se tornou chefe da Divisão de Estudos e Tombamento do Iphan, denominado na época de DPHAN (Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional), com a finalidade de estabelecer procedimentos, normas e prioridades na rotina de trabalho. O referido plano recomenda que sejam suspensas as atividades do órgão por um ou dois anos, para que se sejam realizados inventários e identificados novos bens para serem protegidos. Vale destacar que tal plano foi

apresentado após 12 anos do início dos trabalhos institucionais e, até aquela data, já havia mais de 300 bens tombados, ou seja, 40% de todos os bens tombados até o início do século XXI.

O Plano de Trabalho de Lucio Costa foi reproduzido no livro *Lucio Costa: documentos de trabalho*, organizado pelo arquiteto professor da UFF José Pessôa. Este livro reúne documentos elaborados pelo famoso arquiteto durante sua longa carreira, dentro do Iphan (PESSÔA, 1999).

Nesse documento, foi proposta a realização de inventários de conhecimento em todo território brasileiro, em função da necessidade do desenvolvimento de estudos para a classificação do “acervo histórico-monumental de interesse artístico” com base em “informações de natureza técnico-artística” e “histórico-educativa”. O documento indicava a organização de equipes que deveriam ser contratadas em três categorias:

1. técnicos especialistas em “arquitetura e construção; pintura figurativo-ornamental e douramento; talha e escultura; mobiliário e obras de torno; prata e ourivesaria em geral, louça, porcelana e demais cerâmicas; vidros e cristais”;
2. pessoal de campo, visando às “batidas sistemáticas para colheita de material de inventário”, sendo compostas por “um fotógrafo e um técnico habilitado – possivelmente a mesma pessoa”;
3. pesquisadores de dados histórico-educativos para atuarem simultaneamente”. Os pesquisadores deveriam esclarecer quando, como e quem construiu ou executou edifícios, obras de talha e marcenaria, pintura e douramento, mobiliário, prataria e demais alfaías (PESSÔA, op. cit, 1999).



Para se produzir um inventário, as equipes devem dominar conhecimentos e técnicas em várias áreas, como a mobiliária, a arquitetura, a fotografia, a pesquisa em arquivos etc.



Figura 11.5: Peça de porcelana de 1804.

Fonte: <http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/4/4e/MadisonCoolermdNast.jpg>



LOUIS XV. CARVED AND GILT "FAUTEUIL,"
Upholstered with Beauvais tapestry. Subject from La Fontaine's Fables.

Figura 11.6: Mobiliário: poltrona Luiz XV.

Fonte: http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/e/e8/Louis_XV_Fauteuil_%28Carved_and_Gilt%29.jpg



Figura 11.7: Trabalho de campo com registro fotográfico.

Fonte: http://www.sxc.hu/pic/m/h/ha/harrykeely/988635_photo_girl.jpg



Figura 11.8: Pesquisa iconográfica: foto de 1908 pertencente ao Arquivo Nacional, referente ao Pavilhão do Distrito Federal (Rio de Janeiro-RJ), onde estavam representadas as repartições públicas da Capital Federal.

Fonte: http://www.exposicoesvirtuais.arquivonacional.gov.br/media/196/o2_fot_447.10.jpg



Figura 11.9: Pesquisa documental: planta (sem dta) e fotografia de 1908 do antigo Teatro João Caetano, conhecido como Teatro da Exposição, erguido ao pé do Morro da Urca para concertos sinfônicos, exposições e peças teatrais.

Fonte: http://www.exposicoesvirtuais.arquivonacional.gov.br/media/196/onfot22.4_o2fot447.16.jpg

No mesmo ano, em 1949, o primeiro inventário de um sítio urbano, tombado pelo Iphan, foi realizado em Ouro Preto. O levantamento de dados em campo tinha caráter sistemático, exaustivo e classificatório. Foi feita a medição de 963 edificações, que foram também fotografadas e descritas em formulários padronizados. Foram também coletados dados sobre o estado de conservação e sobre a época de construção, os quais foram registrados e mapeados na planta da cidade. Esse estudo teve a finalidade de priorizar a aplicação de recursos que estavam sendo arrecadados em benefício de Ouro Preto, numa campanha junto à sociedade. Um estudo sobre a referida Campanha em Benefício de Ouro Preto e a documentação produzida nesse inventário, guardada no Arquivo Central do Iphan, foi recentemente publicado, com a reprodução **fac-símile** do inventário de 1949, no livro de Juliana Sorgine (2008). Ao se analisar o referido inventário, fica clara a priorização dos imóveis que associavam características marcadamente coloniais e mau estado de conservação (op. cit., 2008).

Fac-símile

É toda cópia ou reprodução que apresenta uma grande semelhança com o original. Dessa expressão, surgiu o termo FAX para denominar a nova tecnologia de transmissão de documentos em papel, via telefone.



Glauco Umbelino

Figura 11.10: Praça Tiradentes, em Ouro Preto (MG).

Fonte: http://farm3.static.flickr.com/2301/1511579829_486aaf79be_o.jpg

Não se tem conhecimento de outros trabalhos dessa envergadura, realizados pelo órgão nacional de patrimônio ou seus congêneres, até os anos 1970, quando começaram a ser desenvolvidas metodologias de inventário de sítios urbanos (Motta e Silva, 1998). Essa preocupação surge nesse contexto justamente porque foi nessa época que começaram a ser identificados os graves problemas de gestão das cidades tombadas.

Ainda que recomendado desde os anos 1930, a prática de inventário requer recursos financeiros, geralmente não priorizados, pois o tempo da pesquisa é demorado, sendo um impeditivo para a execução de projetos mais rápidos e de maior visibilidade. Por isso mesmo, os inventários mais complexos são realizados pelos órgãos do poder público, como o Iphan, em nível federal, e o Inepac, em nível estadual, que têm disseminado suas metodologias, elaboradas em função das finalidades e da natureza diversa dos bens.



Figura 11.11: Logotipo do Iphan.

Fonte: <http://revista.iphan.gov.br/imagens/barrasup.gif>



Figura 11.12: Logotipo do Inepac.

Fonte: http://www.inepac.rj.gov.br/themes/Sand_Journey/images/cabecalho.jpg (imagem recortada da barra do site)

Ainda assim, somente na década de 1970, intensificaram-se as demandas para a realização de obras em áreas protegidas, tais como: acréscimos e reformas para a adaptação no casario antigo, a construção de novas edificações dentro dos sítios tombados e no seu entorno imediato, e o desmembramento de terrenos e grandes áreas desocupadas para fazer loteamentos. Por conta de tais demandas, foi preciso investir em conhecimentos mais amplos que permitissem a valorização de aspectos da forma urbana, tais como: a relação do sítio com o território, o seu traçado e subdivisão dos lotes, as diferentes densidades ocupacionais, além da arquitetura com sua volumetria, tipologias e diferentes características estilísticas das edificações que eram até então consideradas. É nesse momento que são desenvolvidas e aplicadas, de modo mais amplo, metodologias de inventário dos sítios urbanos.

Nesta aula, privilegiamos a prática de inventário de conjuntos urbanos, que agregam vários imóveis e elementos da cidade, pois os bens arquitetônicos protegidos isoladamente eram mais facilmente inventariados. Os inventários destes bens arquitetônicos eram levantados a partir da planta, detalhadamente, e dos aspectos relacionados à história do imóvel, especialmente quando sofriam algum tipo de intervenção de conservação ou restauração.

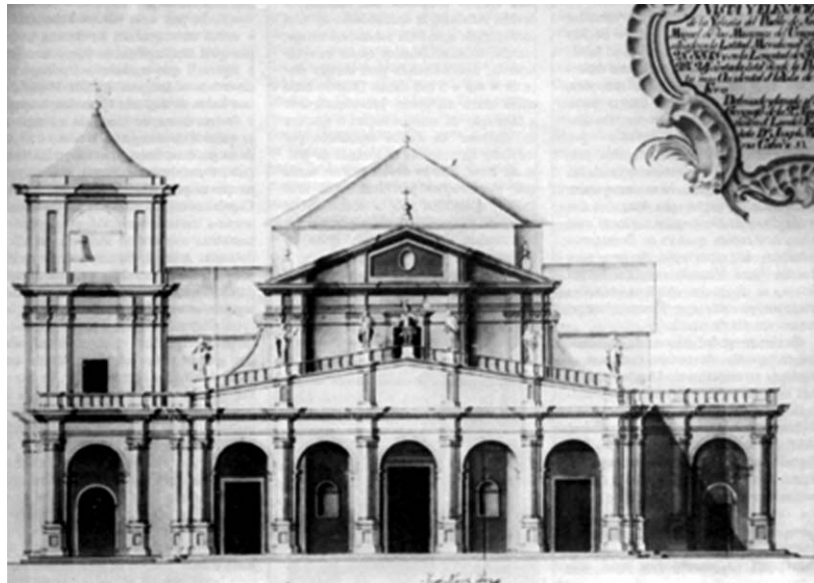


Figura 11.13: Exemplo de uso de fontes documentais para a intervenção de conservação ou restauração de monumentos. Aqui, temos aqueles utilizados para o trabalho de conservação e estabilização da Igreja de São Miguel das Missões (RS). Esta gravura da igreja em 1780, de autoria de Cabrer, é única iconografia específica do monumento localizada até 1984.

Todo o trabalho de conservação deste monumento, iniciado na década de 1930, é descrito no artigo "São Miguel das Missões: estudo de conservação e estabilização das ruínas da igreja", por Fernando Machado Leal. In: *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, nº.19, 1984. p. 70-94. Disponível em: http://docvirt.com/docreader.net/docreader.aspx?bib=\\Acervo01\\drive_n\\Trbs\\RevIPHAN\\RevIPHAN.docpro&pasta=REVISTA%20DO%20IPHAN%20N%BA%2019%20ANO%201984&pesq=

Fonte: [http://docvirt.com/docreader.net/cache/061203705212/10007429-01\(00383x00512\).jpg](http://docvirt.com/docreader.net/cache/061203705212/10007429-01(00383x00512).jpg)



Figura 11.14: Outro documento: uma ilustração da igreja, feita pelo viajante francês, Demersay, em 1846.

Fonte: [http://docvirt.com/docreader.net/cache/4869906102259/10007434-01\(00383x00512\).jpg](http://docvirt.com/docreader.net/cache/4869906102259/10007434-01(00383x00512).jpg)



Figura 11.15: O estado de ruínas da igreja, no final da década de 1930, antes, durante e depois das obras de Lucas Mayerhofer, em 1938-1940. A torre, antes dos trabalhos de correção do desaprumo (no alto) e depois (foto menor à direita)

Fonte: [http://docvirt.com/docreader.net/cache/4869906102259/10007437-01\(00383x00512\).jpg](http://docvirt.com/docreader.net/cache/4869906102259/10007437-01(00383x00512).jpg)

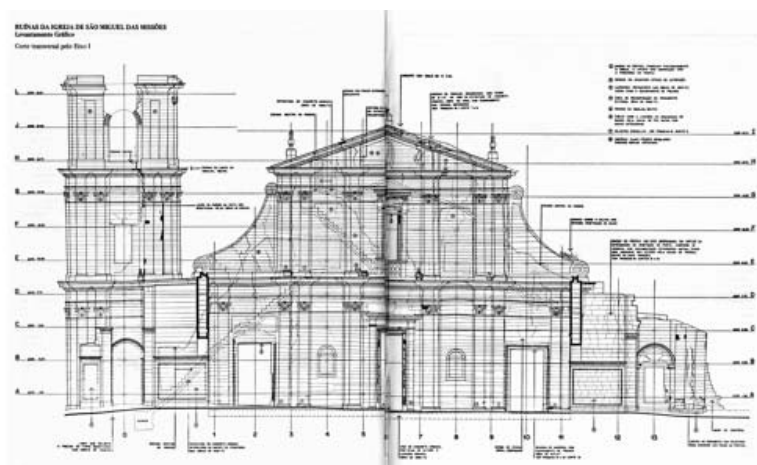


Figura 11.16: Reconstituição da planta original da Igreja de São Miguel das Missões (RS).

Fonte: [http://docvirt.com/docreader.net/cache/4869906102259/10007443-01\(00778x00512\).jpg](http://docvirt.com/docreader.net/cache/4869906102259/10007443-01(00778x00512).jpg)

Vale lembrar, de todo modo, que a prática do inventário – independente do tipo de bem que está sendo levantado – está subordinada a conceitos e visões de mundo que definirão aquilo que se quer ver e conhecer. Toda forma de produção de conhecimento – como é o caso dos inventários – é perpassada pela questão da subjetividade. Todo processo de produção de conhecimento requer recortes temáticos, de fontes, teóricos e do foco a ser dado. Sem dúvida, a visão de mundo do pesquisador definirá seu olhar sobre o patrimônio cultural. Não obstante, ainda que o inventário não seja capaz de registrar a totalidade do patrimônio cultural e suas características, a sua execução é fundamental para que seja produzida uma massa documental, registros fotográficos, relatos etc., que subsidiem as estratégias de gestão desse patrimônio, também sujeitas àquela subjetividade.

Vamos conhecer, então, de modo sintético, a seguir, uma dessas metodologias: o INBI-SU, (Inventário Nacional de Bens Imóveis – Sítios Urbanos tombados), desenvolvido pelo Iphan. A metodologia do INBI-SU tem sido amplamente aplicada em inúmeras cidades históricas brasileiras. O INBI-SU inclui, criteriosamente,

a pesquisa histórica em sua metodologia de trabalho, adota o conceito de cidade-documento e define, com isso, uma atribuição própria para o pesquisador historiador. Essa metodologia encontra-se publicada pelo Senado Federal, bem como os resultados dos inventários das cidades de Tiradentes, São Luís e Parati.



Frank Krämer

Figura 11.17: Fachada azulejada de um prédio de São Luís (MA), cidade inventariada.

Fonte: <http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/2/24/Saoluizbrasil.jpg>



Claudineez Lacerda

Figura 11.18: Rua do Centro Histórico, em São Luís (MA).

Fonte: http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/b/b4/Centro_Hist%C3%B3rico_-_S%C3%A3o_Lu%C3%ADs_-_Maranh%C3%A3o_-_Brasil.JPG



Bernardo Gouvêa

Figura 11.19: Chafariz São José, construído no século XVIII – Tiradentes (MG), cidade inventariada.

Fonte: [http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/0/07/Chafariz_São JoseTiradentes MG.jpg](http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/0/07/Chafariz_S%C3%A3o_Jos%C3%A9_Tiradentes_MG.jpg)



Bernardo Gouvêa

Figura 11.20: Câmara Municipal de Tiradentes (MG).

Fonte: <http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/b/b7/CamaraMunicipalTiradentesMG.jpg>



Atende aos Objetivos 1 e 2

1. Considerando os aspectos trabalhados até aqui, descreva, em 15 linhas:
 - a) A relação entre a realização de censos e o surgimento dos estados nacionais.
 - b) As semelhanças metodológicas entre um censo e um inventário.
 - c) A importância dos inventários nas pesquisas de patrimônio cultural.

Resposta Comentada

-

O Inventário Nacional de Bens Imóveis – Sítios Urbanos tombados (INBI-SU) e o conceito de cidade-documento

O INBI-SU é uma metodologia de inventário de proteção, aplicável em cidades tombadas em função do nível de detalhamento proposto, desenvolvida no Iphan, a partir dos anos 1980, que toma por base o conceito de cidade-documento.

Como vimos em aulas anteriores, o conceito de cidade-documento concebe a área urbana de valor patrimonial como um *documento* dos processos econômicos e sociais de produção, uso e transformação do espaço. Nesse sentido, os aspectos estético-estilísticos e fachadistas deixaram de ser tão importantes, para dar lugar à avaliação da capacidade de determinado sítio urbano concentrar informações históricas relevantes sobre os processos sociais e culturais na construção daquele espaço. As áreas urbanas passam a ser entendidas como documentos do processo histórico de ocupação do território brasileiro, no que se refere à formação de uma rede de cidades, constituída desde o início da colonização.

Esse conceito de cidade-documento direcionou metodologicamente o detalhamento dos levantamentos de campo, o objeto e o recorte temporal da pesquisa, os formulários de registro das informações, os mapeamentos e as análises (cf. Iphan. Inventário..., 2007).

Três tipos de levantamento compõem a metodologia do INBI-SU:

1. as pesquisas nas fontes arquivísticas e bibliográficas, abordando a formação e o desenvolvimento dos sítios (pesquisa histórica);
2. os levantamentos em campo, registrando as características físico-arquitetônicas e urbanísticas (levantamento individual interno e externo dos imóveis);
3. as entrevistas com moradores (feita por unidade residencial) para o entendimento de sua relação com o patrimônio das cidades.

Fruto de um trabalho interdisciplinar, a metodologia do INBI-SU tem como objetivo promover a análise conjunta dos dados levantados. Essas informações são, então, sistematizadas em mapeamentos, visando a uma leitura conjunta das várias dimensões do objeto urbano.

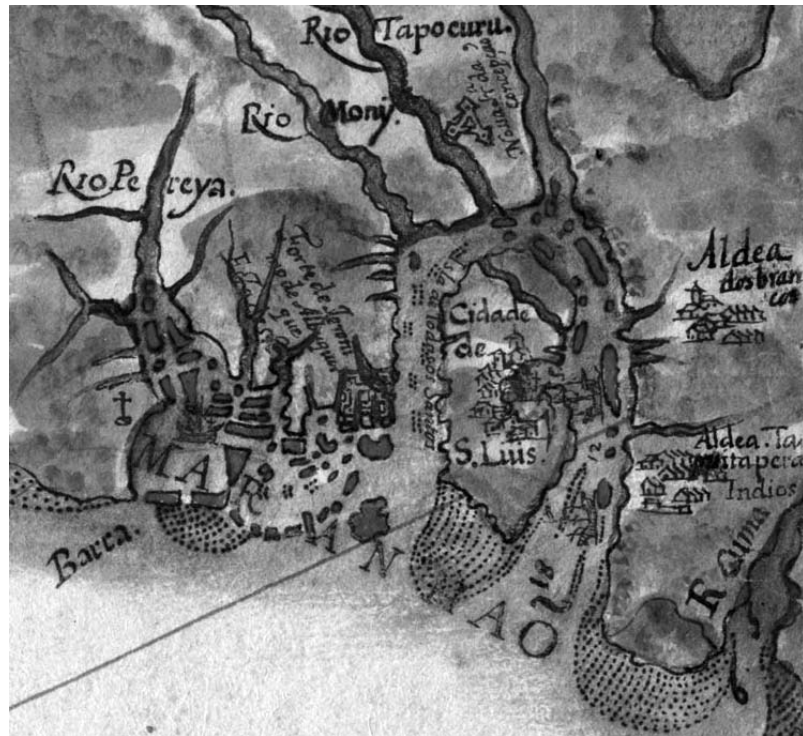
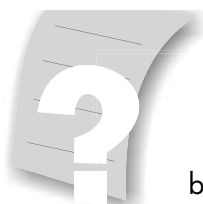


Figura 11.21: A pesquisa arquivística pode incluir o estudo de mapas antigos, como este: imagem parcial do “Pequeno atlas do Maranhão e Grão-Pará” mostrando apenas a cidade de São Luís e arredores, feito em 1629 por João Teixeira Albernaz. Arquivo digital da Biblioteca Nacional.

Fonte: http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/1/1c/S%C3%A3o_Lu%C3%ADs_do_Maranh%C3%A3o_em_mapa_de_1629_por_Albernaz_I.PNG

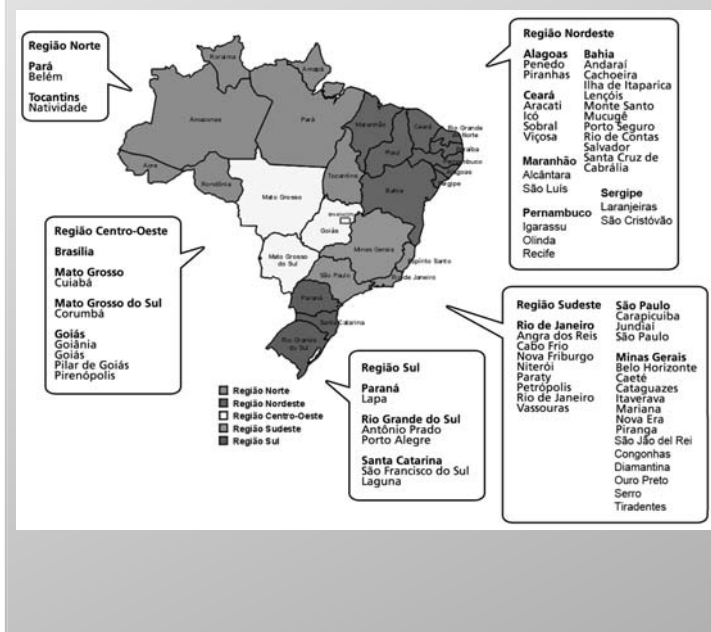


Mas, o que são sítios urbanos?

Segundo o site do Iphan, sítios urbanos são bens patrimoniais autônomos que demandam instrumentos próprios de análise e critérios de intervenção adequados a essa especificidade. Estes bens não são obras de arte prontas e concluídas num determinado período. Não é possível transpor-lhes pura e simplesmente os procedimentos de restauração de edifícios, pois possuem natureza dinâmica e mutante típica das áreas urbanas.

O Inventário Nacional de Bens Imóveis – INBI – em primeira etapa, apresenta os conjuntos de bens imóveis, tombados pelo Iphan em sítios urbanos (<http://portal.iphan.gov.br/portal/montarPaginaSecao.do?id=12790&retorno=paginalphan>).

Esta é a distribuição dos conjuntos de bens imóveis, tombados pelo Iphan, em sítios urbanos, por estados e regiões.



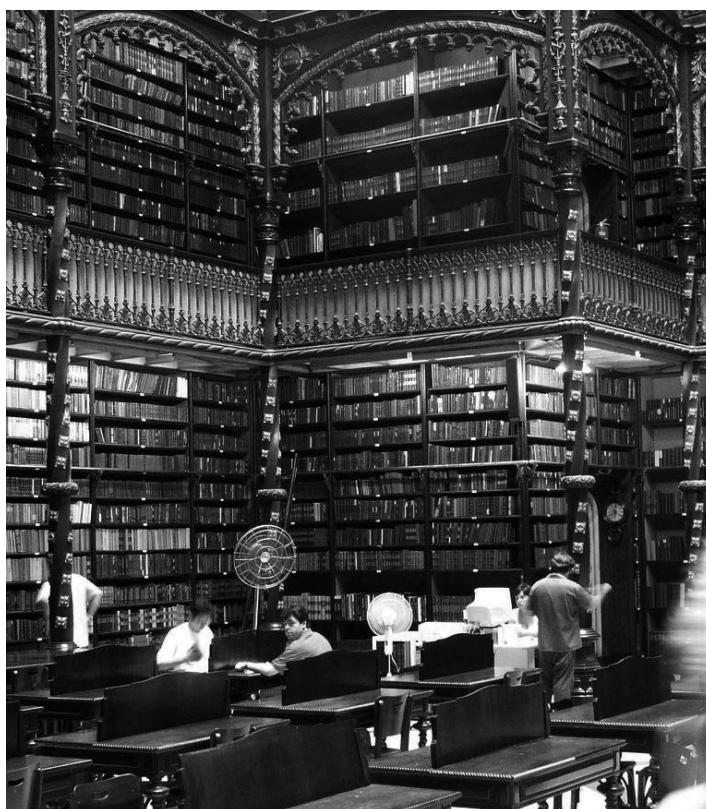
Em função dos levantamentos de campo e de fontes – desenhos, fotografias, fichamentos, mapeamentos e bancos de dados – a metodologia do INBI-SU produz um acervo documental significativo, que deve ser guardado nos arquivos institucionais, para uso de modo mais amplo como material de estudo. Podem ser elaborados, também, guias bibliográficos, com o resumo de todas as fontes consultadas, para ser usado por outros pesquisadores (cf. CHUVA; PINHEIRO, 1996).



Figura 11.22: Mapa "L'Amérique divisée par grands états". Paris, 1783. Disponível online na série "O mundo luso-brasileiro" das exposições virtuais do Arquivo Nacional, acessível pelo link: <http://www.exposicoesvirtuais.arquivonacional.gov.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?sid=83>. Fonte: http://www.exposicoesvirtuais.arquivonacional.gov.br/media/89/leg_14.jpg



Figura 11.23: Capa da obra *Historia naturalis brasiliae: auspicio et beneficio*, de Willem Piso, de 1648. Disponível online na série “O mundo luso-brasileiro” das exposições virtuais do Arquivo Nacional. Fonte: http://www.exposicoesvirtuais.arquivonacional.gov.br/media/89/leg_15.jpg



uwephilly, editado por Fulviusbsas

Figura 11.24: Interior do Real Gabinete Português de Leitura, no Rio de Janeiro, fonte de pesquisa de documentos antigos.

Fonte: <http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/5/54/RealGabinetePortuguesLeitura1.jpg>

O manual do INBI-SU (cf. Iphan. Inventário..., 2007) apresenta inúmeras possibilidades de organização das equipes de execução dos trabalhos. Dentre elas, vale a pena destacar que, em algumas cidades, os levantamentos de campo realizados contaram com estudantes (nas férias ou como trabalho curricular durante o período de aulas), coordenados por professores universitários e acompanhados por técnicos do Iphan. Exemplo disso foram os trabalhos, realizados em Porto Seguro, na Bahia, e Ouro Preto, Mariana e Diamantina, em Minas Gerais, realizados pela UFMG; Petrópolis e a Praça 15 de Novembro, no Rio de Janeiro, realizados pela Universidade Federal do Rio de Janeiro e Paraty, realizado pela Universidade Gama Filho. Em muitos casos, foi possível contar também com moradores, que integravam as equipes de medição ou apoiavam as entrevistas,

tornando-se peças fundamentais no contato com os moradores e conhecimento da realidade local. Essa alternativa demonstrou-se bastante eficaz, por envolver a população na promoção do patrimônio cultural, agregando um aspecto educativo ao trabalho.



Tiago Araújo

Figura 11.25: Igreja em Porto Seguro (BA).

Fonte: http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/c/c0/Igrejinha_de_Porto_Seguro.jpg



Fernando S. Aldado

Figura 11.26: Igreja de Nossa Senhora da Penha, Porto Seguro (BA).

Fonte: http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/8/8b/Matriz_Nossa_Senhora_da_Pena_Porto_Seguro.jpg



Lampiao3

Figura 11.27: Paraty (RJ) – vista da baía.

Fonte: <http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/b/b9/Paraty.JPG>



Florian Höfer

Figura 11.28: Ruas coloniais de Paraty (RJ).

Fonte: http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/1/14/Brazil_paraty_wide_street.jpg

Nessa metodologia, a pesquisa histórica tem um papel a ser destacado, pois é responsável pelo mergulho sistemático em fontes documentais de tipos diferentes (cartografia histórica; iconografia; posturas municipais; relatórios de presidentes de província, censos populacionais etc.), bem como pela busca, no sítio existente na atualidade, de vestígios registrados nessas fontes. O conhecimento produzido a partir dos dados do inventário deve subsidiar a tomada de decisões a respeito dos critérios urbanísticos de preservação e das intervenções urbanas, assim como deixar tais critérios explícitos para a sociedade e população usuária dos sítios históricos, facilitando o estabelecimento de parcerias com os municípios e outros órgãos responsáveis pelas cidades.



Atende ao Objetivo 3

2. No site do Iphan, encontramos a ficha técnica de diversos sítios urbanos tombados, que nos apresenta um interessante detalhamento dos dados coletados em campo para efeito de inventário.

Tomamos, como exemplo, a ficha técnica do Conjunto Arquitetônico e Urbanístico de Tiradentes (MG), correspondente a uma área de 72 ha, cujo tombamento (um dos primeiros do país) deu-se em 20/04/1938. Podemos acessar estes dados pelo link <http://portal.iphan.gov.br/portal/montarDetalheConteudo.do?id=13194&sigla=Institucional&retorno=detalheInstitucional>.

Encontramos em anexo a esta ficha técnica, o relatório de sítios urbanos tombados de Tiradentes, que descreve uma série de imóveis que compõem o conjunto.

Vamos à reprodução de três trechos deste relatório:



Fonte: <http://portal.iphan.gov.br/portal/montarDetalheConteudo.do?id=13194&sigla=Institucional&retorno=detalheInstitucional>

Nº 10

Tiradentes

Rua Direita

Gabarito, descrição: 1 pavimento acima do nível da rua, 3 águas do telhado, 17 m de testado do lote, 22 m de profundidade do lote. Tem térreo.

Área do lote: 374 m²

Área construída: 73 m²

Uso atual: 1 vago

Usos anteriores: anteriormente foi a loja de Zé Nildo (Balaio Artesanato).



Fonte: <http://portal.iphan.gov.br/portal/montarDetalheConteudo.do?id=13194&sigla=Institucional&retorno=detalheInstitucional>

Nº 36

Tiradentes

Rua Direita

Outras referências: está junto ao nº 36, fundos.

Gabarito, descrição: 1 pavimento acima do nível da rua, 2 águas do telhado, 7,5 m de testado do lote, 25 m de profundidade do lote. Tem térreo.

Área do lote: 191,5 m²

Área construída: 136 m²

Uso atual: 1 comércio

Usos anteriores: era residência até por volta de 1986, quando o imóvel passou a ter uso comercial.

Materiais de construção: alvenaria de tijolo.



Fonte: <http://portal.iphan.gov.br/portal/montarDetalheConteudo.do?id=13194&sigla=Institucional&retorno=detalheInstitucional>.

Nº 5A

Tiradentes

Rua Direita

Gabarito, descrição: 1 pavimento acima do nível da rua, 2 águas do telhado, 12 m de testado do lote, 20,5 m de profundidade do lote. Tem térreo.

Área do lote: 246 m²

Área construída: 36 m²

Uso atual: 1 serviço

Usos anteriores: a edificação já passou por vários usos: pizzaria, casa de carvão e também já foi uma oficina de bicicleta e anteriormente residência do músico e compositor francês Fernando Joutex, que também trabalhava com garimpo e fundição de metais. Era residência até por volta de 1986, quando o imóvel passou a ter uso comercial.

Materiais de construção: adobe

Como vimos na aula, um inventário pode ter as mais diversas metodologias. Tendo como parâmetro a metodologia do INBI-SU, que apresentamos na aula, que tipos de pesquisa (de campo, documental, arquivística, entrevista etc.) foram necessários para se chegar às informações apontadas nas fichas? Justifique a sua resposta.

Resposta Comentada

A partir das categorias que foram apontadas nas fichas, podemos deduzir que os pesquisadores dedicaram-se a uma pesquisa de campo, com levantamento métrico das edificações, observação e entrevista com os habitantes, e ainda pesquisa documental, que pode ter tido acesso a diferentes fontes. Para preencher as informações sobre “gabarito/descrição”, “área do lote”, “área construída”, “uso atual” e “materiais de construção”, os pesquisadores poderiam se limitar ao trabalho de campo, a partir de observações (no caso do “gabarito/descrição”, “uso atual” e “materiais de construção”), e de medições, para chegar às metragens do imóvel (que faz parte do item “gabarito/descrição”) e da “área do lote” e da “área construída”. O registro fotográfico, certamente, é feito em uma pesquisa *in loco*. No entanto, os pesquisadores poderiam também lançar mão de documentos sobre os imóveis pesquisados (pesquisa documental, a partir das plantas e das escrituras, por exemplo) para chegar aos mesmos dados, confirmá-los e/ou completá-los.

Com relação à categoria “usos anteriores” (e mesmo “uso atual”), a entrevista com os moradores *in loco* parece ser a fonte principal de informação. Como vimos, na metodologia do INBI-SU, as entrevistas com moradores (feita por unidade residencial) são fundamentais para o entendimento de sua relação com o patrimônio das cidades.

Ações de inventário do Inepac e o Inventário das Fazendas do Vale do Paraíba Fluminense

No final da década de 1970, o Inepac – Instituto Estadual do Patrimônio Cultural (RJ) – realizou seu primeiro trabalho sistemático de inventário dos bens culturais fluminenses, graças aos recursos federais disponibilizados pelo Programa das Cidades Históricas, vinculado a então Secretaria de Planejamento da Presidência da República.

Naquele momento, embora o Programa das Cidades Históricas (PCH), visto em aulas anteriores, tivesse como finalidade associar a preservação de cidades ao desenvolvimento social e econômico dessas regiões, a compreensão acerca dos valores de patrimônio ainda estava fortemente vinculada à observação das características estético-estilísticas dos bens. Esta perspectiva delineou os procedimentos de levantamento, registro, catalogação e classificação dos bens inventariados. Nos planos desenvolvidos nesse momento, ficou evidente, também, a dissociação entre o histórico das regiões, item presente em todos eles, e as análises e propostas de proteção das cidades (MOTTA, 2000).

No final de 2003, o órgão estadual de patrimônio (Inepac) retomou essa prática, com base em novas concepções acerca do patrimônio cultural, buscando, agora, uma leitura mais ampla e abrangente dos seus significados e valores simbólicos, relacionados aos bens culturais. Isso ocorreu com o Projeto de Inventário de Bens Culturais Imóveis nos Caminhos Singulares do Estado do Rio de Janeiro, realizado pelo Inepac em parceria com o Sebrae-RJ e a Unesco. Este projeto tinha como um de seus objetivos resgatar parte da história social, econômica e cultural do Rio de Janeiro.

O inventário dedicou-se à identificação dos vestígios materiais sobreviventes ao processo de ocupação do território fluminense e ao registro dos elementos arquitetônicos e paisagísticos que constituem o “Patrimônio Cultural”, edificado pelo homem ao longo dos séculos.

Foi feita uma varredura no território do estado do Rio de Janeiro, dividido em 4 regiões, relativas ao Caminho do Ouro; Caminho do Sal; Caminho do Açúcar e Caminho do Café. Neles foram registrados, de modo padronizado, bens culturais de natureza material.



Figura 11.29: Fazenda Correnteza, de café e criação (Campos dos Goytacazes, RJ). Foto de 1958. Arquivo fotográfico ilustrativo dos trabalhos geográficos de campo.

Fonte: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/fotografias/GEBIS%20-%20RJ/RJ17960.jpg>

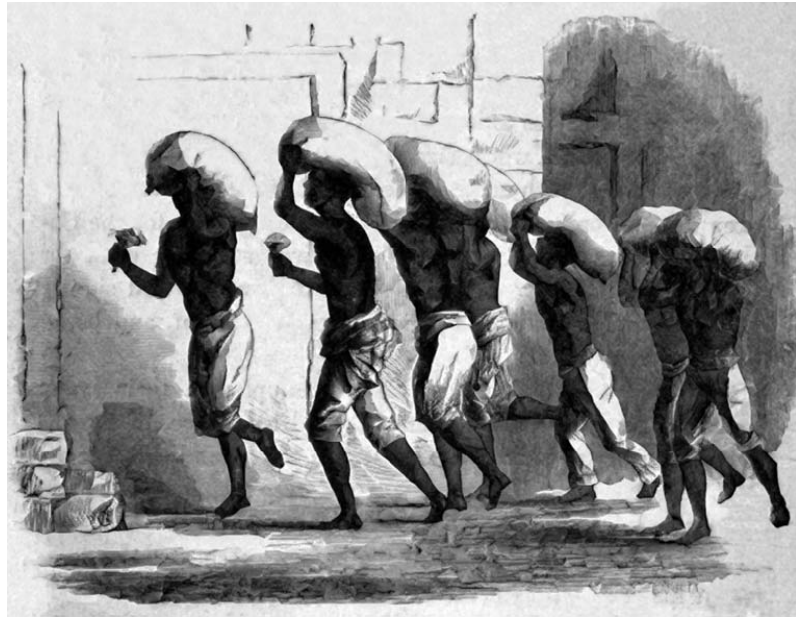


Figura 11.30: Escravos, carregadores de café e açúcar. Ilustração do diário de viagem de Thomas Ewbank, que descreveu de modo crítico a escravidão no Brasil, considerando que sua tendência era “tornar o trabalho uma atividade desonrosa”.
Fonte: http://www.exposicoesvirtuais.arquivonacional.gov.br/media/102/016_40x31.jpg

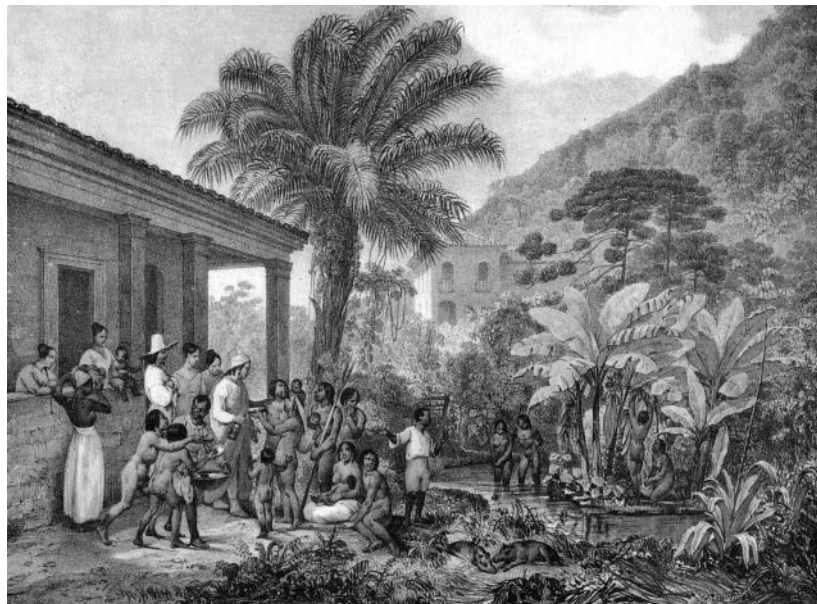
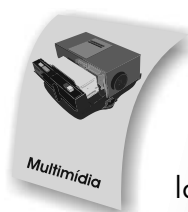


Figura 11.31: Índios em uma fazenda. Ilustração de Johann Moritz Rugendas (1824).
Fonte: http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/2/23/%C3%8Dndios_em_uma_fazenda.jpg



Os resultados do Projeto de Inventário de Bens Culturais Imóveis nos Caminhos Singulares do Estado do Rio de Janeiro podem ser consultados no *site*: <http://www.sebraerj.com.br/main.asp?View={5F2B097B-AC8D-437C-90B2-6AA5B8AD39A2}>

Do ponto de vista do Sebrae-RJ, a meta era o aproveitamento dos bens culturais como recurso para implementação do turismo cultural. Do ponto de vista do Inepac, por sua vez, esta parceria proporcionou a oportunidade de produzir, valorizar e disponibilizar conhecimento sobre o território fluminense, sua história e paisagens culturais através da realização de inventários de identificação do seu patrimônio. A experiência nacional e internacional da Unesco na área de identificação, valorização e documentação do patrimônio cultural consolidou o caráter exemplar deste projeto.



Figura 11.32: Casa da Fazenda Quissamã, pintado por Charles Ribeyrolles, em 1863. A casa grande deste engenho de açúcar foi habitada pelo primeiro barão e visconde de Araruama e seu filho, o barão e visconde de Quissamã.

Fonte: http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/4/43/Casa_da_Fazenda_Quissam%C3%A3_-_Ribeyrolles_%281863%29.jpg



Figura 11.33: Atual Museu da Casa de Quissamã (RJ).

Fonte: http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/2/26/Casa_da_Fazenda_Quissam%C3%A3_frente_01.jpg

O trabalho deu-se em duas frentes: a pesquisa histórica e o levantamento de campo. A integração das atividades das diferentes equipes pela coordenação técnica do projeto deu-se ao longo do processo de produção das informações, sob responsabilidade do Inepac.

A metodologia de trabalho pode ser descrita sucintamente. De início, foi feito o levantamento preliminar e a sistematização das informações, disponíveis nos arquivos e bibliotecas das instituições de patrimônio cultural, nos setores de planejamento e turismo do estado, nas instituições de ensino de arquitetura e outras afins. Foram então feitos os primeiros contatos com as prefeituras, instituições culturais e representações locais, para apoiarem as investigações em campo. Com isso, a pesquisa histórica iniciou-se pela pesquisa documental – arquivística e bibliográfica, que subsidiava e complementava os trabalhos de campo. Com base na experiência do INBI-SU, desenvolvida no Iphan, a pesquisa histórica neste projeto buscou compreender o processo de ocupação do território, identificando caminhos e acessos antigos, estradas novas e ligações regionais construídas ao longo do tempo, além dos aspectos socioeconômicos

e culturais que geraram, a partir desses eixos, ambientes urbanos ou rurais com características próprias e historicamente determinadas. Historiadores e arquitetos reuniam e mapeavam as informações – isto é, faziam registros destas informações nos próprios mapas – a fim de compreender a própria construção do território fluminense, relacionado aos quatro vetores selecionados, acima descritos como “Caminhos” do Açúcar, do Ouro, do Café e do Sal, e as paisagens culturais neles constituídas.

No decorrer do desenvolvimento desses estudos e em conjunto com as equipes responsáveis pelos levantamentos de campo, foram identificados e selecionados os roteiros a serem percorridos, as localidades e as paisagens culturais que seriam objetos do inventário arquitetônico e urbanístico a ser realizado. Foram definidos, assim, os roteiros preliminares e lugares a serem visitados para identificação dos bens imóveis e sítios, objetos do trabalho em campo. Para realização do inventário arquitetônico e urbanístico, a metodologia estabelecida tinha por base experiências do próprio Inepac, e discussões teóricas e conceituais desenvolvidas com os técnicos do Iphan, no INBI-SU.

As equipes de campo, constituídas basicamente de arquitetos, foram orientadas para produzir um cadastro arquitetônico e urbanístico do conjunto de bens imóveis, selecionados em cada um dos roteiros culturais, registrando, sempre que possível:

- a) a localização e acessos;
- b) o uso;
- c) a propriedade;
- d) a época de construção (nem sempre perceptível em campo);
- e) as características de implantação no sítio natural ou lote urbano;
- f) a paisagem circundante e a ambiência;
- g) dados sobre a tipologia arquitetônica e construtiva;
- h) materiais utilizados;

- i) estado de conservação e preservação;
- j) plantas/desenhos/croquis elucidativos;
- k) descrição do programa arquitetônico, dos espaços interiores, pertences, informações históricas e outras consideradas relevantes;
- l) levantamento fotográfico completo.



Atende ao Objetivo 4

3. Fazer um inventário do porte do Projeto “Caminhos Singulares”, requer muito trabalho, a articulação de vários profissionais qualificados, de diferentes áreas, tempo e recursos financeiros. Quais os motivos que justificam a mobilização de tanta mão de obra e investimento em um projeto desta natureza?

Resposta Comentada

Fazer um inventário é recuperar e prestigiar o patrimônio cultural, cuja importância fundamental está na afirmação de uma cultura, de uma história, de um território e de um povo. O projeto Inventário de Bens Culturais Imóveis nos Caminhos Singulares do Estado do Rio de Janeiro teve como objetivo resgatar parte da história social, econômica e cultural do Rio de Janeiro, identificando os vestígios materiais sobreviventes ao processo de ocupação do território fluminense e ao registro dos elementos arquitetônicos e paisagísticos – que um “Patrimônio Cultural” não só do estado, mas do Brasil – edificado pelo homem ao longo dos séculos. O projeto mostrou-se importante ao produzir, valorizar e disponibilizar novos conhecimentos sobre o território fluminense, sua história e paisagens culturais. Uma outra motivação do projeto era o estímulo ao turismo cultural, voltado para a região e sua riqueza histórica.

O caso do Inventário das Fazendas do Vale do Paraíba Fluminense

A experiência mais recente do Inepac, relacionada ao assunto desta aula, é o Inventário das Fazendas do Vale do Paraíba Fluminense, organizado em 4 etapas, que se encerram em 2010.



Figura 11.33: Região do vale do rio Paraíba do Sul, que corta o estado do Rio de Janeiro.

Quadro 11.1: Listagem por área – municípios onde se localizam as fazendas inventariadas

Área I Resende, Itatiaia, Quatis, Barra Mansa, Porto Real, Volta Redonda e Rio Claro
Área II Piraí, Pinheiral, Barra do Piraí, Mendes, Vassouras, Engenheiro Paulo de Frontin, Miguel Pereira e Paty do Alferes
Área III Valença e Rio das Flores
Área IV Paraíba do Sul, Comendador Levy Gasparian, Três Rios, Areal e Sapucaia
Área V Petrópolis, São José do Vale do Rio Preto e Sapucaia
Área VI Itaperuna
Área VII Miracema

Fonte: <http://www.institutocidadeviva.org.br/inventarios/>

Esse inventário consiste de um conjunto de formulários-padrão, sendo que cada unidade de fazenda tem seu formulário individualizado. Esses formulários são preenchidos a partir de um levantamento arquitetônico (medição interna, incluindo cada um dos pavimentos, quando for o caso, e externa dos imóveis e do terreno, registrada em plantas) e fotográfico das fazendas, considerando não somente as edificações principais, mas o complexo produtivo da fazenda, inclusive os vestígios materiais de tempos passados. Há também um campo no formulário para elaboração de textos, contendo uma descrição física das edificações, o registro de sua localização geográfica e um histórico da propriedade. Acompanham o inventário textos autorais de estudiosos, tratando de aspectos relacionados ao tema. E, também, um Caderno de Conservação Preventiva e Preservação Arquitetônica, baseado em observações feitas **in loco** sobre os problemas de manutenção recorrentes encontrados nas edificações históricas.

In loco

Significa “no local”, em latim.



Figura 11.35: Interior da casa grande da fazenda Boa União, em Três Rios (RJ). Foto presente na ficha, referente ao levantamento das fontes arquivísticas para o Inventário das Fazendas de Café do Vale do Paraíba Fluminense.

Fonte: http://www.institutocidadeviva.org.br/inventarios/fontesarqbibli/arquivisticas/fazenda_boa_uniao_tres_rios.pdf



Figura 11.36: Fazenda Paraíso, em Rio das Flores (RJ). Foto presente na ficha da Fazenda Paraíso, referente ao levantamento das fontes arquivísticas para o Inventário das Fazendas de Café do Vale do Paraíba Fluminense.

Fonte: http://www.institutocidadeviva.org.br/inventarios/fontesarqbibli/arquivisticas/fazenda_paraíso_rio_das_flores.pdf

Até outubro de 2009, foram inventariadas 182 fazendas. Um novo conjunto de fazendas está sendo inventariado, para o encerramento do projeto, ainda em 2010. Já foram produzidos três mapas digitais (reproduzidos também em papel) com a localização de todas as fazendas inventariadas, sobre bases cartográficas com linguagens diferenciadas: mapa histórico (século XIX), IBGE (século XX), e imagem satélite do Google Earth (século XXI).

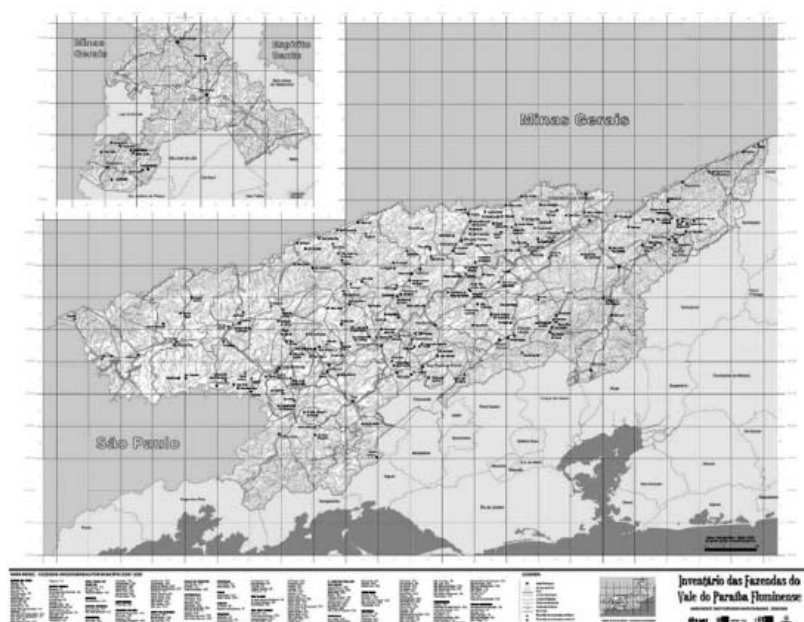


Figura 11.37: Um dos mapas elaborados pelo projeto Inventário das Fazendas de Café do Vale do Paraíba Fluminense, com a localização das fazendas inventariadas. Fonte: <http://www.institutocidadeviva.org.br/inventarios/sistema/wp-content/uploads/2009/11/mapaindice.pdf>



O Inventário das Fazendas do Vale do Paraíba fluminense, realizado pelo Inepac, inclusive os formulários individuais de cada fazenda, pode ser conhecido na íntegra no endereço eletrônico: <http://www.institutocidadeviva.org.br/inventarios/>

Há uma demanda crescente da região por conhecimento e propostas de gestão desse patrimônio, sendo o inventário um material essencial para subsidiar e orientar uma política de preservação desse patrimônio cultural. Segundo a apresentação ao inventário feita pelo Inepac,

... ao longo das últimas décadas, o processo crescente e desordenado de ocupação do solo urbano e de suas periferias imediatas, somado às ameaças constantes da especulação imobiliária, ao adensamento populacional e à falta de políticas públicas adequadas, colocou em risco a sobrevivência do patrimônio histórico, cultural e natural nos grandes centros urbanos, contribuindo para reforçar o sentimento de perda e de urgência em relação à sua preservação, em detrimento de uma maior atenção ao interior e às áreas rurais do nosso estado.


Fonte: <http://www.institutocidadeviva.org.br/inventarios/>

Com o referido inventário, o Inepac pretende preencher lacunas ainda existentes acerca do conhecimento sobre o patrimônio cultural da sociedade rural fluminense, os modos de vida que se desenharam tradicionalmente naquela região, considerando o papel que esta desempenhou, no decorrer do século XIX e início do XX, que deixaram traços na maneira de viver, de se relacionar, em hábitos e costumes da atualidade. Alguns vestígios perduram nas paisagens e em modos de viver, mas são invisíveis ou passam despercebidos por aqueles que não detêm o conhecimento a respeito dessa história. Por esse motivo, as pesquisas por meio de inventários, bem como a sua divulgação, podem permitir que identidades culturais sejam constituídas e fortaleçam laços diferenciados de identidades na região.


Acabamos de ver que a realização desse inventário – como qualquer outro tipo de trabalho dessa natureza – envolve a coleta sistemática de dados, o levantamento exaustivo de informações em campo, o registro e a identificação de valores e bens patrimoniais, considerando a importância histórica, arquitetônica, urbanística, paisagística, afetiva etc., que lhes é atribuída como “lugar de memória” ou “referência cultural” do Vale do Paraíba fluminense.


Contudo, como apontado no início desta aula, todo trabalho de inventário tem por base conceitos e visões de mundo que vão orientar as decisões do que privilegiar ao se fazer os levantamentos, registros fotográficos e até mesmo a pesquisa documental nos arquivos. Por isso mesmo, é preciso ter em mente que, ao se promover um trabalho de inventário de patrimônio cultural na atualidade, não é mais possível observar apenas os aspectos estético-estilísticos dos imóveis. No caso das unidades produtivas que constituem as fazendas do Vale, é necessário haver recursos técnicos para o registro de todo o sistema produtivo, além das características estilísticas das edificações principais. Mas, para isso, é preciso estabelecer procedimentos e, principalmente, explicitar as concepções que estão orientando o levantamento e as ações de preservação cultural.

Inventário das Fazendas do Vale do Paraíba Fluminense



Instituto Estadual do Patrimônio Cultural
 Secretaria de Estado de Cultura - RJ



Parceira:


LEVANTAMENTO DE FONTES ARQUIVÍSTICAS

01. Identificação do projeto
 Inventário das Fazendas de Café do Vale do Paraíba

02. Instituição/ seção
 Arquivo Central do IPHAN

03. Título
 Fazenda Rio Novo (Paraíba do Sul)

04. Procedência/ autoria atribuído ☐

05. Destinatário

06. Número de folhas

 quantidade: 0 completo ☐
incompleto ☐

07. Datas-limit

	dia	mês	ano	século	
mais antiga	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	presumidas <input type="checkbox"/>
	dia	mês	ano	século	
mais recente	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	

08. Suporte

 papel ☒ cd-rom ☐ tela ☐

 fitavideo ☐ diapositivo ☐ microfilme ☐

 outros ☐

09. Espécies documentais: manuscrito ☐ impresso ☐

texto <input type="checkbox"/>	desenho <input type="checkbox"/>	fotografia <input checked="" type="checkbox"/>
cartografia <input type="checkbox"/>	cartão postal <input type="checkbox"/>	gravura <input type="checkbox"/>
outros <input type="checkbox"/>		
escala		

10. Localização
 Cx. 0403 / P. 1 / E. 1-6 - F93081 até F93138.

11. Indexação

12. Resumo informativo
 Fotos da fachada [10], dos entornos [5], vista aérea [1], do interior da casa sede [42], da capela [1]

13. Fichamento

14. Observações


15. Fotos


Figura 11.38: Imagem da ficha (uma para cada fazenda) do Inventário das Fazendas de Café do Vale do Paraíba fluminense.

Fonte: http://www.institutocidadeviva.org.br/inventarios/fontesarqbibli/arquivisticas/fazenda_rio_novo_paraiba_do_sul.pdf. Trata-se da página 1.

Segundo a experiência do Inepac, relatada no referido inventário, algumas atividades aparentemente podem representar riscos à salvaguarda dos ambientes culturais e naturais que se quer preservar, ao potencializar os processos de concentração de renda e de exclusão de populações tradicionais na região, por meio de elitização de acesso, estímulos a um turismo de alta renda etc. Intervenções arquitetônicas de restauração, visando atender às necessidades imediatas, definidas por novos usos, sem

a preocupação com o complexo produtivo da fazenda como um todo, mas apenas focado na edificação-sede podem, muitas vezes, destruir vestígios importantes para sempre. Essas restaurações, desacompanhadas de pesquisas mais densas, acabam provocando distorções na leitura da história desses traços materiais. Na perspectiva do órgão de patrimônio cultural, permitir esta leitura histórica deve ser a finalidade da preservação cultural.

Como vemos, trata-se de um campo de tensões, com diferentes interesses em jogo, sobre os quais é necessário buscar consensos, priorizando ações de interesse coletivo e inclusivas.

Os inventários voltados para o conhecimento dos mais diferentes universos culturais e recortes temáticos transformam-se numa ferramenta fundamental para a instrumentalização dos programas e atividades de preservação, bem como podem ser capazes de apresentar os indicativos para uma política mais ampla, que atenda a demandas da região ou permitam a sua reformulação.

O esvaziamento da região do Vale do Paraíba Fluminense no decorrer do século XX tem sido enfrentado pelos donos de fazendas históricas, preocupados com a sustentabilidade de suas propriedades e com a retomada do desenvolvimento e da revitalização cultural do Vale. Com isso, eles têm buscado no turismo cultural uma alternativa ao uso econômico do ambiente rural. Vale destacar que, embora não seja uma alternativa descartável, o turismo não pode ser tratado como a panaceia para a preservação de áreas históricas decadentes economicamente. Mas esse assunto só será abordado detalhadamente na aula Turismo e patrimônio cultural.



Rabib

Figura 11.39: Interior da Fazenda do Secretário, localizada no município de Vassouras (RJ). Solar rural cafeeiro, em estilo neoclássico.

Fonte: http://lh5.ggpht.com/_C3ZptdhFFw/SLsZJlwVrvI/AAAAAAAAAzE/kl8q0WAf5XA/faz_secret_5.jpg



Rabib

Figura 11.40: Outra Fazenda do Vale do Paraíba Fluminense, aberta ao turismo.

Fonte: http://lh4.ggpht.com/_C3ZptdhFFw/SLsYTDXQDjI/AAAAAAAAAxk/5zaayJrkUws/Arvoredo%20BP.jpg

CONCLUSÃO

Os inventários podem, historicamente, ser comparados aos censos populacionais, por se tratarem de um levantamento quantitativo, exaustivo e sistemático sobre um objeto de investigação. Nesse caso, sobressai o fato de ser um olhar singular sobre uma realidade, por promover uma observação por meio de lentes específicas, que jogarão luz sobre determinados aspectos, no momento da escolha dos dados que serão levantados, deixando outros na invisibilidade, ainda que com a intenção de “levantar tudo”.

O conceito de cidade-documento e, de forma ampliada, de patrimônio-documento como base para a realização de inventários, voltados para a produção de conhecimento sobre o patrimônio, permitiu o desenvolvimento de um olhar em perspectiva histórica, além da perspectiva formal e estética que mais tradicionalmente foi adotada no Brasil, ao lidar com o patrimônio material. Várias das fontes usadas nos trabalhos de inventário não são recorrentes para o historiador – a arquitetura, técnicas construtivas, materiais, equipamentos urbanos – abrem novas possibilidades de compreensão e leitura de realidades passadas, e ganham dimensões importantes se associadas a fontes textuais.

Os casos apresentados, o Inventário das fazendas do Vale do Paraíba Fluminense, assim como o Inventário dos Sítios Urbanos Tombados-INBI-SU, apoiados nessas concepções, trouxeram novas informações para os estudos sobre a história do Vale e a história brasileira, que devem subsidiar políticas de gestão do patrimônio cultural, em boa medida dirigidas ao turismo.

	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40	41	42	43	44	45	46	47	48	49	50	51	52	53	54	55	56	57	58	59	60	61	62	63	64	65	66	67	68	69	70	71	72	73	74	75	76	77	78	79	80	81	82	83	84	85	86	87	88	89	90	91	92	93	94	95	96	97	98	99	100	101	102	103	104	105	106	107	108	109	110	111	112	113	114	115	116	117	118	119	120	121	122	123	124	125	126	127	128	129	130	131	132	133	134	135	136	137	138	139	140	141	142	143	144	145	146	147	148	149	150	151	152	153	154	155	156	157	158	159	160	161	162	163	164	165	166	167	168	169	170	171	172	173	174	175	176	177	178	179	180	181	182	183	184	185	186	187	188	189	190	191	192	193	194	195	196	197	198	199	200	201	202	203	204	205	206	207	208	209	210	211	212	213	214	215	216	217	218	219	220	221	222	223	224	225	226	227	228	229	230	231	232	233	234	235	236	237	238	239	240	241	242	243	244	245	246	247	248	249	250	251	252	253	254	255	256	257	258	259	260	261	262	263	264	265	266	267	268	269	270	271	272	273	274	275	276	277	278	279	280	281	282	283	284	285	286	287	288	289	290	291	292	293	294	295	296	297	298	299	300	301	302	303	304	305	306	307	308	309	310	311	312	313	314	315	316	317	318	319	320	321	322	323	324	325	326	327	328	329	330	331	332	333	334	335	336	337	338	339	340	341	342	343	344	345	346	347	348	349	350	351	352	353	354	355	356	357	358	359	360	361	362	363	364	365	366	367	368	369	370	371	372	373	374	375	376	377	378	379	380	381	382	383	384	385	386	387	388	389	390	391	392	393	394	395	396	397	398	399	400	401	402	403	404	405	406	407	408	409	410	411	412	413	414	415	416	417	418	419	420	421	422	423	424	425	426	427	428	429	430	431	432	433	434	435	436	437	438	439	440	441	442	443	444	445	446	447	448	449	450	451	452	453	454	455	456	457	458	459	460	461	462	463	464	465	466	467	468	469	470	471	472	473	474	475	476	477	478	479	480	481	482	483	484	485	486	487	488	489	490	491	492	493	494	495	496	497	498	499	500	501	502	503	504	505	506	507	508	509	510	511	512	513	514	515	516	517	518	519	520	521	522	523	52
--	---	---	---	---	---	---	---	---	---	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	----

This image shows a blank sheet of white paper with horizontal ruling lines. The lines are evenly spaced and extend across the width of the page. There are no margins, text, or other markings on the paper.

O campo de descrição arquitetônica é bastante detalhado e apoia-se na comparação entre fotos antigas e as fotos feitas no levantamento, principalmente do imóvel-sede, que foram levantadas nos arquivos do Iphan e do Inepac e em plantas elaboradas pela Aman, nas décadas de 1940 e 1950. Há também uma descrição detalhada dos elementos arquitetônicos e de técnicas construtivas, ilustradas em fotos.

No campo histórico, há informações sobre a história do imóvel, proprietários, usos com base em bibliografia de referência citada e em fontes documentais localizadas no Arquivo Público do Rio de Janeiro. Utiliza também relato de viajantes do século XIX na região, com comentários expressivos sobre as relações do proprietário com os escravos da fazenda.

Espera-se que você faça uma reflexão sobre a complexidade do trabalho de inventário e seja capaz de reconhecer a diversidade de fontes históricas documentais, utilizadas na pesquisa, visando ao conhecimento e identificação de vestígios materiais como indícios de práticas culturais de tempos passados.

RESUMO

A prática de inventário está disseminada na sociedade moderna, em vários âmbitos do mundo social, como prática de controle, de pesquisa, em museus, arquivos etc. Essa prática está tradicionalmente presente no campo do patrimônio cultural desde suas origens, no século XIX, tendo se aperfeiçoado nos métodos de levantamento e registro, que tem por base visões de mundo e concepções de patrimônio, específicas, que variam bastante.

A análise das práticas de inventário é central para promoção de uma reflexão sobre o seu papel, visando à produção de conhecimento acerca do patrimônio cultural, sua valorização e orientar a sua gestão, especialmente no Brasil, considerando a centralidade das instituições de preservação do patrimônio cultural na definição das metodologias.

Duas metodologias de inventário devem ser destacadas. Uma desenvolvida pelo Iphan, para sítios urbanos tombados, que toma a concepção de cidade-documento por base. Partindo dessa perspectiva, essa metodologia confere lugar significativo à pesquisa histórica, que relaciona o conhecimento produzido por meio de pesquisa documental e bibliográfica com as informações observadas em campo. A outra metodologia foi a utilizada nos inventários do Inepac, desenvolvidos após a retomada dessa prática com o Projeto de Inventário de Bens Culturais Imóveis nos Caminhos Singulares do Estado do Rio de Janeiro, cujo objetivo foi promover um olhar amplo sobre o patrimônio cultural material da região, para subsidiar ações de preservação e de turismo. Para conhecer essa experiência, trabalhamos com o Inventário das Fazendas do Vale do Paraíba Fluminense. Essa metodologia, embora voltada para as fazendas, adota também o conceito de patrimônio como documento histórico, que leva a uma compreensão desse patrimônio do complexo sistema de produção da fazenda do café do século XIX na região, identificando informações nos vestígios materiais ainda presentes no território, e não somente os aspectos estéticos e formais das sedes das fazendas. Por fim, foi introduzida uma discussão acerca dos problemas que cercam a implementação de ações que favoreçam o uso turístico desses imóveis, que nem sempre se coadunam com os interesses da preservação.

Informação sobre a próxima aula

Na próxima aula, conversaremos sobre a influência e relação do turismo nas questões de patrimônio cultural. Inclusive, continuaremos com a discussão de como as ações do turismo não necessariamente estão de acordo com parâmetros de preservação.

Leitura recomendada

www.iphan.gov.br

www.inepac.rj.gov.br

<http://www.institutocidadeviva.org.br/inventarios/>

<http://www.sebraerj.com.br/main.asp?View={5F2B097B-AC8D-437C-90B2-6AA5B8AD39A2}>

<http://www.arquivonacional.gov.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm>

Aula 12

Turismo e patrimônio cultural

Claudia Baeta Leal

Meta da aula

Apresentar através de uma perspectiva histórica a relação entre os campos do patrimônio cultural e do turismo.

Objetivos

Esperamos que, ao final desta aula, você seja capaz de:

1. identificar a relação entre o turismo e a preservação do patrimônio cultural em uma perspectiva histórica;
2. comparar a relação entre esses dois campos no contexto brasileiro, principalmente a partir das mudanças ocorridas nas décadas de 1960 e 1970.

Pré-requisito

Para que você compreenda melhor esta aula, é importante que relembre as Aulas 1 a 4 desta disciplina, nas quais foram discutidos processos e noções como a constituição dos Estados Nacionais, a formação do campo do patrimônio cultural e as propostas de conhecimento e compartilhamento do patrimônio cultural dos povos.

INTRODUÇÃO

A relação entre turismo e patrimônio, ainda que se mostre cada vez mais forte e evidente, não é necessariamente uma novidade do século XXI. Antes, é uma relação que vem se construindo de forma crescente desde meados do século passado, seja partindo de discussões sobre estratégias de desenvolvimento, seja estimulando o conhecimento da cultura de todos os povos como forma de evitarem-se novos conflitos.

O objetivo desta aula é refletir sobre a relação entre turismo e patrimônio cultural, tomados tanto como campos do conhecimento quanto como atividades importantes para o desenvolvimento sustentável e as trocas culturais entre os povos. Nesse sentido, vamos procurar abordar o desenvolvimento da atividade turística a partir de uma perspectiva histórica; sua relação com a preservação do patrimônio cultural e também natural; o tratamento dado ao turismo no Brasil em sua associação com o patrimônio; e a crescente importância da questão ambiental no campo do turismo, notadamente do turismo ecológico ou ecoturismo.

Esperamos, com esta aula, problematizar a questão da preservação do patrimônio cultural sob a luz de outras atividades e campos do conhecimento.

Turismo e patrimônio cultural

O campo do turismo

Ainda que o tema dessa aula não seja exclusivamente o turismo, é importante uma pequena discussão sobre o tema, a fim de entender as definições elaboradas sobre essa atividade e de situá-la nos estudos a seu respeito, principalmente a partir da década de 1960, quando especialistas localizam o início de estudos sistemáticos sobre o turismo.

O organismo que, na atualidade, tem o turismo como sua principal preocupação – a Organização Mundial do Turismo das Nações Unidas – OMT (*World Tourism Organization* – WTO) – destina-se à

promoção e desenvolvimento do turismo com vistas a contribuir para o desenvolvimento econômico, para a compreensão, paz e prosperidade internacionais, para o respeito universal e cuidado pelos direitos humanos e liberdades fundamentais para todos, sem distinção de raça, sexo, língua ou religião (WTO, 2009).

O histórico dessa organização – e consequentemente as preocupações em relação ao turismo – remonta, no entanto, à década de 1930, quando foi fundada a União Internacional das Organizações Oficiais de Propaganda Turística (1934). Este organismo teria dado origem à União Internacional de Organizações Oficiais de Viagem (IUOTO, em inglês), criada em 1947, em Haia, ou seja, contemporaneamente à fundação da Organização das Nações Unidas (ONU) e da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (Unesco) – ambas de 1946.

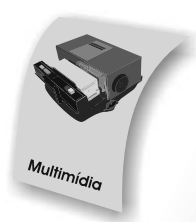
A relação entre estas organizações e a IUOTO ficou mais clara nos anos seguintes, quando esta última conquistou, em 1948, o *status* de agência consultiva das Nações Unidas; também foi responsável pela iniciativa de realização da Conferência das Nações Unidas sobre Turismo e Viagens Internacionais, organizada pela ONU em Roma, em 1963, e pela declaração do ano de 1967 como o Ano Internacional do Turismo, em conjunto com a ONU, com o seguinte *slogan*: “Turismo – Passaporte para a Paz” (WTO, s/d). Pouco depois, em 1970, a IUOTO, em reunião na Cidade do México, mudou de nome para Organização Mundial do Turismo – OMT, adotando, então, o nome pelo qual é conhecido, usado atualmente, e lançando seu estatuto oficial. Em 1976, votou-se um acordo que transformou a OMT em agência executiva do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), determinando a prestação de cooperação técnica aos governos dos países-membros. Já

transparecia, então, a relação que vem se consolidando e estreitando cada vez mais do turismo com o desenvolvimento das nações – a atividade chegou a ser usada como contraponto do setor industrial, sendo chamada de “uma indústria sem chaminés” (BARBOSA, 2002), dada a comparação, em termos de destruição ambiental e de dividendos que criava, entre indústrias e turismo.



Figura 12.1: Estados membros da Organização Mundial do Turismo (OMT). A transformação da OMT em 1976 em uma agência executiva do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) consolidou a relação entre turismo e desenvolvimento.

Fonte: <http://commons.wikimedia.org/wiki/File:UNWTO.png>



Fonte: <http://www.pnud.org.br/home/>

Conforme lemos no portal do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), este programa é constituído por uma “rede global de desenvolvimento da Organização das Nações Unidas, presente em 166 países. Seu mandato central é o combate à pobreza. Trabalhando ao lado de governos, iniciativa privada e sociedade civil, o PNUD conecta países a conhecimentos, experiências e recursos, ajudando pessoas a construir uma vida digna e trabalhando conjuntamente nas soluções traçadas pelos países-membros para fortalecer capacidades locais e proporcionar acesso a seus recursos humanos, técnicos e financeiros, à cooperação externa e à sua ampla rede de parceiros.” Os anos 1970, no Brasil, foram bastante marcados pela cooperação entre governo federal e PNUD, e ainda hoje sua atuação é sentida, principalmente, no que diz respeito ao combate à pobreza.

No portal do PNUD – <http://www.pnud.org.br/pnud/>— encontramos suas principais linhas de atuação na atualidade e seus programas em desenvolvimento.

A historiografia, por sua vez, tende a localizar a origem dessa atividade no século XIX e relacioná-la ao aumento do tempo ocioso e da importância do lazer (BANDUCCI Jr. ; BARRETTO, 2001, p. 24); destacando inclusive várias iniciativas governamentais, principalmente no intervalo entre as duas Guerras Mundiais, de incentivo ao lazer e mesmo ao turismo por meio de programas lançados por governos europeus, que contavam até mesmo com férias remuneradas (BADARÓ, 2002, p. 73-75). Além disso, vale destacar a existência de estudos sobre o tema desde os primeiros anos do século XX (BANDUCCI Jr.; BARRETTO, op.cit., p. 24).

Esses estudos contribuíram para as definições de turismo que encontramos sobre esse campo. O sentido que a Organização Mundial do Turismo dá à atividade atualmente é de “um fenômeno social, cultural e econômico, relacionado ao deslocamento de pessoas a lugares que não o de sua residência usual, tendo o prazer como a principal motivação” (ONU, 2008). Em estudos brasileiros sobre o tema, encontramos uma outra definição, bastante próxima e também baseada na noção fornecida pela OMT, que é do “deslocamento de pessoas de seu domicílio cotidiano, por no mínimo 24 horas com a finalidade de retorno” (OMT, apud FUNARI; PINSKY, 2003, p. 7). Podemos perceber aí uma ênfase na questão do deslocamento e também no retorno, assim como na questão do prazer, em oposição a negócios ou outros compromissos, como objetivo central; notamos também as implicações desse deslocamento, que resultam em questões sociais, culturais e econômicas, as quais parecem mais explicitadas na definição abaixo:

(...) fenômeno social que consiste no deslocamento voluntário e temporário de indivíduos ou grupos de pessoas que, fundamentalmente por motivos de recreação, descanso, cultura ou saúde, saem de seu local de residência habitual para outro, no qual não exercem nenhuma atividade lucrativa nem remunerada, gerando múltiplas inter-relações de importância social, cultural e econômica (PADILLA, 1992, apud BADARÓ, 2002, p. 21, grifos nossos).

Procuramos destacar nesse trecho a importância das “múltiplas inter-relações” a fim de entender a própria importância do turismo como atividade social, cultural e econômica e para sua valorização por organizações como as Nações Unidas e a Unesco, que prezam e incentivam o conhecimento mútuo entre os povos, com vistas à paz, ao entendimento e à igualdade entre todos. Essa perspectiva parece ter se consolidado na década de 1960, quando a atividade passou a ser vista como “agente do entendimento internacional e como a grande alternativa econômica capaz de promover a superação da condição de pobreza e de dependência de países subdesenvolvidos

diante de economias centrais” (BANDUCCI Jr.; BARRETTO, op.cit., p. 24). Tal perspectiva estimulou o incentivo à atividade dado por parte de organismos internacionais como o Banco Mundial e as Nações Unidas, e pelo enfoque de diversas disciplinas – como a geografia, a economia, a antropologia, a própria turismologia –, que passaram então a se dedicar ao assunto, centrando-se principalmente nos efeitos e consequências do turismo entendidos a partir da disciplina em que são desenvolvidos (idem, p. 11).

Turismo nos documentos internacionais

Nesta discussão que estamos propondo, queremos também destacar as relações possíveis entre os campos do turismo e do patrimônio cultural, privilegiando uma perspectiva histórica. O objetivo é, portanto, pensar no turismo a partir de suas implicações culturais (no sentido do encontro de culturas e agentes diversos), econômicas (referentes à rentabilidade e/ou prejuízos para a comunidade receptora e o mercado), sociais (no que concerne à interação entre visitantes e visitados e o respeito à alteridade) e ambientais (relativas aos possíveis danos ao ambiente natural e humano oferecidos pela atividade turística), destacando, porém, os diálogos construídos entre os campos do turismo e do patrimônio, nos quais têm sido ressaltados, ao longo do tempo, a perspectiva de sustentabilidade dos bens culturais; os conceitos de compartilhamento e promoção de culturas; e, mais recentemente, em sintonia com a ampliação da noção de patrimônio, no sentido de abranger também os bens naturais, a questão ambiental.

Nas aproximações possíveis entre os campos do turismo e do patrimônio, ainda que perspectivas mais críticas tendam a salientar os possíveis danos que a atividade turística, principalmente identificada com o turismo de massa, possa representar aos bens culturais, a abordagem hegemônica tem sido a de entendê-la como útil para a promoção, desenvolvimento e sustento do patrimônio cultural. Uma forma de acompanhar os sentidos dessa abordagem é a análise das

Cartas Patrimoniais, documentos já bastante citados nessa disciplina e que abriram grande espaço para o tema ao longo dos anos.

Um dos primeiros exemplos que vale citarmos aqui é a Recomendação da Conferência Geral da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, mais conhecida como Recomendação de Paris, elaborada durante a Conferência Geral da Unesco em 1962. Esta carta dedicou-se largamente a enumerar as ameaças a paisagens e sítios, muitas delas relacionadas a um crescimento urbano desordenado, à especulação imobiliária, à crônica falta de recursos destinada à cultura e à preservação do patrimônio cultural, aos poucos recursos humanos empregados nessa área, até a pouca especialização dos técnicos responsáveis por esse campo. Nessa avaliação, com vistas a encontrar uma solução para os problemas identificados, destacou-se a importância de acionar os organismos “envolvidos com a proteção das paisagens e sítios” e aqueles “encarregados da proteção da natureza”; a estes, foram alinhados os órgãos responsáveis pelo fomento ao turismo nos Estados Membros (CURY, 2004, p. 81-90), relacionando, portanto, essa atividade à proteção do patrimônio cultural e natural.



A Recomendação de Paris, elaborada durante a décima segunda Conferência Geral das Nações Unidas, em 1962, listou, no item II – Princípios Gerais, os “trabalhos e atividades susceptíveis de causar dano às paisagens e aos sítios”, contra os quais deveriam ser tomadas “medidas preventivas”. Entre essas atividades, encontram-se:

- a construção de edifícios públicos e privados, de estradas, de autosserviços para distribuição de combustíveis;

- a implementação de linhas de eletricidade;
- a distribuição indiscriminada de cartazes publicitários e anúncios luminosos;
- questões concernentes ao meio ambiente como o desmatamento, a poluição do ar e da água, a exploração de minas e pedreiras e evacuação de seus resíduos, bem como a captação de nascentes, trabalhos de irrigação, barragens, canais, aquedutos, regularização dos cursos de água;
- descarte do lixo, por causa dos “depósitos de material e de matérias usadas, assim como detritos e dejetos domésticos, comerciais ou industriais.”

Para um detalhamento maior desses riscos e das medidas preventivas sugeridas e incentivadas no documento, vale a pena acessar a Recomendação na íntegra, que se encontra disponível, em português, no portal do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – Iphan: <http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=235>, acesso em 29 nov. 2011.

Seguiram-se diversas iniciativas nesse sentido: em 1963, a cidade de Roma sediou a Conferência das Nações Unidas sobre Viagens Internacionais e Turismo, mesmo ano em que se deu a Conferência das Nações Unidas para o Comércio e o Turismo Internacional. No ano seguinte, deu-se a Conferência das Nações Unidas para o Comércio e o Desenvolvimento; nelas foi recomendado “a todos os países, e mais particularmente àqueles em desenvolvimento, encorajar o turismo, contribuição vital para seu crescimento econômico”. Também se defendeu que as agências especializadas das Nações Unidas e as agências de financiamento internacional fornecessem assistência para o desenvolvimento

do turismo, em especial por meio da valorização dos sítios arqueológicos, históricos e naturais (UNESCO, 1968).

As 13ª e 14ª Reuniões da Conferência Geral da Unesco também constituíram espaços significativos para a questão do turismo. A primeira, realizada em 1965, determinou a realização de um estudo para avaliar em que medida a preservação do patrimônio monumental de um país contribui para o desenvolvimento do turismo e, conseqüentemente, para o desenvolvimento econômico do país; já a 14ª Reunião tomou essa premissa como consolidada e apresentou, entre suas resoluções, a defesa da preservação, a valorização do patrimônio cultural dos Estados Membros em relação ao desenvolvimento do turismo e de medidas que encorajassem o turismo cultural.

Essa tendência saíria fortalecida na 72ª Reunião do Conselho Executivo da Unesco, ocorrida em Budapeste em maio de 1966, que adotou como ordem do dia a “preservação dos monumentos e outros bens culturais em sua relação com o desenvolvimento com o turismo”. Nessa reunião, o então Diretor-Geral da Unesco, René Maheu, apresentou um estudo sobre a “possibilidade e utilidade de associar a conservação dos bens culturais ao desenvolvimento do turismo, levando-se em conta os valores históricos, artísticos e educativos inerentes a esses bens culturais” (UNESCO, 1966). É importante destacar que estavam então em jogo solicitações de assistência apresentadas pelos Estados Membros, em que se conjugavam “a conservação dos bens culturais e o desenvolvimento do turismo”, assim como “a importância dos projetos relativos ao turismo cultural para o progresso econômico dos países em desenvolvimento” (ibid.).



Figura 12.2: Rene Maheu, filósofo, jornalista, diplomata, iniciou suas atividades na Unesco em 1946 e foi seu diretor-geral entre 1962 a 1968.

Fonte: <http://www.unesco.org/comnat/azerbaidjan/eng/about/director/history/rene.shtml>

Houve também a Declaração de Tlatelolco, por sua vez, adotada pela 4ª Conferência Regional das Comissões Nacionais do Hemisfério Ocidental, que se reuniu em junho de 1967 no México e que supostamente lançou as bases para o desenvolvimento do turismo cultural na América Latina (UNESCO, 1970). Devemos destacar, entre as resoluções alcançadas então, os “programas para a valorização dos bens culturais e para o desenvolvimento integrado dos povos em sua própria civilização” por meio do turismo cultural. Igualmente, a menção à Assembléia Geral de União Internacional das Organizações Oficiais de Turismo, reunida em Tóquio em outubro de 1967, reforçou a ideia de vinculação da proteção de sítios e monumentos ao desenvolvimento do turismo, “a fim de facilitar seu financiamento” (ibid.).

Turismo e desenvolvimento

A questão do progresso econômico e sua relação com o turismo vão aparecer ainda mais fortemente em documento do ano seguinte, na Reunião sobre Conservação e Utilização de Monumentos e Lugares de Interesse Histórico e Artístico, organizado pela Organização dos Estados Americanos (OEA), em Quito, em 1967, em que foram estabelecidas as chamadas Normas de Quito. Deu-se, então, uma grande ênfase ao valor econômico dos bens culturais, entendidos como “suscetíveis de constituir-se em instrumentos do progresso” (CURY, op.cit., p. 105). As normas defendiam a mobilização dos “esforços nacionais no sentido de procurar o melhor aproveitamento dos recursos monumentais de que se disponha, como meio indireto de favorecer o desenvolvimento econômico do país”. Isso significava uma grande ênfase na promoção dos bens culturais e na “revalorização do patrimônio monumental em função do interesse público”, ou seja, na ênfase nas características e qualidades dos bens com vistas ao incentivo ao turismo.

Várias das reuniões internacionais ocorridas na década de 1960 focaram a importância econômica do patrimônio cultural e, mais especificamente, o turismo, como a Conferência das Nações Unidas sobre Viagens Internacionais e Turismo (Roma, 1963); o Conselho Econômico e Social, que recomendou considerar 1967 o “Ano do Turismo Internacional”; a 4ª Reunião da Comissão Técnica de Fomento do Turismo, ocorrida entre julho e agosto de 1967; e a Reunião dos Chefes de Estado, em Punta Del Leste, também em 1967. Podemos identificar, porém, nesses encontros, algumas das preocupações referentes a perigos que uma atividade turística predatória poderia representar ao patrimônio cultural de uma nação, mas a defesa do turismo como atividade potencialmente benéfica foi o tom mais frequente; daí a afirmação de que “os valores propriamente culturais não se desnaturalizam nem se comprometem ao vincular-se com os interesses turísticos” e que “a maior atração exercida pelos monumentos e a fluência crescente de

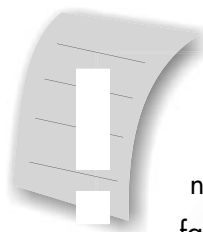
visitantes contribuem para afirmar a consciência de sua importância e significação nacionais” (UNESCO, 1968).

Em janeiro de 1968, em Túnis, na África, a reunião do Comitê de Peritos Internacionais para a Valorização do Patrimônio Cultural em prol do Desenvolvimento Econômico tirou uma série de recomendações que foram organizadas em relatório publicado em maio de 1968. Nesse documento, os temas abordados nas Normas de Quito foram mantidos: de um lado, o destaque aos perigos que ameaçavam conjuntos, monumentos e sítios, resultantes tanto da “falta de meios para preservá-los” quanto “da industrialização progressiva e dos grandes trabalhos públicos”; de outro, a ênfase no estreitamento da relação entre as exigências do desenvolvimento econômico e a valorização dos bens culturais a partir da perspectiva do turismo (ibid.).

Vale a pena destacar alguns pontos em particular do Relatório Final do Comitê de Especialistas Internacionais – mencionado no parágrafo acima –, que buscaram mais especificamente relacionar sítios e monumentos ao desenvolvimento a programas culturais voltados para o progresso econômico e – o que importa para esta discussão – com base no desenvolvimento do turismo cultural. O Comitê reunido procurou frisar, nesse sentido, que a atração dos conjuntos, dos monumentos e dos sítios, assim como das instituições culturais era, então, “uma das motivações mais importantes do turismo cultural”. E continuava: “Este [o turismo cultural] constitui, sob suas diversas formas, um fator essencial do desenvolvimento econômico do país” (ibid.). Também buscou chamar a atenção para os problemas apontados pelos peritos, “notadamente [por] aqueles vindos de países em desenvolvimento”, e para formas de assistência prestada pela Unesco, tais como o envio de peritos que poderiam “ajudar os governos a definir e estabelecer os programas, particularmente aqueles concernentes ao turismo, que devem integrar-se aos planos de desenvolvimento gerais dos países”.

Paralelamente a essa visão mais desenvolvimentista do turismo e à ênfase na sustentabilidade que essa atividade podia oferecer

para a preservação do patrimônio cultural – principalmente por meio das vantagens econômicas que podia gerar – também se pode notar a importância do compartilhamento e conhecimento de culturas e o entendimento geral entre os povos que o deslocamento de pessoas a locais distintos de sua residência representou também a partir principalmente da década de 1960. Essa noção já está presente no slogan lançado em 1967, Ano Internacional do Turismo, em que esta atividade estava sendo entendida e proposta como “Passaporte para a Paz” (WTO, s/d). Mais recentemente, podemos notar essa perspectiva na própria definição de turismo veiculada pela OMT em 2009, já citada aqui, em que notamos a ênfase na compreensão, no respeito, enfim, “no cuidado pelos direitos humanos e liberdades fundamentais para todos, sem distinção de raça, sexo, língua ou religião” (WTO, 2009).



Na base dessa perspectiva, está a própria noção de tolerância cultural, de que o conhecimento entre os povos, de que a maior familiaridade dos indivíduos com as culturas e costumes diferentes poderia estimular uma maior aproximação entre as culturas, suavizar ou dar fim aos preconceitos, suspender as prevenções entre os povos e promover se não a paz mundial, então ao menos uma convivência mais harmoniosa e pacífica entre os indivíduos.

Um importante marco da relação entre turismo e patrimônio que envolve tanto a perspectiva desenvolvimentista quanto a do compartilhamento de culturas foi a elaboração da Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural, em 1972 – a qual será mais profundamente abordada na última aula deste

curso. Ainda que a Convenção não trate nem mencione a questão do turismo, focando essencialmente a questão da preservação dos patrimônios cultural e natural de valor excepcional universal por meio da assistência e cooperação internacionais e com o auxílio de “um sistema eficaz de proteção coletiva” que fosse “organizado de forma permanente e segundo métodos científicos e modernos” (IPHAN, 2008, p. 59), a criação da lista do Patrimônio Mundial teve forte repercussão no estabelecimento de pontos de atração para a atividade turística.



Figura 12.3: Símbolo da Convenção do Patrimônio Mundial (1972).

Fonte: <http://biblioblogue.wordpress.com/2010/08/08/o-mapa-da-preservacao-conheca-os-lugares-declarados-pela-unesco-patrimonio-da-humanidade/>, acesso em 08 out. 2011.

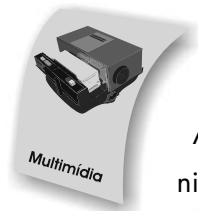


Patrimônio mundial

A versão em português da Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural (1972) pode ser acessada pelo portal do Centro do Patrimônio Mundial, <http://whc.unesco.org/archive/convention-pt.pdf>; acesso em 29 nov. 2011. Para outra versão da Convenção e comentários sobre ela, também vale a pena consultar a publicação do Iphan, *Patrimônio mundial: fundamentos para seu reconhecimento* – a convenção sobre a proteção do patrimônio mundial, cultural e natural, de 1972 – para saber o essencial (2008), também chamada de Cartilha do Patrimônio Mundial, que está disponível em http://portal.iphan.gov.br/files/Cartilha_do_Patrimonio_Mundial.pdf, acesso em 29 nov. 2011.

O reconhecimento gerado pela inscrição de bens culturais e naturais na lista do Patrimônio Mundial teve e continua tendo importantes consequências para a expansão do turismo – tanto internacional, como regional e nacional – e constitui um fator central para o interesse dos diversos países na inscrição de seus bens naturais e culturais. A presença de bens nessa lista cria necessariamente um fator de atração não apenas para turistas internacionais, mas também para turistas locais, estimulando as visitas aos lugares onde eles se encontram e gerando, assim, tanto fontes novas de renda para aquela localidade, como toda uma demanda por uma infraestrutura específica para receber essa população flutuante – o que significa rotas de acesso, hospedagem, alimentação, comércio, mas também formas de preservar esses bens de eventuais danos causados por uma visitação maciça. Por outro lado, a Convenção de 1972 também procura incentivar uma visão coletiva dos bens culturais e naturais

existentes, promovendo-os, tornando-os mundialmente conhecidos, divulgando sua importância para toda a humanidade, assim como estimulando a responsabilidade compartilhada pela preservação desses “bens únicos e insubstituíveis, independentemente do povo ao qual pertençam” (ibid., p. 59).



Patrimônio brasileiro e mundial

A lista de bens brasileiros que compõem o Patrimônio Mundial pode ser acessada em diversos sítios eletrônicos e são apresentadas com diferentes graus de detalhamento. No sítio do Centro do Patrimônio Mundial (World Heritage Centre – <http://whc.unesco.org/en/list>), além de sua descrição e seu local no planeta (georreferenciamento) encontramos também documentos referentes à sua inscrição na lista do Patrimônio Mundial. O portal da Representação da Unesco no Brasil (<http://www.unesco.org/new/pt/brasil/culture/world-heritage/>) também disponibiliza a lista brasileira, que direciona o consulente para o site do Iphan (<http://portal.iphan.gov.br/portal/montarPaginaSecao.do?id=12588&retorno=paginalphan>). É também significativo, para os propósitos desta aula, o fato de a Embratur (<http://www.embratur.gov.br/heritage/html/pt/home.php>) disponibilizar a lista dos “Patrimônios culturais da humanidade do Brasil” com uma riqueza de detalhes muito superior à que encontramos no site do Iphan.

Além das convenções, recomendações e resolução internacionais que tratam especificamente da proteção de bens culturais e naturais, há uma vasta série de documentos internacionais elaborada nas Conferências Mundiais de Turismo, promovidas pela OMT (WTO, s/d) e que optamos apenas por citar aqui: a Declaração de Manila sobre o Turismo Mundial, de 1980; a Carta do Turismo e Código do Turista, elaborada em Sófia, capital da Bulgária, em 1985; a Declaração de Haia sobre o Turismo, de 1989; a Declaração de Manila sobre os Efeitos Sociais do Turismo, composta em 1997, e também o Código Mundial de Ética do Turismo, escrito pelos participantes do encontro que se deu em Santiago do Chile, em 1999 (JO, 2004, p. 48). Tais documentos tenderam a propor normas internacionais cujo objetivo é muito mais promocional do que regulamentador, o que vai ao encontro da própria função da OMT, que é de, basicamente, promover o turismo.



Atende ao Objetivo 1

1. O estatuto de criação da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – Unesco, de 16 de novembro de 1945, apresenta o seguinte preâmbulo:

Os Governos dos Estados Partes desta Constituição, em nome de seus povos, declaram:

Que uma vez que as guerras se iniciam nas mentes dos homens, é nas mentes dos homens que devem ser construídas as defesas da paz;

Que, através da história da raça humana, foi a ignorância sobre as práticas e sobre as vidas uns dos outros uma causa comum da suspeita e da desconfiança entre os povos do mundo, através das quais suas diferenças com enorme frequência resultaram em guerras;

Que a grande e terrível guerra que acaba de chegar ao fim foi uma guerra tornada possível pela negação dos princípios democráticos da dignidade, da igualdade e do respeito mútuo dos homens, e através da propagação, em seu lugar, por meio da ignorância e do preconceito, da doutrina da desigualdade entre homens e raças;

Que a ampla difusão da cultura, e da educação da humanidade para a justiça, para a liberdade e para a paz são indispensáveis para a dignidade do homem, constituindo um dever sagrado, que todas as nações devem observar, em espírito de assistência e preocupação mútuas;

Que uma paz baseada exclusivamente em arranjos políticos e econômicos dos governos não seria uma paz que pudesse garantir o apoio unânime, duradouro e sincero dos povos do mundo, e que, portanto, a paz, para não falhar, precisa ser fundamentada na solidariedade intelectual e moral da humanidade.

Por esses motivos, os Estados Partes desta Constituição, acreditando em oportunidades plenas e iguais de educação para todos, na busca irrestrita da verdade objetiva, e no livre intercâmbio de idéias e conhecimento, acordam e expressam a sua determinação em desenvolver e expandir os meios de comunicação entre os seus povos, empregando esses meios para os propósitos do entendimento mútuo, além de um mais verdadeiro e mais perfeito conhecimento das vidas uns dos outros;

Em consequência, eles, por este instrumento, criam a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, com o propósito de fazer avançar, através das relações educacionais, científicas e culturais entre os povos do mundo, os objetivos da paz internacional, e do bem-estar comum da humanidade, para os quais foi estabelecida a Organização das Nações Unidas, e que são proclamados em sua Carta.

(<http://unesdoc.unesco.org/images/0014/001472/147273por.pdf>, acesso em 20/05/2010)

Já o artigo o artigo 3º da Constituição da Organização Mundial do Turismo, de 1970, traz as seguintes considerações:

Artigo 3º

1. O objetivo principal da Organização é o de promover e desenvolver o turismo com vistas a contribuir para a expansão econômica, a compreensão internacional, a paz, a prosperidade, bem como para o respeito universal e a observância dos direitos e liberdades humanas fundamentais, sem distinção de raça, sexo, língua ou religião. A Organização tomará todas as medidas necessárias para atingir esse objetivo.
2. No prosseguimento deste objetivo, a Organização prestará especial atenção aos interesses dos países em vias de desenvolvimento no domínio do turismo.
3. A fim de afirmar o papel central que é chamada a desempenhar no domínio do turismo, a Organização estabelecerá e manterá uma cooperação eficaz com os órgãos competentes das Nações Unidas e as suas agências especializadas. Para este efeito, a Organização procurará estabelecer relações de cooperação e participação com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, como organização participante e encarregada da execução do Programa (http://www.fd.uc.pt/CI/CEE/OI/OMT/organizacao_mundial_de_turismo-PT.htm, acesso em 20/5/2010).

Compare os dois trechos transcritos, identificando a relação entre o turismo e a preservação do patrimônio cultural.

This image shows a single sheet of white paper with horizontal blue ruling lines. The lines are evenly spaced and run across the width of the page. There are no margins, text, or other markings on the paper.

Resposta Comentada

Ainda que elaborados em contextos bastante diversos – o estatuto da Unesco data do final da 2ª Guerra Mundial, enquanto que a Constituição da OMT só veio à luz 25 anos mais tarde –, ambos os documentos têm em comum a relação de suas instituições com a Organização das Nações Unidas, que foi fundada com a finalidade de promover a tolerância e a paz entre as nações (Carta da ONU, 1945). Daí em parte a razão da ênfase que ambos os documentos dedicam a esses temas. Por outro lado, ambos também enfatizam a importância do respeito por outras culturas e suas diferenças como caminho para alcançar a tolerância e a paz. A Unesco, na promoção da ciência, da educação e da cultura, percebe como fundamental bater-se contra a ignorância e promover o “intercâmbio de ideias e conhecimentos” com vistas ao entendimento mútuo entre as nações. Já a OMT busca, por meio do turismo, ou seja, do deslocamento dos indivíduos e do contato *in loco* destes com as diferenças culturais, contribuir para a “compreensão internacional, a paz, a prosperidade, bem como para o respeito universal e a observância dos direitos e liberdades humanas fundamentais, sem distinção de raça, sexo, língua ou religião.” De toda forma, tanto para a Unesco como para a OMT, esse contato com cultura, seja na forma dos costumes de cada povo, seja na presença de seus monumentos nacionais, seja, enfim, no conhecimento do patrimônio cultural de cada coletividade, pode ser visto para os processos indicados pelos dois organismos como essenciais para o fim da ignorância, para a construção da tolerância e a conquista da paz.

Turismo cultural no Brasil

Turismo no Brasil

A questão do turismo no Brasil pode ser identificada, por meio de associações e instituições voltadas para a sua promoção, desde as primeiras décadas do século XX, como, por exemplo, a criação da Sociedade Brasileira de Turismo, mais tarde Touring do Brasil; da Associação Brasileira da Indústria de Hotéis, em 1936; e da Associação Brasileira de viagens, em 1953 (AGUIAR, 2006).

No contexto do Estado brasileiro, é possível recuperar menções à atividade turística na legislação já da década de 1930 (Decreto-Lei nº 406/1938) e a própria criação da Divisão de Turismo, no âmbito do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) do governo Vargas. Em 1958, foi instituída a Comissão Brasileira de Turismo (Combratur), subordinada à Presidência da República, comissão que foi extinta alguns anos depois e, em 1966, criou-se a Empresa Brasileira de Turismo (Embratur) com o “objetivo de desenvolver políticas de incentivo ao turismo em uma estrutura semelhante à extinta Combratur”, ou, em termos mais recentes – que remetem à aproximação do turismo em relação ao desenvolvimento sustentável –, visando a “fomentar a atividade turística, criando condições para a geração de emprego, renda e desenvolvimento em todo o país” (EMBRATUR, s/d).



Primeira legislação brasileira sobre turismo

O Decreto-lei nº 406 de 1938 tinha como principal atribuição dispor sobre a entrada de estrangeiros em território nacional.

Nesse sentido, além de classificar as categorias de estrangeiros, regular o veto à entrada ou suspender a estada de certos indivíduos ou grupos, também apresentava quotas de entrada, determinava os tipos de fiscalização e determinava a obrigatoriedade de identificação e registro para os estrangeiros. Esse decreto também restringia a venda de passagens às agências autorizadas pelo Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, permissão essa que se estendia às operadoras turísticas (cf. AGUIAR, 2006, p. 97). O Decreto-lei em sua íntegra está disponível em: <http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaNormas.action?numero=406&tiponorma=DEL&data=19380504&link=s> acesso em 28 nov. 2011.l.

No que diz respeito à relação entre patrimônio cultural e turismo, no Brasil, podemos localizar o fortalecimento desse diálogo nos anos 1960, muito na esteira das discussões promovidas internacionalmente pela Unesco. Já a partir de 1966, mesmo ano de fundação da Embratur, a DPHAN (Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) e a Unesco, por exemplo, entraram em constantes discussões para a vinda de um perito internacional ao Brasil inserido no “Plano de incentivo ao chamado Turismo Cultural” (ANDRADE, 1966): esse programa propiciaria recursos financeiros por meio de crédito internacional de recursos, sob responsabilidade da Unesco, visando à conservação e recuperação de monumentos e proteção da natureza nos países contemplados. É certo que, nesse momento, os documentos sugerem um maior interesse, por parte da DPHAN, pela assistência financeira e técnica envolvida no plano de incentivo e que poderia ser utilizada em prol da preservação do patrimônio cultural e natural brasileiro, como lemos anteriormente, do que propriamente pela criação de relações mais íntimas entre turismo e patrimônio. Os contatos estabelecidos pela DPHAN com a Unesco buscavam, é claro, parceria com o principal organismo de proteção do patrimônio e seu aval técnico, mas também havia a busca por assistência financeira, que poderia vir por meio de diversos programas, como o de “Recuperação de Recursos Naturais”, e também o plano de “Incremento ao Turismo”, sem, entretanto, que este último fosse visto com maior destaque (SOEIRO, 1966).

No entanto, reuniões internacionais promovidas pela Unesco, como a do Comitê de Peritos Internacionais para a Valorização do Patrimônio Cultural, de 1968, vieram a constar dos temas de discussão e das agendas dos agentes do patrimônio cultural no Brasil, os quais passaram a considerar mais fortemente a “valorização do nosso patrimônio cultural e sua integração nos planos de turismo e desenvolvimento econômico do país” (SOEIRO, 1968). É também o período em que esteve no país Michel Parent, inspetor do Serviço Principal de Inspeção dos Monumentos e de Inspeção de Sítios na França, enviado como especialista pela Unesco no âmbito do programa “Turismo Cultural”.



Michel Parent

Michel Parent (1916-2009) era licenciado em Matemática e Física, tendo também dois anos de estudos em Direito e em Letras, além de experiência no trabalho com sítios por meio de um projeto nacional francês de prospecção de sítios nos Pireneus e de inventários da arquitetura rural (PREVOST-MARCILHACY, c1997, p. 17-18).

Foi inspetor do Serviço Principal de Inspeção dos Monumentos e de Inspeção de Sítios na França e membro do Comitê que elaborou o texto da Convenção do Patrimônio Mundial, de 1972. Em 1980, por um breve período, tornou-se presidente do Comitê do Patrimônio Mundial da Unesco. Entre 1981 e 1987, Parent foi presidente do Conselho Internacional de Monumentos e Sítios (Icomos), quando retornou ao Brasil, em 1983, com a missão de avaliar a proposta brasileira de reconhecimento oficial do Centro Histórico de Salvador como Patrimônio Cultural da Humanidade, o que se consagrou definitivamente em 1984 (LEAL, 2008, p. 8). Em 1999, recebeu a Medalha de Honra da Europa Nostra, em 1999, em reconhecimento à sua contribuição eminente, durante mais de cinquenta anos, à defesa e conservação do patrimônio (EUROPANOSTRA, s./d.).

As avaliações feitas pelo perito francês das mais de 35 cidades visitadas durante suas duas primeiras estadas no Brasil – em 1966 e 1967 – constituíram uma importante referência para os estudos e ações voltados para a proteção do patrimônio cultural brasileiro. Publicado como relatório pela Unesco em 1968, seu título já dá ideia da importância que o turismo assume nas suas considerações: *Proteção e valorização do patrimônio cultural brasileiro no âmbito do desenvolvimento turístico e econômico*. Essa atividade foi descrita, logo nas primeiras linhas de seu texto, como uma importante possibilidade de planejamento e desenvolvimento global. Seu enfoque buscou sublinhar, por um lado, a potencialidade que a atividade turística representava para um país em desenvolvimento e, em especial, um país com as virtudes com que esta nação contava.

É interessante perceber que a noção de patrimônio apresentada por Parent em seu relatório não se limitava ao patrimônio edificado ou natural, mas incluía as tradições, as manifestações culturais, o que aparece também em sua proposta de desenvolvimento do turismo como um processo de intercâmbio cultural, como “compreensão mútua entre os povos e o desenvolvimento e salvaguarda de suas culturas específicas”, beneficiada, no Brasil, pela diversidade do patrimônio, pela amenidade do clima e pela “disposição inata do brasileiro de ser um anfitrião”. Por outro lado, o perito francês chamou a atenção para o pouco desenvolvimento que tal atividade tinha então no Brasil, e defendeu seu fomento na mesma linha desenvolvida por algumas *Cartas Patrimoniais*, enfatizando a relação entre turismo e a proteção do patrimônio:

O turismo pode, com certeza, constituir uma *das fontes do futuro desenvolvimento da renda nacional* e fornecer um *álibi econômico* aos esforços consideráveis que devem ser feitos se quisermos *salvaguardar o vasto patrimônio cultural* que está há muito tempo em perigo, mas cuja ruína brevemente será irreversível (PARENT, 2008, p. 14, grifos nossos).

Juntamente à urgência das ações de preservação e de estímulo ao desenvolvimento econômico, como se lê acima, Parent apresentou sua defesa do turismo a partir de linhas de ação bem definidas e detalhadas, com ênfase nos conjuntos urbanos e sua infraestrutura. Demonstrou também ter um considerável conhecimento da organização administrativa do governo brasileiro, ao sublinhar as instâncias administrativas que deveriam se envolver nesse processo, entre elas a habitação, notadamente a habitação popular, a proteção do patrimônio e o turismo. Os serviços de planejamento estaduais, federais e internacionais, o Banco Nacional de Habitação, o DPHAN e a recém-criada Embratur foram instados, em seu relatório, a se responsabilizarem pela salvaguarda do patrimônio.

Turismo e patrimônio cultural no Brasil

Essa visão abrangente do processo de preservação do patrimônio cultural, que não limitava à Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional a responsabilidade pelos bens culturais e naturais, também podia ser encontrada nos ensaios de descentralização das ações de proteção do patrimônio histórico e artístico nacional, que podemos localizar principalmente nessa passagem das décadas de 1960 e 1970. Dois importantes marcos desse processo de descentralização são os Compromissos de Brasília (1970) e de Salvador (1971), elaborados respectivamente nos 1º e 2º Encontro de governadores de estado, secretários estaduais da área cultural, prefeitos, presidentes e representantes de instituições culturais (CURY, 2004, p., 137-146). Ambos procuraram estimular uma “ação supletiva” (ibid., p. 138) à atuação federal, representada pelo DPHAN (Iphan, já em 1971), por meio da atuação dos governos dos estados e municípios e de diversas outras instituições e agentes, como o Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF), o Banco Nacional de Habitação (BNH), CNPq e Capes, escolas e universidades, autoridades eclesiásticas e militares, seja na preservação efetiva dos bens, na formação de profissionais

para atuarem nessa preservação, ou mesmo na sensibilização da população em relação à importância e na promoção do patrimônio histórico e artístico nacional.

Ainda que a Embratur não seja citada nesses documentos, referências ao turismo e aos “órgãos responsáveis pelo planejamento do turismo” podem ser encontradas no Compromisso de Salvador. Tais órgãos deveriam ser convocados para dar mais atenção “para os problemas da valorização, utilização e divulgação dos bens naturais e de valor cultural”, incluindo aí a própria implantação de pousadas em imóveis tombados (ibid., p. 145).

Pouco depois no Congresso Extraordinário Interamericano do Turismo, que ocorreu no Rio de Janeiro entre 18 a 25 de agosto de 1972, por exemplo, deram-se importantes passos para firmar uma cooperação entre a Unesco, a Embratur e a DPHAN, com vistas a “apoiar e estimular os projetos atualmente desenvolvidos pelo patrimônio” (“A chave do Império” – *Última hora*, 17/8/1972; “Carta do Rio de Janeiro, ponto final” – *Correio da Manhã*, 26/08/1972). O contato entre a DPHAN e a Embratur, porém, estreitou-se efetivamente em 1973, data da primeira ação conjunta entre as duas instituições, com o Programa Integrado de Reconstrução das Cidades Históricas, o PCH (AGUIAR, 2006). Este programa, que “se estruturou num quadro político de modernização do Estado, e de estabelecimento de políticas desenvolvimentistas” (SANT’ANNA, s/d), foi elaborado por meio de um Grupo Interministerial, com técnicos do Iphan, representando o Ministério da Educação e Cultura; do Ministério do Planejamento; da Sudene, representando o Ministério do Interior; e da Embratur, em nome do Ministério da Indústria e Comércio (MEC/SPHAN/FNPM, 1980, p. 21). Seu objetivo era, inicialmente, desenvolver “estudos sobre a situação do patrimônio histórico do Nordeste”, visando à salvaguarda dos valores culturais dessa região e à geração de

renda por meio de diversas atividades socioeconômicas, entre elas a utilização turística das cidades históricas (ibid.), mas ao longo de seus dez anos de duração, expandiu-se para todo o território nacional (SANT'ANNA, op. cit.).

O PCH, além de reforçar o processo de descentralização da preservação do patrimônio nacional, por meio do compartilhamento de ações com outras instâncias, como já proposto e estimulado pelos Compromissos de Brasília e Salvador, também contribuiu para estreitar mais os laços entre o Iphan e a Embratur, o que significou a aproximação, em nível nacional, do campo do patrimônio e das políticas de desenvolvimento do turismo (ibid.)

Turismo ecológico

Na década de 1980, podemos notar uma continuação dessa perspectiva desenvolvimentista norteando a atividade turística, mas com uma maior ênfase na questão ambiental, por meio do turismo ecológico ou ecoturismo. O tema vinha se desenvolvendo internacionalmente desde os anos 1970, motivado principalmente por preocupações com o desenvolvimento econômico e a degradação do ambiente, e alguns importantes marcos desse processo foram a Conferência das Nações Unidas sobre o Ambiente Humano, realizada em Estocolmo, na Suécia, em 1972, e a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento realizada no Rio de Janeiro, em 1992 – que passou a ser conhecida por Rio 92 ou ECO 92.



Rio 92 ou ECO 92



Figura 12.4: Logo da Convenção Rio 92.

Fonte: <http://www.egdesign.com.br/projeto.php?id=8>, acesso em 29 nov. 2011.

A Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD) aconteceu no Rio de Janeiro em junho de 1992, reunindo governantes de mais de uma centena de países. Durante esse encontro, foram elaboradas a Declaração sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, que retomou a Declaração da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano, adotada em Estocolmo em 16 de junho de 1972, e a Agenda 21, programa de ação que propunha um novo padrão de desenvolvimento ambiental a partir de quatro temas:

- dimensões econômicas e sociais;
- conservação e questão dos recursos para o desenvolvimento;
- revisão dos instrumentos necessários para a execução das ações propostas;
- aceitação do formato e conteúdo da Agenda.

O encontro de 1992 tinha entre seus principais objetivos conciliar a proteção do meio ambiente ao desenvolvimento sócio-econômico.

Uma versão em português da Declaração sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento encontra-se disponível em: http://www.interlegis.leg.br/processo_legislativo/copy_of_20020319150524/20030625102846/20030625104533/, acesso em 20 nov. 2011.

A Declaração da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano (1972) em português pode ser acessada em http://www.vitaecivilis.org.br/anexos/Declaracao_Estocolmo_1972.pdf, acesso em 28 nov. 2011.

Essas conferências ampliaram os debates que envolveram as questões ambientais e também o ecoturismo; em especial o encontro que se deu no Rio de Janeiro gerou a Agenda 21, documento “que contém compromissos para mudança do padrão de desenvolvimento no século XXI em um processo de planejamento participativo que analisa a situação atual de um país, Estado, município e/ou região e propõe o futuro de forma sustentável” (WTTC, 1998). Nessa Agenda 21, entre outros “processos de desenvolvimento enfocando temas como ecotecnologias, requalificação do trabalho humano, desenvolvimento técnico-científico e sustentabilidade”, podemos encontrar também o destaque ao “Ecoturismo como uma

prática conservacionista, comprometida com a natureza, com a responsabilidade social e com o desenvolvimento local” (ibid.)

No contexto do desenvolvimento turístico brasileiro, temos, já em 1989, ênfase da Embratur a essa potencialidade do turismo, com a autorização dos primeiros cursos de turismo ecológico (CARVALHO, 2003). Em 1995, pouco depois da Eco 92, foi fundado o Instituto Ecoturístico Brasileiro – IEB, com o objetivo de “organizar e unificar toda a cadeia ecoturística que compreende desde empresários, operadoras e agências de viagem, meios de hospedagem, entidades ambientalistas” (ibid.), além de outros atores dessa área, como as prefeituras, as secretarias municipais, os governos estaduais, instituições federais, além da sociedade civil, representada não apenas por entidades organizadas, mas também pelos indivíduos interessados pela atividade.

Uma forma importante de entender o ecoturismo é através do viés da sustentabilidade, entendendo-o “um segmento da atividade turística que utiliza de forma sustentável o patrimônio natural e cultural, incentiva sua conservação e busca a formação de uma consciência ambientalista através da interpretação do ambiente, promovendo o bem-estar das populações envolvidas” (EMBRATUR, s/d). No entanto, é preciso não confundi-lo com o turismo sustentável, como alertam a OMT e o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA): o ecoturismo seria “um segmento do turismo, enquanto os princípios que se almejam para o Turismo Sustentável são aplicáveis e devem servir de premissa para todos os tipos de turismo em quaisquer destinos” (MINISTÉRIO DO TURISMO, 2008, p. 18).

Outra característica importante que devemos destacar do conceito de ecoturismo que transcrevemos é sua relação com o patrimônio natural e cultural. Ainda que possamos pensar que a relação com o patrimônio natural seja bastante óbvia, em se tratando de um segmento do turismo que valoriza a apreciação da natureza e o contato com esta, não podemos restringir a noção de patrimônio natural apenas a árvores, lagos, florestas, nem tampouco excluir a ideia de cultura dessas paisagens. É fundamental, na apreciação

dessa relação entre natureza e cultura, ter em mente a ampliação da noção de patrimônio principalmente a partir da década de 1970, com a aproximação entre patrimônio natural e cultural. Um dos principais marcos dessa aproximação já foi citado aqui – a Convenção sobre a proteção do patrimônio mundial, cultural e natural, de 1972, que ampliou o conceito de patrimônio, por meio da noção de que haveria bens “únicos e insubstituíveis” para todos os povos do mundo; de que eles se encontrariam “cada vez mais ameaçados de destruição não somente devido a causas naturais de degradação, mas também ao desenvolvimento social e econômico”; e de que caberia, portanto, à “coletividade internacional” sua proteção (IPHAN, op. cit., p. 58-59).

Para o historiador Dominique Poulot, a noção de patrimônio mundial, ou, em outras palavras, “a substituição do patrimônio da civilização, no sentido das Luzes, por um patrimônio mundial das culturas” (POULOUT, 2009, p. 225) marcou de forma importante os vários processos de patrimonialização dos bens culturais. Também sublinhou a importância do conceito de “patrimônio comum da humanidade” passar a ser aplicado não apenas aos artefatos da humanidade, mas à própria natureza (ibid., p. 226).

Nessa perspectiva, o turismo seria uma das atividades que mais proporcionaria essa compreensão abrangente de patrimônio, uma vez que exporia os indivíduos a todo o complexo formado por monumentos naturais e culturais, mesmo sem que essa seja, a princípio, a intenção dos turistas. As relações sociais em que estes são inseridos durante qualquer visita, a historicidade daquele bem a ser visitado, as construções e produtos humanos com que entram em contato em suas viagens, tudo isso aproxima patrimônio natural e cultural, a ponto, inclusive, de o campo do patrimônio vir cada vez mais adotando uma noção muito cara à Geografia: a Paisagem Cultural. Tal noção é oficialmente definida como “uma porção peculiar do território nacional, representativa do processo de interação do homem com o meio natural, à qual a vida e a ciência humana imprimiram marcas ou atribuíram valores” (Portaria nº 127/2009); em outras palavras,

seria “o meio natural ao qual o ser humano imprimiu as marcas de suas ações e formas de expressão, resultando em uma soma de todos os testemunhos resultantes da interação do homem com a natureza e, reciprocamente, da natureza com homem, passíveis de leituras espaciais e temporais” (CARTA DA BAGÉ, 2007).

Atividade Final

Atende ao Objetivo 2

Durante a reunião sobre a conservação e utilização de monumentos e sítios de interesse histórico e artístico, conduzida pela Organização dos Estados Americanos em Quito, Equador, entre novembro e dezembro de 1967, foram elaboradas as *Normas de Quito*, nas quais se encontram os seguintes trechos no item sobre o patrimônio monumental e o momento americano:

1. É uma realidade evidente que a América, e em especial a América Ibérica, constitui uma região extraordinariamente rica em recursos monumentais. Aos grandiosos testemunhos das culturas pré-colombianas se agregam as expressões monumentais, arquitetônicas, artísticas e históricas do extenso período colonial, numa exuberante variedade de formas. (...)
2. É certo também que grande parte desse patrimônio se arruinou irremediavelmente no curso das últimas décadas ou se acha hoje em perigo iminente de perder-se. Múltiplos fatores têm contribuído e continuam contribuindo para diminuir as reservas de bens culturais da maioria dos países da América Ibérica, mas é necessário reconhecer que a razão fundamental da destruição progressivamente acelerada desse potencial de riqueza reside na falta de uma política oficial capaz de imprimir eficácia às medidas protecionistas vigentes e de *promover a revalorização do patrimônio monumental em função do interesse público e para benefício econômico da nação*” (CURY, *op. cit.*, p. 107, grifos nossos).

Leia, agora, trechos da Exposição de Motivos apresentada pelo ministro da Educação e Saúde, Gustavo Capanema, em novembro de 1937, ao então presidente Getúlio Vargas, a respeito da promulgação do Decreto-lei nº 25/1937, que organizou a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional:

A proteção do patrimônio histórico e artístico nacional é assunto que de longa data vem preocupando os homens de cultura de nosso país.

Nada, pelo menos nada de orgânico e sistemático se havia feito, porém, até 1936, quando foi por V. Exa. Criado o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. (...)

Proprietários sem escrúpulos ou ignorantes deixaram que bens os mais preciosos se acabassem ou se evadissem, antes do descaso ou inércia dos poderes públicos. As vozes de um ou outro patriota ou o esforço deste ou daquele homem público não traziam o remédio necessário adequado.

A criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, em abril de 1936, foi o passo decisivo. Montou-se o aparelho de alcance nacional, destinado a exercer ação enérgica e permanente, de modo direto ou indireto, para conservar e enriquecer o nosso patrimônio histórico e artístico e ainda para torná-lo conhecido.

A princípio funcionou o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional em bases provisórias.

A lei nº 378, de 13 de janeiro de 1937, proposta pelo Poder Executivo, deu-lhe a estrutura definitiva, que ora apresenta. Em pouco mais de um ano e meio de funcionamento, a soma copiosa de trabalhos realizados tem demonstrado a *utilidade do empreendimento* (MEC/SPHAN/FNPM, op. cit., p. 71-72, grifos nossos).

Pensando no contexto em que os dois documentos foram elaborados, compare o sentido de *interesse público* e de *utilidade* que a preservação do patrimônio cultural assumiu nesses diferentes momentos, levando em consideração as discussões propostas nesta aula.

Resposta Comentada

A reunião promovida pela OEA em Quito, em 1967, deixava bem clara sua finalidade: tratava-se de discutir a respeito da “conservação e utilização de monumentos e sítios de interesse histórico e artístico” – ou seja, não era apenas um debate sobre a seleção e promoção dos bens históricos e artísticos dos países americanos, principalmente países considerados “em desenvolvimento”, mas sobre a sua utilização e, como se lê no documento, sua revalorização “em função do interesse público e para benefício econômico da nação.” Percebe-se claramente a tentativa de construir uma relação entre esse patrimônio histórico e artístico, o desenvolvimento nacional e a sustentabilidade – seja do país, seja dos próprios monumentos. Na década de 1930, porém, notadamente no Brasil, imperava, principalmente no âmbito do governo federal e entre os “homens de cultura de nosso país”, a necessidade da construção de uma identidade nacional. Portanto, a identificação, seleção, proteção, valorização e promoção do patrimônio histórico e artístico nacional, o qual pudesse, ao menos em parte, narrar a história dessa nação, foram vistas como uma iniciativa extremamente útil nesse processo de construção da identidade brasileira. A organização do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e a criação do instituto legal do tombamento agiram nesse sentido, sublinhando o interesse público de afirmação da nacionalidade.

RESUMO

Procuramos, com essa aula, apresentar uma discussão sobre as relações possíveis entre o turismo e o patrimônio cultural a partir de uma perspectiva histórica. Para tanto, iniciamos com algumas definições históricas e correntes de turismo, para discutir a própria formação dessa atividade e desse campo ao longo do tempo. Nesse sentido, apresentamos também algumas das organizações internacionais que atuaram para o fortalecimento dessa atividade, como a atual Organização Mundial do Turismo (WTO), os órgãos que lhe teriam dado origem – União Internacional das Organizações Oficiais de Propaganda Turística, União Internacional de Organizações Oficiais de Viagem (IUOTO em inglês) –, além dos organismos que, de forma indireta, mas presente, também incentivaram e incentivam o turismo – ONU, Unesco, PNUD. Analisamos ainda documentos internacionais, elaborados no âmbito das Nações Unidas, que tiveram o turismo como tema importante em suas discussões e que nos ajudam a entender as diversas questões que vêm influenciando e motivando essa atividade, como o compartilhamento de culturas, a busca pela paz, o desenvolvimento, o progresso econômico, a preservação do patrimônio cultural e do meio ambiente.

Também nos dedicamos a entender o desenvolvimento dessa atividade no Brasil, procurando apontar desde as primeiras referências ao turismo na legislação e documentos institucionais, passando pela discussão da relação entre turismo e patrimônio cultural e procurando chegar até seus desdobramentos mais recentes, como o turismo ecológico. Temas tratados no panorama internacional, como o incentivo do turismo ao desenvolvimento e à proteção do patrimônio cultural e natural, apareceram novamente na discussão sobre o contexto brasileiro, possibilitando inclusive a discussão sobre categorias que aproximam ainda mais cultura e natureza, como o da Paisagem Cultural, e que contam com o turismo como elemento importante para a sustentabilidade dos bens envolvidos.

Aula 13

Patrimônio cultural e
história regional:
o exemplo do Vale
do Paraíba do Sul
(RJ)

Luciano dos Santos Teixeira

Meta da aula

Apresentar o processo de construção da ideia de região para o Vale do Paraíba fluminense, por meio da sua história e do seu patrimônio cultural.

Objetivos

Esperamos que, ao final desta aula, você seja capaz de:

1. reconhecer a construção da noção de região em termos históricos e historiográficos;
2. indicar as novas contribuições da Geografia em relação aos conceitos contemporâneos de região e território;
3. descrever, em linhas gerais, aspectos econômicos e sociais que caracterizaram a região cafeeira do Vale do Paraíba;
4. identificar os bens que constituem o patrimônio cultural da região do Vale do Paraíba.

INTRODUÇÃO

A região do Vale do Paraíba tem uma história que se confunde com a história do Brasil durante o século XIX, principalmente. Para uma melhor compreensão da história regional e de sua importância para a compreensão do patrimônio cultural, iniciaremos com uma breve discussão de alguns dos mais relevantes conceitos relacionados a essa área do conhecimento. Particularmente nos deteremos na contribuição da Geografia para a compreensão e para se pensar a região, e a história regional.

Sobre os conceitos de região e história regional

O conceito de região, no senso comum, aparece relacionado aos princípios de localização e extensão. Quando pensamos em regiões, vem à nossa mente a divisão político-administrativa de nosso país – Nordeste, Sudeste, Sul, Norte, Centro-oeste – ou talvez uma região de nossa cidade, onde nascemos, crescemos e vivemos. Associamos quase automaticamente a palavra região a um território mais ou menos definido que existisse desde sempre. Como tentaremos mostrar a seguir, na verdade essa é uma falsa imagem, que esconde séculos de disputas de interesses.

De acordo com o geógrafo Paulo César Gomes (1995), a palavra *regione* remete-se à denominação de áreas que possuíam administrações próprias, mas estavam submetidas ao Império Romano. O surgimento da expressão estaria ligado à necessidade de exprimir a existência de um poder centralizado que se estende a uma área de grande diversidade espacial e cultural. Com a formação dos Estados Nacionais no século XIX, processo que já vimos em aulas passadas, e a disputa imperialista entre as nações europeias no final daquele século, intensificou-se a discussão sobre os conceitos de *território*, *nação* e *região*, estando este último intimamente ligado à divisão dos estados nacionais com fins administrativos.

Um mesmo lugar, diferentes territórios: o exemplo de divisões políticas da Europa ao longo da História



Andrei Nacu

Figura 13.1: Extensão máxima do Império Romano. Ano de 117 d.C.
Fonte: http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/thumb/e/e7/RomanEmpire_117.svg/800px-RomanEmpire_117.svg.png



Quibik

Figura 13.2: Ordenação territorial da União Europeia. Ano de 2009.
Fonte: http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/thumb/9/9a/EU27-candidate_countries_map.svg/680px-EU27-candidate_countries_map.svg.png

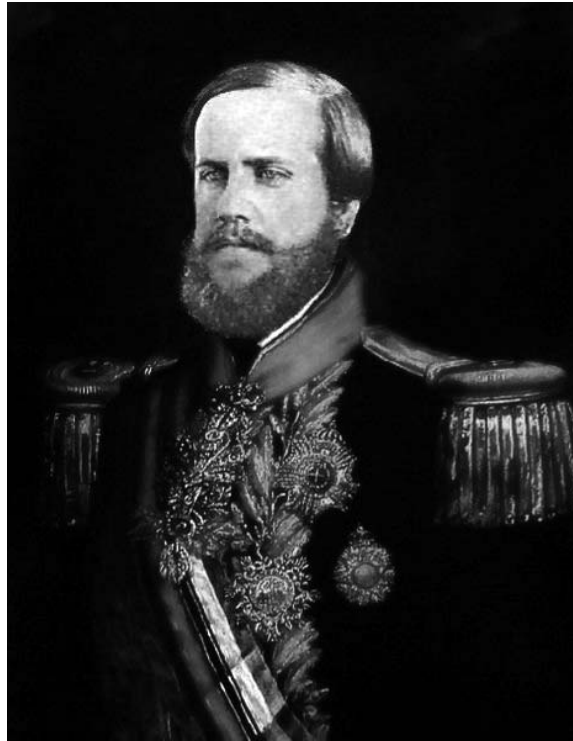
A partir da década de 1960, os geógrafos começaram a se questionar sobre o conceito de região, que vinha sendo tratado como algo dado e não como algo formulado, de acordo com intenções, interesses e visões de mundo de quem recorta uma parte de um todo, uma região de um Estado. Segundo Paulo César Gomes, regionalizar passa a ser a tarefa de dividir o espaço, segundo diferentes critérios que são devidamente explicitados, que variam segundo a intenção explicativa de cada trabalho” (GOMES, 1995, p. 63).

Por essa definição, é o trabalho de quem define a região, seja um administrador, um político ou um geógrafo, que irá determinar o que seja uma região. Portanto, não existem regiões naturalmente definidas, mas elas surgem dos recortes propostos por interesses diversos: científicos, políticos, culturais etc.

Nação e região

Desde a institucionalização da disciplina História, intimamente ligada ao processo de consolidação dos Estados Nacionais, já discutido anteriormente, as narrativas nacionais foram criadas com a função explícita de legitimar a existência desses Estados. No caso brasileiro, um dos principais marcos nesse processo foi a criação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, em 1838. À semelhança do Instituto Histórico Francês e sob a proteção do Império, o IHGB procurou sistematicamente coletar, divulgar documentos e produzir trabalhos sobre a História do Brasil, empreendendo esforços rumo à construção de uma identidade nacional (GUIMARÃES, 1988).

Intimamente ligado ao Governo Imperial, durante a segunda metade do século XIX, o IHGB produziu narrativas históricas com o objetivo de colaborar na construção de uma identidade nacional, centrada na herança portuguesa e na centralização monárquica. Buscando realçar a diferença entre o processo de formação histórica do Brasil daqueles vividos pela América espanhola, essas narrativas enfatizavam a unidade territorial como uma característica fundamental da nacionalidade.



Abram-Louis Buvelot e João Maximiano Mafra

Figura 13.3: Personagem central dentro da gestão do Instituto, em 1839, D. Pedro II (imagem de 1851) aceita o título de protetor perpétuo do IHBG.

Fonte: http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/thumb/b/b9/Pedro_II_1853_1.JPG/465pxPedro_II_1853_1.JPG

Essa característica da historiografia brasileira manteve-se em linhas gerais também no século XX, colocando a ênfase no nacional em detrimento do regional/local. De acordo com Luís Reznik (s.d., p.1), a moderna historiografia brasileira, posterior à implantação da pós-graduação nos anos 1970, reiterou fortemente o foco na nação e/ou no Estado nacional. Embora algumas obras concentrassem suas análises na escala regional, muitas vezes, estas foram analisadas tomando a parte pelo todo, isto é, supostamente a região que foi objeto de estudo deveria ser paradigmática das experiências ocorridas em todo o Brasil (REZNIK, s.d., p.1)

Até um século atrás, as produções sobre história local, cujo foco principal eram as cidades, eram marcadas pelo relato de curiosidades, genealogias e narrativas sobre o passado dos

habitantes ilustres do local, pela descrição de seus monumentos e pela ausência de pesquisas mais consistentes sobre a região. Tais obras, que eram bastante numerosas, eram escritas por profissionais das diversas áreas do saber, sem qualquer sintonia com as transformações e discussões historiográficas que tiveram lugar nessa mesma época.

Por exemplo, ao estudar a história do município de São Gonçalo, Luís Reznick (s.d.) verifica ainda duas outras tendências nos estudos sobre regiões ou localidades específicas: a submissão das histórias locais a ritmos e temas da História do Brasil e a colocação em evidência do local, como se ali fossem experimentados processos ou tivessem ocorrido acontecimentos da mais alta relevância (REZNICK, s.d., p.1).

Apesar desses problemas detectados nas análises locais e regionais, as diferentes escalas – regional, local, nacional, mundial – possuem a vantagem de adicionar novos significados aos objetos pesquisados. No caso do patrimônio cultural, os conceitos de *território* e *territorialidades* podem contribuir para uma visão mais ampla e fundamentada da história regional.

História, território e territorialidades

Os conceitos de *território* e *territorialidade* são centrais para a Geografia, embora também sejam apropriados pelas mais diversas áreas do conhecimento. Deve-se ao geógrafo alemão Ratzel uma das primeiras utilizações do termo *território*, ao se inspirar na natureza para criar algumas de suas principais conclusões em relação ao espaço. Em seu livro *Geografia Política* (1988), o autor define o *espaço vital* como o espaço ideal para a reprodução de um grupo social ou de uma civilização, considerados os recursos aí disponíveis. O território definir-se-ia assim pela concretização e apropriação desse espaço vital pelo Estado-Nação.



Figura 13.4: Friedrich Ratzel (1844-1904), geógrafo e etnólogo alemão, célebre por ter criado o termo *Lebensraum* (*espaço vital*). Segundo alguns autores, as formulações ratzeli-anas só podem ser compreendidas levando-se em conta seu próprio contexto histórico. Ratzel foi representante engajado de um projeto estatal, legitimando o expansionismo de Otto Von Bismarck (primeiro-ministro da Prússia e do Império Alemão).
Fonte: http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/f/f2/Friedrich_Ratzel.jpeg

Entre autores mais recentes que já se tornaram clássicos, como Claude Raffestin e Robert Sack, parece haver um consenso de que a dimensão política é a que melhor responde sobre a conceituação de território. Estes autores definem território como uma área de feições ou de relação de poder, em que as formas de territorialização (definida por Sack como controle de pessoas e/ou recursos pelo controle de uma área) são fundamentais para se usufruir de seus recursos. Raffestin e Sack não se limitam, porém, à visão política, levando em consideração ainda as relações culturais e econômicas – principalmente Raffestin, que utiliza os conceitos do filósofo francês Michel Foucault para pensar as relações de poder. O essencial nessa análise é a necessária compreensão de que o território é composto por ação e poder que se manifestam por meio de pessoas ou grupos. Dessa forma, poder e território são enfocados conjuntamente, pois estão intrinsecamente implicados em todas as relações sociais.

Essas novas posições teóricas possibilitam uma interpretação menos rígida da relação entre o poder político e o território. Na Geografia clássica, o território era vista como característica imanente

do poder exercido pelo Estado, ou seja, cada Estado somente poderia existir se tivesse seu próprio território. Do mesmo modo, todo território pertenceria a um Estado. Atualmente, através dessas novas abordagens, o território é também concebido como *mediação espacial de poder* (HAESBAERT, 2007, p. 93). Por essa perspectiva, a ênfase recai mais na fluidez das relações sociais, rompendo-se com uma noção estática de território. Da mesma forma, supera-se uma visão que atribui exclusivamente ao Estado o papel de protagonista da História.

Outro conceito importante para se pensar o local/regional é a *territorialidade*, que pode ser entendida como “a tentativa, por um indivíduo ou um grupo, de atingir/afetar, influenciar ou controlar pessoas, fenômenos e relacionamentos, pela delimitação e afirmação do controle sobre uma área geográfica. Esta área será chamada território” (SACK, 1986, apud HAESBAERT, p. 86-87). De acordo com esse ponto de vista, a territorialidade é principalmente um “recurso estratégico” mobilizado pelos diversos grupos sociais.

De um outro ângulo e de maneira mais ampla, a territorialidade pode também ser concebida como “o conjunto de relações estabelecidas pelo homem, enquanto pertencente a uma sociedade, com a exterioridade e a **alteridade** através do auxílio de mediadores ou instrumentos” (RAFFESTIN, apud HAESBAERT, p. 87). Nessa segunda perspectiva, valoriza-se mais o aspecto simbólico no processo de constituição dos territórios, sem se negar sua dimensão política. Em ambas as concepções, destacam-se o caráter instrumental e relacional dos territórios e territorialidades.

Como ficará mais claro adiante, tal mudança de perspectiva – de uma concepção estática de território, marcado pelas noções de *limites* e *fronteiras*, para uma visão centrada na mobilidade e na *dinâmica das relações sociais* e de poder – abre novas possibilidades para se pensar a história regional e, ao mesmo tempo, valorizar-se o patrimônio cultural local e regional.

Alteridade

É um conceito criado no século XX para expressar o reconhecimento e a valorização da *diferença* como algo inerente à experiência humana. O termo vem do latim *alter* (=outro). Parte do pressuposto de que um indivíduo ou um grupo para afirmar sua própria identidade, precisa se contrapor ao Outro. Ou seja, somente nos conhecemos porque reconhecemos a existência de outras pessoas. Esse reconhecimento implicaria a interpretação dos antropólogos, a percepção de que todas as culturas e todos os povos possuem suas próprias características e valores, e que, portanto, nenhum deve se julgar superior ao outro, pois somos todos diferentes e precisamos uns dos outros para afirmarmos nossas identidades sociais.



Atende aos Objetivos 1 e 2

1. Para se ter uma nova visão da importância da história regional e/ou local, é preciso se recorrer a novos paradigmas teóricos. A mesma Geografia que forneceu as matrizes para a concepção clássica de *região* e *território* tem fornecido, através de novos autores, a oportunidade para se rever essas concepções, ampliando-se a compreensão do tema. Em linhas gerais, quais foram as novas contribuições da Geografia em relação aos conceitos de região e território?

Resposta Comentada

A contribuição de autores como Claude Raffestin e Robert Sack, atualmente considerados como de referência para se pensar esse tópico, aponta para o caráter essencialmente político e dinâmico das relações entre o território, a região e as relações sociais. Nesta perspectiva, os territórios são vistos como recursos mobilizados pelo homem em suas estratégias de controle ou, em outras palavras, como mediação espacial de poder.

História regional, territorialidade e a região do Vale do Paraíba

A expressão História Regional surge na interface entre as contribuições da História e da Geografia para designar um enfoque atento às particularidades das regiões geográficas geralmente desconsideradas pela historiografia de base nacional, estabelecida no século XIX. A *Escola dos Annales*, a partir das décadas de 1920 e 1930, sob a influência do geógrafo francês Vidal de La Blache, produziu estudos com forte cunho regional. Obras como *Felipe II e o Mundo mediterrâneo*, de Fernand Braudel, *A Terra e a evolução Humana*, de Lucien Febvre, em seus próprios títulos, já indicam a importância da Geografia para essa corrente historiográfica. A partir da década de 1950, sob a influência de Braudel, produziram-se inúmeras monografias com enfoques regionais e que poderiam ser qualificadas como de História Regional. Dentre elas, destacam-se *Sevilha e o Atlântico*, de Pierre Chaunu, e *A Catalunha na Espanha moderna*, de Pierre Villar.

É importante salientar que essa aproximação entre a História e a Geografia, promovida pela História Regional, abre inúmeras perspectivas conforme essas disciplinas sofreram profundas transformações ao longo do século XX, não esgota o entendimento do que possa ser essa modalidade historiográfica. Como afirma o historiador José D'Assunção Barros,

Quando um historiador propõe-se a trabalhar dentro do âmbito da História Regional, ele se mostra interessado em estudar diretamente uma região específica. O espaço regional, é importante destacar, não estará necessariamente associado a um recorte administrativo ou geográfico, podendo se referir a um recorte antropológico, a um recorte cultural ou a qualquer outro recorte proposto pelo historiador de acordo com o problema histórico que irá examinar (2004, p. 152).

Pode-se perceber, dessa forma, a importância da incorporação de novos paradigmas teóricos para se renovar a abordagem do estudo do patrimônio cultural, quando se analisa a história da região do Vale do Paraíba. Tradicionalmente, a história desta região esteve associada à história econômica do café, assim como das elites que dominaram a região, principalmente no século XIX. Não obstante, novas pesquisas, realizadas nas últimas décadas, têm apontado a riqueza e a diversidade cultural, e social da região. Porém, tais estudos quase sempre ficam circunscritos aos meios acadêmicos, sem a devida divulgação para a população leiga.

Outro fator que tem influído na visão que se tem a respeito dessa região em particular é a ideia de “ciclo econômico”. Este tipo de perspectiva dificulta a compreensão da dinâmica de qualquer território, pois conduz à crença de que um certo produto absorveu toda a expressão econômico-social de uma região, ao mesmo tempo que se torna o emblema do próprio lugar. Um exemplo é a associação que se faz entre algumas regiões do Brasil e certos produtos agrícolas: o cacau no sertão baiano, a cana-de-açúcar na zona da mata de todo o Nordeste, a borracha na região amazônica. Contudo, outros produtos adquiriram importância nessas mesmas regiões, em diferentes momentos da história local e, às vezes, no mesmo período. Recuperar as características próprias de cada região, para além dos lugares-comuns, é também uma tarefa de preservação do patrimônio e da memória local.

Associações comuns entre lugares e produtos

Ao se pensar a relação entre a região e a ocupação do território, no caso específico do Vale do Paraíba, é importante identificar as formas pelas quais se configuraram as *regiões culturais* que compõem o Vale. De maneira geral, essas regiões guardam relação com as atividades econômicas que se estabeleceram nessas localidades, em diferentes momentos: o plantio e a comercialização do café, ao longo do século XIX; a pecuária leiteira, na primeira

metade do século XX; por fim, o surto industrial, iniciado com a implantação da Companhia Siderúrgica Nacional, em Volta Redonda, na década de 1940. Porém, como apontamos, mesmo essas regiões culturais apresentam diferenças internas que não devem ser apagadas ou diminuídas, buscando-se valorizar a diversidade das expressões econômicas e culturais locais.

A região do Vale do Paraíba recebeu esse nome pelo fato de constituir a parte inicial da bacia hidrográfica do rio Paraíba do Sul, em um complexo que abrange desde o leste de São Paulo até o oeste do estado do Rio de Janeiro. É importante lembrar, porém, que o rio prossegue seu caminho e acaba desaguando no oceano Atlântico, na região Norte do Rio de Janeiro. A chamada região do Vale do Paraíba fluminense propriamente dita; portanto, corresponde apenas ao curso superior do rio, onde adquire aspectos socioeconômicos relativamente homogêneos.



Figura 13.5: Curso do rio Paraíba do Sul, cortando o estado do Rio de Janeiro.

Fonte: Adaptado de: <http://www.transportes.gov.br/bit/mapas/mapclick/hidro/bcleste.jpg>



O inventário das fazendas do Vale do Paraíba fluminense

Está disponível no portal do Inepac (www.inepac.org.br) um amplo e exaustivo inventário das fazendas da região do Vale do Paraíba remanescentes e circunscritas ao estado do Rio de Janeiro.

Além de detalhadas informações sobre o valioso patrimônio cultural dessa região – com documentos de época, fichas descritivas dos bens, mapas, iconografia etc. –, o portal possui ainda numerosos textos que tratam dos mais variados aspectos da sociedade, da economia e da cultura locais. Trata-se de um amplo esforço de divulgação da riqueza cultural dessa região. Dessa maneira, contribui também para suprir a disparidade entre o conhecimento acadêmico e as informações tradicionalmente difundidas pelos roteiros turísticos, muitas vezes desatualizadas e nem sempre confiáveis.

O café na história do Brasil

Grande parte dos estudos sobre o Vale do Paraíba está voltada para uma época específica: a segunda metade do século XIX, durante a qual a economia cafeeira teria atingido uma grande rentabilidade na região.

O café chegou à região ainda no final do século XVIII, mas somente ganhou impulso depois da decadência da produção cafeeira em São Domingos (ilha das Antilhas, dividida atualmente pelos territórios da República Dominicana e do Haiti) – até então a maior colônia exportadora de café do mundo –, em virtude da revolta dos escravos de 1799.

Ao longo do século XIX, o café brasileiro consolidou-se no mercado internacional, tornando-se o principal produto na pauta das exportações brasileiras. Em 1822, o Brasil já despontava como o maior exportador mundial de café. Afora o completo domínio que o Brasil assumiu no mercado mundial do artigo ao longo do século XIX, o volume inaudito de sua produção foi central para a própria

transformação da natureza do mercado que deixou de ser de luxo para a escala do consumo de massa (TOPIK, 1987).

A região do Vale do Paraíba do Sul, correspondendo a terras das antigas províncias de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais, passou por uma completa alteração no curso de duas gerações: relativamente desocupado em 1800, cinquenta anos depois se transformou em uma típica economia escravista agroexportadora.



Figura 13.6: Retrato dos trabalhadores da época: *Negro e negra n'uma fazenda* (litogravura s/ papel, 38,5 x 33 cm). Século XIX. Acervo Artístico-cultural dos Palácios do Governo, São Paulo. Johann Moritz Rugendas (1802-1858).

Fonte: http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/thumb/9/9f/Rugendas_-_Negro_e_Negra_n%27uma_Fazenda.JPG/476px-Rugendas_-_Negro_e_Negra_n%27uma_Fazenda.JPG

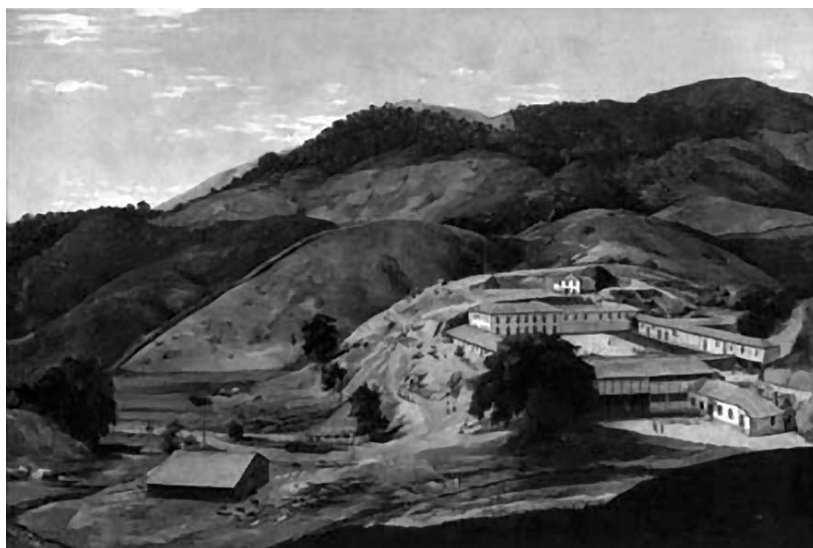


Figura 13.7: *Fazenda Recreio – Bemposta, 1881.* Óleo sobre tela de Johann Georg Grimm.

Fonte: http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/f/fa/Johann_Georg_Grimm_1881%2CFazenda_Recreio_-_Bemposta.jpg

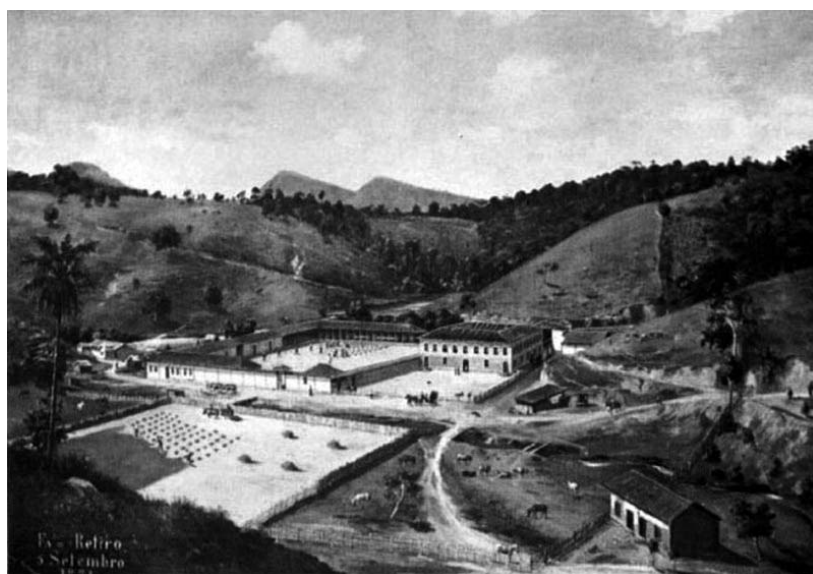


Figura 13.8: *Fazenda Retiro.* Óleo sobre tela de Johann Georg Grimm.

Fonte: http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/thumb/0/07/Johann_Georg_Grimm_%281881%29%2CFazenda_Retiro.jpg/800px-Johann_Georg_Grimm_%281881%29%2CFazenda_Retiro.jpg

Algo semelhante havia ocorrido em outros momentos e espaços na história do Brasil, como na zona da mata pernambucana e no Recôncavo baiano, na passagem do século XVI para o século XVII, ou em Campos dos Goytacases e no Maranhão, nas décadas finais do século XVIII. Porém, a escala que se verificou no Vale do Paraíba foi inédita e seu impacto para a conformação do Estado Nacional brasileiro, decisivo (MARQUESE, 2004).

O café e o Vale do Paraíba

Já se escreveu que se a cafeicultura tivesse deitado raízes em outra região do território nacional, e não nas proximidades da Corte, a história do Império teria sido outra. Daí o dito oitocentista “O Brasil é o Vale”, que se tornou largamente conhecido na época. E a consolidação da economia cafeeira foi fundamental para a afirmação da região do Vale do Paraíba.

Inicialmente, ocupando as áreas da baixada litorânea e fluminense, o café ocupou a região da serra da Mantiqueira, mais especificamente a partir da segunda década do século XIX (SALLES, 2008).



Fernando Rebelo

Figura 13.9: Café da variedade arábica.

Fonte: <http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/thumb/6/6a/CoffeeDetail.jpg/800px-CoffeeDetail.jpg>

Os números da expansão cafeeira no Vale do Paraíba do Sul são espantosos. Em 1850, o Brasil já era o maior exportador mundial: eram exportadas 213.000 toneladas de café, das quais 133.000 toneladas, ou seja, 62% eram fluminenses – com destaque para Paty do Alferes, Paraíba do Sul, Barra Mansa, Rezende, Valença e Vassouras. Em 1852, a produção fluminense correspondia a 7.193.000 arrobas, ou seja, 77,10% da produção brasileira.

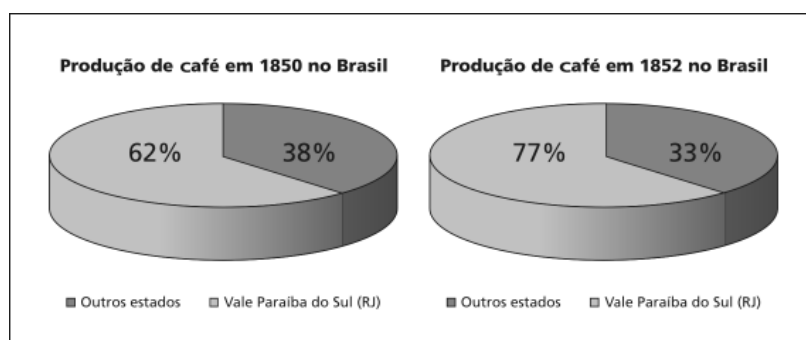


Figura 13.10: Comparação entre a produção de café do Vale do Paraíba do Sul e outros estados, anos de 1850 e 1852.

No período de 1856 a 1859, a produção fluminense de café foi de 63.804.764 arrobas de café, contra 9.904.705 arrobas de São Paulo e de 6.333.493 arrobas de Minas Gerais, ou seja, os fluminenses produziram, sozinhos, quatro vezes mais que São Paulo e Minas Gerais juntos. Em 1860, a produção fluminense totalizava 8.746.361 arrobas, ou seja, 81,57% da produção brasileira.

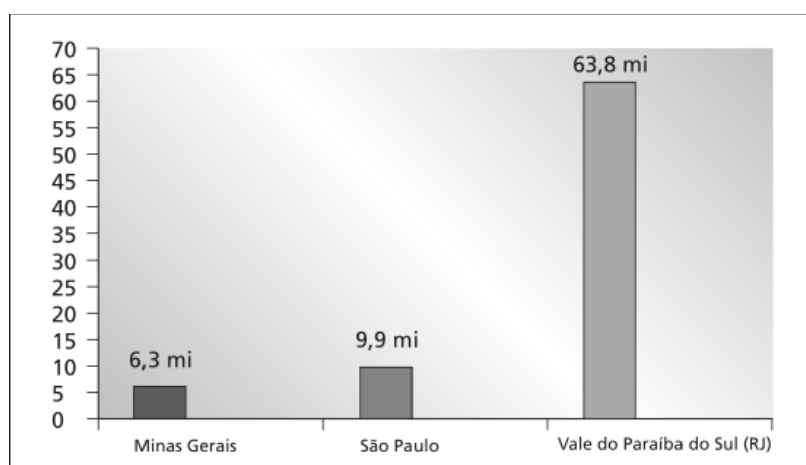


Figura 13.11: Comparação entre a produção de café de Minas Gerais, São Paulo e Vale do Paraíba do Sul, de 1856 a 1859, em arrobas.

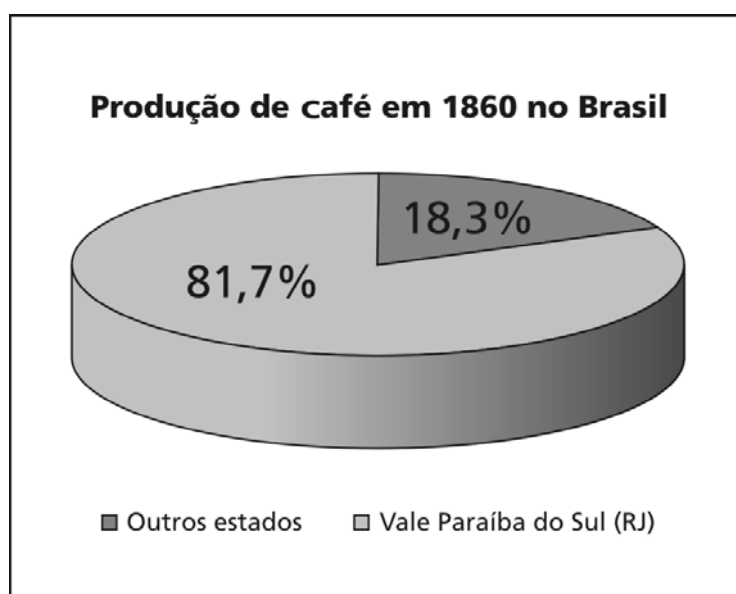


Figura 13.12: Distribuição da produção de café do Vale do Paraíba do Sul e outros estados, em 1860.

A fronteira aberta e a mobilidade proporcionada pelo trabalho escravo, somadas à construção da malha ferroviária após 1860 e à adoção de maquinário avançado de beneficiamento permitira se poupar mão de obra e deslocar mais cativos à lavoura. Nesse

aspecto, residem os motivos que fizeram prosperar o Vale do Paraíba. Com base nesta produção, o Brasil conseguiu impor-se em um mercado internacional em crescente ascensão, uma vez que o café tornava-se uma bebida de massa. O país determinava os preços mundiais de um produto diretamente ligado ao cotidiano das sociedades industriais.

A ocupação do território do Vale do Paraíba foi profundamente marcada pelos intensos fluxos de escravos africanos ou mesmo oriundos do tráfico interprovincial e pela grande devastação que arrasou no espaço de três gerações uma das mais ricas coberturas florestais do mundo.



Figura 13.13: Paisagem de um dos resquícios de Mata Atlântica que sobreviveu à devastação.

Fonte: http://farm1.static.flickr.com/179/411530905_af680ec00b.jpg?v=1173114472

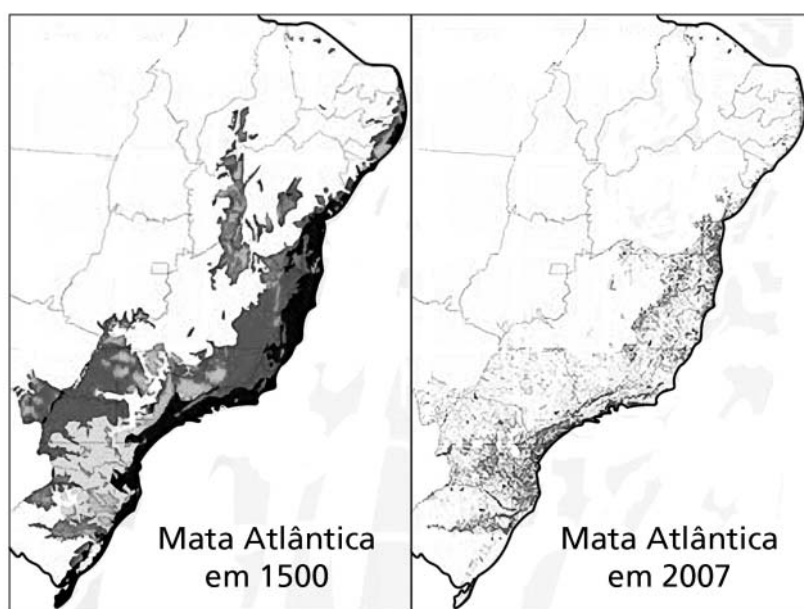


Figura 13.14: Evolução da devastação da Mata Atlântica, de 1500 a 2007.

Fonte: <http://naturezaesustentabilidade.files.wordpress.com/2010/10/mata-atlantica-1.jpg>



Panorama da Floresta da Tijuca

Um caso muito interessante, envolvendo a devastação da Mata Atlântica e as plantações de café, revela-se na história da Floresta da Tijuca, uma das maiores áreas verdes urbanas do mundo, que hoje integra o Parque Nacional da Tijuca, dentro da cidade do Rio de Janeiro. Esta exuberante floresta, quem diria, é fruto de um reflorestamento de uma área inteiramente desflorestada por plantações de café que ocupavam a área no tempo do Império. Não demorou para que as consequências desta devastação atingissem a vida dos moradores da cidade, cuja população crescia cada vez mais.

Com o fim da mata nativa, o abastecimento de água potável da então capital do Império começava a escassear. Assim, durante o Segundo Reinado, começaram os trabalhos de reflorestamento do local. A missão foi confiada ao major da polícia militar Archer, que iniciou o trabalho com seis escravos em 1861. Foram plantadas 100 mil mudas em 13 anos, principalmente espécies nativas da Mata Atlântica. O substituto do major Archer, o barão d'Escragnolle, empreendeu um trabalho de paisagismo, transformando a floresta em um parque para uso público, com lagos, fontes e locais de lazer.



Fonte: [http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/4/4b/Floresta Tijuca RJ.jpg](http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/4/4b/Floresta_Tijuca_RJ.jpg)

Contudo, o avanço cafeeiro no Brasil dependeu de arranjos políticos que dessem segurança institucional aos que investiam no ramo. Todos os escravos africanos importados após 1831 eram formalmente livres, mas em momento algum o Estado questionou a posse efetiva dos fazendeiros.

De acordo com Emilia Viotti da Costa (1990), depois da Independência, o tráfico de escravos permaneceu no Brasil como

se ignorássemos o Tratado de 1817, pelo qual as autoridades portuguesas e britânicas comprometiam-se a reprimir o tráfico de escravos. A Inglaterra que, nesse momento, dominava os mares e era responsável por metade do montante do mercado mundial, continuou a exercer pressões que levaram à promulgação da lei de 7 de novembro de 1831, que libertava os escravos desembarcados no Brasil após essa data e determinava a extinção do tráfico de escravos africanos. Para compreender por que isso aconteceu, é necessário fazer referência ao grande desenvolvimento das lavouras cafeeiras, em especial na província do Rio de Janeiro, e à crescente necessidade de mão de obra escrava que tal atividade demandava. Muitos foram os fazendeiros que, tendo em vista a extinção progressiva do tráfico após a promulgação da lei, empenharam-se em fazer estoques e, nesse sentido, a tendência foi aumentar o preço dos cativos e o desembarque clandestino que contava principalmente com a conivência das autoridades.

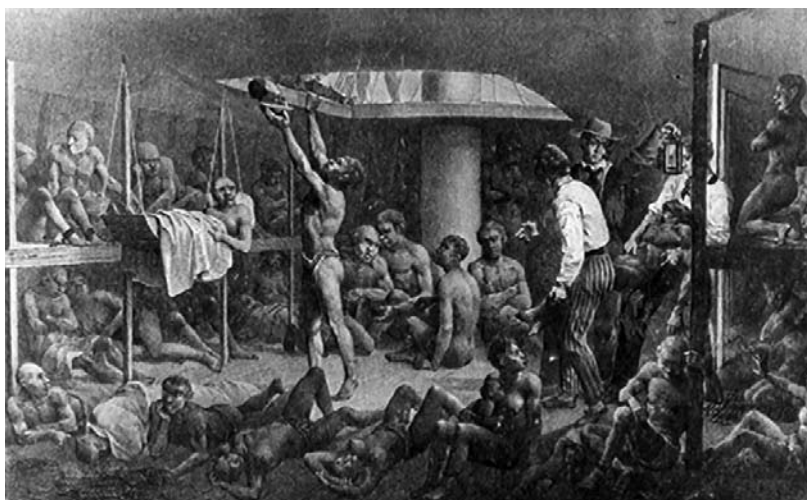


Figura 13.15: *Navio negreiro*, 1830. Obra de Johann Moritz Rugendas.

Fonte: http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/7/7a/Navio_negreiro_-_Rugendas.jpg



Figura 13.16: Mercado de escravos nas ruas do Rio de Janeiro, 1824. Ilustração de Edward Francis Finden (1791-1858).

Fonte: http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/thumb/c/c9/Slave_market_at_Rio_de_Janeiro.jpg/800px-Slave_market_at_Rio_de_Janeiro.jpg



No ápice do tráfico negreiro, mais de 775 mil crianças africanas foram escravizadas e levadas para o Brasil*

Recentes pesquisas sobre o tráfico de escravos da África para as Américas revelam dados ainda mais estonteantes sobre o assunto. O historiador David Eltis, da Universidade de Emory, em Atlanta (EUA), Eltis, que é um dos maiores especialistas mundiais no tema, nos confirma que, no fim da era escravagista, um em cada três africanos escravizados era criança. Os dados de Eltis indicam que, entre 1800 e 1850, quase 2,3 milhões de escravos foram enviados ao Brasil. Destes, cerca de 775 mil eram crianças. Em outro estudo, publicado no *Journal of Economic History* pelos pesquisadores David Richardson, da Universidade britânica de Hull, e Simon Hogerzeil, do

Centro Psicomédico Parnassia holandês, mostrou que crianças reagiam melhor à travessia que os adultos. Segundo Richardson, “no fim da era escrava havia uma percepção geral, por parte dos mercadores, de que as crianças eram mais maleáveis que os adultos, que poderiam ser treinadas em habilidades específicas”. Dentro de um navio negreiro, as crianças também reagiriam melhor à experiência traumática do que os adultos, cuja taxa de mortalidade, em relação às crianças, era o dobro. Antes que o navio zarpassse para a viagem transatlântica propriamente dita, uma criança passava em média quatro meses dentro da embarcação – um prazo mais de 40 dias superior ao passado por homens. Em uma viagem típica, os navios da Middelburgsche Commerce Compagnie, que operava no oeste africano, no século XVIII, zarpariam com 253 escravos, perderiam 33 ao longo do trajeto e venderiam 220 nas Américas.

Entre 1500 e 1867, 5,5 milhões de escravos tinham como destino o Brasil. Destes, apenas 4,9 milhões desembarcaram em portos brasileiros.

O aumento da “importação” de crianças escravas, segundo o historiador Manolo Florentino, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, pode ser explicada também pela hipótese de os senhores brasileiros terem sentido a necessidade de comprar mais mulheres e crianças para garantir mão de obra futura, caso o tráfico negreiro fosse proibido.

*Texto adaptado da reportagem publicada no *site* da BBC Brasil, em 9 de abril de 2007, “No ápice do tráfico, Brasil recebeu 775 mil crianças escravas”. Autor: Pablo Uchoa.

Fonte: http://www.bbc.co.uk/portuguese/reporterbbc/story/2007/04/070405_crianças_escravas_pu.shtml

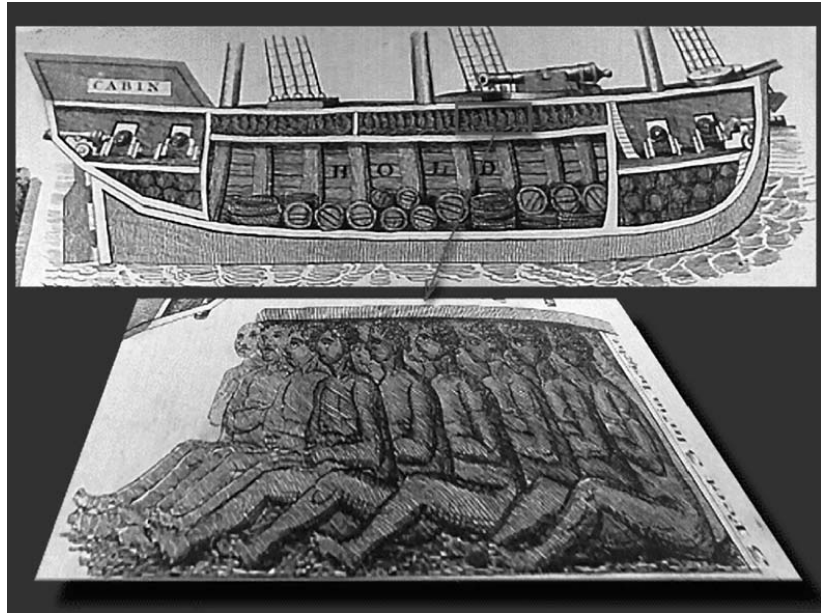


Figura 13.17: Esquema mostrando como eram transportados escravos em um navio negreiro. Retirado de *Notices of Brazil*, Walsh, 1831.

Fonte: <http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/4/4d/NavioNegreiro.gif>

O fortalecimento da economia do eixo Sudeste, sustentáculo da Corte, demandou uma larga utilização da mão de obra escravista, particularmente na lavoura cafeeira. Ao contrário do período colonial, quando as plantações de cana-de-açúcar praticamente monopolizavam a utilização do escravo africano, em 1872, o Sudeste concentrava 69% dos cativos do país. Por esse meio, consolidou-se a transferência definitiva do eixo econômico do Nordeste açucareiro para o Sudeste cafeeiro.

As redes comerciais e os comerciantes de grosso trato também foram fundamentais para assegurar o fornecimento de escravos necessário à expansão da atividade açucareira na baixada fluminense e à ocupação das regiões cafeeiras próximas ao rio Paraíba do Sul, assim como para assegurar o poder político da Corte no Rio de Janeiro.

Foram esses condicionamentos de identidades mais amplos – o Império, a nobreza e o sistema escravista – que passaram a balizar e conferir identidade às práticas desenvolvidas no âmbito local.

As fazendas do Vale do Paraíba

Alguns autores apontam a tendência da historiografia tradicional brasileira – Celso Furtado, Roberto Simonsen, Caio Prado Junior, entre outros – em veicular a ideia de que a produção cafeeira no Brasil advinha principalmente de propriedades de grandes dimensões e com o emprego de uma centena ou mais de escravos. Pesquisas no campo da demografia histórica, realizadas após a década de 1980, procuraram rever essa imagem, apontando a existência também de pequenos e médios proprietários na região.

Não há estudos sistemáticos nesse sentido que possam dar conta de todos os grandes municípios escravistas do Vale do Paraíba fluminense, tais como: Vassouras, Valença, Cantagalo, Piraí, Barra Mansa e Paraíba do Sul. Para o caso específico do município de Vassouras, há o estudo de Ricardo Salles no qual o autor afirma que a propriedade escrava foi disseminada nesse município e muito concentrada: 21% dos senhores possuíam 70% dos cativos (escravos) e essa acumulação ocorreu entre 1836 e 1850, durante a vigência do tráfico transatlântico ilegal. Com esses dados, verifica-se que o grosso da produção de café em Vassouras era obtido em unidades de escravarias maiores, o que pode ser generalizado para outros municípios do Vale. Aliás, os trabalhos sobre a estrutura fundiária do Vale do Paraíba documentam a presença substantiva de sítios e situações com menos de 50 alqueires que englobavam grande parte das posses rurais, afora uma miríade de agregados e pequenos posseiros que dependiam de acordos com os grandes senhores para sua permanência na terra, em uma relação cheia de tensões (MATTOS; SCHNOOR, 1995).

A distribuição das propriedades rurais era uma espécie de colcha de retalhos, com uma mescla caótica das grandes fazendas, fazendolas, sítios e posses de agregados, o que estava ligado não só às particularidades da ocupação agrária da região, mas também ao papel desempenhado pelo jogo político local, baseado em práticas de **clientelismo** (GRAHAM, 1997).

Clientelismo

É a prática eleitoreira de certos políticos que consiste em privilegiar uma clientela (conjunto de indivíduos dependentes) em troca de seus votos; troca de favores entre quem detém o poder e quem vota.

Fonte: *Dicionário Houaiss*

Por outro lado, a produção de café era plenamente viável com as pequenas propriedades que procuravam combinar o plantio desse produto, destinado ao mercado externo com outros alimentos. Para Stanley Stein, essa prática seria modificada com a crescente valorização do café, o que teria contribuído para o alto preço dos alimentos e para o esgotamento das terras progressivamente. As necessidades de controle da escravaria também determinavam as formas de plantio em fileiras nos morros e o tamanho máximo das propriedades que era ditado pelo tempo de deslocamento dos trabalhadores da quadra da senzala ao eito (trabalho). Nisto reside o porquê de muitos megaproprietários fundarem várias fazendas contíguas, cada qual com sua sede. Fazendas muito extensas levavam ao dispêndio de tempo e energia dos trabalhadores.

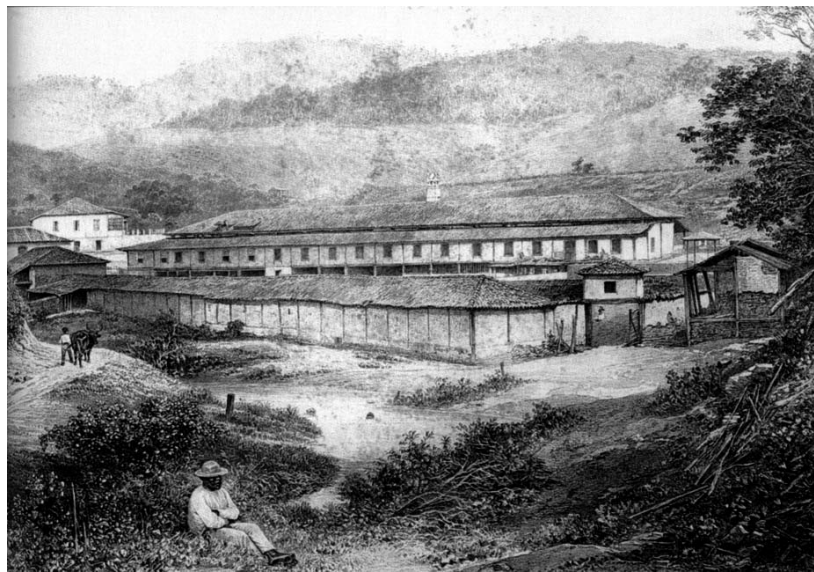


Figura 13.18: Engenho de café da fazenda Governo. Litografia baseada em fotografia de Victor Frond, 1860.

Fonte: http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/8/80/Fazenda_Governo.jpg

A configuração interna das fazendas era uma paisagem descontínua em função da topografia e das estratégias de gestão adotadas. O plantio alinhado de pés de café corria os morros e os terrenos de derrubada e queimada da mata. Durante o período

de crescimento, cultivava-se milho e feijão e os arbustos de café duravam em média 25 anos, embora a partir dos 15 a produção caísse significativamente. Nas áreas de várzea, plantavam-se alimentos e cana-de-açúcar.



Figura 13.19: Fazenda Piedade. Casa-grande da fazenda de plantação de café, fundada no século XVII, em Paty do Alferes, Rio de Janeiro. Foto de 1920. Fonte: CASTRO, Maria Werneck de. *No tempo dos barões*. Rio de Janeiro: Bem-Te-Vi Produções Literárias, 2004, p. 154. Disponível em: http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/thumb/9/96/Fazenda_Piedade.jpg/800px-Fazenda_Piedade.jpg

As consequências do método agrônômico que possibilitava grandes taxas de exploração do trabalho escravo, crescente em função da progressiva especialização das fazendas, foram a erosão, o esgotamento do solo e o envelhecimento dos pés que por sua vez demandava constantes replantios. Os recursos técnicos existentes implicavam o sistema altamente devorador de terras com perdas constantes nas áreas já utilizadas, exigindo a constante incorporação de novas terras.

A partir de 1870, a produção de café dessa região começou lentamente a entrar em declínio. Entre 1879 e 1884, a província fluminense exportava ainda o equivalente a 55,91% da produção

brasileira. Mas em 1880, a região oeste de São Paulo tem a produção de café consolidada e dando lucro. O trabalho era apoiado no braço do imigrante que veio num total de 33.310 pessoas, entre 1822 a 1887 das quais, 28.840 italianos. Em 1886, pela primeira vez, a produção de café em São Paulo superou a produção fluminense.

Como consequência desse processo, as antigas fazendas de café do Vale do Paraíba entraram em decadência e somente encontraram uma possibilidade de ressurgência bem mais tarde, quando o olhar do patrimônio cultural veio reconhecer essa região e suas inúmeras fazendas como capítulos de uma história muito rica, mas superada. Porém, de maneira preocupante, esse reconhecimento não veio acompanhado de uma discussão sobre o papel da escravidão e dos afrodescendentes nessa região. Os escravos, cujos remanescentes materiais (moradias, cultos religiosos, expressões culturais) permaneceram quase sempre ocultos das narrativas históricas tradicionais, continuaram em segundo plano nesse processo de patrimonialização.



Figura 13.20: Plantação de café.

Fonte: http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/thumb/0/0c/Coffee_plantation_in_Brazil.jpg/800px-Coffee_plantation_in_Brazil.jpge



Frank and Frances Carpenter Collection

Figura 13.21: Uma lavoura de café, provavelmente no interior de São Paulo, início do século XX.

Fonte: http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/thumb/9/99/Lavoura_de_caf%C3%A9.jpg/466px-Lavoura_de_caf%C3%A9.jpg

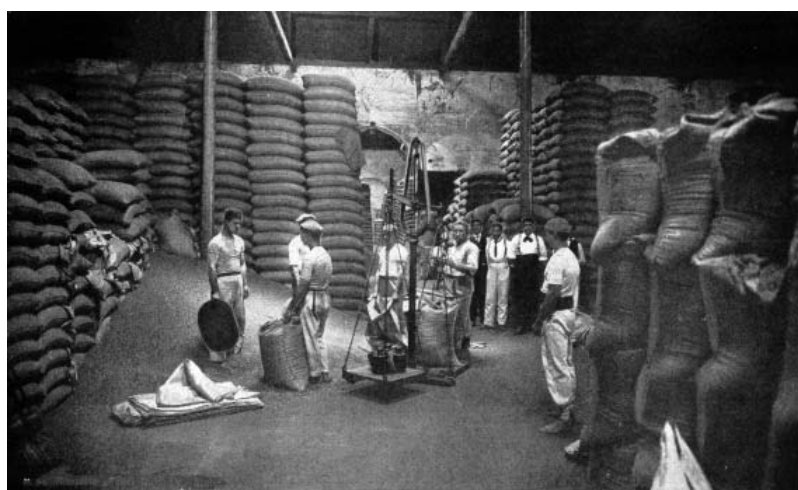


Figura 13.22: Preparação do café para o embarque.

Fonte: http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/b/b8/Preparing_for_coffee_shipment.jpg



Figura 13.23: Café sendo embarcado no porto de Santos (SP), 1880.

Fonte: http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/1/1b/Cafe_porto_Santos_1880.jpg



Atende ao Objetivo 3

2. “Produção em massa, escravização em massa, destruição em massa: tais foram os signos da modernidade que conformaram a paisagem histórica do Vale do Paraíba.” Essa frase lapidar do historiador Rafael Marquese indica um dos aspectos centrais da ocupação territorial da região do Vale do Paraíba. Aponte aspectos econômicos e sociais que caracterizaram a região cafeeicultora.

Resposta Comentada

O papel que o café adquiriu na economia mundial e sobretudo o caráter central que assumiu na economia brasileira, tornou a lavoura cafeeira o ponto de convergência da exploração econômica exaustiva do solo e da exploração exaustiva da mão de obra escrava, fornecida em fluxos cada vez mais intensos, ao longo do século XIX, vindos da África ou de outras áreas do país. A lavoura cafeeira estendeu-se sobre a região, devastando de maneira irreversível a Mata Atlântica. Assim, as fazendas do café – grandes ou pequenas – dessa região configuraram-se na fronteira entre a natureza (a qual moldou de acordo com sua ocupação territorial) e os escravos, cujos remanescentes materiais (moradias, cultos religiosos, expressões culturais) permaneceram quase sempre ocultos das narrativas históricas tradicionais.

Depois do café: outras atividades econômicas no Vale do Paraíba e a sua patrimonialização

No século XX, a pecuária veio substituir a lavoura cafeeira como principal atividade econômica da região, propiciando uma transformação profunda na paisagem das propriedades rurais e nos municípios vizinhos. A partir da década de 1930, com a decadência definitiva do café, a região tornou-se o segundo maior polo produtor de leite do país.



Figura 13.24: Pecuária de leite.

Fonte: http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/4/44/Cow-IMG_2050.JPG

Seguindo a devastação produzida pela decadência do café, proliferou naquela região o capim-gordura (proveniente, tanto quanto o café, da África). Com ele, completou-se o processo de devastação da Mata Atlântica, iniciado pelo uso exaustivo do solo pela cafeicultura. Nesse sentido, o capim preparou o caminho para os pastos, garantindo aos ex-senhores de escravos a manutenção da integridade física de seus territórios, ao menos nas primeiras décadas após a Abolição. Da mesma forma, os novos proprietários dessas terras ampliaram o uso da pecuária, adaptando as antigas fazendas à nova atividade econômica.



Figura 13.25: Arroz plantado na várzea.

Fonte: http://www.embrapa.gov.br/imprensa/noticias/2005/folder.2005-08-02.7000118442/foldernoticia.2005-08-10.9180940532/noticia.2005-08-17.0523329084/image_mini

A preservação do patrimônio cultural no Vale do Paraíba Fluminense

Talvez o maior desafio na preservação da memória coletiva dessa região seja combinar a recuperação material das fazendas – processo atualmente em curso, através da criação de roteiros turístico-culturais – com o resgate de outras expressões culturais, muitas vezes ocultas sob o véu do “tempo dos barões do café”. Particularmente, toda a memória relacionada com as senzalas: suas formas de sociabilidade, sua religiosidade, suas manifestações culturais, como o congo, o jongo, além da questão dos remanescentes de quilombos, que sobrevivem e têm se tornado, nos últimos decênios, o ponto focal da retomada dessa memória dos ex-escravos.

Destacaremos a seguir apenas alguns exemplos dessas expressões culturais que vêm sendo objeto também de atenção das instituições de preservação e da ação do estado brasileiro, num processo de reparação e confronto com o próprio passado nacional.

Em primeiro lugar, as próprias *fazendas de café* devem ser vistas como expressões ligadas a esta cultura. Elas devem ser entendidas não apenas como expressão de um poder senhorial, mas também como um modo de viver daqueles que a rodeavam: agregados e escravos domésticos. As fazendas simbolizavam o centro desse universo de relações, que marcou a história da constituição do Estado nacional brasileiro.

Em segundo, os *caminhos antigos*, que contam também a história da unificação do território nacional, pelas trilhas dos tropeiros, que faziam o comércio entre São Paulo, Minas Gerais e a antiga capital federal, o Rio de Janeiro, criando uma decisiva rede de abastecimento comercial interno. Porém, esses caminhos indicam também a construção da própria região sul paraibana, intimamente atrelada à história do poder imperial brasileiro. As ruínas das edificações, construídas ao longo das estradas, os vestígios do calçamento de pedra e a mata circundante revelam essa intensa relação da paisagem com a história local.

Por fim, as manifestações associadas aos descendentes de escravos, sobretudo de origem banto. Estas manifestações estão se organizando cada vez mais na região, como o jongo e o congo, que compõem um outro retrato da região, para além do estereótipo das grandes famílias do Sudeste cafeeiro. Enquanto a ênfase dos roteiros e guias turísticos ainda continuam atrelados à família senhorial, em todas as suas representações de poder e riqueza, a atuação política dos remanescentes quilombolas – moradores da região – têm propiciado a (re)valorização das manifestações populares locais, inclusive por meio da criação de novos roteiros turístico-culturais que contemplam as terras dos quilombos e os locais onde se praticam suas celebrações.



Jongo



Ricardo Gomes Lima

Figura 13.26: Festa conhecida por Caxambu de Miracema.

Fonte: <http://www.iphan.gov.br/bcrE/imagemServlet/?id=11191>

O jongo é uma forma de expressão afro-brasileira que integra percussão de tambores, dança coletiva e práticas de magia. É praticado nos quintais das periferias urbanas e em algumas comunidades rurais do Sudeste brasileiro. Acontece nas festas de santos católicos e divindades afro-brasileiras, nas festas juninas, nas festas do Divino, no 13 de maio da abolição da escravidão. É uma forma de louvação aos antepassados, consolidação de tradições e afirmação de identidades. Tem suas raízes nos saberes, ritos e crenças dos povos africanos, principalmente os de língua banto. São sugestivos dessas origens o profundo respeito aos ancestrais, a valorização dos enigmas cantados e o elemento coreográfico da umbigada.

No Brasil, o jongo consolidou-se entre os escravos que trabalhavam nas lavouras de café e cana-de-açúcar, no Sudeste brasileiro, principalmente no vale do Rio Paraíba. Trata-se de uma forma de comunicação, desenvolvida no contexto da escravidão e que serviu também como estratégia de sobrevivência e de circulação de informações codificadas sobre fatos acontecidos entre os antigos escravos por meio de pontos que os capatazes e senhores não conseguiam compreender. O jongo sempre esteve, assim, em uma dimensão marginal em que os negros falam de si, de sua comunidade, através da crônica e da linguagem cifrada. É também conhecido pelos nomes de tambu, batuque, tambor e caxambu, dependendo da comunidade que o pratica.

Iniciado o toque dos tambores, forma-se uma roda de dançarinos que cantam em coro, respondendo ao solo de um deles. Os tambores e os batuqueiros estão sempre na roda ou perto dela. São várias as maneiras de se dançar o jongo. Sozinhos ou em pares, os praticantes vão ao centro da roda, dançam até serem substituídos por outros jogueiros. Muitas vezes se nota, no momento da substituição, o elemento coreográfico da umbigada.

Fonte: Texto extraído do banco de dados do patrimônio imaterial brasileiro, disponível em: <http://www.iphan.gov.br/bcrE/pages/folBemCulturalRegistradoE.jsf>. O jongo foi registrado como patrimônio cultural de natureza imaterial pelo Iphan, em 15/12/2005.

Atividade Final

Atende aos Objetivos 3 e 4

À Fundação Palmares cabe reconhecer e apoiar as comunidades quilombolas existentes atualmente no Brasil. Faça uma pesquisa no *site* da Fundação e procure identificar as comunidades, localizadas na região do Vale do Paraíba, abordadas nesta aula e escreva um comentário sobre o reconhecimento dessas comunidades e o esquecimento sofrido pelos ex-escravos em nossa história.

Resposta Comentada

Existem, até o momento, 23 comunidades quilombolas, reconhecidas em todo o estado do Rio de Janeiro. Em municípios da região do Vale do Paraíba, como São Fidélis, Campos dos Goitacazes e Valença estão localizadas algumas dessas comunidades.

Esse reconhecimento tardio comprova a pouca atenção dada aos descendentes de escravos que permaneceram nessa região e em todas as outras do Brasil. Como tratamos antes, os estudos de história que trataram dessa região apagaram quase completamente a história desses grupos sociais. Mesmo a revalorização da região inicialmente se concentrou na proteção dos vestígios materiais da história do café, as fazendas, mais do que nas pessoas que ainda permaneciam nesses territórios.

RESUMO

A compreensão da especificidade da história regional é importante por possibilitar um maior entendimento das características e da dinâmica própria de cada região. A valorização das expressões culturais das regiões implica a utilização de novos conceitos emprestados da Geografia: *região*, *território* e *territorialidade*. Estas são categorias importantes para se (re)pensar a relação entre a história regional e a preservação do patrimônio.

Em particular, o conceito de *região* aponta para as relações do poder do Estado com a ocupação do território. As regiões são expressões dessas relações de poder, materializadas no espaço do estado nacional.

O caso da região do Vale do Paraíba ilustra exemplarmente essa articulação entre Estado, território e região. Toda sua ocupação deu-se pelo exercício de uma atividade econômica – o plantio do café que se tornou fundamental para a sustentação da economia do Estado imperial brasileiro no século XIX e para a formação da sociedade brasileira, ancorada na nobreza senhorial, ligadas às fazendas de café e à mão de obra escrava de origem africana.

Contudo, o surgimento de novas atividades econômicas, principalmente a pecuária, já no século XX, indica a existência de outros aspectos dessa região que permanecem pouco estudados. O impacto dessas atividades na região alterou a paisagem local, até então emoldurada pelo cenário de decadência das fazendas de café.

Um último aspecto que merece ser lembrado é o da memória escrava: além das representações da classe senhorial, atualmente outras manifestações têm se feito presentes, reivindicando a valorização da herança africana, em especial os quilombolas, descendentes dos antigos escravos, com suas tradições culturais, como o jongo e o congo, conseguindo inclusive, por meio de muitas lutas, o reconhecimento oficial do estado brasileiro.

Aula 14

Patrimônio cultural
e globalização:
entre o local,
o nacional e o
universal

Claudia Baeta Leal

Meta da aula

Apresentar a temática do patrimônio cultural na atualidade, diante de fenômenos como a globalização e a valorização da diversidade cultural.

Objetivos

Esperamos que, ao final desta aula, você seja capaz de:

1. definir a temática do patrimônio cultural na atualidade, a partir dos valores acionados na identificação dos patrimônios em nível local, nacional e internacional;
2. identificar a diversidade cultural entre os valores acionados na patrimonialização de bens culturais.

Pré-requisitos

Para que você compreenda melhor esta aula, ajudará também uma revisão da quarta aula desta disciplina, na qual foi discutida a criação de um sistema internacional de patrimônio cultural, em que foram apresentados documentos e entidades que participaram do processo de constituição, em escala internacional, do campo do patrimônio cultural; a 10ª aula, sobre patrimônio e história regional, em que foi discutida, entre outras, a noção de região e de regional; assim como a 12ª aula, sobre o tema do turismo e patrimônio cultural, na qual apresentamos as formas de apropriação dos bens culturais pela atividade turística.

INTRODUÇÃO

O objetivo desta aula é discutirmos a questão do patrimônio cultural na atualidade, em vista da globalização e dos diversos valores – local, nacional, regional, universal – acionados na preservação dos bens culturais pelas diversas instâncias e pelos diversos agentes envolvidos com as ações de identificação, seleção, proteção e salvaguarda do patrimônio.

Para pensarmos a questão do patrimônio cultural na atualidade, temos de levar em conta muitos dos pontos levantados durante esta disciplina. Além da própria consolidação da noção de patrimônio, com a formação dos Estados Nacionais (Aula 2); além das instituições que se ocuparam e vêm se ocupando da questão ao longo do tempo (Aulas 3 e 11); além da própria formação do campo da preservação do patrimônio cultural (Aulas 3, 4 e 5); podemos discutir as divisões internas a esse campo, muitas vezes relacionadas aos objetos eleitos como bens culturais patrimonializáveis ou patrimonializados (Aulas 6, 7, 8 e 13), e as consequentes ações necessárias para a proteção e salvaguarda desses bens. Discutimos também algumas outras ações que relacionam a preservação do patrimônio cultural ao desenvolvimento, à sustentabilidade e promoção dos bens culturais e à formação de agentes da preservação, como o turismo, a educação patrimonial e o ensino de História (Aulas 9 e 12). Neste momento, com base nos pontos estudados até agora, vamos procurar debater a importância da temática do patrimônio cultural na atualidade, assim como entender como isso se reflete nas ações de preservação brasileiras, que tendem a valorizar a diversidade cultural, ao mesmo tempo em que dialogam com ações internacionais, com vistas a valores universais.

Para tanto, vamos partir de dois textos que contribuem bastante para discutirmos a questão dos valores em jogo na patrimonialização dos bens culturais – seja na relação entre valores nacionais e mundiais frente à globalização, seja no que diz respeito à própria diversidade cultural dos povos. Trabalharemos com a Convenção sobre a Proteção

do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural (1972) e Convenção sobre a Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais (2005).

Patrimônio Mundial

Origens da noção de patrimônio da humanidade

Na aula em que tratamos da criação de um sistema internacional de patrimônio (Aula 4), apresentamos alguns documentos que constituem as Cartas Patrimoniais. Naquele momento, a nossa discussão parou pouco depois da criação da Organização das Nações Unidas e da Unesco, em 1945, e da elaboração da Convenção para a Proteção de Bens Culturais em Caso de Conflito Armado, de 1954. No entanto, as iniciativas de elaboração de documentos e criação de organizações desse gênero, voltados para a proteção do patrimônio cultural em nível internacional, estenderam-se ao longo de todo o século XX e também nesses anos do século XXI.



Figura 14.1: Bandeira oficial do Patrimônio Mundial da Unesco. A noção de Patrimônio Mundial é um marco importante na preservação do patrimônio cultural.
Fonte: http://commons.wikimedia.org/wiki/File:UNESCO_World_Heritage_flag-standing.jpg

Entre estas, temos Convenção sobre a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural (1972), principal marco oficial de criação da categoria de patrimônio mundial. Ainda que tenhamos esta data, as iniciativas de proteção e salvaguarda de bens culturais e naturais considerados de importância universal por meio da proteção coletiva são mais antigas. A própria Unesco localiza-as em 1959, durante um episódio que envolveu esse organismo e a comunidade internacional: trata-se da construção da Represa de Assuã, no Egito, que colocou em perigo a integridade dos templos de Abu Simbel e Philae, considerados tesouros da antiga civilização egípcia. A Unesco lançou, então, uma campanha de proteção que possibilitou que os monumentos fossem desmontados, movidos para um lugar a salvo da inundação provocada pela construção da represa e novamente montados, peça a peça. Cinquenta diferentes países teriam contribuído financeiramente para o projeto, tendo sido arrecadados então U\$ 80 milhões. O sucesso da iniciativa abriu, em seguida, espaço para campanhas semelhantes, com a finalidade de proteger sítios e monumentos na Itália, como em 1966, durante uma grave enchente em Veneza, e também Paquistão e Indonésia. (UNESCO World Heritage Center, 2008).



Per-Olov Anderson (1967)

Figura 14.2: Templo em Abu Simbel (Egito). A iniciativa da Unesco e da comunidade internacional com o objetivo de evitar a destruição do templo foi um marco na proteção de bens considerados fundamentais para a humanidade. Fonte: <http://commons.wikimedia.org/wiki/File:Abusimbel.jpg>

Outro documento que trouxe discussões relevantes para a criação da noção de Patrimônio Mundial é a Carta de Veneza, de 1964. Nela identificamos a referência à importância de “obras monumentais”, que seriam “portadoras de mensagem espiritual do passado” e “testemunho vivo das tradições seculares” de cada povo. Para acrescentar, “a humanidade, cada vez mais consciente dos valores humanos, as considera um patrimônio comum e, perante as gerações futuras, se reconhece solidariamente responsável por preservá-las, impondo a si mesma o dever de transmiti-las na plenitude de sua autenticidade”. (Carta de Veneza, 1964). Notamos aí alguns elementos que já havíamos identificados em documentos anteriores, como vimos na Aula 4, sobre o sistema internacional de patrimônio. Na Carta de Atenas de 1931, por exemplo, já estava presente a ideia da cooperação coletiva quanto aos bens culturais, os quais estariam sob responsabilidade de toda a humanidade, que foi apresentada, nessa Carta, como “guardiã da civilização”. A própria criação da Unesco, em 1945, visava a uma compreensão abrangente, mais precisamente, “universal” da ideia cultural e teve como um de seus objetivos, como já apontamos, “manter, ampliar e difundir o conhecimento por meio da conservação e proteção do patrimônio universal de livros, obras de artes, monumentos históricos e científicos e da recomendação às nações interessadas as convenções internacionais aplicáveis” (UNESCO, 1945). A Convenção de 1954, por sua vez, trabalhou com a concepção de herança e responsabilidades coletivas no que tangia aos bens culturais.

Em 1965, em uma convenção na Casa Branca, nos Estados Unidos, tratou-se da necessidade de cooperação para proteger “as áreas naturais e paisagísticas e os sítios históricos do mundo para o presente e o futuro dos cidadãos do mundo inteiro” (UNESCO World Heritage Center, 2008) por meio da criação de um fundo para o Patrimônio Mundial (World Heritage Trust). Podemos perceber, com essa Convenção, não apenas o reforço da noção de herança coletiva, mas também a aproximação clara entre patrimônio cultural, simbolizado pelos “sítios históricos do mundo” no texto oficial do encontro, e patrimônio natural, constituído pelas “áreas naturais”.

Poucos anos depois, em 1968, foi a vez da União Internacional para a Conservação da Natureza (UICN), organização fundada em 1948 como primeira organização internacional voltada para o meio ambiente, lançar uma proposta semelhante, apoiando, entre seus membros, a criação de um fundo para o Patrimônio Mundial – no caso, mundial e natural.



UICN

A União Internacional para a Conservação da Natureza foi fundada em 1948 e tem sede na Suíça, na cidade de Gland, a nordeste de Genebra.



Figura 14.3: Sede da UICN, na Suíça.

Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Uni%C3%A3o_Internacional_para_a_Conserva%C3%A7%C3%A3o_da_Natureza_e_dos_Recursos_Naturais, acesso em 05 dez. 2011.

A UICN tem como objetivo contribuir para encontrar soluções pragmáticas para os principais desafios ambientais e também para o desenvolvimento do planeta. Conta com mil membros, 11.000 experts das áreas das ciências e agrega 160 países em torno do tema da conservação da natureza.

Uma ferramenta importante que a UICN fornece para sua tarefa é a noção de risco e sua Lista Vermelha de espécies ameaçadas: trata-se da mais abrangente lista para avaliação do estado de conservação de espécies da fauna e flora mundiais. Em sua avaliação, faz uso de 9 categorias – duas estão relacionadas aos dados disponíveis: Não Avaliada e Dados Insuficientes; as demais relacionam-se aos perigos que tais espécies correm, do menos ao mais preocupante: – Pouco Preocupante, Quase Ameaçada; Vulnerável; Ameaçada; Criticamente Ameaçada; Extinta na Natureza; Extinta. Note que a diferença entre as duas últimas – Extinta na Natureza e Extinta – diz respeito à espécie ainda existir apenas em cativeiro ou não existir mais.

(Fontes: <http://www.iucn.org/>; <http://www.iucnredlist.org/about/red-list-overview>; http://pt.wikipedia.org/wiki/Uni%C3%A3o_Internacional_para_a_Conserva%C3%A7%C3%A3o_da_Natureza_e_dos_Recursos_Naturais, acesso em 06 dez. 2011.)

Convenção sobre a Proteção do Patrimônio Mundial Cultural e Natural

A Convenção sobre a Proteção do Patrimônio Mundial Cultural e Natural, finalizada em 1972, procurou apresentar disposições que estabelecessem “um sistema eficaz de proteção coletiva do patrimônio cultural e natural de valor universal excepcional”. Há, no texto da Convenção e no projeto que a Convenção lançou e que permanece em voga por meio da atuação do Comitê do Patrimônio Mundial, algumas questões importantes para esta discussão. Primeiramente, temos a sistematização de uma proposta que já vinha se dando entre agentes preocupados com o meio ambiente: combinação entre patrimônio natural e cultural, devido a uma

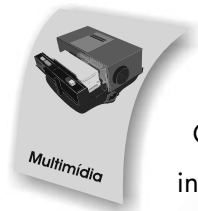
concepção mais integral de patrimônio e relacionada à noção de um legado para o futuro, de usufruto para as próximas gerações, de “fontes insubstituíveis de vida e inspiração”.

Essa perspectiva já aponta para um segundo elemento importante do projeto lançado pela Convenção, que era a ideia de “proteção coletiva” do patrimônio. A noção de patrimônio mundial previa bens compartilhados por “todos os povos do mundo”, por “toda a humanidade” e cuja responsabilidade cabia, consequentemente, a “todos os povos do mundo”, a “toda a humanidade”.

A noção de “valor universal excepcional” é o terceiro ponto que devemos destacar. O texto de 1972 fala da obrigação dos Estados signatários da Convenção quanto à “identificação, proteção, conservação, valorização e transmissão às gerações futuras do patrimônio cultural e natural” de “valor excepcional universal”. Ainda que possamos afirmar que essa proposta não se distinguia muito das anteriores no que diz respeito tanto a esse compartilhamento de responsabilidades quanto a ações referentes ao patrimônio, é importante destacar a etapa da identificação, frisada no texto da Convenção. Se os outros documentos sugeriam, até aquele momento, que os diferentes Estados indicassem seus patrimônios culturais, os quais, por sua vez, deveriam ser protegidos por todos, coletivamente, a Convenção de 1972 propõe um valor específico que poderia ser atribuído aos bens culturais: o “valor excepcional universal”. Assim, a noção de Patrimônio Mundial não parecia coincidir com um somatório dos patrimônios mundiais, mas propunha uma nova escala de valorização.

No texto de 1972, todavia, encontramos apenas uma proposta com base em critérios que a historiadora Françoise Choay definiu como vagos e de difícil aplicação (2001, p. 207) para definir os bens que constituiriam a Lista do Patrimônio Mundial: por um lado, teríamos os bens culturais de “valor universal excepcional” que seriam avaliados “do ponto de vista histórico, estético, etnológico e antropológico”; e bens naturais, avaliados, por sua vez, a partir “do ponto de vista da ciência, da conservação ou da beleza natural”.

Daí a necessidade da elaboração de Diretrizes Operacionais que viabilizassem a implementação da Convenção de 1972, o que só ocorreu efetivamente com a inscrição, em 1978, dos primeiros 12 bens, entre edificações, conjuntos arquitetônicos, parques históricos e naturais, divididos entre 7 países (2 europeus, 2 norte-americanos, 2 africanos e 1 sul-americano).



Lista do Patrimônio Mundial

O site da Unesco no Brasil traz a lista dos bens inscritos da categoria de Patrimônio Mundial, assim como diversos textos e links sobre os bens brasileiros inscritos na lista e os objetivos estratégicos da Unesco no campo da cultura para o Brasil. Visite a página: <http://www.unesco.org/pt/brasil/culture/world-heritage/list-of-world-heritage-in-portuguese/> Nessa página, temos, em sua grande maioria, apenas o nome do bem e do país onde se encontra. Contudo, você pode encontrar mais informações sobre o bem, assim como sobre os critérios que motivaram sua inscrição, juntamente com documentos referentes a cada bem, nas páginas em versões em inglês e francês: <http://whc.unesco.org/en/list> ou <http://whc.unesco.org/fr/list>. A seguir, o mapa fornecido pela Unesco com os bens listados, que em sua página é interativo.

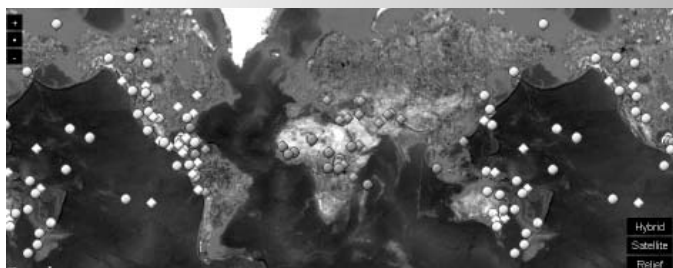


Figura 14.4: World Heritage List.

Fonte: <http://whc.unesco.org/en/list>, acesso em 05 dez. 2011.

Aplicação da Convenção do Patrimônio Mundial – as Diretrizes Operacionais

As primeiras Diretrizes Operacionais foram elaboradas em 1977 e propuseram dez critérios que eram divididos entre culturais (no total de 6) e naturais (4), e faziam referência a:

- “obras-primas do gênio criador humano”;
- testemunhos de “intercâmbio de valores humanos consideráveis” e de tradição cultural de civilização viva ou desaparecida;
- tipos de construções, conjuntos arquitetônicos ou paisagens representativos de “um ou vários períodos significativos da história humana”;
- exemplos relevantes de formas de assentamento ou ocupação da terra;
- e a relação com acontecimentos ou tradições vivas.

Faziam referência também a resultados de fenômenos naturais; testemunhos de fases da história da Terra; exemplos de processos ecológicos ou biológicos; ou ainda conjuntos de *habitats* representativos ou importantes (UNESCO World Heritage Center,

2008) – enfim, critérios que, divididos entre culturais e naturais, reforçassem o caráter único, excepcional e insubstituível desses bens.

Vale destacar que, em 2004, as Diretrizes Operacionais sofreram uma revisão, que contribui para superar, ao menos em parte, a forte dicotomia estabelecida entre o patrimônio cultural e natural, com a divisão dos critérios em dois grupos. Assim, naquele ano, os critérios foram agrupados e numerados de 1 a 10, ainda que mantendo o conteúdo original:

- i. representar uma obra-prima do gênio criativo humano;
- ii. testemunhar um intercâmbio importante de valores humanos, durante um determinado tempo ou em uma área cultural do mundo, no desenvolvimento da arquitetura ou tecnologia, das artes monumentais, do planejamento urbano ou do desenho de paisagem;
- iii. apresentar um testemunho único, ou ao menos excepcional, de uma tradição cultural ou de uma civilização que está viva ou que tenha desaparecido;
- iv. ser um exemplo excepcional de um tipo de construção, de conjunto arquitetônico ou tecnológico ou de paisagem, que ilustre significativos estágios da história humana;
- v. ser um exemplo excepcional de assentamento humano e de uso tradicional da terra ou do mar, que seja representativo de uma cultura (ou várias culturas), especialmente quando se torna(am) vulnerável(veis) sob o impacto de uma mudança irreversível;
- vi. estar direta ou tangivelmente associado a eventos ou tradições vivas, a ideias ou crenças, a trabalhos artísticos e literários de destacada importância universal; (*)

(*) O Comitê considera que este critério deva justificar a inclusão preferencialmente associada a outros critérios.

- vii. conter fenômenos naturais extraordinários ou áreas de beleza natural e estética de excepcional importância;

- viii. ser um exemplo excepcional e representativo de diferentes estágios da história da Terra, incluindo o registro da vida e dos processos geológicos no desenvolvimento das formas terrestres ou de elementos geomórficos ou fisiográficos importantes;
- ix. ser um exemplo excepcional e representativo de processos ecológicos e biológicos significativos da evolução e do desenvolvimento de ecossistemas terrestres, aquáticos, costeiros e marítimos e de comunidades de plantas ou animais;
- x. conter os mais importantes e significativos *habitats* naturais para a conservação *in situ* da diversidade biológica, incluindo aqueles que contenham espécies ameaçadas de valor universal excepcional do ponto de vista da ciência ou da conservação.

É importante reforçarmos um pouco a discussão a respeito do termo “universal”, utilizado na Convenção. Nas Diretrizes Operacionais de 1977, as primeiras a serem elaboradas, temos:

A definição de "universal" na frase "valor universal excepcional" requer comentários. Alguns bens podem não ser reconhecidos por todas as pessoas, em todos os lugares, como de grande importância e significação. As opiniões podem variar de uma cultura para outra, ou de um período para outro e o termo "universal" deve, portanto, ser interpretado em referência a um bem que seja altamente representativo da cultura da qual ele faz parte (Operational guidelines for the World Heritage Committee, 1977).

Já em 2008, nas Diretrizes Operacionais mais recentemente publicadas, temos a seguinte definição:

Valor excepcional universal quer dizer um significado cultural e/ou natural que é excepcional o bastante para transcender

limites nacionais e possuir uma importância compartilhada para as gerações presente e futura de toda a humanidade (Operational Guidelines for the Implementation of the World Heritage Convention, 2008).

Em ambas as explicações do sentido de “valor excepcional universal”, temos claramente a importância dos significados que os bens têm no âmbito da cultura que os produziu, ainda que, no trecho de 1977, esse sentido pareça pesar mais – principalmente na passagem em que se menciona a importância de o bem ser “altamente representativo da cultura da qual faz parte”. Já no trecho de 2008, a valoração proposta parece visar menos à representatividade de uma cultura do que à relação que o bem poderia estabelecer com outros bens de outras culturas. Daí a importância de que o bem a ser indicado para a Lista do Patrimônio Mundial “transcenda” limites nacionais – mais do que represente ou simbolize suas próprias referências culturais.

Vale explicar que a candidatura dos bens à lista é de iniciativa do país onde este bem está localizado, cabendo a decisão final ao Comitê do Patrimônio Mundial, órgão composto por 21 representantes dos Estados-membros e que tem anualmente um terço de sua composição substituída. O pedido passa por várias instâncias até a deliberação final: o Centro do Patrimônio Mundial verifica se a proposição está completa, o Icomos (Conselho Internacional de Monumento e Sítios), ICCROM (Centro Internacional de Estudos para a Conservação e Restauração dos Bens Culturais) e a UICN (União Internacional para a Conservação da Natureza e de seus Recursos) avaliam tecnicamente o valor universal do bem. Já o Escritório do Patrimônio Mundial estuda as opiniões dos pareceristas e, finalmente, o Comitê do Patrimônio Mundial delibera pela inclusão ou não na Lista.

Assim, vemos que existem vários atores e instituições envolvidos na indicação e avaliação dos bens propostos para constarem na Lista do Patrimônio Mundial – consequentemente, há várias esferas em que essas ações se dão e várias relações estabelecidas a partir dessa proposta. Relações que se dão horizontalmente, entre os bens; que se dão também

entre a população para quem aqueles bens têm significados que vem sendo construídos, reiterados e modificados há tempos.

No entanto, são estabelecidas também relações verticais, hierárquicas, quando as diversas esferas de valor e proteção são sobrepostas, e organizadas hierarquicamente.

Nesse sentido, vale prestar atenção na representação esquemática apresentada a seguir a respeito da relação entre Patrimônio Mundial e outras formas de proteção (**Figura 14.5**).



Figura 14.5: Representação utilizada pela UICN e também reforçada pelo Conselho Internacional de Monumentos e Sítios – Icomos, instituição que também possui voto na eleição dos patrimônios mundiais, em que aparecem relacionados, em ordem hierárquica, os bens culturais de acordo com os valores atribuídos a eles e sua representatividade.

Há uma clara hierarquia apresentada nos diversos estratos da pirâmide – e aí temos as esferas “subnacionais” ou estaduais, municipais, na base; um pouco acima, a esfera nacional; logo em seguida, as esferas sub-regionais, que seriam os patrimônios fronteiriços e que teriam significado para um número limitado de países; acima, o patrimônio regional ou estabelecido em redes. Já quase no topo, temos menção a outros patrimônios internacionais – que são categorias utilizadas pela própria Unesco, como geoparques e reservas da biosfera, no campo do patrimônio natural; e, por último, o Patrimônio Mundial. Existe ainda a sugestão de que mais

um estrato seja inserido, representando a Lista Indicativa, que é a lista submetida ao processo de avaliação para inscrição na Lista do Patrimônio Mundial.

O esquema apresentado na ilustração anterior concretiza a interpretação de uma clara relação hierárquica entre as esferas de atribuição de valor e proteção – como se o “valor nacional” fosse superior ao estadual ou regional e o “valor excepcional universal” superior a todos esses, em detrimento da própria noção de referência cultural, que podemos afirmar ser a base de todos esses processos. Vale ainda notar a seta à direita, voltada para o topo da pirâmide, em que se lê que aquela direção representa uma “diminuição quantitativa” do número de bens, ao passo que significava um “aumento no reconhecimento internacional” do bem. Ou seja, o reconhecimento internacional incide necessariamente sobre um número reduzido de bens, em comparação com a variedade de bens dos países do mundo.

É claro que esse reconhecimento internacional tem importantes consequências para os bens e para os países responsáveis pela indicação desses bens. A expansão do turismo – tanto internacional, como regional e nacional – é certamente um fator central para esse interesse na inscrição, mas no que diz respeito à proteção propriamente dita, os efeitos tendem a ser discretos. Aquilo que a Unesco pode oferecer, segundo o atual diretor do Comitê de Patrimônio Mundial, Francesco Bandarin, é apenas “mais uma camada de proteção”, uma forma “discretamente eficaz” de prevenir as depredações mais sérias (UNDERHILL, 2009). Um dos critérios sempre reforçados pelo Comitê do Patrimônio Mundial é, portanto, assegurar que o bem já esteja protegido pelo Estado ao qual pertence – exigência que foi consolidada na Declaração de Budapeste sobre o Patrimônio Mundial, em 2002.



Bens brasileiros na Lista do Patrimônio Mundial

Os 19 bens brasileiros inscritos na Lista do Patrimônio Mundial estão protegidos por meio de alguns dos instrumentos disponíveis na legislação brasileira, como podemos ver no quadro a seguir:

Bem inscrito na lista do Patrimônio Mundial	Data inscrição	CrITÉRIOS	Proteção nacional	Forma de proteção
Cidade Histórica de Ouro Preto/MG	1980	(i), (iii)	lphan	Tombamento
Centro Histórico de Olinda/PE	1982	(ii), (iv)	lphan	Tombamento
Missões Jesuíticas Guarani, Ruínas de São Miguel das Missões/RS	1983	(iv)	lphan	Tombamento
Centro Histórico de Salvador/BA	1985	(iv), (vi)	lphan	Tombamento
Santuário do Senhor Bom Jesus de Matosinhos, em Congonhas do Campo/MG	1985	(i), (iv)	lphan	Tombamento
Parque Nacional de Iguaçu, em Foz do Iguaçu/PR	1986	(vii), (x)	lbama	ParNa (1)
Plano Piloto de Brasília/DF	1987	(i), (iv)	lphan	Tombamento
Parque Nacional Serra da Capivara, em São Raimundo Nonato/PI	1991	(iii)	lphan	Tombamento
			lbama	ParNA
Centro Histórico de São Luiz do Maranhão/MA	1997	(iii), (iv), (v)	lphan	Tombamento

Centro Histórico da Cidade de Diamantina / MG	1999	(ii), (iv)	Iphan	Tombamento
Mata Atlântica – Reservas do Sudeste SP/PR	1999	(vii), (ix), (x)	Ibama	Apas / Est. Ecológica (2)
Costa do Descobrimento – Reservas da Mata Atlântica BA/ES	1999	(ix), (x)	Ibama	ParNa/ ReBio (3)
Complexo de Áreas Protegidas da Amazônia Central	2000	(ix), (x)	Ibama	ParNa
Complexo de Áreas Protegidas do Pantanal – MS/MT	2000	(vii), (ix), (x)		ParNa
Centro Histórico da Cidade de Goiás – GO	2001	(ii), (iv)	Iphan	Tombamento
Áreas protegidas do Cerrado: Chapada dos Veadeiros e Parque Nacional das Emas – GO	2001	(ix), (x)	Ibama	ParNa
Ilhas Atlânticas Brasileiras: Reservas de Fernando de Noronha e Atol das Rocas – RN	2001	(vii), (ix), (x)	Ibama	ParNa/ ReBio
Praça de São Francisco, em São Cristóvão – SE	2010	(ii), (iv)	Iphan	Tombamento
Rio de Janeiro: paisagens cariocas entre a montanha e o mar	2012	(v), (iv)	Iphan/ Ibama	Tombamento/ ReBio

(1) Parque Nacional; **(2)** Áreas de Preservação Ambiental/ Estação Ecológica; **(3)** Parque Nacional/ Reserva Biológica.

Vale notar que, dos dez bens selecionados a partir dos critérios referentes ao patrimônio cultural – critérios de i a iv –, a maioria é composta por bens arquitetônicos tombados. Já os bens inscritos na Lista do Patrimônio Mundial sob critérios do patrimônio natural (vii, viii, ix, x) são áreas naturais protegidas. As instituições que protegem esses bens em nível nacional são duas – o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) e o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama). Vale também chamar atenção para o Parque Nacional da Capivara e para as Paisagens Cariocas, protegidos por ambos os órgãos.



Atende ao Objetivo 1

1. Ouro Preto, cidade que sempre foi a menina dos olhos dos movimentos de preservação do patrimônio cultural no Brasil, tornou-se “Monumento Nacional”, por meio da promulgação do Decreto Federal nº 22.928 em 1933, por ter sido “teatro de acontecimentos de alto relevo histórico na formação de nossa nacionalidade” e por possuir “velhos monumentos, edifícios e templos de arquitetura colonial, verdadeiras obras d’arte, que merecem defesa e conservação”. Pouco depois, em 1938, seu “conjunto arquitetônico e urbanístico” foi inscrito no Livro do Tombo das Belas-Artes do Iphan. Em 1980, foi o primeiro bem brasileiro a compor a Lista do Patrimônio Mundial. Alguns anos mais tarde, em 1986, foi também inscrita no Livro do Tombo Histórico e no Livro do Tombo Arqueológico Etnográfico.



Chris Diewald

Fonte: http://i.images.cdn.fotopedia.com/flickr-491820923-hd/Countries_of_the_World/America/Brazil/Colonial_Brazil_-_Ouro_Preto.jpg

Abaixo, apresentamos um trecho da Recomendação do Conselho Internacional de Monumento e Sítios – Icomos – para inscrição de Ouro Preto, em 1980, na Lista do Patrimônio Mundial:

Como primeira capital do estado de Minas, Ouro Preto tem interesse local; como um centro minerador da Era do Ouro no Brasil, é de interesse nacional, e como centro singular da arquitetura barroca, tem valor excepcional universal (Recomendação ICOMOS, 1980).

a) A partir do que discutimos até o momento, como podemos entender a justificativa apresentada acima? Como podemos relacionar os valores envolvidos na identificação dos patrimônios nacionais e locais àqueles atribuídos na indicação para a inscrição na Lista de Patrimônio Mundial?

b) Como podemos pensar as relações hierárquicas/verticais que a Lista parece necessariamente construir?

Resposta Comentada

a) Quando recebeu o título de Patrimônio Cultural da Humanidade, Ouro Preto já contava com outros títulos: já tinha sido considerada “Monumento Nacional” em 1933 e “Patrimônio Histórico e Artístico Nacional” pelo Iphan em 1938, título que seria reforçado mais tarde, em 1986, com sua inscrição em mais dois Livros do Tombo. Assim, sabemos que, quando indicada para constar da Lista do Patrimônio Mundial, Ouro Preto não só contava com algumas formas efetivas de proteção nacional, como também já haviam sido construídos argumentos de valoração em torno daquela cidade. Argumentos esses que podemos supor terem sido levados em conta quando da indicação de Ouro Preto como Patrimônio Cultural da Humanidade. Se observarmos os critérios utilizados para justificar a inscrição de Ouro Preto em 1980 – (i) “obra-prima do gênio criativo humano”; (iii) “testemunho único, ou ao menos excepcional, de uma tradição cultural ou de uma civilização que está viva ou que tenha desaparecido” –, notamos que os valores acionados em 1933 e 1938 também formavam aqueles atribuídos quase 50 anos mais tarde.

b) Para pensarmos as relações hierárquicas construídas na indicação de Ouro Preto, já Patrimônio Nacional brasileiro, como Patrimônio Mundial, precisamos lembrar que a cidade foi inscrita não somente pelo valor que tinha para o Estado que o protegia e que o indicara, mas devido ao “valor excepcional universal” identificado nesse bem. Tratava-se, portanto, de uma comparação dentro de uma escala de valores ditos universais, superiores aos valores locais e nacionais – como notamos na representação esquemática utilizada pela UICN (**Figura 14.3**) para definir os critérios determinantes e a hierarquia de valores na seleção do Patrimônio Mundial.

No entanto, a própria avaliação do Icomos – organismo que estava, ao elaborar tal Recomendação, inserido na lógica que observamos no gráfico citado – está baseada em diversos estratos valorativos, sendo que Ouro Preto atendia a três: o local, o nacional e o universal. É muito provável que, com isso, o Conselho estivesse levando em conta – e valorizando – o fato de a cidade já ser valorizada e protegida nacionalmente. Mas também está presente uma visão

específica de valores e sentidos, a qual, nesse caso específico, relacionou o interesse local ao estrato econômico; o interesse nacional, ao universo político; e a questão cultural, ao valor universal e excepcional. Construíam-se, assim, duas escalas paralelas: uma que organizava os valores local, nacional e universal; e outra que hierarquizava questões econômicas, políticas e culturais, ao mesmo tempo em que ratificava a primeira.

Diversidade cultural

Diversidade cultural nos documentos internacionais

A Convenção sobre a Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais, elaborada durante a Conferência Geral da Unesco, em 2005, tem como seu principal objetivo a proteção e a promoção da diversidade cultural dos povos. Ainda que seja um dos principais instrumentos internacionais, no presente, voltado para essa questão e para a defesa dos direitos culturais, não foi esse documento que inaugurou a temática no âmbito da Unesco.

Jurema Machado (2006), então coordenadora do Setor de Cultura da Unesco no Brasil e atual presidente do Iphanl, identifica o tema na própria constituição da Unesco e indica pelo menos duas obras que procuraram traçar o histórico do tema da diversidade cultural no âmbito das Nações Unidas e de seu organismo voltado para a Educação, Ciência e Cultura: *Unesco e a questão da diversidade cultural: revisão e estratégica, 1946-2003* [Unesco and the Issue of Cultural Diversity: Review and Strategy, 1946-2003], de Chimene Keitner (2003), e *A Unesco e o mundo da cultura*, de Ely dos Santos Evangelista (2003). É importante salientar que o texto é anterior à aprovação da Convenção de 2005, o que reforça o

sentido de processo de uma noção em construção que Machado dá em seu artigo.

Machado se deteve principalmente nas fases que as autoras propõem para construir o histórico do tema, centrando-se principalmente na periodização de Keitner. Essa periodização tem início ainda nos primeiros anos da própria Unesco, cujo objetivo estava voltado para a construção e o fortalecimento da paz mundial. Essa fase seria a do conhecimento, na qual a ignorância e o preconceito em relação às culturas dos outros povos eram apontados com uma das causas das guerras, noção que encontramos expressa na própria Constituição da Unesco:

Os Governos dos Estados Partes desta Constituição, em nome de seus povos, declaram:

Que uma vez que as guerras se iniciam nas mentes dos homens, é nas mentes dos homens que devem ser construídas as defesas da paz;

Que, através da história da raça humana, foi a ignorância sobre as práticas e sobre as vidas uns dos outros uma causa comum da suspeita e da desconfiança entre os povos do mundo, através das quais suas diferenças com enorme frequência resultaram em guerras; (...) (UNESCO, 1945).

É também desse período a Declaração Universal dos Direitos Humanos, elaborada no âmbito do Conselho Econômico e Social, da Organização das Nações Unidas – ONU, por meio de sua Comissão de Direitos do Homem, criada em 1946. O texto final foi aprovado na Assembleia Geral da ONU, em Paris, em 10 de dezembro de 1948. Ainda que o documento não faça referência direta à diversidade cultural, trata dos direitos culturais, defendendo o gozo pleno destes em seu artigo 27:

Artigo XXVII

1. Toda pessoa tem o direito de participar livremente da vida cultural da comunidade, de fruir as artes e de participar do processo científico e de seus benefícios.

2. Toda pessoa tem direito à proteção dos interesses morais e materiais decorrentes de qualquer produção científica, literária ou artística da qual seja autor (NAÇÕES UNIDAS, 2001).

A segunda fase apontada por Keitner e discutida por Machado (2006) seria a da conexão entre cultura e política, marcada pelo fim do colonialismo, pela noção de solidariedade entre povos e pela ênfase no tema da identidade cultural. Durante essa fase, que podemos situar aproximadamente entre as décadas de 1950 e 1970, identificamos vários documentos que buscavam tanto reforçar a importância do (re)conhecimento das diferenças e direitos culturais, como estimular o intercâmbio e a solidariedade entre os povos. Já em 1950, houve o acordo de Florença, que estimulava a importação de objetos de caráter educativo, científico ou cultural, como livros, publicações, documentos e material auditivo e visual, e que, mais tarde, daria origem ao Protocolo de Nairobi (1976). Um pouco mais tarde, foram lançados os Informes da Unesco de 1952 e de 1955, que tiveram como tema, respectivamente, Bases culturais para a solidariedade internacional e Cultura e Entendimento Internacional, sendo que este último veio lançar o Projeto principal para apreciação mútua dos valores culturais do Ocidente e do Oriente.

Em 1966, mais dois documentos abordaram a questão dos direitos culturais, apontando também para o tema da diversidade. A Declaração de Princípios de Cooperação Cultural Internacional, aprovada na Conferência Geral da Unesco, em 4 de novembro de 1966, colocava como objetivos da cooperação internacional, em seu artigo 4º:

1. Difundir o conhecimento, estimular os talentos e enriquecer as culturas;
2. Desenvolver relações de paz e amizade entre os povos e promover um melhor entendimento dos modos de vida de cada um;

3. Contribuir com a aplicação dos princípios propostos na Carta das Nações Unidas, que são retomados no Preâmbulo dessa Declaração;

4. Possibilitar o acesso de todos ao conhecimento; o gozo das artes e da literatura de todos os povos; o compartilhamento dos avanços científicos e dos benefícios resultantes destes em todas as partes do mundo; e contribuir para o enriquecimento da vida cultural;

5. Elevar o nível espiritual e material da vida dos homens em todas as partes do mundo.

Já o Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais foi elaborado no contexto da Comissão de Direitos do Homem das Nações Unidas e aprovado por sua Assembleia Geral em 16 de dezembro de 1966. O documento tinha como pauta, conforme o próprio título, os direitos econômicos, sociais e culturais, os quais incluíam temas como condições de trabalho, remuneração e assistência; formação da família; educação; saúde; e também os direitos culturais:

Artigo 13º

1. Os Estados Partes do presente Pacto reconhecem a cada indivíduo o direito de:

a) Participar da vida cultural;

b) desfrutar o progresso científico e suas aplicações;

c) beneficiar-se da proteção dos interesses morais e materiais decorrentes de toda a produção científica, literária ou artística de que seja autor.

2. As medidas que os Estados Partes do presente Pacto deverão adotar têm a finalidade de assegurar o pleno exercício desse direito àquelas necessárias à conservação, ao desenvolvimento e à difusão da ciência e da cultura.

3. Os Estados Partes do presente Pacto comprometem-se a respeitar a liberdade indispensável à pesquisa científica e à atividade criadora.

4. Os Estados Partes do presente Pacto reconhecem os benefícios que derivam do fomento e do desenvolvimento da cooperação e das relações internacionais no domínio da ciência e da cultura.

A terceira fase da temática da diversidade cultural no contexto das Nações Unidas e da Unesco, conforme o apanhado de Machado (op.cit.), corresponderia à década de 1970 e teria sido marcada pela ênfase na relação entre cultura e desenvolvimento. Na Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural, de 1972, por exemplo, a qual discutimos anteriormente, o tema é bastante recorrente, tanto no que se refere à relação entre turismo, patrimônio e sustentabilidade, quanto na defesa do intercâmbio técnico e científico para o desenvolvimento dos povos. O período também abrigaria debates sobre a necessidade de equilíbrio entre a legitimidade da identidade cultural e a ameaça de divisionismo, que acabou marcando a fase seguinte, na periodização de Keitner.

Nesse momento, o foco seria a relação entre cultura e democracia, entre especificidade e diversidade – consequentemente, trazia à tona os debates sobre a questão da migração e das relações culturais internas dos países (MACHADO, op. cit., p. 4). O período também apresentou um importante debate com a noção de patrimônio mundial, formalizada na Convenção de 1972 – que estava circunscrita a monumentos, conjunto e locais de interesse (UNESCO, 1972), todos bens tangíveis –, na medida em que vários documentos da década de 1980 propuseram uma ampliação das noções de cultura e patrimônio, incluindo modos de vida, valores, tradições e crenças. Vale mencionar que o esforço para incluir os bens imateriais na legislação internacional de patrimônio teve nos países latino-americanos seus principais porta-vozes.

Temos, nesse sentido, a Declaração de Tlaxcala, México, de 1982, sobre a revitalização de pequenos povoados ou aglomerações, os quais seriam vistos como “reservas de *modos de vida que dão testemunho de nossas culturas*, conservam uma escala própria e personalizam as relações comunitárias, *conferindo, assim, uma identidade a seus habitantes*” (CURY, op. cit., grifos nossos). A Declaração do México, por sua vez, elaborada durante a Convenção Mundial de Políticas Culturais, de 1985, defendeu um sentido amplo de cultura:

(...) a cultura pode ser considerada atualmente como o conjunto dos traços distintivos espirituais, materiais, intelectuais e afetivos que caracterizam uma sociedade e um grupo social. Ela engloba, além das artes e das letras, os modos de vida, os direitos fundamentais do ser humano, racionais, críticos, e eticamente comprometidos (CURY, op. cit.).

Esse sentido foi incorporado pouco depois em documentos que visavam elaborar e estabelecer algum tipo de proteção legal para expressões da cultura popular tradicional, que não teriam sido contempladas na Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural. Daí a proposição da Recomendação sobre a Salvaguarda da Cultura Popular e Tradicional, de 1989, e mais tarde, da Convenção para Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial, de 2003. Ambos os documentos trabalham com a noção de salvaguarda, que compreenderia a adoção de medidas de reconhecimento e valorização das culturas populares e tradicionais, além de partir do referencial das comunidades para a definição do que deveria ser protegido. Também atribuem grande importância à documentação sobre as manifestações e bens culturais, à democratização do acesso às informações, ao respeito às singularidades das expressões e ao apoio moral e econômico aos indivíduos detentores dos saberes e fazeres.

Machado (op. cit.) finaliza sua análise do histórico do tema da diversidade cultural no âmbito da Unesco tratando da década

de 1990, durante a qual deu-se ênfase à questão da cooperação internacional – assunto caro às Nações Unidas desde sua criação – e também aos conflitos de sociedades multiculturais, cada vez mais complexas e fragmentadas. Daí o espaço cada vez maior que a Unesco dedicou, a partir desse momento, à diversidade cultural, vista inclusive como instrumento de gestão de conflitos.

Convenção sobre a Proteção e a Promoção da Diversidade das Expressões Culturais

Data de 2001 a Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural, documento que serviu como importante ponto de partida para a Convenção sobre a Proteção e a Promoção da Diversidade Cultural, de 2005. A Declaração retoma os princípios expostos na Constituição da Unesco e na Declaração Universal dos Direitos Humanos, com ênfase, por um lado, na cultura e educação como condições fundamentais para a afirmação da justiça e da paz, e, por outro, destacando a importância da realização plena dos direitos humanos e da liberdade. Merecem também especial destaque nessa Declaração o conceito de cultura utilizado, que retoma a definição apresentada da Declaração do México, de 1985 (apresentada anteriormente); a defesa do pleno exercício do direitos culturais; o reconhecimento da forte relação entre cultura, identidade, coesão social e desenvolvimento; além do fato de a própria diversidade cultural ser considerada não apenas patrimônio cultural (MENDONÇA, 2010), mas também Patrimônio da Humanidade, em termos bastante semelhantes aos encontrados na Convenção sobre a Proteção do Patrimônio Mundial Cultural e Natural:

Artigo 1 – A diversidade cultural, patrimônio comum da humanidade

A cultura adquire formas diversas através do tempo e do espaço. Essa diversidade se manifesta na originalidade e na pluralidade de identidades que caracterizam os grupos

e as sociedades que compõem a humanidade. Fonte de intercâmbios, de inovação e de criatividade, a diversidade cultural é, para o gênero humano, tão necessária como a diversidade biológica para a natureza. Nesse sentido, constitui o patrimônio comum da humanidade e deve ser reconhecida e consolidada em benefício das gerações presentes e futuras.



Convenções, Recomendações, Declarações...

Nesta aula, fazemos referências a vários documentos internacionais, alguns dos quais apresentam temas bastante semelhantes: como a *Recomendação* sobre a Salvaguarda da Cultura Popular e Tradicional e a *Convenção* para Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial, ou a *Declaração* Universal sobre a Diversidade Cultural e a *Convenção* sobre a Proteção e a Promoção da Diversidade Cultural. Não se trata de uma duplicação de esforços, mas antes de um reforço destes, na medida em que se trata de documentos diferentes no que diz respeito à adesão dos países e aos compromissos assumidos por estes. Abaixo, um pequeno resumo das diferenças entre os tipos mais comuns de documentos internacionais, principalmente no âmbito das Nações Unidas e da Unesco:

Convenção, historicamente, era destinada aos tratados multilaterais. Um grande tratado multilateral, em que participava toda a comunidade internacional, era considerado como convenção. Especificamente para a Unesco, *Convenções internacionais* estão sujeitas a ratificação, ou seja, a elaboração e promulgação de medida legislativa que defina as regras que os Estados concordam em obedecer.

Tratado é um instrumento que efetivamente vincula as partes, obrigando-as, já que cria direitos e obrigações. Tão importante é a ideia de vontade de assumir direitos e obrigações, que o primeiro princípio que vigora nos tratados modernos (desde os séculos XV e XVI) é o da “santidade dos tratados”.

A *Declaração* diferencia-se do tratado na medida em que não cria obrigações, mas constitui uma declaração conjunta, por escrito, na qual os países envolvidos determinavam alguns princípios básicos sobre o tema ou se comprometiam, por exemplo, a tomar determinadas medidas a respeito.

Protocolo, um documento escrito sem o caráter obrigatório do tratado. Tem um sentido mais “principlológico”. Como se diria no âmbito do Direito Interno, está mais próximo das normas programáticas: “Os Estados se comprometem a tomar todas as medidas para conter a proliferação de armas nucleares.”

A *Recomendação* é um instrumento através do qual a Conferência Geral da Unesco formula princípios e normas para a regulação internacional de qualquer questão ou tema e convida os Estados-Membros a tomarem medidas legislativas ou de outra ordem, em conformidade com a prática constitucional de cada Estado e com a natureza do tema, a fim de aplicar os princípios e normas em seu território. Tais normas não estão sujeitas a ratificação, mas os Estados são convidados a aplicá-las.

Fonte: Unesco. "General introduction to the standard-setting instruments of Unesco". Disponível em http://portal.unesco.org/en/ev.php-URL_ID=23772&URL_DO=DO_TOPIC&URL_SECTION=201.html, acesso em 23 nov. 2011.

A Convenção sobre a Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais foi aprovada durante Conferência Geral da Unesco, em outubro de 2005, e entrou em vigor em 18 de março de 2007 (MENDONÇA, op. cit.). Pode ser compreendida, juntamente com a Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural, como resposta da "comunidade internacional para as ameaças de desaparecimento da diversidade de culturas e de expressões culturais", definidas, respectivamente, como a "multiplicidade de formas pelas quais as culturas dos grupos e sociedades encontram sua expressão" e como "expressões que resultam da criatividade de indivíduos, grupos e sociedades e que possuem conteúdo cultural (idem).

Seu texto faz referência a documentos chaves do tema da cultura em âmbito nacional, como a Carta das Nações Unidas (1945), a Constituição da Unesco (1945), a Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948) e a própria Declaração Universal da Diversidade Cultural (2001). Também cita textualmente a Declaração do Milênio das Nações Unidas, de 2000, com destaque em sua ênfase na erradicação da pobreza.

Tais menções estão diretamente voltadas aos temas abordados pela Convenção: vale mencionar, por exemplo, a relação entre cultura, desenvolvimento sustentável e erradicação da pobreza, em estreita ligação com a questão da propriedade intelectual dos detentores dos saberes, mercado e atividades voltadas ao sustento. Encontramos também o reforço à questão dos direitos culturais, tanto no que diz respeito à produção do bem cultural, focado na figura do

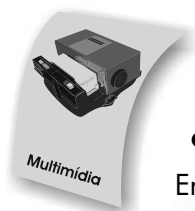
artista e dos detentores dos saberes, quanto no que tange aos modos de vida e o exercício pleno do direito à vivência e transmissão da própria cultura. As minorias são igualmente tema da Convenção, na figura, por exemplo, dos indígenas e mesmo das mulheres, a partir de uma abordagem de gênero. Não se trata, porém, de atribuir a essas minorias a responsabilidade pela diversidade das expressões culturais, mas por causa do princípio, expresso na Convenção, “da igual dignidade e do respeito por todas as culturas” (UNESCO, 2005) e também pelo reconhecimento do papel da mulher na transmissão de valores e modos de saber. Trata-se, portanto, do reconhecimento do valor de expressões culturais tradicionalmente ignoradas.

O tema da solidariedade e cooperação para o desenvolvimento é assunto da Convenção, principalmente em referência a países em desenvolvimento e ao princípio fundador da Unesco de estimular o intercâmbio cultural, técnico e científico entre as nações. Há também a questão da globalização e sua relação com as formas tradicionais de cultura, problematizada em termos dos riscos e potenciais benefícios que pode apresentar para a diversidade cultural: se por um lado as tecnologias de comunicação e informação proporcionariam “condições inéditas para que se intensifique a interação entre culturas, constituem também um desafio para a diversidade cultural, especialmente no que diz respeito aos riscos de desequilíbrio entre países ricos e pobres” (UNESCO, 2005).

Os países que ratificassem a Convenção deveriam adotar medidas voltadas para a proteção das expressões culturais, o que envolveria a sua preservação, salvaguarda e valorização. Tais medidas deveriam encorajar indivíduos e grupos sociais a:

- (a) criar, produzir, difundir, distribuir suas próprias expressões culturais e a elas ter acesso, conferindo a devida atenção às circunstâncias e necessidades especiais da mulher, assim como dos diversos grupos sociais, incluindo as pessoas pertencentes às minorias e povos indígenas;

- (b) ter acesso às diversas expressões culturais provenientes do seu território e dos demais países do mundo.



Propriedade intelectual e patrimônio cultural

Entre 13 e 15 de outubro de 2004, Belém do Pará sediou um Seminário sobre Patrimônio Cultural e Propriedade Intelectual, organizado pelos professores Eliane Moreira, Carla Arouca Belas, Benedita Barros e Antônio Pinheiro. Os Anais encontram-se disponíveis na internet e contribuem muito para entender não apenas a relação entre patrimônio e propriedade cultural, como também discutem a questão da diversidade cultural. Confira: MOREIRA, Eliane et al. *Propriedade Cultural e Patrimônio Cultural: proteção do conhecimento e das expressões culturais tradicionais*. Belém: CESUPA/MPEG, 2004, Disponível em http://www.cesupa.br/saibamais/nupi/doc/Livro_SeminarioPropriedadeIntelectualePatrimonioCultural.pdf, acesso em 15 out. 2011.

CONCLUSÃO

Nesta aula, pudemos discutir algumas temáticas recentes do campo do patrimônio, a saber: a questão das relações entre o patrimônio local, nacional e mundial, os valores acionados na patrimonialização desses bens, as noções e conceitos que norteiam esse processo e as apropriações por outros campos de atividade e conhecimento – como o turismo – dos princípios e consequências dessa forma de valorização de bens culturais; o tema da diversidade cultural, assunto fundamental nas próprias concepções de patrimônio e cultura atuais.

Atividade Final

Atende ao Objetivo 2

Leia abaixo os objetivos e definições da Recomendação sobre a Salvaguarda da Cultura Popular e Tradicional (1989), da Convenção para Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial (2003) e da Convenção sobre a Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais (2005). Tendo em vista esses objetivos e o que foi discutido nesta aula e na aula sobre o Patrimônio Imaterial, identifique em cada documento os itens abaixo, procurando relacioná-los quanto a semelhanças e diferenças:

- a) noção de cultura
- b) noção de preservação
- c) objetivos principais ou ênfases do documento
- d) tipo de documento e sua abrangência

Recomendação sobre a Salvaguarda da Cultura Popular e Tradicional

1. Definição da cultura tradicional e popular

Atendendo à presente Recomendação:

A cultural tradicional e popular é o conjunto de criações que emanam de uma comunidade cultural fundadas na tradição, expressas por um grupo ou por indivíduos e que reconhecidamente respondem à expectativa da comunidade enquanto expressão de sua identidade cultural e social; as normas e os valores se transmitem oralmente, por imitação ou de outras maneiras. Suas formas compreendem, entre outras, a língua, a literatura, a música, a dança, os jogos, a mitologia, os rituais, os costumes, o artesanato, a arquitetura e outras artes.

2. Identificação da cultura tradicional e popular

A cultura tradicional e popular, enquanto Expressão cultural, deve ser salvaguardada pelo e para o grupo (familiar, profissional, nacional, regional, religioso, étnico etc.), cuja identidade exprime.

(...)

3. Salvaguarda da cultura tradicional e popular

A conservação se refere à proteção das tradições vinculadas à cultura tradicional e popular e de seus portadores, segundo o entendimento de que cada povo tem direitos sobre sua cultura e de que sua adesão a essa cultura pode perder o vigor sob a influência da cultura industrializada difundida pelos meios de comunicação de massa. Por isso é necessário adotar medidas para garantir o estado e o apoio econômico das tradições vinculadas à cultura tradicional e popular, tanto no interior das comunidades que as produzem quanto fora delas.

Convenção para Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial

Artigo 1: Finalidades da Convenção

A presente Convenção tem as seguintes finalidades:

- a) a salvaguarda do patrimônio cultural imaterial;
- b) o respeito ao patrimônio cultural imaterial das comunidades, grupos e indivíduos envolvidos;
- c) a conscientização no plano local, nacional e internacional da importância do patrimônio cultural imaterial e de seu reconhecimento recíproco;
- d) a cooperação e a assistência internacionais.

Artigo 2: Definições

Para os fins da presente Convenção,

1. Entende-se por "patrimônio cultural imaterial" as práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas – junto com os instrumentos, objetos, artefatos e lugares culturais que lhes são associados – que as comunidades, os grupos e, em alguns casos, os indivíduos reconhecem como parte integrante de seu patrimônio cultural. Este patrimônio cultural, que se transmite de geração em geração, é constantemente recriado pelas comunidades e grupos em função de seu ambiente, de sua interação com a natureza e de sua história, gerando um sentimento de identidade e continuidade e contribuindo assim para promover o respeito à diversidade cultural e à criatividade humana. (...)

2. O "patrimônio cultural imaterial", conforme definido no parágrafo 1 acima, se manifesta em particular nos seguintes campos:

- a) tradições e expressões orais, incluindo o idioma como veículo do patrimônio cultural imaterial;
- b) expressões artísticas;
- c) práticas sociais, rituais e atos festivos;
- d) conhecimentos e práticas relacionados à natureza e ao universo;
- e) técnicas artesanais tradicionais.

Convenção sobre a Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais

Artigo 1 – Objetivos

Os objetivos da presente Convenção são:

- a) proteger e promover a diversidade das expressões culturais;
- b) criar condições para que as culturas floresçam e interajam livremente em benefício mútuo;
- c) encorajar o diálogo entre culturas, a fim de assegurar intercâmbios culturais mais amplos e equilibrados no mundo em favor do intercâmbio intercultural e de uma cultura de paz;
- d) fomentar a interculturalidade de forma a desenvolver a interação cultural, no espírito de construir pontes entre os povos;
- e) promover o respeito pela diversidade das expressões culturais e a conscientização de seu valor nos planos local, nacional e internacional;
- f) reafirmar a importância do vínculo entre cultura e desenvolvimento para todos os países, especialmente para os países em desenvolvimento, e encorajar as ações empreendidas no plano nacional e internacional para que se reconheça o autêntico valor desse vínculo;
- g) reconhecer natureza específica das atividades, bens e serviços culturais enquanto portadores de identidades, valores e significados;

h) reafirmar o direito soberano dos Estados de conservar, adotar e implementar as políticas e medidas que considerem apropriadas para a proteção e promoção da diversidade das expressões culturais em seu território;

i) fortalecer a cooperação e a solidariedade internacionais em um espírito de parceria visando, especialmente, ao aprimoramento das capacidades dos países em desenvolvimento de protegerem e de promoverem a diversidade das expressões culturais.

(...)

Artigo 4 – Definições

Para os fins da presente Convenção, fica entendido que:

1. Diversidade cultural

"Diversidade cultural" refere-se à multiplicidade de formas pelas quais as culturas dos grupos e sociedades encontram sua expressão. Tais expressões são transmitidas entre e dentro dos grupos e sociedades.

A diversidade cultural se manifesta não apenas nas variadas formas pelas quais se expressa, se enriquece e se transmite o patrimônio cultural da humanidade mediante a variedade das expressões culturais, mas também através dos diversos modos de criação, produção, difusão, distribuição e fruição das expressões culturais, quaisquer que sejam os meios e tecnologias empregados.

Resposta Comentada

No que diz respeito à *noção de cultura (a)* utilizada nesses documentos, vale notar que todos que trabalham com uma noção ampliada de cultura, já difundida no âmbito das Cartas Internacionais pela Declaração do México, de 1985, utilizam também as noções de referência e identidade cultural, identificando como cultura e manifestações culturais aquilo que os grupos ou comunidades afirmam e reconhecem como suas expressões próprias.

Todos os três documentos, por sua vez, entendem a questão da *preservação (b)* relacionada à sua salvaguarda, o que significa assegurar a continuidade das manifestações culturais por diversos meios. Uma abordagem importante dos três textos é a afirmação dos direitos culturais de todos os povos, o que significa afirmar, por um lado, o direito desses povos a sua cultura própria e sobre essa cultura também; por outro, significa também valorizar a diversidade das manifestações culturais, tão diferentes quanto forem diversos os povos que as detêm. Em todos os três documentos, encontra-se também a valorização e o reconhecimento amplos e valorização das expressões culturais em vários níveis: seja "tanto no interior das comunidades que as produzem quanto fora delas", conforme se lê na Recomendação de 1989; seja nos planos local, nacional e internacional, conforme expresso nas Convenções de 2003 e 2005. Entre outras formas de assegurar a continuidade das manifestações culturais, estão as políticas públicas de Estado, apresentadas como possibilidade de apoio econômico explícito (Recomendação de 1989) ou formas diversas de proteção e valorização (Convenção de 2005) e a questão da cooperação internacional, incentivadas pelas Convenções de 2003 e 2005.

No que tange *aos objetivos principais ou ênfases do documento (c)* devemos atentar para as ênfases que os textos apresentam: no caso da Recomendação de 1989, tratava-se de afirmar a importância e promover o reconhecimento do valor da cultura popular e tradicional, ou seja, aquela normalmente desconsiderada pelos cânones acadêmicos, pela cultura letrada, e que, por sua característica eminentemente oral, mais fluida e passível de desaparecimento; em outras palavras, tratou-se de promover uma abordagem ampla de cultura e das expressões culturais,

que, como vimos aqui, já vinha sendo utilizada desde a Declaração do México, de 1985. A Convenção de 2003, por sua vez, deteve-se na questão do patrimônio cultural, partindo dessa noção ampla de cultura e também ampliando a concepção de patrimônio cultural para além do que já fora tratado na Convenção sobre a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural, de 1972: tratava-se então de entender as manifestações e tradições culturais como patrimônio e consolidar a categoria de patrimônio cultural imaterial para inseri-las. Já a Convenção de 2005 tem como foco a própria diversidade das expressões, podendo abarcar, portanto, tanto a cultura tradicional e popular quanto o patrimônio cultural imaterial e as manifestações da cultura letrada e acadêmica.

Já no que diz respeito ao *tipo de documento e sua abrangência (d)*, temos uma Recomendação e duas Convenções, e é importante atentar para o fato de que se trata de documentos que implicam procedimentos e vinculações diferentes. Uma Recomendação determina, para os países signatários e Estados-Membros, que estes são convidados – e não obrigados – a aplicarem os princípios e normas definidos no documento, sem que haja uma obrigatoriedade de se determinarem instrumentos legislativos nos países que a adotam. Já uma Convenção está sujeita à ratificação, ou seja, os Estados que assinam o documento devem elaborar e promulgar medidas legislativas que definam as regras estipuladas na Convenção e que os países concordaram em obedecer.

RESUMO

Nesta aula, discutimos alguns dos pontos referentes à questão do patrimônio cultural na atualidade, dando destaque aos instrumentos internacionais disponíveis para a preservação dos bens culturais em escala mundial. Para tanto, buscamos discutir os diversos valores acionados nesse processo – valores locais, nacionais, regionais e universais; valores culturais e naturais; diversidade e sustentabilidade.

Um importante marco desse processo foi a construção da noção de Patrimônio Mundial na década de 1970, com a Convenção sobre a Proteção do Patrimônio Mundial Cultural e

Natural. Este documento deu visibilidade a ações e perspectivas que já vinham sendo postas em prática desde a década de 1950, no que diz respeito, de um lado, à percepção de que alguns bens pertenciam a toda a humanidade e que, consequentemente, eram responsabilidade de todos; e, de outro, que entre esses conjuntos de bens a serem preservados para as gerações futuras estavam também os bens naturais. Com a Convenção procurou-se, então, criar disposições que viessem a ser seguidas por vários países e que os vinculassem a compromissos de valorização e proteção de bens naturais e culturais percebidos como pertencentes à humanidade e aos quais fosse atribuído valor universal excepcional.

Outro marco fundamental foi a ampliação da noção de cultura no campo do Patrimônio Cultural e a valorização à diversidade como elemento fundamental para a construção efetivamente representativa de um Patrimônio Mundial. Daí os diversos documentos internacionais – como a Recomendação sobre a Salvaguarda da Cultura Popular e Tradicional (1989), a Convenção para Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial (2003) e a Convenção sobre a Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais (2005) – que buscaram introduzir e acomodar no contexto internacional a valorização não apenas da diversidade cultural, mas também de expressões culturais até então excluídas da própria noção de patrimônio.

Junto a essa abordagem diversificada e inclusiva de cultura e de patrimônio, discutimos as apropriações por outros campos de atividade e conhecimento – como o turismo – dos princípios e consequências dessas formas mais amplas de valorização de bens culturais. Daí a possibilidade de pensar as questões de sustentabilidade envolvidas na valorização dos bens culturais: tanto no que diz respeito à sustentabilidade das comunidades detentoras, como na continuidade das expressões culturais ou na preservação dos bens culturais, por meio das apropriações e valorizações de atividades de promoção, como o turismo.

Patrimônio Cultural

Referências

Aula 8

ASSEMBLEIA GERAL DAS NAÇÕES UNIDAS. *Declaração Universal dos Direitos Humanos*. Resolução 217 A III, de 10 de dezembro de 1948. Disponível em: <http://portal.mj.gov.br/sedh/ct/legis_intern/ddh_bib_inter_universal.htm>. Acesso em: 1 dez. 2010.

BELLOTO, Heloísa Liberalli. *Arquivos permanentes: tratamento documental*. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF, 5 out. 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 1 dez. 2010.

CHUVA, Márcia. Intelectuais e Estado: disputas em torno da noção de patrimônio nacional. *Anais do Museu Histórico Nacional*, Rio de Janeiro, v. 37, p. 41-51, 2005.

COSTA, Lygia Martins. *De museologia, arte e políticas de patrimônio*. Rio de Janeiro: Iphan, 2002.

GRIGOLETO, Maria Cristina. *A documentação patrimonial: gênese e fluxo dos processos de tombamento do Museu Prudente de Moraes*. 2009. 169 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2009.

JULIÃO, Letícia. O Sphan e a cultura museológica no Brasil. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 22, n. 43, p. 141-161, jan./jun. 2009.

LE GOFF, Jacques. Documento/monumento. In: _____. *História e memória*. Campinas: Ed. da Unicamp, 1990. p. 535-553.

LISSOVSKY, Mauricio. Quatro + uma dimensões do arquivo. In: MATTAR, Eliana (Org.). *Acesso à informação e política de arquivos*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003. p. 47-63.

NORA, Pierre. Entre a memória e a história: a problemática dos lugares. *Projeto História: revista do Programa de Pós-graduação de História da PUC*, São Paulo, n. 10, p. 7-28, 1993.

POULOT, Dominique. Nação, museu, acervo. In: BENCHETRIT, Sarah Fassa; BITTENCOURT, José Neves; TOSTES, Vera Lúcia. *História representada: o dilema dos museus*. Livro do Seminário Internacional. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 2003. p. 25-62.

SCHWARCZ, Lília Moritz. *O espetáculo das raças*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SILVA, Zélia Lopes da. *Arquivos, patrimônio e memória: trajetórias e perspectivas*. São Paulo: Unesp/Fapesp, 1999.

TOSTES, Vera Lúcia Bottrel. Museu Histórico Nacional, A. D. 2002: oito décadas de um projeto museológico em movimento. In: BENCHETRIT, Sarah Fassa; BITTENCOURT, José Neves; TOSTES, Vera Lúcia. *História representada: o dilema dos museus*. Livro do Seminário Internacional. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 2003. p. 63-74.

Aula 9

AZEVEDO, Paulo Ormino de. Inventário como instrumento e proteção: a experiência pioneira do IPAC-Bahia. In: MOTTA, Lia; SILVA, Maria Beatriz Resende. *Inventários de identificação: um panorama da experiência brasileira*. Rio de Janeiro: Iphan, 1998. p. 61-78.

BENS TOMBADOS: Listagem por tipologia e por estado. Rio de Janeiro: Iphan/Coordenação de pesquisa, documentação e referência/Gerência de documentação arquivística e bibliográfica, out. 2005.

CASTRO, Sonia Rabello de. *O Estado na preservação de bens culturais*. Rio de Janeiro: Renovar, 1991.

CHOAY, Françoise. *A alegoria do patrimônio*. São Paulo: Estação Liberdade/Editora da Unesp, 2001.

COSTA, Lygia Martins. A defesa do patrimônio cultural móvel. In: ____; BARROS, Clara Emilia Monteiro de. *De museologia, arte e políticas de patrimônio*. Rio de Janeiro: Iphan, 2002. p. 289-316.

____. Bens integrados. In: ____; BARROS, Clara Emilia Monteiro de. *De museologia, arte e políticas de patrimônio*. Rio de Janeiro: Iphan, 2002. p. 316-320.

CUNHA, Almir Paredes. *Dicionário de artes plásticas*. Rio de Janeiro: EBA/UFRJ, 2005. v. 1.

CURY, Isabelle (Org.). *Cartas patrimoniais*. Rio de Janeiro: Iphan, 2004.

DEPARTAMENTO DE IDENTIFICAÇÃO E DOCUMENTAÇÃO. *Inventário nacional de bens móveis e integrados: manual de preenchimento*. MinC/Iphan, 2000.

LACOMBE, Américo Jacobina. Arquivo Central do Iphan-Seção Rio de Janeiro.

MEC/SPHAN/FNPM. *Proteção e revitalização do patrimônio cultural no Brasil: uma trajetória*. Brasília, 1980.

MIRANDA, Marcos Paulo de Souza. *O inventário como instrumento constitucional de proteção do patrimônio cultural brasileiro*. 2008. Disponível em: <<http://www.mp.mg.gov.br/portal/public/interno/repositorio/id/3314>>. Acesso em: 27 jul. 2010.

MOTTA, Lia; SILVA, Maria Beatriz Resende. *Inventários de identificação: um panorama da experiência brasileira*. Rio de Janeiro: Iphan, 1998.

NAKAMUTA, Adriana Sanajotti. A trajetória de preservação dos bens móveis e integrados sob a ótica dos projetos institucionais de inventário. In: ENCONTRO DE HISTÓRIA DA ARTE, 2., 2006, Campinas. Disponível em: <[http://www.ifch.unicamp.br/pos/hs/anais/2006/posgrad/\(1\).pdf](http://www.ifch.unicamp.br/pos/hs/anais/2006/posgrad/(1).pdf)>. Acesso em: 15 maio 2010.

REAL, Regina M. *Dicionário de Belas Artes: termos técnicos e matérias afins*. Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura, 1962.

RIBEIRO, Emanuela Sousa. Inventário nacional de bens móveis e integrados. Apresentação. Disponível em: <<http://www.koalawebhosting.com/cidoc/027.pdf>>. Acesso em: 15 maio 2010.

SENA, Tatiana da Costa. *Patrimônio cultural móvel: estudo de tombamento de acervos e coleções no Iphan*. Monografia (Programa de Especialização em Patrimônio) – Iphan, Rio de Janeiro, 2009.

SPHAN. *Processo Administrativo nº 13/85-SPHAN*. Arquivo Central do Iphan/Seção Rio de Janeiro.

SPHAN/PRÓ-MEMÓRIA. *Proteção e revitalização do patrimônio cultural no Brasil: uma trajetória*. Brasília, 1980.

TELLES, Mario Ferreira de Pragmácio. Saída de obras de artes do país: análise da proteção conferida pela lei nº 4.845/65. In: ENCONTRO DE ESTUDOS MULTIDISCIPLINARES EM CULTURA, 6., 2010, Salvador. Disponível em: <<http://www.cult.ufba.br/wordpress/24827.pdf>>. Acesso em: 3 dez. 2011.

UNESCO. *Convenção relativa às medidas a serem adotadas para proibir a importação, exportação e transferência ilícitas de propriedade dos bens culturais*. Paris, 1970. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0016/001606/160638por.pdf>>. Acesso em: 9 mar. 2011.

Aula 10

ABREU, Marta. Cultura imaterial e patrimônio histórico nacional. In: ____; SOIHET, Rachel; GONTIJO, Rebeca (Org.). *Cultura política e leituras do passado: historiografia e ensino de história*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

ABREU, Regina; CHAGAS, Mário. (Org.). *Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

ARANTES, Antonio Augusto. Patrimônio imaterial e referências culturais. *Revista Tempo Brasileiro*, Rio de Janeiro, n. 147, out./dez., 2001.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF, 5 out. 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 1 dez. 2010.

CANCLINI, Nestor. O patrimônio cultural e a construção do imaginário nacional. *Revista do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, Brasília, n. 23, 1994.

DEPARTAMENTO DE PATRIMÔNIO IMATERIAL/IPHAN/CNFCP. *Os sambas, as rodas, os bumbas, os meus e os bois: a trajetória da salvaguarda do patrimônio cultural imaterial no Brasil 1936/2006*. Brasília: Iphan, 2006.

DEPARTAMENTO DE PATRIMÔNIO IMATERIAL/IPHAN. *O registro do patrimônio imaterial: dossiê final das atividades da comissão e do grupo de trabalho imaterial*. 2. ed. Brasília, 2003.

FONSECA, Maria Cecília L. *O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil*. 2. ed. Rio de Janeiro: UFRJ/Iphan, 2005.

_____. *Para além da pedra e cal: por uma concepção ampla de patrimônio cultural*. *Revista Tempo Brasileiro*, Rio de Janeiro, n. 147, out.-dez. 2001.

GONÇALVES, Reginaldo. *A retórica da perda: os discursos do patrimônio cultural*

MAGALHÃES, Aloísio. *E Triunfo?* Rio de Janeiro: Nova Fronteira; Brasília: Fundação Nacional Pró-Memória, 1985.

MENDONÇA, Elizabete; VIANNA, Letícia; LODY, Raul. *O Ofício de Baianas de acarajé*. Patrimônio cultural. In: Registro e políticas de salvaguarda para as culturas populares. Rio de Janeiro: Iphan/CNFCP, 2005. (Encontros e Estudos).

NOGUEIRA, Antonio Gilberto Ramos. *Por um inventário dos sentidos: Mário de Andrade e a concepção de patrimônio e inventário*. São Paulo: Hucitec/Fapesp, 2005.

_____. Diversidade e sentidos do patrimônio cultural: uma proposta de leitura da trajetória de reconhecimento da cultura afro-brasileira como patrimônio nacional. *Anos 90*, Porto Alegre, v. 15, n. 27, p. 233-255, jul. 2008.

SANT'ANNA, Márcia. *A face imaterial do patrimônio cultural: os novos instrumentos de reconhecimento e valorização*. In: ABREU, Regina; CHAGAS, Mário (Org.). *Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

VIANNA, Letícia. Legislação e preservação do patrimônio imaterial: perspectivas, experiências e desafios para salvaguarda das culturas populares. *Textos Escolhidos de Cultura e Artes Populares*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, 2004.

VILHENA, Luís Rodolfo. *Projeto e missão: o movimento folclórico brasileiro, 1947-1964*. Rio de Janeiro: Funarte/Fundação Getúlio Vargas, 1997.

Aula 11

ANDERSON, Benedict. *Nação e consciência nacional*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

CASTRO, Sonia Rabello de. *O Estado na preservação de bens culturais*. Rio de Janeiro: Renovar, 1991.

CHOAY, Françoise. *A alegoria do patrimônio*. São Paulo: Unesp, 2001.

CHUVA, Márcia. *Os arquitetos da memória: sociogênese das práticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil (1930-1940)*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2009.

_____.; PINHEIRO, Maria de Fátima Oliveira. *Sítio histórico de Tiradentes: guia bibliográfico*. Rio de Janeiro: Iphan, 1996.

COSTA, Lucio. Plano de trabalho para a Divisão de Estudos e Tombamentos (1949). In: PESSÔA, José (Org.). *Lucio Costa: documentos de trabalho*. Rio de Janeiro: Iphan, 1999.

_____. Documentação necessária. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, Rio de Janeiro, n. 1, 1937.

FUNDREM. *Projeto Petrópolis: planejamento e preservação*. Rio de Janeiro, 1982.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. *A retórica da perda*. Rio de Janeiro, UFRJ/Iphan, 1996.

IPHAN/SENADO FEDERAL. *Inventário nacional de bens imóveis e sítios urbanos tombados: manual de preenchimento*. Brasília, 2007. (Edições do Senado Federal, v. 83).

_____. *Projeto piloto - sítio histórico de Tiradentes: fundamentos e proposta de critérios e normas de intervenção*. Brasília, 2007. (Edições do Senado Federal, v. 82).

MACHADO, Jurema. Diversidade cultural e direitos: o alcance de uma convenção internacional da Unesco. *Cadernos de Estudos do PEP/Iphan*, 2008.

_____. *A Unesco e o Brasil: trajetória de convergência na proteção do patrimônio cultural*. *Cadernos de Estudos do PEP/Iphan*, 2008.

MOTTA, Lia. A Sphan em Ouro Preto: uma história de conceitos e critérios. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, Rio de Janeiro, n. 22, 1987.

_____; SILVA, Maria Beatriz Setubal de Rezende (Org.). *Inventários de identificação: um panorama da experiência brasileira*. Rio de Janeiro: Iphan, 1998.

NOGUEIRA, Antonio Gilberto. R. *Por um inventário dos sentidos: Mário de Andrade e a concepção de patrimônio e inventário*. São Paulo: Hucitec, 2005.

PESSÔA, José (Org.). *Lucio Costa: documentos de trabalho*. Rio de Janeiro: Iphan, 1999.

PIRES, Fernando Tasso Fragoso. *Antigas fazendas de café da província fluminense*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

_____; MIRANDA, Alcides da Rocha; Czajkowski, Jorge. *Fazendas: solares da região cafeeira do Brasil Imperial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

SANT'ANA, Márcia. *Da cidade monumento à cidade documento: a trajetória da norma de preservação de áreas urbanas no Brasil*. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1995.

SILVA, Maria Beatriz Setubal de Rezende. Preservação na gestão das cidades. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, Rio de Janeiro, n. 24, 1996.

SORGINE, Juliana. *Salvemos Ouro Preto: a campanha em benefício de Ouro Preto, 1949-1950*. Rio de Janeiro: Iphan, 2008.

STEIN, Stanley J. Vassouras. *Um município brasileiro do café, 1850-1900*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990.

WATHELY, Maria Celina. *O café em Resende no século XIX*. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1987.

Aula 12

AGUIAR, Leila Bianchi. *Turismo e preservação nos sítios urbanos brasileiros: o caso de Ouro Preto*. Tese (Doutorado) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2006.

ANDRADE, Rodrigo Melo Franco de. Ofício ao Ministro da Educação e Cultura, Moniz Aragão, de 20 de outubro de 1966. Arquivo Central do Iphan/Seção Rio de Janeiro.

BADARÓ, Rui Aurélio de Lacerda. *Direito do turismo: história e legislação no Brasil e no exterior*. São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 2002.

BANDUCCI JR., Álvaro; BARRETTO, Margarida (Org.). *Turismo e identidade local: uma visão antropológica*. Campinas: Papirus, 2001.

- BARBOSA, Ycarim Melgaço. *História das viagens e do turismo*. São Paulo: Aleph, 2002.
- BRASIL. INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. *Portaria nº 127, de 30 de abril de 2009*. Estabelece a chancela de Paisagem Cultural Brasileira. *Diário Oficial da União*, n. 83, 05 maio 2009. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=1070>>. Acesso em: 17 maio 2010.
- CARTA da Bagé ou Carta da paisagem cultural. Bagé, 2007. Disponível em: <http://www.icomos.org.br/cartas/Conta_de_Bage_PaisagemCultural.pdf>. Acesso em: 17 maio 2010.
- CARTA do Rio de Janeiro, ponto final. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 26 ago. 1972.
- CARVALHO, Vininha. *Origem e desenvolvimento do ecoturismo no Brasil*. Set. 2003. Disponível em: <<http://ecoviagem.uol.com.br/fique-por-dentro/artigos/turismo/origem-e-desenvolvimento-do-ecoturismo-no-brasil-869.asp>>. Acesso em: 15 abr. 2010.
- CHAVE do Império, A. *A Última hora*, Rio de Janeiro, 17 ago. 1972.
- CURY, Isabelle (Org.). *Cartas patrimoniais*. 3. ed. rev. e aum. Rio de Janeiro: Iphan, 2004.
- EMBRATUR. *Diretrizes para uma política nacional de Ecoturismo*. Disponível em: <<http://www.chapadadosguimaraes.com.br/direteco.htm>>. Acesso em: 30 mar. 2010.
- EUROPANOSTRA. M. *Michel Parent: en reconnaissance de sa contribution éminente, pendant plus de cinquante ans, à la défense et à la conservation du patrimoine*. Disponível em: <http://www.europanostra.org/lang_en/0261_activities_en_awards_medals.html>. Acesso em: 11 nov. 2008.
- FUNARI, Pedro Paulo; PINSKY, Jaime (Org.). *Turismo e patrimônio cultural*. 3. ed. rev. e ampl. São Paulo: Contexto, 2003.
- IPHAN. *Patrimônio mundial: fundamentos para seu reconhecimento – A convenção sobre a proteção do patrimônio mundial, cultural e natural de 1972: para saber o essencial*. Brasília, DF, 2008.
- JO, Hee Moon. Turismo e direito internacional. In: BADARÓ, Rui Aurélio de Lacerda (Org.). *Turismo e Direito: convergências*. São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 2004.
- MEC/SPHAN/FNPM. *Proteção e revitalização do patrimônio cultural no Brasil: uma trajetória*. Brasília: Sphan/Pró-Memória, 1980.
- MINISTÉRIO DO TURISMO. *Ecoturismo: orientações básicas*. Brasília, Ministério do Turismo, 2008. Disponível em: <http://institucional.turismo.gov.br/arquivos_open/diretrizes_manuais/cadernos_manuais/Livro_Ecoturismo.pdf>. Acesso em: 28 mar. 2010.

ONU. *International Recommendations for Tourism Statistics*, 2008. Madrid; New York, 2008. Disponível em: <<http://unstats.un.org/unsd/trade/IRTS/IRTS%202008%20unedited.pdf>>. Acesso em: 30 maio 2010.

PADILLA, Oscar de la Torre. *El turismo: fenómeno social*. México: Fondo de Cultural Económica, 1992, apud BADARÓ, Rui Aurélio de Lacerda. *Direito do turismo: história e legislação no Brasil e no exterior*. São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 2002.

MISSÕES da Unesco no Brasil: Michel Parent, As. Organização Claudia F. Baeta Leal. Rio de Janeiro: Iphan, 2008.

POULOT, Dominique. *Uma história do patrimônio no Ocidente, séculos XVIII-XXI*. São Paulo: Estação Liberdade, 2009.

PREVOST-MARCILHACY, Christian. L'inspection des Monument Historiques après la Liberation. In: *Jubilé Michel Parent – Une vie a service du patrimoine*. Paris: Comité des amis de Michel Parent/Comité d'Histoire de la Culture, c.1997.

SANT'ANNA, Marcia. A preservação de sítios históricos no Brasil (1937-1990). Disponível em: <<http://www.archi.fr/SIRCHAL/seminair/SirchalQ/marcia.htm>>. Acesso em: 20 maio 2010.

SOEIRO, Renato. Memorando a Rodrigo Melo Franco de Andrade, em 21 junho de 1966. Arquivo Central do Iphan/Seção Rio de Janeiro.

_____. Ofício ao Ministro da Relações Exteriores, Nestor dos Santos Lima, em 14 de novembro de 1968. Arquivo Central do Iphan/Seção Rio de Janeiro.

UNESCO. Comité d'experts internationaux pour la mise en valeur du patrimoine culturel par le developpement économique. *Rapport Final*. Paris: Unesco, 1968. Arquivo Central do Iphan/Seção Rio de Janeiro.

UNESCO. Consultation Collective des Secretaries de Commissions Nationales. *Roles et activités des Commissions Nationales*: Paris, 1970. Disponível em <<http://unesdoc.unesco.org/images/0000/000004/000410FB.pdf>>. Acesso em: 30 out. 2008.

UNESCO. *Resolutions et Decisions adoptées par Le Conseil Executif en sa soixant-douzième session*, 1966. Arquivo Central do Iphan/Seção Rio de Janeiro.

WORLD TOURISM ORGANIZATION (WTO). *Statutes of the World Tourism Organization*. Junho, 2009. Disponível em: <<http://www.unwto.org/aboutwto/statutes/en/pdf/statutes.pdf>>. Acesso em: 15 maio 2010.

_____. History. Disponível em: <<http://www.unwto.org/aboutwto/his/en/his.php?op=5>>. Acesso em: 12 maio 2010.

WTTC. *Agenda 21 for the Travel & Tourism Industry: Towards Environmentally Sustainable Development Progress Report n.º 1* (1998). WTTC: London, 1998. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br>>. Acesso em: 15 abr. 2010.

Aula 13

ANDERSON, Benedict. *Comunidades imaginadas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

BARROS, José D' Assunção. *O campo da História: especialidades e abordagens*. Petrópolis: Vozes, 2004.

_____. "Cidade" e "Cultura": considerações sobre uma relação complexa. *Revista de História Regional*, Ponta Grossa. v. 16, n. 1, p. 100-118, verão, 2011.

CAPRINI, Aldieris Braz Amorim. Considerações sobre História Regional (2007). Disponível em: <http://www.saberes.edu.br/arquivos/texto_aldieris.pdf>. Acesso em: 1 out. 2011.

COSTA, Emilia Viotti da. *Da senzala à colônia*. São Paulo: UNESP, 1998.

GOMES, Paulo César da Costa. O conceito de região e sua discussão. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo César; CORREA, Roberto Lobato. *Geografia: conceitos e temas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995, p. 49-76.

GRAHAM, Richard. *Clientelismo e política no Brasil do Século XIX*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1997.

HAESBAERT, Rogério. *O mito da desterritorialização: do "fim dos territórios" à multiterritorialidade*. 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

MARQUESE, Rafael de Bivar. *Feitores do corpo, missionários da mente: senhores, letrados e o controle dos escravos nas Américas, 1660-1860*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

_____. Diáspora africana, escravidão e a paisagem da cafeicultura no Vale do Paraíba oitocentista. *Almanack brasileiro*, São Paulo, n. 7, p. 138-152, 2008.

_____. Moradia escrava na era do tráfico ilegal: senzalas rurais no Brasil e em Cuba, c. 1830-1860. *Anais do Museu Paulista*, São Paulo, v. 13, n. 2, p. 165-188, 2005.

MATTOS, Hebe de; SCHNOOR, Eduardo (Org.). *Resgate: uma janela para os oitocentos*. RJ: Topbooks, 1995.

RATZEL, F. *Géographie politique*. Paris: Économica, 1988.

REZNIK, Luís. Qual o lugar da História Local? Disponível em: <http://historiadesaogoncalo.pro.br/txt_hsg_artigo_03.pdf>. Acesso em: 15 jul. 2014.

SALLES, Ricardo. *E o Vale era o Escravo*. Vassouras, século XIX. Senhores e escravos no coração do Império. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

STEIN, Stanley J. *Vassouras: um município brasileiro do café, 1850-1900*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990.

TOPIK, Steven C. *The political economic of the Brazilian state, 1889-1930*. Austin: University of Texas Press, 1987.

Aula 14

CHOAY, François. *A alegoria do patrimônio*. São Paulo: Estação Liberdade/Editora da Unesp, 2001.

COSTA, Everaldo Batista. O lugar da América Latina na geografia do Patrimônio Mundial. In: ENCONTRO DE GEÓGRAFOS DA AMÉRICA LATINA, 12., 2009, Montevideo.

CURY, Isabelle (Org.) *Cartas patrimoniais*. Rio de Janeiro: Iphan, 2004.

EVANGELISTA, Ely dos Santos. *A Unesco e o mundo da cultura*. Brasília: Unesco, Editora UFG, 2003.

KEITNER, Chimene. *Unesco and the issue of cultural diversity: review and strategy, 1946-2003*. Paris: Unesco, Division of Cultural Policies and Intercultural Dialogue, 2003.

MACHADO, Jurema. Diversidade cultural e direitos: o alcance da uma convenção internacional da Unesco. *Cadernos de Estudos PEP/Iphan*, 2008.

MENDONÇA, Guilherme Cruz de. Reflexões sobre a Convenção da UNESCO sobre a diversidade das expressões culturais à luz das noções de cultura e patrimônio. *Políticas Culturais em Revista*, Salvador, v. 3, n. 2, p. 77-95, 2010.

ONU. *Direitos Humanos: a Carta Internacional dos Direitos Humanos*. Lisboa: Comissão para as Comemorações do 50º Aniversário da Declaração dos Direitos do Homem e Década das Nações Unidas para a Educação em matéria de Direitos Humanos, 2001. Disponível em: <http://www.gddc.pt/direitos-humanos/Ficha_Informativa_2.pdf>. Acesso em: 15 dez. 2011.

SCIFONE, Simone. A Unesco e os patrimônios da humanidade: valoração no contexto das relações internacionais. In: ENCONTRO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM AMBIENTE E SOCIEDADE, 2., 2004, Campinas.

UNDERHILL, William. To list or not to list, *Newsweek*, Aug. 3. 2009.

UNESCO World Heritage Center. *World Heritage Information Kit*. Paris: Unesco, 2008. Disponível em: <<http://whc.unesco.org/uploads/activities/documents/activity-567-1.pdf>>. Acesso em: 14 set. 2011.

UNESCO. *Constituição da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura*. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0014/001472/147273por.pdf>>. Acesso em: 8 out. 2011.

_____. *Convenção para a proteção do património mundial, cultural e natural*. Disponível em: <<http://whc.unesco.org/archive/convention-pt.pdf>>. Acesso em: 14 set. 2011.

_____. *Convenção sobre a proteção e promoção da Diversidade das Expressões Culturais*. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0015/001502/150224por.pdf>>. Acesso em: 14 set. 2011.

_____. *Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural*. 2002. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0012/001271/127160por.pdf>>. Acesso em: 23 out. 2011.

_____. *Operational Guidelines for the Implementation of the World Heritage Convention*. Paris: Unesco, 2008.

_____. *Operational Guidelines for the World Heritage Committee*. Paris: Unesco, 1977.



UENF
Universidade Estadual
do Norte Fluminense



uff
Universidade
Federal
Fluminense



**GOVERNO DO
Rio de Janeiro**

SECRETARIA DE
CIÊNCIA E TECNOLOGIA



Ministério da
Educação

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
PAÍS RICO É PAÍS SEM POBREZA